UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 1980-2010

Belo Horizonte
2013

Ana Carolina da Cruz Lima

Desenvolvimento Regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Simões

Coorientadora: Profª. Drª. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Belo Horizonte

2013

Ficha Catalográfica

Lima, Ana Carolina da Cruz.
L732d Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil
2013 [manuscrito] : uma análise para o período 1980-2010 / Ana Carolina da Cruz Lima. - 2013.
283 f. : il., gráfs. e tabs.

Orientador: Rodrigo Ferreira Simões.
Coorientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 250-260) e apêndices.

1. Brasil – Migração – Teses. 2. Desenvolvimento regional – Brasil – Teses. I. Simões, Rodrigo Ferreira. II. Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.820981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM023/2013

Cedeplar

Curso de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE TESE DE **ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA** Nº. REGISTRO 2008663137. Às dez horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze, reuniu-se *na **Faculdade de Ciências Econômicas*** da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de TESE, indicada "*ad referendum*" pelo Colegiado do Curso em 05/12/2012, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado "**Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010**", requisito final para a obtenção do Grau de *Doutor em Economia,* área de concentração em Economia Regional e Urbana. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Rodrigo Ferreira Simões, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão APROVOU a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013.

Prof. Rodrigo Ferreira Simões
(Orientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
(Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Carlos Roberto Azzoni
(USP)

Prof. Raul da Mota Silveira Neto
(UFPE)

Prof. Frederico Gonzaga Jayme Júnior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

"Se depender de mim, nunca ficarei plenamente maduro nem nas ideias nem no estilo, mas sempre verde, incompleto, experimental"

(Gilberto Freyre)

Dedico esta tese a minha mãe, Vanda Regina,

e ao meu namorado, Ricardo.

AGRADECIMENTOS

O período de elaboração desta tese equivale a uma etapa de amadurecimento pessoal e profissional. Gostaria de agradecer a todos aqueles que participaram deste processo:

A Deus por todas as bênçãos recebidas.

A minha mãe, Vanda Regina, por todo amor e dedicação (incondicionais). Se hoje eu concluo uma importante etapa da minha vida, eu devo tudo isso a ela. Mulher forte e guerreira que mesmo em meio a adversidades educou não apenas a mim, mas a meus irmãos, sempre mostrando-nos que é preciso lutar pelo que você deseja. Nunca conseguirei descrever em palavras o quanto eu a amo.

Aos meus irmãos, Ângela, Fábio, Felipe e Ana Paula, e ao meu sobrinho, Caio, por tornarem a minha vida mais feliz e pelo apoio dedicado. A minha tia, Mirinha, pelo incentivo para prosseguir.

Ao meu namorado, Ricardo Martini, por todo o amor e carinho dedicados. Este processo teria sido mais penoso sem a sua companhia e compreensão.

Aos meus orientadores, Rodrigo Simões e Ana Hermeto, pela paciência e dedicação. Considero um privilégio a oportunidade de trabalhar e conviver com pessoas que respeito e admiro.

Ao professor Andrés Rodríguez-Pose pela orientação durante o meu período de estágio no exterior na *London School of Economics and Political Science*.

Aos professores participantes da banca examinadora, Carlos Roberto Azzoni, Fausto Brito, Raul da Mota Silveira Neto e Roberto Monte-Mór. Ser examinada por professores cujos estudos foram (e ainda são) essenciais para a minha formação é uma honra.

Aos professores Mauro Borges e Tânia Bacelar pela participação em meu exame de qualificação. Suas contribuições foram essenciais para o delineamento dos objetivos da tese.

Aos demais professores do CEDEPLAR e do PIMES, cujas aulas incentivaram a minha trajetória acadêmica. Em especial, agradeço aos professores Clélio Campolina, Francisco Ramos, Gilberto Libânio, João Policarpo, meu eterno orientador, e Marco Flávio.

A CAPES, ao *CNPq* e ao Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável (ITV-DS), cujo suporte financeiro foi essencial para a realização da tese.

As minhas amigas, Rute Cândida, por sempre ouvir minhas dúvidas e me tranquilizar, e Milena Gama, por todas as horas agradáveis de conversa ao telefone. Amizades como estas nem o tempo nem a distância podem acabar.

As minhas queridas *roommates*, Tabi Thuler e Rosa Lívia, pelos alegres dias de convivência em Belo Horizonte.

Aos amigos Admir, Alexandre, Arthur, Bernardo, Fabrício, Fernanda, Flower, Gustavo, Héder, Julio, Luciano e Ulisses, por compartilharem comigo seus anseios e ouvirem os meus.

Aos funcionários do CEDEPLAR, em especial Cecília e Cleusa, pela disposição quando necessário.

Por fim, ao demais colegas que contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento desta tese.

RESUMO

O processo de desenvolvimento socioeconômico de uma região gera uma série de implicações para sua dinâmica populacional, a qual, por sua vez, possui efeitos recíprocos sobre o primeiro. Mais especificamente, esta relação de reciprocidade afeta diretamente os padrões migratórios entre as localidades de origem e destino dos potenciais migrantes, visto que suas circunstâncias iniciais são modificadas pelo processo migratório, ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios subsequentes são afetados pelo ritmo de crescimento destas localidades. O objetivo do trabalho é identificar as principais características dos padrões migratórios brasileiros entre as décadas de 1980 e 2010 e seus determinantes. Para a consecução do mesmo, são analisados microdados dos censos demográficos referentes ao período em análise, fornecidos pelo IBGE. O critério adotado considera migrante o indivíduo que reside há menos de 5 (cinco) anos na localidade de recenseamento, independente de seu local de nascimento. A análise dos dados demonstra que os padrões migratórios no Brasil nas últimas décadas guardam elevada relação com os respectivos níveis de desenvolvimento regional, bem como estão associados às vantagens dos centros urbanos. Novas tendências parecem surgir com o aumento da migração, inclusive de retorno, em direção a regiões tradicionalmente incapazes de reter suas respectivas populações, o que está atrelado significativamente à expansão de seus respectivos ritmos de crescimento e à complexidade dos mercados de trabalho em regiões mais dinâmicas do país. Todavia, estas alterações são limitadas pelo elevado componente inercial do padrão migratório dominante no país. Identifica-se que os principais determinantes deste padrão são descritos pelas teorias migratórias convencionais (neoclássicas, modelo *push-pull* e estruturalistas) – tradicionais fatores de atração, repulsão e retenção populacional. Em contrapartida, estas teorias são incapazes de explicar de forma consistente os fluxos que emergem nos últimos anos (não estão inversamente relacionados ao desenvolvimento), o que evidencia a necessidade de incorporar outros aspectos à análise do processo migratório, como as *capabilities* e as aspirações individuais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Migração. Trajetórias primárias. Trajetórias secundárias.

ABSTRACT

The reciprocal relationship between development and population dynamics affects the migration patterns. The level of regional development is affected by the migration process, and the subsequent migration flows are affected by the growth rates of the localities in a process of circular and cumulative causation. The aim of this paper is to identify the main characteristics of the Brazilian migration patterns' between the 1980's and the 2010's and its determinants. To achieve this goal, we analyze data from demographic census for the period, provided by IBGE. The migration criterion adopted considers migrant the individual who lives in a region for less than 05 years, regardless of his place of birth. Data analysis shows that migration patterns in Brazil are extremely related with the levels of regional development. Moreover, migration flows are associated with the advantages of urban centers, especially if they are located in medium sized cities. New trends begin to emerge and are related to the economic expansion of new destiny regions, with the decline of job opportunities in the most developed region of the country, and with return migration. Despite the changes observed, the inertial component of Brazilian dominant migration patterns decreases the expansion rate of its migration transition. The main determinants of this dominant pattern are described by the conventional migration theories (neoclassical, push-pull and structuralist models). However, these theories are unable to explain the migration flows that emerge in recent years, which highlights the need to incorporate other aspects in the study of migration process, as the individual capabilities and aspirations.

keywords: Regional development. Migration. Primary flows. Secondary Flows.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos:

- Gráfico 01 – Evolução da proporção de domicílios em áreas urbanas, rurais e metropolitanas (Brasil 1980-2010).....89
- Gráfico 02 – Evolução da infraestrutura domiciliar (Brasil 1980-2010).....90
- Gráfico 03 – Evolução da proporção de responsáveis pelo domicílio por sexo (Brasil 1980-2010).....91
- Gráfico 04 – Evolução da proporção de pessoas por grupos de idade (Brasil 1980-2010).....92
- Gráfico 05 – Evolução da proporção de pessoas por grupos educacionais (Brasil, 1980-2010).....93
- Gráfico 06 – Evolução da média de anos de estudo (Brasil, 1980-2010).....94
- Gráfico 07 – Evolução da proporção de indivíduos por condição de atividade e ocupação (Brasil, 1980-2010).....95
- Gráfico 08 – Evolução da proporção de ocupados em atividades formais e informais (Brasil, 1980-2010).....96
- Gráfico 09 – Evolução da proporção de ocupados por setor de atividade (Brasil, 1980-2010).....97
- Gráfico 10 – Evolução da proporção de ocupados por categoria sócio-ocupacional (Brasil, 1980-2010).....98
- Gráfico 11 – Evolução média do rendimento domiciliar *per capita* por grupos (Brasil, 1980-2010).....99
- Gráfico 12 – Evolução da proporção de migrantes de retorno em relação aos seus respectivos grupos (Brasil, 1980-2010).....117

Figuras:

- Figura 01 – Indicador de desenvolvimento e atratividade local por área regional comparável (Brasil, 1980).....107
- Figura 02 – Indicador de desenvolvimento e atratividade local por área regional comparável (Brasil, 2010).....110

- Figura 03 – Variação da classificação regional por área comparável (Brasil, 1980/2010).....113
- Figura 04 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 1980).....123
- Figura 05 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 1980).....124
- Figura 06 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 1980).....125
- Figura 07 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 1991).....137
- Figura 08 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 1991).....138
- Figura 09 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 1991).....139
- Figura 10 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 2000).....152
- Figura 11 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 2000).....153
- Figura 12 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 2000).....154
- Figura 13 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 2010).....171
- Figura 14 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 2010.....172
- Figura 15 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 2010).....173

Quadros:

- Quadro 01 – Indicadores socioeconômicos regionais.....104
- Quadro 02 – Variável dependente.....198
- Quadro 03 – Variáveis indicadores das características pessoais (controles sociodemográficos).....199
- Quadro 04 – Variáveis indicadores das características das regiões de origem dos potenciais migrantes (área comparável de residência na data fixa).....200
- Quadro 05 – Variáveis indicadores das características das regiões de destino dos potenciais migrantes (área comparável de residência na data de recenseamento).....202

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 – Distribuição amostral por ano.....87
- Tabela 02 – Evolução da quantidade de migrantes e não migrantes (Brasil, 1980-2010).....88
- Tabela 03 – Total da variância explicada para a amostra de 413 áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010).....105
- Tabela 04 – Coeficientes dos componentes principais (Brasil, 1980-2010).....105
- Tabela 05 – Evolução da proporção de migrantes (Brasil, 1980-2010).....116
- Tabela 06 – Evolução da proporção de migrantes por tipo de deslocamento (Brasil, 1980-2010).....118
- Tabela 07 – Migração interna por estado (Brasil, 1980).....122
- Tabela 08 – Migração interna por estado (Brasil, 1991).....136
- Tabela 09 – Migração interna por estado (Brasil, 2000).....151
- Tabela 10 – Migração interna por estado (Brasil, 2010).....170
- Tabela 11 - Evolução da amostra por grupo de análise (Brasil, 1980-2010).....198
- Tabela 12 - Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual (Brasil, 1980-2010).....205
- Tabela 13 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o rendimento domiciliar *per capita* (médio) do local de residência (Brasil, 1980-2010).....210
- Tabela 14 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo a infraestrutura domiciliar média do local de residência (Brasil, 1980-2010).....214
- Tabela 15 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo indicador de desigualdade educacional do local de residência (Brasil, 1980-2010).....216
- Tabela 16 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo a importância do setor industrial do local de residência (Brasil, 1980-2010).....219
- Tabela 17 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo a taxa de pobreza do local de residência (Brasil, 1980-2010).....223

- Tabela 18 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o padrão de distribuição de renda do local de residência (Brasil, 1980-2010).....226
- Tabela 19 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o nível de centralidade do local de residência (Brasil, 1980-2010).....229
- Tabela 20 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo indicadores de desenvolvimento e atratividade do local de residência (Brasil, 1980-2010).....233
- Tabela 21 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o porte do local de residência (Brasil, 1980-2010).....234
- Tabela 22 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o local de residência (Brasil, 1980-2010).....237

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC – Área Regional Comparável
- ACP – Análise de Componentes Principais
- AMC – Área Mínima Comparável
- C.C.C – Teoria da Causação Circular Cumulativa
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IED – Investimento externo direto
- II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISI – Industrialização por substituição de importações
- NELM – New Economics of Labour Migration
- NGE – Nova Geografia Econômica
- PEA – População Economicamente Ativa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PME – Pesquisa Mensal de Emprego
- PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- REGIC – Regiões de Influência das Cidades
- RRR – Razão de Riscos Relativos
- UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO 1 – Introdução.....18

2 CAPÍTULO 2 – Perspectivas teóricas sobre as interações entre desenvolvimento e migração.....23

2.1 A abordagem neoclássica: visões otimistas dos processos migratórios.....23

2.1.1 Aspectos macroeconômicos da Teoria Neoclássica da Migração.....26

2.1.2 Aspectos microeconômicos da Teoria Neoclássica da Migração e a Teoria do Capital Humano.....30

2.1.3 Críticas às Teorias Neoclássicas da Migração.....34

2.2 As Teorias Histórico-Estruturalistas: abordagens pessimistas dos processos migratórios.....35

2.3 Os modelos *Push-Pull*.....38

2.4 A Teoria do Mercado Dual de Trabalho.....40

2.5 As Teorias das Redes de Contato e do Capital Social e a Teoria dos Sistemas Migratórios.....42

2.6 A Nova Economia das Migrações do Trabalho: uma estratégia familiar/domiciliar para maximizar a renda esperada..... 43

2.7 A Teoria da Transição da Mobilidade.....46

2.8 Dinâmica espacial das atividades econômicas: a atratividade dos centros urbanos.....47

3 CAPÍTULO 3 – As teorias do desenvolvimento/crescimento econômico e a migração.....51

3.1 Estratégias para a superação do subdesenvolvimento: Rosenstein-Rodan e o processo de crescimento equilibrado.....51

3.2 Ragnar Nurkse e a Teoria do Crescimento Equilibrado: os problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos.....53

3.3 A Teoria dos Estágios do Desenvolvimento Econômico.....55

3.4 Crescimento populacional e a dinâmica do produto nacional sob a ótica de Simon Kuznets.....58

3.5 A Teoria do Subdesenvolvimento: o estruturalismo latino-americano.....60

3.6 A Teoria dos Polos de Crescimento.....62

3.7 Desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa: a lógica de Gunnar Myrdal.....64

3.8 As teorias regionais do crescimento desequilibrado.....66

3.9 As Teorias do Crescimento Econômico Exógeno e Endógeno.....69

3.9.1 As Teorias do Crescimento Econômico Exógeno.....70

3.9.2 Os modelos de crescimento econômico endógeno.....73

3.10 A Nova Geografia Econômica..... 77

4 CAPÍTULO 4 – Características gerais da amostra e dinâmica regional brasileira.....83

4.1 Base de dados.....84

4.2 Estatísticas descritivas.....87

4.3 A dinâmica regional brasileira no período 1980-2010.....101

5 CAPÍTULO 5 – Migração interna no Brasil: principais fluxos e tendências recentes.....114

5.1 Evolução da proporção de migrantes no Brasil entre 1980-2010.....115

5.2 O padrão migratório brasileiro entre 1970 e 1980.....119

5.2.1 A migração interestadual e a manutenção do padrão migratório desenhado no bojo do desenvolvimento industrial brasileiro.....126

5.2.2 A migração intraestadual e a atratividade dos grandes centros urbanos.....132

5.3 O padrão migratório brasileiro entre 1980 e 1991.....134

5.3.1 Os deslocamentos de longa distância (interestaduais) e a intensificação dos fluxos migratórios secundários no Brasil.....140

5.3.2 Os deslocamentos de curta distância (intraestaduais) e a emergência de novas regiões de absorção migratória.....147

5.4 O padrão migratório brasileiro entre 1991 e 2000.....148

5.4.1 A migração interestadual e a consolidação das trajetórias secundárias no Brasil.....155

5.4.2 A migração intraestadual e os efeitos da interiorização da urbanização sobre suas respectivas regiões de origem e destino.....166

5.5 O padrão migratório brasileiro entre 2000 e 2010.....167

5.5.1 A migração interestadual: surge um novo padrão migratório no Brasil?.....174

5.5.2 As características dos deslocamentos de curta distância nos primeiros anos do século XXI.....184

6 CAPÍTULO 6 – Determinantes da condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010.....188

6.1 Estratégia metodológica para a determinação da decisão individual de migrar.....191

6.2 O modelo empírico.....196

6.3 Base de dados e descrição das variáveis.....197

6.4 A contribuição das características individuais para a decisão de migrar: o modelo a-espacial de determinação da condição de migração.....205

6.5 Aspectos regionais e a decisão individual de migrar.....209

6.5.1 A influência dos níveis médios de renda das regiões de origem e destino para a efetivação da migração.....209

6.5.2 As condições de infraestrutura domiciliar e o processo migratório brasileiro.....213

6.5.3 Regiões com maiores níveis de escolaridade são mais atraentes para os indivíduos?.....215

6.5.4 A dinâmica do setor industrial e os deslocamentos populacionais no Brasil.....218

6.5.5 As taxas de pobreza regionais e seus impactos sobre a decisão individual de migrar.....221

6.5.6 Os padrões regionais de distribuição de renda influenciam os deslocamentos populacionais no Brasil?.....225

6.5.7 A influência da hierarquia urbana brasileira sobre a decisão individual de migrar.....228

6.5.8 O tamanho das cidades brasileiras e seus deslocamentos populacionais.....233

6.5.9 A área regional comparável São Paulo continua a polarizar as trajetórias migratórias brasileiras?.....236

6.6 Desenvolvimento regional e migração no Brasil: da inércia ao dinamismo?.....238

7 CAPÍTULO 7 – Conclusões.....240

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....250

APÊNDICE A.....261

APÊNDICE B.....CD-ROM Anexo

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A análise do processo de desenvolvimento, entendido como um conjunto de transformações socioeconômicas amplas[1], engloba, necessariamente, sua interação com a movimentação dos fatores de produção no tempo e espaço. Em outras palavras, compreender a dinâmica das interações entre desenvolvimento e fluxos de capital e trabalho é essencial para analisar as trajetórias de crescimento de determinadas regiões e/ou países. Em especial, as interações entre desenvolvimento e migração, cuja natureza e repercussões espaço-temporais são bastante heterogêneas, precisam ser analisadas como parte integrante e recíproca desse amplo processo.

As causas e impactos da migração não devem ser estudados separadamente nem de forma isolada em relação ao processo de desenvolvimento, pois isso gera limitações para a análise. O nível de desenvolvimento de uma região influencia as decisões de migrar e estas, por sua vez, têm impactos sobre o desenvolvimento, especialmente nos países de origem dos migrantes (TAYLOR, 1999). Assim, a migração deve ser entendida como um processo integrante do desenvolvimento econômico, possuidor de dinâmica interna própria e que possui impactos específicos sobre as estruturas das localidades de origem e destino dos migrantes.

Esta natureza extremamente complexa dos processos migratórios exige um *framework* teórico que incorpore uma variedade de perspectivas (micro e macro) e hipóteses. Contudo, devido à dificuldade de generalizar as causas e consequências deste fenômeno, bem como às dificuldades de isolá-lo dos demais aspectos sociais, econômicos e políticos, não há uma única teoria aceita pelos estudiosos como capaz de explicar a dinâmica dos fluxos migratórios (como se iniciam e se perpetuam). Há, na realidade, uma quantidade significativa de teorias capazes de explicar determinados aspectos do processo migratório, mas nenhuma delas consegue explicar toda a sua complexidade (DE HAAS, 2008; BARRICARTE, 2010). Segundo Massey *et al.* (1993), o motivo mais provável para a elaboração de várias

[1] O desenvolvimento é considerado nesta tese como um processo multidimensional no qual o progresso econômico deve ser acompanhado por mudanças significativas nas estruturas sociais e institucionais de determinada localidade. O progresso material e financeiro, quando não acompanhado de melhorias no bem-estar, da garantia das liberdades individuais, da redução da pobreza, da marginalização urbana e das disparidades regionais, é incapaz de alterar a trajetória de crescimento local (SEN, 1999).

perspectivas teóricas sobre a migração de forma isolada e com diferentes orientações está relacionado ao fato da migração ser objeto de estudo de várias ciências sociais (economia, geografia, sociologia, demografia, etc.) e não de uma área específica. O resultado é a existência de grandes controvérsias em relação à natureza, causas e impactos dos fluxos migratórios. Neste sentido, é essencial realizar uma revisão crítica das principais teorias que analisam as interações entre desenvolvimento e migração no período posterior à II Guerra Mundial[2].

O primeiro estágio para realizar essa análise envolve a identificação das fases dos estudos sobre as interações entre desenvolvimento e migração, que segundo De Haas (2008) seriam: (i) do imediato pós-II guerra até a década de 1970, período no qual prevaleceram as visões otimistas, pois a migração era considerada uma facilitadora das transferências de capital e conhecimento, contribuindo assim para a realização do *take off* pelos países em desenvolvimento; (ii) nas décadas de 1970 e 1980 prevaleceram as visões pessimistas em relação a estas interações, pois considerava-se que a migração poderia aumentar a dependência dos países menos desenvolvidos em termos econômicos, bem como a *brain drain* (fuga de cérebros); (iii) entre 1990 e 2001 persiste o ceticismo em relação às possíveis contribuições dos fluxos migratórios para o desenvolvimento com o respectivo endurecimento das políticas de imigração, todavia, a polarização do debate observada na década anterior (neoclássicos versus estruturalistas) diminui em prol de visões mais sutis, baseadas especialmente em trabalhos empíricos; e (iv) após 2001 são elaboradas novas perspectivas teóricas, em geral mais otimistas e plurais, baseadas no papel desempenhado pelas remessas realizadas pelos migrantes e nos possíveis ganhos da migração de retorno.

O segundo estágio consiste na definição das teorias a serem discutidas na tese, que serão divididas em dois grupos. O primeiro grupo é apresentado no Capítulo 2 e engloba teorias que explicam as causas da migração, os mecanismos que perpetuam os fluxos migratórios e aquelas que consideram de maneira mais complexa a heterogeneidade inerente a este processo. Utilizando a diversidade dos estudos realizados como critério de escolha, optou-se por analisar as Teorias Neoclássicas da Migração em suas perspectivas micro e

[2] Segundo Arango (2000), as principais contribuições teóricas para essa discussão começaram a ser desenvolvidas a partir deste período. Destaca-se, inclusive, que não havia grandes preocupações (e/ou barreiras) em relação aos fluxos de pessoas entre regiões e países até o começo do século XX, o que se refletia em debates acadêmicos e políticos simplistas sobre o tema.

macroeconômicas, as abordagens histórico-estruturalistas sobre a migração, os modelos *Push-Pull*, a Teoria do Mercado Dual de Trabalho, as Teorias das Redes de contato e do Capital Social, a Teoria dos Sistemas Migratórios, a Nova Economia das Migrações do Trabalho e a Teoria da Transição da Mobilidade.

O segundo grupo de teorias, analisadas no Capítulo 3, muda o foco para perspectivas estritamente econômicas. A ideia é identificar como as principais teorias econômicas elaboradas no pós-guerra incorporam a relação entre desenvolvimento e migração em suas análises. Considerando o objeto de estudo da tese, foram selecionadas as teorias cujo objetivo é determinar a dinâmica do processo de desenvolvimento (ou crescimento) econômico, a saber: as Teorias do Desenvolvimento Econômico, as Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional, as Teorias do Crescimento Econômico Exógeno e Endógeno, o Estruturalismo-histórico e a Nova Geografia Econômica.

Ao analisar estas teorias pretende-se identificar a importância das interações entre desenvolvimento e migração e, consequentemente, suas implicações para a dinâmica das localidades de origem e destino dos migrantes. Neste contexto, serão realizados dois exercícios para o Brasil no período 1980-2010: o primeiro refere-se à análise descritiva de suas trajetórias migratórias e o segundo à estimação de modelos de regressão para testar a influência de aspectos regionais sobre a condição de migração individual. O objetivo é identificar as principais trajetórias migratórias do país, relacionando-as aos aspectos regionais do desenvolvimento.

Os microdados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são utilizados para construir a base de dados utilizada para a realização dos exercícios propostos. No Capítulo 4 são descritas as principais características desta base de dados e todos os procedimentos metodológicos utilizados para a sua obtenção. A opção do horizonte temporal de análise exigiu a compatibilização de diversos quesitos censitários, em especial daqueles relacionados à migração, e da malha municipal brasileira, cujo montante varia significativamente entre 1980 e 2010. Além disso, a definição da unidade espacial de análise exigiu a construção de áreas regionais comparáveis (AC) para o período analisado, cuja definição equivale à escala microrregional. Ainda neste capítulo, são construídos indicadores dos níveis de desenvolvimento e de atratividade regional, por intermédio de uma análise de componentes principais utilizada para identificar as principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro nas últimas três décadas.

A partir desta base de dados são construídas matrizes migratórias de curta e de longa distância para o Brasil em cada ano censitário, objetos de estudo do Capítulo 5. A análise destas matrizes permite identificar as principais características dos padrões migratórios brasileiros no período 1980-2010, viabilizando assim a confirmação da hipótese levantada por Brito (1997, 2002), Brito e Carvalho (2006) e Baeninger (2000, 2008): o Brasil caminha em direção a uma fase de transição migratória. Ressalta-se que as matrizes construídas permitem visualizar as trajetórias migratórias entre áreas comparáveis de um estado (deslocamentos de curta distância); entre áreas comparáveis de estados distintos (deslocamentos de longa distância); e os deslocamentos de retorno. As trajetórias podem ser analisadas em diferentes escalas espaciais, a saber, a macrorregional, a estadual e a microrregional. A última perspectiva é o foco de análise da tese.

Vale ressaltar que a caracterização dos padrões migratórios brasileiros no período proposto gera um subproduto instigante: a identificação da persistência da trajetória migratória dominante no país, desenhada em seu processo de desenvolvimento industrial pós-1950 e caracterizada por deslocamentos populacionais das regiões estagnadas, localizadas principalmente no Nordeste do país e em Minas Gerais, para as regiões mais dinâmicas, localizadas na região Sudeste e mais especificamente em São Paulo, evidencia a complexa inter-relação entre migração e desenvolvimento no país. As elevadas disparidades regionais que existem no Brasil estimulam o componente inercial deste fluxo e limitam o ritmo de expansão de suas trajetórias secundárias/regionais. A questão regional brasileira é fundamental para a conformação de seus padrões migratórios e estes, simultaneamente, condicionam o seu desenvolvimento.

Confirmada a hipótese de reciprocidade entre desenvolvimento e migração, procede-se à determinação da influência dos aspectos regionais sobre a migração no Brasil. Apesar da importância deste tema para os debates acadêmicos e políticos, a quantidade de estudos com o objetivo de avaliar os impactos regionais sobre os fluxos migratórios no Brasil é escassa, devido principalmente à limitação de dados disponíveis sobre o tema (MARTINE, 1989; VAINER, 2000). É justamente esta lacuna que se pretende suprir com a elaboração do Capítulo 6. Modelos de regressão logística são utilizados para estimar a condição de migração individual, ou em outras palavras, a probabilidade de um indivíduo ser um migrante. Os modelos incorporam variáveis indicadoras das características individuais, produtivas e não produtivas, e variáveis indicadoras das características socioeconômicas das regiões de residência individual. Por restrições da base de dados são estimados modelos específicos para

as respectivas regiões de origem e de destino dos potenciais migrantes. O objetivo é realizar uma série de testes para identificar quais aspectos regionais funcionam como fatores de retenção, repulsão e/ou atração populacional. Em seguida, no Capítulo 7, são realizadas as conclusões do estudo.

CÁPITULO 2 - PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO E MIGRAÇÃO

2.1 A abordagem neoclássica: visões otimistas dos processos migratórios

Os estudos sobre as interações entre desenvolvimento econômico e migração têm como precursor Ernest-George Ravenstein. Este autor identificou, ao analisar as experiências do Reino Unido (1885) e de vários países europeus (1889), as chamadas "*Laws of Migration*". Entre os diversos fatores relacionados como influenciadores da mobilidade individual, Ravenstein destacou a condição econômica – o desejo de prosperar – e o progresso tecnológico como suas principais motivações. Esta inspiração teórica, relacionada ao rápido crescimento econômico, à internacionalização das atividades produtivas e à migração no período pós-Segunda Guerra Mundial, estimulou a elaboração de teorias sobre o processo migratório, especialmente por economistas. Na realidade, as primeiras teorias que analisaram a migração tinham como principal objetivo descrever o processo de desenvolvimento como um todo e não os movimentos migratórios *per se*.

O marco teórico para a elaboração dos modelos neoclássicos foi estabelecido por Lewis (1954). Em seu modelo de "Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra" a migração desempenha papel fundamental para a dinâmica das economias duais. Estas seriam economias em desenvolvimento nas quais um setor moderno, exportador e de elevada produtividade marginal coexiste com um setor agrícola, tradicional, de produtividade marginal inferior à zero, voltado para o mercado interno. O modelo é utilizado para explicar o processo de expansão econômica, cuja questão fundamental está relacionada à utilização do excedente capitalista. À medida que este é reinvestido, o setor moderno cresce e absorve maior número de trabalhadores do setor tradicional, o que torna o excedente capitalista ainda maior. Este processo continua até o desaparecimento do excesso de oferta de mão de obra.

A hipótese inicial do modelo, além dos princípios de escolha racional, maximização da utilidade e livre mobilidade dos fatores de produção, é a existência de uma oferta ilimitada de mão de obra não qualificada em países/regiões nos quais a população é numerosa em relação ao capital e aos recursos naturais, de tal forma que a produtividade marginal do trabalho é

nula ou mesmo negativa no setor tradicional[3]. Por este motivo, os trabalhadores deste setor recebem salários inferiores à produtividade marginal do trabalho, suficientes apenas para garantir sua manutenção e reprodução[4]. Em contrapartida, no setor moderno, o salário é determinado pelo mercado e equivale ao que se ganharia fora deste setor, ou seja, no setor tradicional. Todavia, há uma diferença entre os níveis salariais destes setores provocada pelas disparidades nos custos de vida entre as atividades modernas e tradicionais (diferença nominal) e pela necessidade de cobrir os custos psicológicos associados ao deslocamento dos trabalhadores entre os setores (diferença real). Lewis (1954) estimou que este diferencial fosse de aproximadamente 30% em prol do setor moderno.

Devido a esta diferença salarial quando o setor moderno se expande ele atrai mão de obra do setor tradicional. A existência de oferta ilimitada de mão de obra garante a expansão do setor moderno sem a elevação de seus níveis salariais, mantendo inclusive sua rentabilidade, pois a transferência ocorre apenas até o ponto no qual a produtividade marginal do trabalho torna-se nula (acima deste nível seria preciso aumentar os salários.). Neste sentido, a migração constitui-se a condição prévia para que se inicie um processo de desenvolvimento que diminua o atraso econômico. A migração é um mecanismo de desenvolvimento essencial para a economia em seu conjunto, ao explorar o potencial de crescimento inerente às disparidades econômicas (ambos os setores e regiões – tradicional e moderno, origem e destino – irão se beneficiar com as migrações). O movimento de trabalhadores entre setores e regiões será interrompido apenas quando forem eliminadas as diferenças (reais) salariais.

Cabe ressaltar que a análise inicia-se nas relações estabelecidas primeiramente entre os setores tradicionais e modernos de uma mesma região (economia fechada). Quando a acumulação de capital atinge a oferta de trabalho nesta localidade, os salários tendem a crescer acima do nível de subsistência, diminuindo o excedente capitalista. Se existe oferta ilimitada de mão de obra em regiões (e/ou países) vizinhas, os capitalistas podem evitar esta

---

[3] A existência desta oferta ilimitada de mão de obra é explicada pelos seguintes fatores: (i) aumento da participação feminina no mercado de trabalho; (ii) expansão demográfica; e (iii) desemprego gerado pelo introdução de máquinas e equipamentos no processo produtivo. Além do excesso de trabalhadores em atividades de baixa produtividade (LEWIS, 1954).

[4] O nível de subsistência de uma sociedade é um conceito subjetivo, baseado em convenções e sujeito a mudanças contínuas (LEWIS, 1954).

redução através de dois mecanismos: estimulando a imigração do fator trabalho ou exportando seu capital (físico e humano[5]) para estas regiões.

Assim, a migração (interna e internacional) é causada por diferenças geográficas na demanda e na oferta de trabalho. Países e/ou regiões com excesso de mão de obra em relação ao capital têm um salário de equilíbrio baixo, enquanto países e/ou regiões com dotação de trabalho em relação ao capital limitada são caracterizados por elevados salários. A imigração em massa contribuirá para a equalização dos níveis salariais entre as localidades de origem e destino, cujas diferenças refletirão apenas os custos, físicos e psicológicos, envolvidos no deslocamento. Neste contexto, os mercados de trabalho são os principais mecanismos indutores dos fluxos migratórios, logo, políticas trabalhistas restritivas são consideradas suficientes para controlar estes movimentos.

Apesar da importância da migração no modelo desenvolvido por Lewis (1954), seu problema central seria a determinação dos fatores que levam ao aumento da poupança – reinversão do excedente capitalista – em relação à renda nacional, permitindo assim uma rápida acumulação do capital[6]. A dinâmica dos fluxos migratórios e sua relação recíproca com o nível de desenvolvimento das localidades de origem e destino são consideradas secundárias na análise.

Além disso, Lewis (1954) considera que a imigração, especialmente a internacional, envolve uma série de fatores que a tornam alvo de movimentos hostis por parte dos trabalhadores naturais das áreas de destino, dificultando a sua aplicação. Neste sentido, a exportação do capital seria o mecanismo mais indicado para dar continuidade ao ciclo de expansão:

> *"The export of capital is therefore a much easier way out for the capitalists, since trade unions are quick to restrict immigration, but much slower in bringing the export of capital under control" (LEWIS, 1954, p. 177).*

Esta afirmação demonstra que apesar deste modelo ter sido utilizado para explicar os fluxos migratórios entre as décadas de 1950 e 1970, esta claramente não foi a intenção original do

---

[5] Ao considerar que o movimento de capital inclui o capital humano, ou seja, trabalhadores altamente qualificados, Lewis (1954) reconhece a importância da heterogeneidade dos migrantes para a dinâmica do processo e enfatiza que os dois grupos de trabalhadores terão padrões migratórios opostos.

[6] Segundo Lewis (1954), a explicação mais plausível para a reinversão do excedente capitalista refere-se ao provável aumento da renda dos indivíduos que possuem maiores propensões a poupar – os capitalistas do setor moderno. Se uma parte de seus lucros é reinvestida no aumento da capacidade produtiva, inicia-se um ciclo de expansão. Este processo cessará apenas quando a acumulação de capital tiver atingido a população de modo a não haver mais excedente de trabalho.

autor, especialmente quando se trata dos fluxos internacionais. A explicação mais plausível para a adoção deste modelo por um período significativo está relacionada à sua vantagem de combinar a perspectiva micro da tomada individual de decisão com a perspectiva macro dos fatores determinantes estruturais, o que evidencia a necessidade de analisar as alterações realizadas no modelo original.

2.1.1 Aspectos macroeconômicos da Teoria Neoclássica da Migração

A Teoria Neoclássica da Migração é, no plano macro, uma teoria sobre a redistribuição espacial dos fatores de produção em resposta a variações nos preços relativos, ou seja, a migração é o resultado de uma distribuição espacial desigual da mão de obra e do capital. Em alguns países/regiões o fator trabalho é escasso em relação ao capital e, consequentemente, seu preço – o salário – é elevado; em outros países/regiões observa-se a situação oposta. Como resultado, há uma tendência de deslocamento dos trabalhadores de países/ regiões nos quais a mão de obra é abundante em direção aos países/regiões nos quais há escassez do fator trabalho, o que contribui para a equalização dos salários no longo prazo. Assim, a migração estimula a eliminação dos diferenciais salariais e, consequentemente, das disparidades de renda e bem-estar. Esta eliminação, por sua vez, implicará o fim da migração.

A inadequação da teoria para explicar o comportamento dos dados empíricos sobre os fluxos migratórios evidenciou a necessidade de realizar alterações no modelo original, com o objetivo de incorporar fatores de maior complexidade ao mesmo. As principais contribuições foram realizadas por Ranis e Fei (1961) e Harris e Todaro (1970), as quais serão analisadas a seguir.

(i) O modelo de desenvolvimento econômico de Ranis-Fei

Ranis e Fei (1961) tinham como objetivo contribuir para a discussão da análise do processo de transição de uma economia subdesenvolvida e estagnada, caracterizada pela existência de mão de obra abundante, baixa variedade na dotação de recursos, predomínio da produção agrícola e elevados níveis de desemprego e de crescimento populacional, em uma economia cujo crescimento é espontâneo. Os autores utilizam como referencial teórico o modelo elaborado por Lewis (1954) e a Teoria dos Estágios do Crescimento Econômico (ROSTOW,

1956). Considera-se que a economia objeto de estudo está no primeiro estágio do processo de *take off*[7].

Segundo Ranis e Fei (1961), o modelo elaborado por Lewis (1954) é incapaz de explicar satisfatoriamente o processo de crescimento econômico, pois a dinâmica do setor de subsistência, que pode sofrer alterações e influenciar o processo de *take off*, é negligenciada. Os autores reformularam a concepção do modelo original e incluíram o papel do setor agrícola e a possibilidade de variação da produtividade de ambos os setores. O modelo é descrito em termos matemáticos, incluindo o crescimento populacional e permitindo investigar a noção do esforço mínimo necessário em relação à duração do processo de *take off*[8]. Além disso, identifica a existência de uma interdependência setorial em relação aos investimentos e mercados consumidores, capaz de garantir que o crescimento ocorra de forma equilibrada (*balanced growth path*).

Os autores evidenciam as condições que tornam a mão de obra escassa e essencial para o setor agrícola, pois este fator é fundamental para explicar o aumento da competitividade deste setor e a diminuição do ritmo de crescimento da produção industrial. Nas duas primeiras fases do processo de *take off*, a existência de trabalho redundante (desemprego disfarçado) no setor agrícola assegura que seus trabalhadores sejam remunerados por um salário inferior à produtividade marginal do trabalho e permite que estes trabalhadores sejam transferidos para o setor industrial sem a redução da produção agrícola. À medida que esta transferência ocorre, diminui o nível de trabalho redundante e, consequentemente, aumenta a produtividade marginal do trabalho. Esta transferência cessará quando todo desemprego disfarçado for absorvido, o que ocorre no ponto em que a produtividade marginal do trabalho é igual ao salário institucional. O setor agrícola torna-se competitivo e, consequentemente, necessita da mão de obra disponível.

Neste sentido, as mudanças de fase do processo de *take off* representam pontos críticos para a economia e constituem marcos para o seu desenvolvimento: a conclusão da transferência do

---

[7] Situação de quase estagnação que dura entre duas e três décadas, na qual a economia se transforma de tal forma que o crescimento econômico subsequente se torna mais ou menos automático. Suas características incluem redução da população rural e fluxos migratórios contínuos para o setor industrial, viabilizados pelo excesso de oferta de mão de obra (ROSTOW, 1956).

[8] O esforço mínimo necessário representa o volume mínimo de investimentos necessário para alcançar uma situação permanente de não estagnação. É um conceito dinâmico, ou seja, varia ao longo do tempo e de acordo com o comportamento das variáveis do modelo (RANIS e FEI, 1961).

trabalho agrícola redundante estimula mudanças no comportamento dos agentes econômicos, iniciando um processo de crescimento autossustentável. Este processo pode ser adiado pelo aumento da produtividade nos setores agrícola e industrial viabilizado por investimentos, o que é benéfico para a dinâmica do crescimento, ou pela expansão populacional, que aumenta o trabalho redundante no setor agrícola e prejudica a dinâmica econômica local.

Ao supor crescimento populacional positivo (e exógeno) durante o processo de *take off*, Ranis e Fei (1961) verificam uma diminuição do coeficiente de trabalho não redundante no setor agrícola, o que afeta negativamente o ritmo de expansão da economia. Com o crescimento populacional, a indústria precisará absorver uma quantidade maior de trabalhadores se quiser realizar a decolagem no mesmo período que o faria sem a elevação demográfica. Se os investimentos realizados na economia permanecem constantes e se há um nível mais elevado de industrialização requerida, forçado pelo crescimento populacional, chega-se a conclusão que o período para alcançar o *take off* será prolongado ou mesmo não atingido[9].

Percebe-se que o modelo de crescimento de Ranis-Fei incorpora o papel da expansão demográfica para a dinâmica do processo, contudo, os autores não fazem referências diretas à migração (não detalham quais seriam as fontes do crescimento populacional). Apesar disto, pode-se afirmar que a migração, como fonte de expansão demográfica, influencia significativamente o processo de *take off*. Assim como no modelo de Lewis (1954), a migração não é o objeto principal de análise.

(ii) O modelo Harris-Todaro: *the two sector internal trade model with unemployment*

Harris e Todaro (1970) tinham como objetivo elaborar um modelo para explicar porque a migração rural-urbana de trabalhadores continua apesar da existência de produtividade marginal positiva no setor agrícola e de níveis significativos de desemprego urbano em economias menos desenvolvidas. Segundo os autores, os modelos convencionais de pleno emprego, ajuste de salários e preços são incapazes de explicar este fenômeno de forma racional na ausência de trabalho redundante na economia e os mesmos não consideram o papel desempenhado pelas cidades neste processo – a atratividade do meio urbano.

---

[9] A industrialização requerida deve ser interpretada como o investimento setorial mínimo para atingir o *take off* em cada ano do processo. Quanto maior o esforço, mais rapidamente o nível de industrialização atual atingirá o nível de industrialização requerida para o desenvolvimento.

O modelo Harris-Todaro reconhece que a existência de determinados fatores políticos estabelece um salário mínimo urbano substancialmente mais elevado do que os ganhos do setor agrícola. Este salário, por sua vez, tem influência sobre o comportamento econômico dos trabalhadores rurais, mesmo quando a hipótese do excesso de mão de obra do setor agrícola não é verificada. A migração intersetorial acontecerá em resposta às diferenças entre os rendimentos esperados dos setores rurais e urbanos e a taxa de desemprego funcionará como uma força de equilíbrio da migração. Assim, pode-se explicar por intermédio deste modelo que: (i) considerado o salário institucional urbano, a existência de migração rural-urbana, apesar do substancial desemprego urbano, representa uma escolha econômica racional por parte do indivíduo migrante, que maximiza sua utilidade; (ii) políticas econômicas de criação de emprego urbano implementadas através de subsídios salariais ou emprego público não levarão necessariamente a um aumento do bem-estar e, provavelmente, aumentarão o problema do desemprego ao estimular a migração; e (iii) na ausência de um salário flexível, uma política ótima deve incluir restrições à migração espontânea[10].

A principal hipótese do modelo afirma que a migração rural-urbana irá continuar enquanto a renda real urbana esperada exceder o produto agrícola, pois os migrantes potenciais desejam maximizar a utilidade esperada. Assume-se que a força de trabalho total urbana consiste em um proletariado urbano (permanente e sem vínculos com o setor rural) mais a oferta disponível de migrantes rurais, entre os quais ocorre um processo de seleção aleatória sempre que o número de empregos disponíveis é menor do que a quantidade de pessoas dispostas a trabalhar. Por fim, assume-se comportamento perfeitamente competitivo dos produtores nos setores rural e urbano, os fatores de produção terra e capital são constantes, os salários nos setores agrícola e industrial são iguais às respectivas produtividades marginais do trabalho e a condição de equilíbrio do modelo é derivada da hipótese que a migração rural-urbana é uma função positiva dos diferenciais salariais esperados entre setores rurais e urbanos[11]. Desta forma, a migração só cessará quando o diferencial esperado de renda for igual a zero e o salário for igual à produtividade marginal do migrante.

Em resumo, o modelo evidencia o papel da migração sobre o desemprego urbano e, consequentemente, sobre o desenvolvimento econômico de determinada região. A dinâmica

---

[10] Harris e Todaro (1970) destacam que possuem reservas em relação a este tipo de política por questões éticas relacionadas à restrição da escolha individual e à arbitrariedade deste tipo de política.

[11] Esta condição indica que o salário agrícola deve ser igual ao salário urbano esperado no equilíbrio.

intersetorial é demonstrada não apenas em termos de relações insumo-produto, mas também pela migração do fator trabalho: se um emprego adicional é criado no setor industrial, a migração se intensifica; analogamente, um aumento da renda agrícola induzirá migração inversa sem a diminuição da produção agregada. Neste sentido, a migração pode ser utilizada como um instrumento de política econômica, apesar da complexidade envolvida no processo de estabelecimento ou não de barreiras à mesma.

Todaro (1977), por sua vez, elabora um instrumental para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento sobre as variáveis demográficas – taxas de fertilidade, mortalidade e migração –, bem como as consequências que estas têm sobre o bem-estar social[12]. O autor conclui que alterações demográficas ocorrem mesmo quando não fazem parte do objetivo explícito das políticas econômicas. Por exemplo, políticas de redução da pobreza (ex. transferência de renda) tendem a diminuir a taxa de fertilidade da população e a afetar sua distribuição espacial; políticas de industrialização tendem a estimular a migração. Neste sentido, medidas focadas na provisão das necessidades básicas das áreas rurais e na criação de oportunidades de renda para a população de baixa renda são as mais indicadas se o objetivo é gerenciar a distribuição espacial da população.

2.1.2 Aspectos microeconômicos da Teoria Neoclássica da Migração e a Teoria do Capital Humano

Na perspectiva microeconômica neoclássica, a migração é o resultado de decisões individuais tomadas por agentes racionais que desejam aumentar seu bem-estar ao se deslocarem de um lugar para outro, no qual a recompensa – geralmente monetária – por seu trabalho é maior do que a obtida na localidade de origem em uma medida suficiente para compensar os custos tangíveis e intangíveis derivados do deslocamento. A migração é, portanto, um ato individual baseado na comparação entre a situação atual do agente e o ganho líquido esperado derivado do deslocamento. Uma vez analisadas todas as alternativas possíveis, os migrantes tendem a se deslocar para os locais nos quais esperam obter um rendimento líquido maior. As características dos principais modelos elaborados nesta perspectiva são descritas a seguir.

[12] Cassen (1976) destaca que não há consenso sobre este tema.

(i) Modelo de migração do trabalho e de desemprego urbano em países menos desenvolvidos

Todaro (1969) evidencia que a migração rural-urbana persiste, especialmente em países menos desenvolvidos, apesar da incapacidade de absorção das grandes cidades, ou seja, existência de desemprego e subemprego urbanos. Sendo assim, propõe um modelo de migração rural-urbana que considera a influência do desemprego urbano sobre a probabilidade dos migrantes potenciais encontrarem emprego no setor moderno.

Nesta análise, a migração é vista como um fenômeno de dois estágios. No primeiro, o trabalhador rural não qualificado migra para a área urbana e insere-se no setor urbano tradicional (informal); no segundo, o migrante consegue um emprego mais estável no setor moderno. A decisão de migrar é função do diferencial real de renda rural-urbana e da probabilidade de encontrar emprego no setor urbano. A incorporação desta probabilidade é essencial para a determinação do equilíbrio do modelo e evidencia a necessidade de considerar quanto tempo em média demorará para o migrante ser absorvido pelo setor moderno. Em outras palavras, o migrante deve avaliar as possibilidades e o risco de ficar desempregado ou temporariamente empregado na cidade. Por sua vez, o diferencial real de renda evidencia que mesmo se a renda real esperada na cidade for menor do que a rural por certo período após a migração, ainda pode ser racional migrar se o horizonte temporal considerado pelo indivíduo é de longo prazo. A grande questão está relacionada ao fato de considerar a renda permanente individual e não os diferenciais salariais correntes. Assim, as oportunidades de emprego e a probabilidade de estar empregado desempenham papel fundamental no processo de tomada de decisão da migração.

Os retornos líquidos em cada período futuro são estimados considerando os ganhos observados correspondentes às habilidades individuais no setor urbano e multiplicado-os pela probabilidade de obter um emprego em seu setor moderno (para imigrantes ilegais considera-se também a probabilidade de ser preso e deportado[13]), desta forma obtém-se o rendimento esperado no destino. Destes ganhos esperados na área urbana são descontados os ganhos esperados na comunidade rural (ganhos esperados na origem multiplicados pela probabilidade de estar empregado lá) e a diferença é somada ao longo do tempo (entre 0 e n), sendo

[13] Todaro e Maruszko (1987) elaboraram um modelo específico para a imigração ilegal.

descontada por um fator que reflete a utilidade do rendimento obtido no presente e no futuro. Por fim, são descontados os custos estimados do deslocamento e assim é possível obter o retorno esperado líquido da migração. Se este retorno é maior do que zero para qualquer destino potencial, o agente racional migra; se é negativo ele permanece na origem; se é nulo ele é indiferente entre se deslocar ou não. Em teoria, um migrante potencial irá para a localidade na qual os retornos líquidos esperados da migração são mais elevados.

As principais conclusões do modelo são ligeiramente diferentes daquelas obtidas pela perspectiva macro e evidenciam que a probabilidade de deslocamento aumenta de acordo com as características individuais do capital humano que influenciam a taxa de remuneração e/ou a probabilidade de estar empregado no destino em relação à origem (ex. educação, experiência, treinamento, conhecimento de outros idiomas, etc.), bem como das condições sociais e tecnológicas que diminuam os custos da migração. Neste sentido, indivíduos de uma mesma região podem ter propensões a migrar diferentes. Além disso, se as condições nas áreas de destino são psicologicamente favoráveis para migrantes potenciais, os custos da migração podem ser negativos. Assim, enquanto os diferenciais salariais das rendas rurais e urbanas forem maiores do que a taxa de criação de emprego urbano, as implicações socioeconômicas do congestionamento nas cidades continuarão a ser significativas. Neste contexto, o controle dos fluxos migratórios deve ser realizado por intermédio de políticas que afetem os ganhos esperados nas regiões de origem e destino.

As limitações do modelo estão relacionadas às restrições de suas hipóteses e referem-se principalmente ao fato da migração ter origem nos desequilíbrios exclusivos dos mercados de trabalho, o que privilegia as motivações econômicas no processo de decisão individual de migrar. Seus argumentos são incapazes de explicar deslocamentos populacionais relacionados a fatores não econômicos, como a migração familiar ou para localidades menos desenvolvidas, o que compromete a análise e a interpretação das trajetórias migratórias.

(ii) Os custos e benefícios da migração do capital humano

A não adequação das teorias migratórias tradicionais às evidências empíricas estimulou a elaboração de estudos, inspirados pelos trabalhos de Becker (1962) e Schultz (1963), cuja principal hipótese considera a migração uma forma de investimento individual. A finalidade deste investimento é aumentar a produtividade dos recursos humanos e, consequentemente,

sua remuneração. De acordo com Sjaastad (1962), esta hipótese permite observar a dinâmica migratória sob a ótica da alocação dos fatores de produção e permite calcular sua contribuição efetiva para a redução dos diferenciais salariais espaciais. A questão primordial para a implementação desta metodologia esta relacionada à determinação dos custos e retornos, públicos e privados, envolvidos no processo migratório.

Os custos privados da migração podem ser classificados em monetários e não monetários. Os primeiros incluem despesas de deslocamento e podem ser estimados a partir dos gastos com acomodação, transporte, alimentação e manutenção requeridos pela migração. Em contrapartida, os custos não monetários incluem a renúncia de renda (custo de oportunidade) e os custos psicológicos de mudar de ambiente (afastamento da família e do local de nascimento), que são provavelmente tão ou mais importantes que os custos monetários no processo de tomada de decisão da migração[14].

Os retornos privados monetários da migração consistem no incremento do salário real dos indivíduos obtido a partir do deslocamento. Este aumento é uma combinação das mudanças nos salários nominais, nos custos do emprego e/ou nos preços. Os retornos privados não monetários referem-se à preferência individual entre as localidades de origem e destino e à satisfação ou não do migrante em termos de consumo, todavia, são de difícil mensuração.

As externalidades do processo migratório também envolvem custos e recompensas para não migrantes. Recentemente, alguns economistas, em especial Borjas (1989 e 1994), Borjas, Freeman e Katz (1997) e Borjas e Katz (2007), defendem que a migração, baseada em escolhas individuais, afeta negativamente o salário dos trabalhadores nativos com características similares às dos imigrantes. Críticas a estes estudos, por sua vez, mostram que os impactos da migração sobre o emprego e os salários dos nativos são bastante limitados, gerando inclusive efeitos positivos via consumo (OTTAVIANO e PERI, 2006; CHANG, 2007; LEGRAIN, 2008) [15]. Outro provável custo social da migração estaria relacionado ao fato dos migrantes serem atraídos pelo *Welfare State* no destino. Huddle (1993), por exemplo,

---

[14] Devido à dificuldade de mensurar os custos psicológicos, Sjaastad (1962) incorpora ao modelo apenas indivíduos que possuam custo psicológico marginal relacionado à migração nulo. Assim, a migração estará relativamente livre da influência deste tipo de custo, mas a porcentagem de migrantes não.

[15] Estes estudos evidenciam que os trabalhadores imigrantes não devem ser considerados substitutos dos trabalhadores nativos, mas complementares (mercados de trabalho são segmentados, com os imigrantes ocupando setores pouco atrativos para os nativos).

defende que os imigrantes representam um custo expressivo para a administração pública federal nos Estados Unidos. Contudo, diversos estudos contestam esta tese, pois o custo envolvido no processo migratório provavelmente não é compensado apenas pela existência de um possível acesso a serviços sociais (LEGRAIN, 2008).

Identificados os custos e benefícios da migração, observa-se que a decisão de migrar, como qualquer tipo de investimento (ex. qualificação profissional e/ou educacional), tem retornos sujeitos à depreciação e à deterioração, logo, os indivíduos mais jovens são beneficiados neste processo. Além disso, quanto maior o estoque de capital humano, maiores os retornos individuais da migração. Estes fatos demonstram que não são apenas as variáveis agregadas do mercado de trabalho que influenciam a decisão de migrar, mas também sua estrutura interna e segmentação, bem como as características socioeconômicas individuais (BAUER e ZIMMERMANN, 1998).

Em resumo, a contribuição da Teoria Neoclássica do Capital Humano para a análise do processo migratório refere-se ao esforço de estudar a migração em um contexto de investimento e formular hipóteses sobre o comportamento dos migrantes que possam ser testadas. Somente a estimação conjunta dos custos e retornos diretos e indiretos da migração pode revelar a extensão da ineficiência na alocação de recursos criada pela existência de barreiras à mobilidade individual (SJAASTAD, 1962). Estes fatores podem explicar, em alguma medida, a heterogeneidade e o dinamismo que caracterizam os fluxos migratórios.

2.1.3 Críticas às Teorias Neoclássicas da Migração

As próprias limitações e deficiências intrínsecas às teorias neoclássicas evidenciaram sua incapacidade para explicar as mudanças ocorridas na natureza e nas características da migração a partir de meados da década de 1960. Os processos migratórios tornaram-se mais heterogêneos e complexos, cuja dinâmica não pode ser descrita por este instrumental, especialmente no caso dos países em desenvolvimento (McDOWELL e DE HAAN, 1997; SKELDON, 1997).

A principal evidência que contradiz a Teoria Neoclássica é o baixo volume de migrantes, apesar dos enormes diferenciais de renda, salários e níveis de bem-estar entre regiões e/ou países. Se os fluxos realmente fossem produzidos de acordo com o *framework* neoclássico o número de migrantes deveria ser mais elevado. As motivações econômicas são condição

necessária, mas insuficiente para que se produzam fluxos migratórios. Além disso, a teoria é incapaz de explicar a migração diferencial, ou seja, porque alguns países (regiões) mantêm taxas relativamente elevadas de emigração quando comparados a outros estruturalmente similares. Assim, a proposição de que a migração conduzirá necessariamente à equiparação dos níveis de bem-estar entre países/regiões não se verifica (DE HAAS, 2008).

O principal motivo destas limitações reside no caráter unidimensional destas perspectivas (exclusão das dimensões política, cultural, etc.). Ao privilegiar a ótica da mobilidade dos fatores de produção de acordo com seus preços relativos, a teoria torna-se incapaz de explicar o papel desempenhado pelas restrições ao movimento de pessoas. O custo para superar os obstáculos de entrada em certas localidades, como políticas de admissão, pode muitas vezes ser tão grande que desestimula parte dos migrantes potenciais. Além disso, o paradigma neoclássico também é incapaz de explicar a realidade em espaços nos quais a mobilidade é irrestrita (migração interna).

As adaptações realizadas tentaram incorporar aspectos de maior complexidade ao modelo neoclássico, como a probabilidade de obter emprego no destino, a importância dos rendimentos esperados, o papel do investimento em capital humano, etc. Todavia, as mesmas não foram suficientes para solucionar as limitações teóricas utilizadas para explicar uma realidade em constante alteração. A Teoria Neoclássica tenta explicar porque a migração começa, mas é incapaz de explicar sua perpetuação.

2.2 As Teorias Histórico-Estruturalistas: abordagens pessimistas dos processos migratórios

Nos anos 1960, em oposição à visão neoclássica, surgiram abordagens pessimistas sobre as interações entre migração e desenvolvimento, cujas raízes intelectuais são as Teorias dos Sistemas Mundiais e da Causação Circular Cumulativa (DE HAAS, 2008). Esta linha de pensamento tem como principais teóricos Wallerstein (1974), Sassen (1988 e 1991) e Castells (1989).

A Teoria dos Sistemas Mundiais considera a migração um fenômeno integrante do processo de desenvolvimento econômico, cuja análise deve ser realizada em uma perspectiva internacional. A migração seria uma consequência natural da globalização econômica e do processo de penetração do sistema capitalista central nas regiões periféricas mundiais. Seus

teóricos consideram que o sistema mundial é composto por um núcleo de países industrializados e por uma periferia de países agrícolas, que se relacionam de forma assimétrica. O progresso do primeiro grupo depende da exploração do último. Esta é realizada através da penetração de empresas multinacionais capitalistas, cujo objetivo é aumentar seus respectivos lucros a partir da utilização dos recursos e mercados consumidores periféricos.

A inversão externa em regiões periféricas envolve a substituição de processos produtivos tradicionais por técnicas modernas, que utilizam maior quantidade de capital (máquinas e equipamentos) e insumos modernos, com o intuito de tornar estas atividades competitivas no mercado mundial de *commodities*. Esta mecanização torna o setor menos intensivo em mão de obra e leva ao desaparecimento das atividades de subsistência, o que contribui para a criação de uma força de trabalho desvinculada das comunidades rurais locais e disposta a migrar. Simultaneamente, este processo gera fatores de atração nas regiões dinâmicas dos países desenvolvidos, que necessitam de mão de obra não qualificada para manter seu padrão de desenvolvimento. Assim, determinada proporção dos indivíduos desempregados pelo processo de penetração capitalista na periferia migra para as cidades mais próximas, aumentando a taxa de urbanização local; os demais optam por se deslocar para o exterior, pois a globalização cria os *links* materiais e ideológicos que fundamentam o senso comum de maior prosperidade nas localidades onde o capital primeiro se desenvolveu (BARRICARTE, 2010) [16]. Pode-se afirmar, inclusive, que estes *links* favorecem fluxos migratórios determinados, especialmente em direção às chamadas cidades globais[17].

Esta abordagem destaca que as cidades globais atraem, inclusive, trabalhadores imigrantes de elevada qualificação devido às maiores possibilidades de interação profissional e salários elevados. Este fenômeno, chamado fuga de cérebros (*brain drain*), prejudica significativamente as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos ao privá-los do capital humano necessário para as atividades de pesquisa e inovação. Além disso, o custo de educação dos imigrantes qualificados é financiado pelos governos dos países periféricos, logo, a efetivação deste tipo de migração funciona como um subsídio para os países centrais de

---

[16] Os *links* materiais são criados pelos investimentos dos países centrais em infraestrutura de transportes e de comunicações necessários para a circulação dos bens e serviços produzidos nas regiões periféricas, que também reduzem os custos de deslocamento individual. Os *links* ideológicos são criados pela influência direta e/ou indireta dos países centrais sobre o seu *hinterland* periférico.

[17] As cidades globais (Nova Iorque, Londres e Tóquio) concentram, principalmente, atividades de alta qualificação vinculadas aos setores de serviços modernos (CASTELLS, 1989; SASSEN, 1991).

destino destes indivíduos. Este fato evidencia o caráter concentrador da migração derivada da globalização das economias capitalistas, pois a mesma reforça as disparidades regionais (MASSEY *et al.*, 1998).

Neste contexto, à medida que aumenta a expansão capitalista, maior parcela da população mundial é incorporada à economia mundial e maiores são os fluxos migratórios (BARRICARTE, 2010). Ao contrário das abordagens neoclássicas, os impactos da migração sobre o desenvolvimento são positivos apenas para as regiões centrais, beneficiadas especialmente pelos estoques periféricos de capital humano (DE HAAS, 2008).

Estas características do processo migratório, chamadas de "síndrome do migrante", evidenciam sua seletividade, que retira das regiões periféricas, especialmente das áreas rurais, os fatores de produção. Os benefícios oriundos das prováveis remessas dos migrantes são questionáveis, pois estudos apontam que as mesmas destinam-se ao consumo não produtivo (DE HAAS, 2008). Simultaneamente, os impactos socioculturais da migração tendem a ser negativos, pois os migrantes de retorno podem alterar as preferências na origem, perpetuando fluxos posteriores. Apenas políticas migratórias e de desenvolvimento (regulamentação dos fluxos de bens e capital e dos níveis de investimento externos) são capazes de contrabalançar estes impactos negativos da migração.

As principais críticas às teorias histórico-estruturalistas referem-se ao seu caráter determinista, pois os efeitos do desenvolvimento dependem essencialmente das condições sob as quais a incorporação capitalista ocorre. O estágio de desenvolvimento socioeconômico de cada país determinará se esta inserção terá efeitos positivos ou negativos em diferentes áreas e grupos de indivíduos.

Além disso, há uma contradição entre dois argumentos centrais sobre a migração: por um lado assume-se que a migração aumenta as disparidades porque os migrantes vêm de grupos mais favorecidos da sociedade; por outro lado, argumenta-se que o empobrecimento da região de origem leva a mais migração. Sob estas hipóteses, a migração e o empobrecimento das regiões periféricas tenderia para o infinito, o que é implausível com as evidências empíricas.

2.3 Os modelos *Push-Pull*

Os modelos *Push-Pull* foram elaborados por geógrafos e demógrafos com o objetivo de analisar a migração sob uma perspectiva espacial, identificando porque alguns indivíduos de determinadas regiões migram enquanto outros não, bem como porque os fluxos migratórios tendem a se estabelecer entre regiões de origem e destino específicas. Representam um esforço de análise em relação às questões negligenciadas pela abordagem neoclássica e também pelas perspectivas histórico-estruturalistas (DE HAAS, 2008).

Estes modelos são baseados nas observações realizadas por Lee (1966) e consideram que, apesar das limitações, as leis da migração definidas por Ravenstein (1885 e 1889) continuavam a representar o ponto de partida de muitas análises migratórias na década de 1960. Para superar este *gap* metodológico, Lee (1966) considera que os movimentos espaciais devem ser analisados sob uma perspectiva mais ampla. Neste *framework* a migração é definida como uma escolha que envolve uma origem, um destino e um conjunto de obstáculos e intervenções. Cada localidade possui, simultaneamente, fatores que atraem indivíduos (naturais ou não), chamados *pull factors*, e fatores que os repelem, chamados *push factors*. Os primeiros são considerados positivos e os segundos negativos[18]. Alguns fatores afetam a maior parte dos indivíduos de forma homogênea, outros de forma heterogênea, ou seja, o conjunto de fatores positivos e negativos depende das percepções individuais e, portanto, é diferente para cada migrante potencial[19]. Apesar destas limitações, é possível identificar grupos de indivíduos que reagem de forma similar a estes fatores.

Todavia, Lee (1966) enfatiza que a simples comparação entre origem e destino não é suficiente para determinar a migração. Mesmo que o cálculo seja favorável ao deslocamento, a migração pode não acontecer devido às dificuldades de efetivação da migração provocadas por leis de imigração, custos de transporte, etc. Estas restrições podem ser intransponíveis para alguns indivíduos e facilmente superados por outros e o deslocamento só ocorrerá neste último caso. De forma análoga, as características individuais, algumas das quais estão relacionadas a determinadas fases do ciclo de vida, facilitam ou dificultam a migração, pois afetam o estoque de conhecimento e de capital humano individual.

---

[18] Há fatores que podem ser considerados indiferentes (nulos) para os indivíduos (LEE, 1966).

[19] As percepções individuais são diferentes por vários motivos. Por exemplo, residentes de determinada área possuem um conhecimento acumulado sobre a localidade e estão aptos a fazer avaliações mais consistentes.

A partir destas considerações, Lee (1966) realiza uma série de generalizações (regularidades) sobre a migração, destacando que existem exceções.

Em relação ao volume da migração: (i) varia positivamente com o grau de diversidade econômica da localidade e com as características, produtivas e não produtivas, dos indivíduos; (ii) quanto maior a capacidade de superar os obstáculos à migração, maior será o seu volume; (iii) flutuações econômicas afetam o volume de migração, especialmente porque influenciam as avaliações individuais dos fatores positivos e negativos na origem; (iv) o volume da migração tende a crescer se não forem instituídos controles ao deslocamento, especialmente quando há desenvolvimento tecnológico e diminuição dos custos de transporte e comunicação. Além disso, a própria migração estabelece redes de contatos entre origem e destino, o que estimula e facilita deslocamentos posteriores[20]; e (v) a taxa de migração varia de acordo com o nível de desenvolvimento da localidade e com sua distribuição de renda. Espera-se maior imigração para países desenvolvidos e maior emigração de países pobres. Países com elevadas disparidades regionais apresentarão elevado volume de migração interna.

Sobre as características dos fluxos migratórios é possível observar que os mesmos tendem a ser bem definidos em relação à origem e ao destino, pois as oportunidades geralmente são concentradas espacialmente e o fluxo de informações sobre as facilidades no destino estimula a migração subsequente. A eficiência de um fluxo, considerada como a redistribuição líquida da população, é mais elevada quando os principais fatores que estimularam seu estabelecimento são muito negativos na origem ou quando os obstáculos à migração são muito elevados (o retorno do migrante muito improvável). As condições econômicas também influenciam o grau de eficiência de um fluxo migratório. Em períodos de aceleração econômica no destino, os fluxos tendem a ser bastante eficientes; em períodos de estagnação e/ou depressão, tendem a ser ineficientes, pois há estímulo para a migração de retorno.

Em relação às características dos migrantes, observa-se que a migração é seletiva, ou seja, os migrantes não são uma amostra aleatória da população de origem. O motivo desta seletividade é a existência de diferenças nas avaliações individuais sobre os fatores positivos e negativos na origem e no destino e na capacidade de superar os obstáculos ao deslocamento. Esta seleção é positiva no caso de migrantes qualificados que respondem a fatores de atração no

[20] Os fatores citados em (iv) facilitam a superação dos obstáculos à migração mesmo sem a alteração das percepções individuais sobre os aspectos positivos e negativos na origem e no destino.

destino e negativa no caso de migrantes não qualificados que respondem a fatores de repulsão na origem. Esta seletividade também é influenciada pela idade do indivíduo.

A partir destas observações foram desenvolvidos modelos para determinar a decisão de migrar (SKELDON, 1997). Contudo, a complexidade do processo migratório, identificada por Lee (1966), foi incorporada à análise de forma restrita, pois a relação de reciprocidade entre os fatores de atração e repulsão é negligenciada. Além disso, as causas destes fatores tendem a se concentrar apenas no elevado crescimento populacional na origem, que gera uma pressão malthusiana sobre seus recursos naturais, e nas condições econômicas favoráveis no destino. Neste contexto, a interpretação da migração como parte integrante de um amplo processo de transformações socioeconômicas é limitada.

Vale salientar que no caso brasileiro um dos principais autores que contribuiu para esta discussão foi Paul Singer. Segundo o autor (SINGER, 1973), as disparidades regionais eram um dos principais motores dos fluxos migratórios verificados no Brasil no decorrer do seu processo de desenvolvimento industrial (pós-1950). Os fatores de repulsão populacional das regiões mais atrasadas do país (Nordeste e parte de Minas Gerais) e os fatores de atração populacional de seu principal polo de desenvolvimento (São Paulo) eram tão expressivos que tornavam praticamente inexpressivas as contribuições dos aspectos individuais para a determinação de seus padrões migratórios dominantes. As migrações internas são interpretadas por este autor como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última instância, a reorganização espacial das atividades econômicas. No sistema capitalista, os mecanismos de mercado orientam espacialmente os investimentos e criam, simultaneamente, os incentivos econômicos para a migração[21].

2.4 A Teoria do Mercado Dual de Trabalho

A teoria do mercado dual de trabalho explica como os fluxos migratórios se iniciam sob uma perspectiva macro. Segundo Piore (1979), a migração é uma resposta às necessidades estruturais das modernas economias industriais e, portanto, deve ser considerada parte integrante do processo de desenvolvimento econômico. A imigração, mais especificamente,

[21] Singer (1973) ressalta que aspectos institucionais e históricos afetam o modelo de desenvolvimento adotado por um país e, consequentemente, suas trajetórias migratórias.

não é causada por fatores de expulsão nas sociedades de origem, mas sim por fatores de atração no destino, representados por uma demanda intrínseca e permanente por trabalho imigrante. Esta demanda fundamenta-se em quatro características das estruturas socioeconômicas dos países industriais (MASSEY *et al.*, 1993), a saber:

(i) tendência à inflação estrutural: os níveis salariais representam não apenas as condições de oferta e demanda de trabalho, mas também status ocupacional. Logo, para tornar as ocupações de baixa qualificação atrativas para os trabalhadores nativos seria preciso elevar seus salários. Porém, este aumento pressionaria os salários das demais ocupações para manter sua relação hierárquica, causando inflação generalizada. Os custos envolvidos neste processo funcionam como um estímulo para a contratação de imigrantes, pois os mesmos não estão preocupados com a obtenção de status no destino;

(ii) questões motivacionais: os indivíduos naturais dos países desenvolvidos trabalham para obter renda e prestígio social, logo, recusam-se a ocupar funções pertencentes aos menores níveis da hierarquia social do trabalho. Os imigrantes, ao menos nos primeiros estágios da migração, desejam apenas obter renda;

(iii) dualidade setorial: trabalhadores que desempenham funções intensivas em capital tendem a ser organizados, o que aumenta seu poder de barganha e, consequentemente, a estabilidade de seus empregos; trabalhadores que desempenham funções intensivas em trabalho são facilmente substituíveis no processo de produção e pouco organizados, logo, seus empregos são instáveis. Estas distinções tornam as últimas ocupações pouco atrativas para os nativos, gerando mais um incentivo para a contratação de imigrantes; e

iv) as características demográficas da população: as mudanças sócio-demográficas, como a emancipação feminina, a diminuição da taxa de fertilidade e o aumento do tempo de educação formal obrigatório, geram uma lacuna na oferta de mão de obra, que é preenchida pelo trabalho imigrante não qualificado.

Neste contexto, a avaliação negativa dos nativos sobre as oportunidades de trabalho em ocupações de baixo prestígio social funciona como incentivo para que os migrantes maximizem seu bem-estar numa perspectiva racional, bem como diminuam riscos de renda e restrições de mercado (MASSEY *et al.*, 1993). As implicações, contudo, são significativamente diferentes, pois a migração do trabalho é orientada pela demanda estrutural

dos países desenvolvidos, de tal forma que os diferenciais salariais nãos são condição necessária nem suficiente para produzir estes fluxos.

Arango (2003) destaca que esta teoria contribui para o entendimento da coexistência de uma demanda por trabalho imigrante e um desemprego estrutural nos países receptores, bem como exclui a hipótese de que trabalhadores imigrantes e nativos são perfeitamente substituíveis no processo de produção. Todavia, ignorar a influência dos fatores de expulsão na origem representa uma falha teórica significativa. Se a migração é vista como um fenômeno indissociável do processo de desenvolvimento econômico, estes fatores não podem ser negligenciados.

2.5 As Teorias das Redes de Contato e do Capital Social e a Teoria dos Sistemas Migratórios

Os movimentos migratórios, internos e externos, iniciam-se por diversas razões (econômicas, políticas, étnicas, etc.), todavia, estas podem ser diferentes daquelas que permitem a consolidação dos fluxos ao longo do tempo e no espaço (MASSEY *et al.*, 1993; DE HAAS, 2008). O objetivo das teorias das redes de contato e dos sistemas migratórios é identificar os fatores que perpetuam determinados fluxos migratórios, uma vez que os contextos socioeconômicos que emergem após iniciados estes fluxos podem facilitar ou não movimentos futuros.

Segundo os teóricos das redes de contato e do capital social, as motivações econômicas são insuficientes para explicar os padrões migratórios atuais (MASSEY *et al.*, 1993; ARANGO, 2003; DE HAAS, 2008). Como já afirmava Lee (1966), as decisões dos migrantes pioneiros influenciam o padrão subsequente da migração ao reduzirem custos materiais e psicológicos para os próximos migrantes. O estabelecimento de uma comunidade migrante em um destino particular aumenta a probabilidade de migração subsequente e o surgimento de cadeias migratórias. Estas redes são definidas como conjuntos de informações que conectam migrantes pioneiros, de retorno e não migrantes, na origem e no destino, via laços sociais (MASSEY *et al.*, 1993: 448). Logo, os efeitos de rede explicam a perpetuação da migração, dificultam seu controle e seletividade e têm impactos significativos para a dinâmica de desenvolvimento na origem e no destino.

A teoria dos sistemas migratórios, por sua vez, avança na análise ao assumir que a migração reestrutura todo o contexto social (estruturas culturais, econômicas, institucionais, etc.) dos espaços concretos onde ocorre (origem e destino), o qual em retorno influencia os padrões migratórios. Seu principal teórico é o geógrafo Mabogunje (1970). Esta perspectiva considera um *link* recíproco e dinâmico entre migração e desenvolvimento, cuja principal implicação metodológica refere-se à necessidade de estudar todo o contexto no qual a migração ocorre para que seus efeitos sejam compreendidos de forma apropriada. De Haas (2008) destaca que a limitação de muitos estudos sobre as causas e os efeitos da migração é provocada pela ausência das informações sobre os não migrantes na análise.

O sistema migratório é composto por locais ligados por fluxos e contrafluxos de pessoas, bens, serviços e informações, que tendem a facilitar e intensificar as trocas. O resultado é uma estrutura geográfica dinâmica, organizada e agrupada de fluxos migratórios (internos e externos), que persiste ao longo do tempo (MASSEY *et al.*, 1993; DE HAAS, 2008; BARRICARTE, 2010).

Estas abordagens podem ser utilizadas em conjunto para auxiliar a compreensão das mudanças nos padrões migratórios ao longo do tempo (sua magnitude, grau de seleção, etc.), bem como suas interações com o nível de desenvolvimento em uma perspectiva menos determinística.

As principais críticas a estas teorias referem-se à não consideração dos fatores internos e externos que podem desestimular a migração, como o retorno da seletividade devido ao enfraquecimento das redes de contato ou a restrição destas para determinados grupos. Sua aplicação é limitada devido à dificuldade de mensurar o capital social.

2.6 A Nova Economia das Migrações do Trabalho: uma estratégia familiar/domiciliar para maximizar a renda esperada

No final dos anos 1980 começaram a ser elaborados estudos com o objetivo de minimizar as limitações da Teoria Neoclássica da Migração, que deram origem a Nova Economia das Migrações do Trabalho (*New Economics of Labour Migration* – NELM). Os teóricos da NELM identificaram que os modelos neoclássicos eram rígidos para analisar a complexa realidade das interações entre migração e desenvolvimento (MASSEY *et al.*, 1993). Apesar de fundamentar-se na hipótese de escolha racional, a NELM altera o foco de análise dos

processos migratórios ao considerar o comportamento dos migrantes individuais em um contexto social mais amplo, inserindo-os na unidade familiar e/ou domiciliar (STARK e LEVHARI, 1982; STARK e BLOOM, 1985; TAYLOR, 1986; STARK, 1991). A migração é considerada uma decisão da família/domicílio, pois os membros desta unidade atuam em conjunto não apenas para maximizar sua renda esperada, mas também para minimizar riscos associados às falhas de mercado. Esta análise permite incorporar outros fatores além da maximização individual de renda como essenciais no processo de decisão de migrar.

As famílias/domicílios estão em melhor posição para administrar os riscos que ameaçam seu bem-estar econômico por intermédio da alocação de seus recursos (trabalho familiar) em diferentes atividades. Enquanto alguns de seus membros dedicam-se às atividades locais, outros são enviados para mercados de trabalho externos nos quais os salários e as condições de emprego são negativamente correlacionados com os mercados locais (ou não há correlação). Quando as condições econômicas locais não forem favoráveis para a manutenção do padrão de vida familiar/domiciliar, as remessas enviadas pelo migrante cumprirão esta função (STARK, 1980; TAYLOR, 1999). Além de desempenhar um papel de estabilizador da renda familiar/domiciliar, a migração também pode ser utilizada para superar as restrições em outros mercados, como os de crédito e de seguros, que tendem a ser imperfeitos, pouco desenvolvidos e de difícil acesso em regiões periféricas[22].

A necessidade de diversificação do risco está fundamentada na hipótese de que a renda não é um bem homogêneo. Logo, sua origem é considerada no processo de maximização da utilidade familiar/domiciliar, o que gera incentivos para a aplicação dos escassos recursos familiares em atividades que gerem novas oportunidades de renda, ainda que esta diversificação não conduza necessariamente à elevação da renda total familiar/domiciliar. A migração, interna ou internacional, é utilizada como um fator de *risk-sharing*; é uma estratégia de aumento da renda e diminuição das restrições de mercado. As remessas dos migrantes geram a segurança necessária para a manutenção do bem-estar familiar/domiciliar na origem, desempenhando papel fundamental na análise (STARK, 1980; MASSEY *et al.*, 1993; TAYLOR, 1999). Esta estratégia domiciliar é mais consistente para explicar porque a migração ocorre na ausência de diferenciais salariais entre localidades.

---

[22] As principais falhas de mercado que estimulam movimentos emigratórios estão relacionadas aos mercados de seguros agrícolas, mercados de preços futuros, mercados de crédito e inexistência de seguridade social, como auxílio-saúde e seguro-desemprego (MASSEY et al., 1993).

Outro argumento fundamental da análise da NELM refere-se à importância do sentimento de privação relativa das famílias/domicílios. As unidades familiares optam pela migração não apenas para aumentar a renda em termos absolutos, mas também em termos relativos, pois seu objetivo é a diminuição do sentimento de privação em relação ao grupo de referência local (STARK, TAYLOR e YITZHAKI, 1986; STARK e TAYLOR, 1989 e 1991; STARK, 1991). Quanto mais desigual a distribuição de renda local, maior será o sentimento de privação relativa e maiores serão os incentivos para a emigração. Neste sentido, a NELM responde a variações na distribuição de renda, o que não ocorre nos modelos neoclássicos (MASSEY *et al.*, 1993). A utilização do conceito de renda relativa mostra que a probabilidade dos movimentos migratórios muda devido às variações nas rendas de outros domicílios. Em outras palavras, o aumento do nível de renda do entorno social do migrante (de seu grupo de referência) eleva a probabilidade de emigração.

Arango (2003) e Taylor (1999) evidenciam que a NELM é uma variante crítica da Teoria Neoclássica, pois reduz a importância dos diferenciais salariais entre regiões para a dinâmica dos fluxos migratórios e considera a influência de vários mercados neste processo (não apenas do mercado de trabalho). É uma teoria que explica as motivações para a migração, cujo principal argumento está relacionado ao fracasso dos mercados em estimular o bem-estar familiar/domiciliar. Sob esta perspectiva a migração e o emprego/produção local não são alternativas excludentes, pois há incentivos para que os domicílios dediquem-se às duas atividades. Logo, o desenvolvimento econômico na origem não necessariamente reduzirá as pressões migratórias.

As principais críticas à NELM referem-se ao excesso de importância concedido ao papel das remessas dos migrantes para o desenvolvimento de suas comunidades de origem. Em muitos casos, considera-se que as remessas serão utilizadas em investimentos produtivos que aumentarão significativamente a dinâmica econômica da origem, quando na realidade as evidências empíricas demonstram que a maior parte destas remessas é utilizada para o consumo da família do migrante (DE HAAS, 2008). Além disso, a não consideração da influência de fatores estruturais para o desenvolvimento local limita sua capacidade de interpretação do processo.

2.7 A Teoria da Transição da Mobilidade

A Teoria da Transição da Mobilidade, elaborada inicialmente por Zelinsky (1971), analisa a mobilidade individual em um período de transformações socioeconômicas amplas. Seu objetivo é analisar, simultaneamente e em um contexto de otimização econômica, a transição demográfica, a difusão espacial das inovações e as hipóteses estabelecidas por Lee (1966).

O processo de desenvolvimento (*vital transition*) possui diversas fases, determinadas pela dinâmica da modernização tecnológica e que apresentam comportamentos demográficos específicos, inclusive em relação às características dos movimentos migratórios (*mobility transition*). Em sua primeira fase, há elevadas taxas de natalidade e mortalidade, baixo crescimento vegetativo e limitada migração; na segunda fase, verifica-se rápido declínio da mortalidade, maior crescimento populacional e aumentam todas as formas de mobilidade (temporária, pendular, rural-urbana, de colonização, interna, internacional); na terceira fase; há um declínio da fertilidade, as taxas de crescimento vegetativo tornam-se decrescentes, diminui a migração internacional, a elevada migração rural-urbana torna-se estável e aumenta a complexidade da migração temporária; na fase subsequente, baixas taxas de fertilidade e mortalidade tornam-se estáveis, há pequeno crescimento populacional, a migração pendular urbana-urbana torna-se mais importante e os países transformam-se de emigrantes líquidos para imigrantes; por fim, na quinta fase, há diminuição contínua das taxas de fertilidade e mortalidade e a migração mais expressiva é a urbana-urbana.

Observa-se que esta teoria considera várias formas de migração dentro de uma perspectiva espaço-temporal, sem assumir uma relação inversamente proporcional com os níveis de desenvolvimento. Embora as características da migração mudem, o processo de desenvolvimento não provoca uma diminuição geral da migração, mas sim o aumento generalizado da mobilidade[23]. Esta é a principal razão do porque é mais fácil o desenvolvimento falhar do que a migração (DE HAAS, 2008).

Skeldon (1997) adaptou este modelo à análise centro-periferia, identificando cinco *development tiers* relacionadas a diferentes padrões migratórios. O autor comprova que há

[23] A evolução da quantidade de migrantes é discutida por Martin e Taylor (1996). A ideia subjacente é que o desenvolvimento econômico e a diminuição dos diferenciais de renda tendem a ter um efeito de U invertido sobre a emigração, com elevado crescimento nas fases iniciais (*the migration hump*) e queda gradual após o ponto de máximo.

uma relação entre nível de desenvolvimento econômico, formação estatal e padrões de mobilidade populacional. Quanto maior é esta relação, mais integrados são os sistemas de migração interna e externa.

As principais críticas aos modelos referem-se à hipótese restritiva de que a migração inicia-se apenas a partir da modernização tecnológica e à inadequação de suas características universais, pois fatores históricos, geográficos e culturais alteram os padrões de desenvolvimento e migratórios de cada sociedade. Todavia, estas críticas não invalidam a ideia fundamental dos modelos: há uma relação fundamental, complexa e não linear, entre a ocorrência de formas específicas de migração e um processo de desenvolvimento socioeconômico e demográfico amplo. Esta hipótese é mais realista do que as abordagens neoclássicas e histórico-estruturalistas, pois analisa o processo migratório em um contexto mais amplo, destacando sua dinâmica interna e autossustentabilidade, incorporando aspectos de extrema importância à discussão. Estes fatores são essenciais para compreender a complexidade das interações entre desenvolvimento e migração, conforme ressalta De Haas (2008, p.43):

> *"Migration is not an independent variable explaining change, but is an endogenous variable, an integral part of change itself in the same degree as it may enable further change. This is why it is more correct to refer to the reciprocal relationship between migration and broader development processes instead of the one-way-impact of migration on development".*

2.8 Dinâmica espacial das atividades econômicas: a atratividade dos centros urbanos

As tendências demográficas e o desempenho econômico de uma região são movimentos intimamente relacionados ao processo de configuração espacial das atividades produtivas. Para compreendê-los, é preciso considerar os fatores que levam as atividades a se concentrarem em determinadas áreas.

As economias de aglomeração estão no cerne desta discussão, pois a distribuição espacial das atividades produtivas é resultado da interação entre forças centrípetas (aglomerativas) e centrífugas (de dispersão). Estes conceitos foram elaborados inicialmente Lösch e Von Thünen, teóricos clássicos da localização (LEMOS, 1988). No contexto desenvolvido por estes autores, é possível haver concentração da produção em determinadas áreas, mesmo sob a hipótese de homogeneidade espacial, devido à existência de retornos crescentes de escala no processo produtivo. Contudo, esta concentração é limitada por forças desaglomerativas que

entram em ação a partir da elevação da renda da terra[24]. Quanto mais denso for o centro urbano (em termos de população e renda), maior será a renda fundiária e, por este motivo, apenas atividades altamente rentáveis por área terão condições de se localizar no núcleo deste centro. As demais atividades se localizarão em seu entorno, das mais produtivas para as menos produtivas, formando um sistema hierárquico.

Esta análise foi estendida pelos teóricos da economia urbana (HENDERSON, 1974; GLAESER *et al.*, 1992; FUJITA e THISSE, 1996, HENDERSON, 2003). Os conceitos centrais em seus modelos são as economias externas que podem favorecer ou não a aglomeração. Estas externalidades têm origem na concentração espacial dos agentes econômicos e podem estar relacionadas a ganhos pecuniários pela proximidade física de fornecedores e clientes, tecnológicos (os transbordamentos de conhecimento são facilitados pelo contato físico dos agentes e pela troca de informações) e à formação de mercados de trabalho amplos e especializados (a região torna-se mais atrativa para trabalhadores e firmas em um círculo virtuoso).

O foco da análise são as externalidades tecnológicas, classificadas como economias de localização (marshallianas) e de urbanização (jacobianas), que ocorrem mediante interações sociais entre diferentes atores. No primeiro caso, as firmas são beneficiadas pela concentração de firmas da mesma indústria ou indústrias similares em determinado centro urbano, como destacado por Marshall (1920). Estas economias, externas às firmas e internas à aglomeração, demonstram a importância da especialização produtiva. No segundo caso, as firmas são beneficiadas pela diversificação produtiva, pela própria escala urbana e pela oferta de serviços sofisticados à produção, como evidenciado por Jacobs (1969). Estas economias, internas à indústria e à localidade e externas às firmas, estimulam a produtividade e, consequentemente, a taxa de crescimento local.

A especialização produtiva, estimulada pelas economias marshallianas, não é fator central para o desenvolvimento urbano, pois não proporciona as condições essenciais à inovação e, desta forma, não é capaz de evitar que uma região fique estagnada mesmo quando suas indústrias são altamente eficientes. Em contrapartida, as economias jacobianas, presentes

[24] A lógica por trás deste conceito refere-se ao fato das atividades econômicas como um todo desejarem se localizar nos espaços que fornecem o maior lucro possível, que são aqueles mais próximos de seus mercados, o que gera uma concorrência pelo espaço, dando origem à renda fundiária (LEMOS, 1988).

especialmente nos grandes centros urbanos que possuem uma variedade de serviços produtivos sofisticados, geram um ambiente propício à inovação e favorecem o surgimento de novas atividades, inclusive exportadoras. Estas, por sua vez, incentivam o desenvolvimento do sistema de transportes, das comunicações, de atividades financeiras, etc., o que torna estes centros extremamente atraentes do ponto de vista produtivo. Estas vantagens também favorecem o consumo devido à maior diversidade de bens e serviços públicos, facilitam o contato social e o desenvolvimento cultural, atraindo indivíduos. A diversidade implica dinamismo e maior flexibilidade, o que torna a economia menos vulnerável.

A aglomeração urbana também é acompanhada por deseconomias relacionadas aos custos de deslocamento e de congestionamento (poluição, criminalidade, exclusão social, elevação da renda fundiária, aceleração da migração interna, aumento do desemprego e subemprego urbanos etc.), que contrabalançam a concentração, mas não impedem o desenvolvimento; apenas reduzem seu ritmo de expansão.

A cidade é o elemento chave deste processo, pois nela são criadas as melhores condições para a troca de informações e o fluxo de produtos, serviços e fatores de produção (GLEASER *et al.*, 1992; HENDERSON, 2003). A cidade representa o equilíbrio entre as forças aglomerativas e de dispersão e favorece a implantação de atividades dinâmicas de alto teor tecnológico, pois dispõe de toda infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento (transportes, telecomunicações, mão de obra qualificada, etc.). As melhores condições de proximidade e acessibilidade nas cidades, bem como a existência de um ambiente de mercado competitivo e diversificado, potencializam as trocas e ganhos setoriais.

Storper e Venables (2004) evidenciam que as cidades proporcionam as condições ideais para o florescimento da ação coletiva inovadora. O burburinho (*buzz of the city*) das relações sociais que ocorrem no meio urbano e a possibilidade de contato face a face são elementos cruciais para a inovação, pois os mesmos podem minimizar a assimetria de informações, facilitar o aprendizado e resolver problemas de incentivo.

Nesta perspectiva, as cidades tornam-se cada vez mais atraentes para firmas e trabalhadores, estimulando os fluxos migratórios em sua direção. Os níveis de urbanização afetam significativamente os deslocamentos populacionais em um sistema recíproco, induzindo transformações nas estruturas econômicas locais. À medida que novos bens e serviços surgem, determinados padrões de organização econômica mudam e afetam as tendências

migratórias. Estas, por sua vez, influenciam o ritmo de expansão dos centros urbanos. Este argumento demonstra que as análises realizadas pelos geógrafos econômicos procuram incorporar as interações existentes entre migração e desenvolvimento. Seus estudos permitem explicar, por exemplo, as alterações dos padrões migratórios recentes, que tendem a ocorrer entre áreas urbanas. Sua principal limitação refere-se à ênfase nas motivações econômicas da migração.

Em síntese, os principais argumentos das teorias analisadas ao longo deste capítulo evidenciam que há interações significativas entre os processos de desenvolvimento e migração. A compreensão apropriada destes processos requer que estes aspectos sejam incorporados à análise, caso contrário o instrumental elaborado pode ser incapaz de explicar toda a complexidade inerente aos mesmos. A migração é condicionada pelo processo de desenvolvimento e, simultaneamente, afeta a trajetória de crescimento futuro de determinadas localidades. A recíproca desta afirmação é verdadeira: o desenvolvimento condiciona e é condicionado pelos fluxos migratórios. Neste sentido, é interessante analisar em que medida as teorias do crescimento e do desenvolvimento econômico incorporam esta relação.

CAPÍTULO 3 - AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO/CRESCIMENTO ECONÔMICO E A MIGRAÇÃO

No período posterior a II Guerra Mundial foram elaboradas diversas teorias para explicar a dinâmica do processo de desenvolvimento econômico e a necessidade de superação do subdesenvolvimento em regiões periféricas. O objetivo deste capítulo é analisar estas teorias, enfatizando a preocupação com as questões populacionais que podem emergir no decorrer do processo, especialmente aquelas originadas a partir de movimentos migratórios.

3.1 Estratégias para a superação do subdesenvolvimento: Rosenstein-Rodan e o processo de crescimento equilibrado

O objetivo da análise elaborada por Rosenstein-Rodan (1943) é evidenciar a importância da industrialização de áreas economicamente deprimidas para o processo de desenvolvimento e, consequentemente, para a redução das disparidades regionais. A industrialização destas regiões deve viabilizar, por intermédio de relações intersetoriais, uma taxa de expansão superior àquela observada nas regiões desenvolvidas, o que permitirá alcançar uma distribuição de renda mais equilibrada entre estes dois conjuntos de regiões.

Sua principal hipótese refere-se à existência de excesso populacional no setor agrícola das regiões periféricas e, consequentemente, de desemprego disfarçado em níveis significativos, o que implica subutilização da força de trabalho local. Para minimizar este problema, estas regiões precisam se inserir no processo de divisão internacional do trabalho, o que pode ocorrer via emigração da mão de obra ou pela industrialização (importação de capital). Devido às dificuldades de gerenciamento dos fluxos migratórios, a emigração não é considerada uma opção factível em larga escala, logo, a maior parte do processo de maximização das rendas local e mundial deverá ser viabilizada pela industrialização, cujo potencial para minimizar riscos de investimento é mais elevado.

Ao seguir a lógica da divisão internacional do trabalho, esta industrialização estimula o desenvolvimento de atividades intensivas em trabalho, absorvendo o excedente populacional das regiões periféricas. Simultaneamente, a demanda por bens de capital em

termos mundiais não é comprometida, pois a indústria pesada sediada nos países desenvolvidos é capaz de atendê-la. O resultado é um processo de desenvolvimento mais equilibrado[25].

As diretrizes para este processo de industrialização estimulam a criação de um sistema industrial complementar e de ampla escala, cujas inter-relações devem minimizar os riscos de insuficiência de demanda e estimular a renda de todas as regiões envolvidas. A ideia é elevar o emprego em um conjunto de indústrias capazes de criar suas próprias demandas adicionais, relacionadas principalmente às mudanças no padrão de vida urbano[26]. Espera-se que os novos investimentos, viabilizados por empréstimos externos, pela substituição de importações e pelas exportações, sejam aplicados em setores chave e gerem o impulso (*big push*) necessário para o desenvolvimento. Este impulso, por sua vez, gera efeitos multiplicadores e novas oportunidades de investimento, maximizando as economias externas deste sistema (ROSENSTEIN-RODAN, 1943).

O sucesso desta estratégia depende fundamentalmente dos contextos econômicos e socioinstitucionais de cada região, do investimento externo e da participação estatal. O Estado deve financiar projetos que são essenciais para o processo, mas pouco atrativos para o setor privado, como, por exemplo, a qualificação da mão de obra, cujo benefício social é maior do que o privado.

Apesar de ser otimista em relação ao sucesso desta estratégia de desenvolvimento, o autor reconhece que mesmo um programa bem definido de industrialização não é capaz de superar as pressões geradas pelo excesso populacional, que é extremamente dinâmico. Logo, conclui que a emigração deve ser complementar à industrialização:

> *"It appears, therefore, that even a bold and rather optimistic program of industrialization cannot abolish the whole of the surplus population in the next decade. At best 70%-80% of the unemployed workers could be employed. It follows that emigration will still have to supplement industrialization" (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 211).*

É possível perceber uma preocupação com as interações entre desenvolvimento econômico e migração, pois o equilíbrio da economia mundial é afetado pelas taxas de imigração e

---

[25] Rosenstein-Rodan (1943) evidencia que não há precedente histórico que comprove esta hipótese.

[26] Estas mudanças são facilmente identificáveis em regiões periféricas, nas quais o consumo é pouco diversificado (ROSENSTEIN-RODAN, 1943).

emigração (e vice-versa). Todavia, Rosenstein-Rodan (1943) concede papel secundário aos fluxos migratórios na análise e não discorre sobre a complexidade de seus fatores de estímulo e perpetuação (o principal motivo para o deslocamento populacional é a desigual distribuição dos fatores de produção no espaço). Esta ausência limita sua contribuição para a discussão das questões migratórias internas e externas às regiões.

3.2 Ragnar Nurkse e a Teoria do Crescimento Equilibrado: os problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos

Nurkse (1952) evidenciou a importância da poupança e da formação de capital para o desenvolvimento de regiões atrasadas, cujo objetivo deve ser a quebra do ciclo vicioso do subdesenvolvimento[27]. Este ciclo só poderá ser revertido quando os investimentos forem realizados em uma sequência ótima, cuja dinâmica permite a superação da escassez do poder de compra local. A complementaridade entre as indústrias instaladas permitirá a expansão do mercado e viabilizará um processo de crescimento equilibrado, desde que o aumento da produção corresponda aos padrões de consumo e às preferências locais[28].

Paro o autor, os mecanismos tradicionais de mercado – incentivos via preços – são insuficientes para estabelecer esta sequência, especialmente em regiões subdesenvolvidas e com pressões populacionais, pois os riscos envolvidos no processo de deslocamento da produção industrial comprometem o retorno do capital. Logo, a participação estatal torna-se essencial para estimular novos investimentos e garantir um processo de crescimento equilibrado.

O objetivo é buscar a incorporação das regiões atrasadas à economia mundial sem a manutenção do padrão comercial do tipo centro e periferia. À medida que a produtividade e o mercado doméstico se expandem nas regiões subdesenvolvidas, a composição de suas exportações e importações se altera, o que estimula o volume do comércio internacional sem prejuízos para o crescimento no âmbito interno.

---

[27] Este ciclo vicioso decorre do baixo nível de renda, da limitada capacidade de poupança, da escassez de capital e da baixa produtividade em regiões subdesenvolvidas.

[28] A sequência ideal para a formação de capital em economias subdesenvolvidas deve ser aquela que melhor se adapte a proporção dos fatores de produção locais. Importar técnicas e equipamentos intensivos em trabalho e que utilizem matérias-primas locais é o mais indicado. Os resultados podem não ser os mais eficientes e competitivos, contudo, permitirão o trabalho efetivo de indivíduos que antes se encontravam em desemprego disfarçado, contribuindo assim para a expansão da capacidade produtiva local (NURKSE, 1952).

O fator chave para a superação do subdesenvolvimento é a elevação da poupança interna. Mesmo em um ambiente internacional favorável, o investimento externo direto, a industrialização por substituição de importações e a melhoria dos termos de troca são insuficientes para superar as restrições do subdesenvolvimento, pois o que importa são os níveis relativos de renda[29]. Sem a elevação da poupança interna é praticamente impossível estabelecer um crescimento estável e consistente da taxa de investimento local.

A análise também esclarece a importância do crescimento populacional para este processo, pois o problema assume aspectos significativamente diferentes em regiões com pressões populacionais (NURKSE, 1952). Países periféricos superpovoados geralmente apresentam desemprego crônico e de ampla magnitude no setor agrícola. O fator trabalho, que poderia ser utilizado para gerar riqueza, é subutilizado, limitando o processo de acumulação de capital. Neste contexto, a transferência (migração) de trabalhadores do setor rural para os setores urbanos por intermédio de mudanças organizacionais (ou tecnológicas) não prejudica o volume de produção agrícola, visto que a produtividade marginal do trabalhador rural é nula (ou negativa). Estas observações indicam que há um potencial de poupança interna oculto no desemprego disfarçado (excesso populacional) do campo. Este potencial, geralmente negligenciado na literatura econômica, deve ser utilizado para financiar a formação de capital e, consequentemente, o desenvolvimento econômico em áreas atrasadas. Este raciocínio não se aplica aos países subdesenvolvidos sem pressões populacionais (subpovoados).

Apesar de reconhecer os impactos do crescimento populacional sobre o processo de desenvolvimento econômico, Nurkse (1952) acredita que os mesmos podem ser minimizados: no curto prazo, a adoção de políticas de planejamento familiar seria a medida mais indicada; no longo prazo, estas pressões devem se dissipar devido ao aumento dos níveis médios de educação, das taxas de urbanização e da alteração dos valores culturais.

Em relação aos fluxos migratórios, o autor destaca que não se pode esperar que as pressões populacionais e seus impactos negativos sejam minimizados pela emigração, visto que a

---

[29] O significante e crescente *gap* de renda entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tende a aumentar o sentimento de privação relativa nos últimos, o que agrava seu ciclo vicioso ao estimular a elevação da propensão marginal a consumir e a diminuição da poupança, restringindo o investimento e a oferta de crédito. Assim, as disparidades de renda entre países são vistas como um impedimento para a acumulação de capital nas regiões periféricas (NURKSE, 1952, p. 580).

mesma não age em nenhum sentido para diminuir os fatores de estímulo ao crescimento populacional na origem.

Sua análise é restrita do ponto de vista populacional, pois uma discussão dinâmica indica que os efeitos das pressões populacionais (de diferentes origens) sobre a formação de capital local não são desprezíveis. Por exemplo, se o produto nacional se mantém constante, o crescimento populacional aumenta os níveis de consumo, o que equivale a um vazamento de poupança, comprometendo o processo de formação de capital e anulando quaisquer melhorias nos níveis de bem-estar. Além disso, o crescimento populacional implica, em termos sociais, um aumento na demanda por capital. Logo, se o objetivo nacional é aumentar as quantidades *per capita* de capital e renda, o esforço interno necessário é ainda mais expressivo.

3.3 A Teoria dos Estágios do Desenvolvimento Econômico

Rostow (1952) considera que o crescimento econômico concentra-se em um intervalo relativamente curto de tempo, no qual a economia e a sociedade passam por um processo de transformação que torna, ou não, o crescimento subsequente mais espontâneo. Durante este processo, chamado *take-off*, a taxa de investimento aumenta, trazendo consigo mudanças significativas nas técnicas de produção, o que estimula a renda *per capita* e define uma nova escala de investimento. Sua dinâmica depende fundamentalmente da capacidade de inovação de determinado grupo social, disposto a correr riscos, e da resposta socioinstitucional aos impulsos gerados (adequação da população às inovações).

O objetivo do autor não é explicar porque os níveis de produto *per capita* diferem entre países, mas sim como determinadas economias saíram de um estado de estagnação, caracterizado pelo crescimento lento e fragmentado, para uma situação na qual o crescimento é a condição natural. De acordo com seu argumento, a sequência de desenvolvimento econômico possui três estágios[30]:

[30] Esta divisão não exclui a possibilidade do crescimento econômico ser substituído por uma estagnação de longo prazo (ver exemplos da América Latina). Devido à complexidade do processo, Rostow (1952) subdivide os países em 04 categorias: *pre-take off economies, economies attempting take off, growing economies* e *enclave economies*.

(i) 1ª fase: período longo, de um século ou mais, no qual as pré-condições para o *take-off* são estabelecidas (estruturas políticas, sociais e culturais), com alterações significativas das propensões locais a poupar, consumir e inovar. Quanto mais rica em recursos naturais for uma localidade, mas demorada será esta fase, pois elevados níveis de bem-estar podem ser alcançados sem inovações expressivas.

(ii) 2ª fase ou *take-off*: é identificado a partir de um estímulo econômico acentuado, por exemplo, uma inovação tecnológica, que afeta as características das instituições locais, a distribuição de renda, o padrão do investimento, a proporção de inovações e, consequentemente, o produto nacional. Neste estágio, que dura duas ou três décadas, as forças que possibilitam saltos marginais da atividade produtiva se expandem e tornam-se quantitativa e qualitativamente mais significantes em uma perspectiva de longo prazo. Quanto mais bem sucedida for uma localidade em termos de realização do *take-off*, mais atraente ela se tornará e maiores serão os fluxos migratórios em sua direção.

(iii) 3ª fase: período longo no qual o crescimento se torna normal e relativamente automático, ainda que flutuações sejam observadas. As taxas de crescimento das indústrias que desencadearam o *take-off* diminuem devido à existência de retornos decrescentes, porém, a taxa média de crescimento se mantém graças à expansão de novos setores. A população rural diminui, a economia estabelece sua posição no cenário internacional e a sociedade produz os requerimentos necessários para a utilização de técnicas de produção modernas e eficientes.

Para a efetivação deste processo é preciso elevar a taxa de investimento produtivo em relação à renda nacional, estimular o desenvolvimento de pelo menos um setor manufaturado moderno e adequar as infraestruturas locais ao processo de expansão. Não há uma regra para a determinação de qual setor deverá ser instalado primeiro para que a decolagem seja bem sucedida, todavia, alguns fatores devem ser considerados, como o potencial de geração de *backwash* e *forward effects* e a existência de demanda efetiva, com o intuito de garantir elevada interação setorial. Além disso, Rostow (1956) considera essencial a presença de setores de desenvolvimento primário, que possuem elevadas possibilidades de inovação, setores de desenvolvimento suplementar, cuja expansão é uma resposta ao avanço dos primeiros, e setores de desenvolvimento derivado, cujo avanço ocorre de forma razoavelmente estável em relação ao crescimento da renda real e da população.

Ressalta-se que a mobilização do capital interno é essencial para a dinâmica do crescimento, pois é muito provável que o mesmo não seja bem sucedido se a capacidade nacional de investimento permanecer inalterada. Para manter as fontes de financiamento internas elevadas é preciso garantir que a distribuição de renda não favoreça os indivíduos que possuem elevadas propensões a consumir e que os lucros dos setores que crescem a taxas expressivas sejam reinvestidos em outras atividades, especialmente exportadoras.

Embora não analise diretamente as repercussões das pressões populacionais sobre o processo de *take-off*, Rostow (1956) reconhece que as mesmas possuem impactos significativos, especialmente no primeiro estágio do processo de desenvolvimento econômico, pois a taxa de crescimento populacional afeta o potencial de crescimento. A taxa de investimento necessária para a decolagem depende da taxa de crescimento populacional, logo, sociedades com pressões demográficas terão maiores dificuldades para sua realização[31]. Neste contexto, é fundamental que os investimentos realizados superem as pressões populacionais que vão surgindo a partir do próprio processo de desenvolvimento (melhorias nas áreas de saúde pública e da atratividade local estimulam o aumento da população) e viabilizem o aumento do produto *per capita*.

O esforço necessário para o *take off* é menos expressivo em sociedades ricas em recursos naturais e que possuem baixas taxas de natalidade e imigração, pois estas economias não precisam lidar com escassez de recursos e pressões populacionais nos primeiros estágios do desenvolvimento. O autor delineia o germe de uma relação de reciprocidade entre desenvolvimento e migração, todavia, a incorporação destas interações ocorre de forma bastante limitada, sob a justificativa de a análise ser de curto prazo.

Ressalta-se que Rostow (1956) enfatiza as relações de reciprocidade entre migração e desenvolvimento que geram majoritariamente efeitos adversos para o *take off*: a imigração é considerada um fator que restringe o desenvolvimento, enquanto a emigração facilitaria este processo. O autor não analisa situações nas quais o crescimento populacional pode contribuir para este processo. Esta lacuna foi objeto de estudo do economista Simon Kuznets.

---

[31] Segundo Rostow (1956), um país com população estagnada requer uma taxa de investimento de aproximadamente 5% da renda nacional para viabilizar o crescimento do produto *per capita*; contudo, se a população cresce a 1% ou mais esta mesma taxa de investimento é insuficiente.

3.4 Crescimento populacional e a dinâmica do produto nacional sob a ótica de Simon Kuznets

Kuznets (1960) analisa os impactos do crescimento populacional sobre o desenvolvimento econômico em uma perspectiva mais otimista. Seu objetivo é contrapor a ideia geral de que o baixo padrão de vida dos países subdesenvolvidos é agravado por pressões geradas pela expansão da população sobre as dotações de recursos naturais e de capital. Para sua consecução, o autor assume três hipóteses sobre as características econômicas da população: no primeiro caso, os indivíduos são considerados produtores; no segundo, poupadores e no terceiro, consumidores.

Quando os indivíduos equivalem a produtores, uma expansão da população, por hipótese, é igual a um aumento proporcional da força de trabalho, cuja contribuição para o produto nacional dependerá de sua fonte de crescimento[32]. Se este aumento é provocado por uma elevação da taxa de natalidade, os gastos sociais em educação e saúde aumentam, restringindo a capacidade interna de produção; se, por outro lado, a expansão populacional é estimulada pela queda da taxa de mortalidade ou pelo aumento da taxa de imigração líquida, há uma elevação do potencial produtivo sem o aumento dos custos sociais, pois a parcela da população em idade economicamente ativa cresce. Neste contexto, a expansão da produção, inclusive *per capita*, é viabilizada pela elevação do potencial de exploração dos recursos naturais no país.

Além disso, em ambientes densamente povoados, o conhecimento, as inovações e a mobilidade individual tendem a aumentar, estimulando a economia. Mais especificamente, à medida que aumenta a mobilidade populacional, maior é a redistribuição da mão de obra em resposta às diferenças de crescimento potencial da economia, logo, dificuldades de deslocamento entre setores e regiões representam um obstáculo para a expansão do produto e comprometem a efetivação do crescimento. Este argumento evidencia que a migração, interna e externa, é essencial para a dinâmica do processo e deve ser estimulada:

> *"There may be countries in the world today in which a more intelligent and liberal immigration policy would mean an impetus to the growth of both aggregate and per capita product" (KUZNETS, 1960, p. 326).*

[32] Apesar de reconhecer a importância de cada fonte de crescimento populacional, Kuznets (1960) faz uma análise conjunta para simplificar a discussão.

Dando continuidade à análise, o autor enfatiza o potencial de geração de poupança existente em contextos de expansão populacional, pois durante este processo ocorrem mudanças no comportamento individual. A principal mudança refere-se à generalização do planejamento familiar, que reduz o consumo presente em prol da poupança. A segunda refere-se ao padrão de distribuição de renda resultante, que tende a favorecer indivíduos com maiores propensões a poupar. Todavia, este potencial de poupança só é verificado em contextos de inovação, nos quais o desenvolvimento de tecnologias intensivas em capital minimiza as pressões populacionais, mantendo estável a relação capital-trabalho.

Por fim, o autor analisa os benefícios da expansão populacional viabilizados pelo aumento (absoluto) do mercado consumidor interno, pois um mercado amplo é pré-requisito para as economias de escala de várias indústrias, para a diversificação da estrutura produtiva e, consequentemente, para a criação de oportunidades para uma população em crescimento[33]. É mais provável que o produto seja mais elevado nestas condições do que em situações de estagnação populacional, especialmente em momentos de restrições externas. Além disso, um mercado doméstico mais amplo, composto principalmente por jovens e migrantes, possui maior receptividade a novos produtos e tecnologias, fator chave para o processo de desenvolvimento econômico moderno.

A posição de Kuznets (1960) em relação à migração é favorável: permitir uma taxa de imigração substancial reflete uma visão otimista na capacidade do país absorver os imigrantes, empregando-os em atividades produtivas. Sua principal contribuição é discutir aspectos mais amplos das economias externas geradas pelo crescimento populacional e seus impactos potenciais sobre o produto *per capita*. É preciso ressaltar que o autor deixa claro a inadequação de sua teoria para países com escassez de capital e com dificuldades de adoção de tecnologias modernas (KUZNETS, 1960, p. 337) [34].

---

[33] Kuznets (1960) reconhece que mercados internos populosos podem gerar uma série de desafios para o desenvolvimento, especialmente em termos regionais. Contudo, considera que os benefícios gerados por este mercado superam seus problemas.

[34] Ressalta-se que a análise realizada por Kuznets (1960) refere-se à migração internacional. Todavia, seus argumentos podem ser replicados para a migração intranacional, gerando resultados interessantes.

3.5 A Teoria do Subdesenvolvimento: o estruturalismo latino-americano

A Teoria do Subdesenvolvimento foi elaborada no decorrer da década de 1950 no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e seu principal objetivo é explicar a bipolaridade inerente ao processo de desenvolvimento econômico (RODRÍGUEZ, 2009). Seus fundamentos teóricos foram estabelecidos por Raúl Prebisch (1949) e referem-se à concepção de um sistema mundial composto por centros e periferias e à análise da industrialização periférica. Nas décadas de 1960 e 1970, seus estudos procuraram incorporar o papel das restrições de demanda e das transformações sociais no processo de desenvolvimento econômico, com destaque para os trabalhos realizados por Celso Furtado (1961, 1967 e 1984), Tavares (1972) e Mello (1982). A partir de 1980, a teoria foi revista com o intuito de destacar a importância do progresso tecnológico e das estruturas sociopolíticas, dando origem ao neoestruturalismo (RODRÍGUEZ, 2009).

Nesta abordagem, o padrão centro-periferia não decorre apenas das conjunturas de mercado ora favoráveis ora desfavoráveis. Na realidade, as estruturas assimétricas criadas por fatores históricos, que tendem a persistir a despeito das transformações tecnológicas que ocorrem nas regiões periféricas, influenciam a capacidade de reação de cada economia frente às oscilações de mercado, perpetuando o caráter bipolar do processo de desenvolvimento (PREBISCH, 1949). Em geral, a produção periférica é especializada e seu fator trabalho é heterogêneo (trabalhadores de elevada produtividade convivem com trabalhadores de baixa produtividade), o que caracteriza subemprego estrutural. No centro a situação é oposta. Essas características, produtivas e ocupacionais, geram padrões de industrialização diferenciados, afetam o comportamento do setor externo e, consequentemente, o crescimento em prol das economias centrais. Assim, o sistema centro-periferia expressa um conjunto de ideias articuladas sobre o subdesenvolvimento e concede uma nova visão sobre as características da evolução de longo prazo das economias periféricas.

O processo de desenvolvimento da periferia ocorre em dois estágios: no primeiro, chamado “desenvolvimento para fora”, novas técnicas de produção são incorporadas ao setor exportador e atividades relacionadas, o que delineia os dois traços fundamentais de sua estrutura produtiva (especialização e heterogeneidade) e determina sua inserção na divisão internacional do trabalho. À medida que a economia mundial sofre transformações e passa

por crises, surge um processo espontâneo de industrialização devido às dificuldades de importação e exportação e inicia-se o segundo estágio do desenvolvimento, chamado "desenvolvimento para dentro". Esta fase evidencia que, após determinado patamar de desenvolvimento da economia mundial e em um contexto de imobilidade internacional da mão de obra, a industrialização é o caminho obrigatório para a periferia, pois a manutenção da estrutura tradicional levará à deterioração dos termos de troca, especialmente em um contexto de expansão populacional[35].

A condição periférica inicial (especializada na exportação de *commodities*) faz com que a industrialização comece em setores tecnologicamente mais simples (bens de consumo final e intermediários), o que torna inexpressivas a complementaridade intersetorial e a integração vertical de sua estrutura produtiva em comparação ao centro. Esta expansão industrial, ainda que pouco expressiva, provoca mudanças na periferia, em especial a expulsão da mão de obra abundante das atividades agrícolas para os setores urbanos, transformando o subemprego rural em urbano. Como a taxa de absorção do emprego nas atividades industriais tende a ser menor do que a taxa de crescimento populacional devido à inadequação das técnicas adotadas (intensivas em capital), o subemprego urbano cresce e afeta negativamente os salários dos trabalhadores e os termos de troca. Além disso, esta industrialização é insuficiente para diversificar a pauta de exportações e mantém as importações elevadas (especialmente de bens de capital), o que gera déficits comerciais, também agravados pela deterioração dos termos de troca. Este mecanismo restringe a acumulação de capital e o crescimento econômico periférico em um processo de causação circular cumulativa (PREBISCH, 1950).

Nesta perspectiva, o crescimento populacional influencia e é influenciado pelo processo de desenvolvimento (RODRÍGUEZ, 2009: 92-93). Quanto maior o excedente populacional, inclusive aquele provocado por movimentos migratórios, maior a tendência ao desequilíbrio externo e ao subemprego industrial na periferia, pois a inadequação das

---

[35] A Teoria da Deterioração dos Termos de Troca mostra que a redução constante do preço das *commodities* agrícolas em contraste ao aumento dos preços de produtos industrializados perpetua o padrão centro-periferia, ou seja, a diferenciação de rendas. Prebisch (1949) relaciona a deterioração dos termos de troca ao processo de industrialização periférica; neste contexto, a deterioração é causada pelas disparidades entre as elasticidades-renda da demanda de importações da periferia e do centro e pelas diferenças entre ambos os polos quanto à penetração da tecnologia e aos níveis de produtividade do trabalho e dos salários. Em outras palavras, a deterioração dos termos de troca tem origem nas características estruturais da periferia e em seu padrão de inserção no comércio internacional.

técnicas de produção adotadas no processo de ISI impede sua absorção em níveis elevados qualquer que seja o período em análise (curto ou longo prazo). Esta observação evidencia a necessidade de gerenciar os fluxos migratórios que se direcionam para as áreas periféricas em expansão, como recomendado nos estudos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) no Brasil.

Devido à complexidade deste processo, o planejamento e a industrialização induzida ganham destaque no projeto de desenvolvimento defendido pela CEPAL, pois por intermédio de políticas econômicas (critérios para alocação de recursos, seleção de tecnologia, políticas externa e agrícola, proteções tarifárias, etc.) é possível elevar a produtividade do trabalho e a renda *per capita*, diminuir o desequilíbrio externo e alterar as características estruturais das economias periféricas. O Estado deve garantir a eficiência da economia de mercado e, assim, priorizar o desenvolvimento de longo prazo (PREBISCH, 1973).

3.6 A Teoria dos Polos de Crescimento

As teorias do desenvolvimento econômico elaboradas no período posterior à II Guerra Mundial adotam uma noção inexata de espaço (euclidiano) e tendem a não considerar a sua influência sobre a dinâmica deste processo. Perroux (1967) foi um dos primeiros economistas a contestar esta limitação teórica ao introduzir em sua análise o conceito matemático de espaço abstrato. Este seria mais adequado para estudar as inter-relações econômicas, pois existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos analisados[36].

O autor evidencia que o processo de crescimento é irregular, pois não ocorre simultaneamente em toda parte, possui intensidades diferentes e propaga-se de diferentes formas (PERROUX, 1967, p.164). Os principais aspectos deste processo estão

[36] Segundo o autor, a empresa, enquanto unidade produtiva, ocupa um espaço vulgar (seu local de funcionamento) e três espaços econômicos: (i) um espaço mutável e independente de seu espaço vulgar, definido como conteúdo de um plano e que representa o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa, seus fornecedores e consumidores; (ii) um espaço definido como campo de forças, constituído por polos de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas, que determinam a zona de influência econômica da empresa, relacionada ou não à sua zona de influência topográfica; e (iii) um espaço definido como conjunto homogêneo, referente à sua estrutura. Todos estes espaços são de difícil mensuração (PERROUX, 1967, p. 158).

relacionados às variações da estrutura econômica nacional, especialmente no que diz respeito ao (des)aparecimento de indústrias, seus efeitos de propagação e às taxas de crescimento diferenciadas para as diversas indústria ao longo do tempo. Para compreendê-lo, Perroux (1967) estabelece três conceitos que indicam aspectos fundamentais da dinâmica econômica: a indústria motriz, os polos de crescimento e o complexo industrial da localidade.

A indústria motriz, que também é uma indústria chave[37], apresenta taxas de crescimento mais elevadas do que a média do produto industrial e da economia nacional durante determinados períodos, possui elevadas inter-relações setoriais (encadeamentos para trás e para frente) e exerce ações específicas sobre outras indústrias, chamadas movidas. O conjunto, espacialmente concentrado, composto pela unidade econômica motriz e por unidades a ela relacionadas é chamado polo de crescimento. Quando este complexo industrial é não concorrencial, as economias externas geradas pela indústria motriz são intensificadas e criam um clima favorável ao crescimento, pois estas condições estimulam as inovações, elevam a produtividade e a acumulação.

Todavia, a implantação deste polo provoca uma série de desequilíbrios socioeconômicos, pois distribui rendimentos adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo, transfere mão de obra sem conferir-lhe um novo enquadramento social e concentra o investimento, retardando o desenvolvimento de outras localidades. Assim, a economia nacional é uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, polos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados), o que pode gerar conflitos entre espaços econômicos e políticos de grandes unidades produtoras, prejudicando assim o desenvolvimento.

Segundo Perroux (1967), a única forma de superar as restrições ao desenvolvimento geradas pela concentração excessiva dos polos é a transformação da ordem mental e social da população para aumentar a capacidade de inovação, as propensões a poupar e a investir,

[37] A indústria-chave tem a propriedade de, mediante o aumento do seu volume de produção e de compra de serviços produtivos, aumentar o volume de produção e compra de serviços de outras indústrias (PERROUX, 1967).

o emprego, etc. Esta transformação pode ser obtida por intermédio de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento técnico e a cooperação entre regiões ricas e pobres.

Na análise realizada por Perroux (1967) ficam claras as interações entre desenvolvimento econômico e migração: o caráter desigual do desenvolvimento evidencia que os indivíduos são atraídos pelas vantagens do complexo industrial de forma contínua caso não haja o gerenciamento de seu ritmo de expansão. Isso implica uma relação de reciprocidade entre as taxas de crescimento do polo e da migração. Um processo de expansão equilibrado depende fundamentalmente da coesão e da complementaridade entre estas taxas. Contudo, a decisão de migrar é influenciada apenas por fatores econômicos, o que restringe a análise.

3.7 Desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa: a lógica de Gunnar Myrdal

Os aspectos mais relevantes sobre a dinâmica regional são analisados de forma bastante intuitiva por Myrdal (1957). O autor evidencia as disparidades econômicas existentes entre e dentro de países em termos de renda *per capita*, integração e investimento, e constata que: (i) há um pequeno grupo de países em uma situação econômica bastante favorável e um grupo muito maior em situação desfavorável; (ii) os países do primeiro grupo têm um padrão de desenvolvimento econômico contínuo e o oposto ocorre no segundo grupo; e (iii) nas últimas décadas aumentaram as disparidades econômicas entre estes grupos.

Para Myrdal (1957), a teoria econômica neoclássica não possui instrumentos adequados para lidar com os problemas das disparidades regionais, pois a hipótese do equilíbrio estável é insuficiente para explicar a complexidade do sistema econômico. A separação entre fatores econômicos e não econômicos limita a análise, pois os últimos podem ser relevantes para sua dinâmica. Assim, o autor desenvolve uma teoria para explicar a dinâmica econômica regional, baseada em um processo de causação circular cumulativa, na qual o sistema econômico é algo eminentemente instável e desequilibrado.

O autor recorre à noção de ciclo vicioso (virtuoso) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo (positivo) é ao mesmo tempo causa

e efeito de outros fatores negativos (positivos), que aumentam (diminuem) as disparidades regionais[38]. O objetivo da Teoria da Causação Circular Cumulativa (*C.C.C*) é analisar as inter-relações causais de um sistema social enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas. Estas movem o sistema continuadamente, ao mesmo tempo em que mudam a estrutura das forças dentro do próprio sistema.

Nesta perspectiva, há uma tendência à concentração espacial das atividades econômicas, pois se as forças de mercado não forem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial tende a se concentrar em determinadas localidades, deixando o resto do país relativamente estagnado. A origem de todo este processo estaria no fato de o poder atual de atração de um centro econômico residir em um acontecimento histórico fortuito, ou seja, ter se iniciado com êxito ali e não em vários outros lugares. Assim, os movimentos do capital, do trabalho e dos bens e serviços não neutralizam por si só a tendência de concentração regional. Na realidade, eles constituem os meios pelos quais o processo cumulativo evolui entre as regiões desenvolvidas e as estagnadas.

A expansão de uma localidade gera efeitos de polarização (*backwash effects*) sobre as demais, aumentando as disparidades regionais por meio da migração seletiva (*brain* e *brawn drains*), dos fluxos de capital (vazamento de poupança) e do livre comércio em prol das regiões avançadas, bem como por fatores não econômicos, como a qualidade do ensino e da saúde pública. Simultaneamente, são gerados efeitos propulsores (*spread effects*) que agem na direção contrária e representam ganhos obtidos pelas regiões estagnadas por meio do fornecimento de bens de consumo e/ou matérias-primas para a região em expansão e os transbordamentos de novas tecnologias. Se a expansão for forte o suficiente para cobrir os efeitos de polarização dos centros mais antigos, novos centros econômicos surgirão. Todavia, para Myrdal (1957), os primeiros efeitos tendem a ser mais expressivos, perpetuando o padrão irregular de desenvolvimento.

Assim, apenas mudanças contrárias ao efeito cumulativo podem enfraquecer o processo e diminuir as disparidades regionais, como as deseconomias externas inerentes a expansão do centro e a adoção de políticas econômicas que intensifiquem os *spread effects* e minimizem os *backwash effects*. O Estado deve inibir a tendência concentradora do

---

[38] Para demonstrar a dinâmica do processo, o autor analisa a situação dos negros nos EUA (MYRDAL, 1957).

processo cumulativo ao elaborar um plano de desenvolvimento e integração nacional. A intervenção é indispensável, porém, seu resultado é incerto devido à própria dinâmica do processo.

A teoria *C.C.C* evidencia que o desenvolvimento econômico e a migração são processos intimamente relacionados, pois neste contexto, cada ato migratório altera (e é alterado por) as estruturas socioeconômicas na origem e no destino, tornando mais prováveis movimentos migratórios subsequentes, independente das condições que os provocaram inicialmente. Assim, ela é capaz de explicar as causas, econômicas e não econômicas, e os fatores que perpetuam a migração, bem como os impactos dos fluxos migratórios sobre o nível de desenvolvimento local. Apesar de não realizar recomendações explícitas sobre a necessidade de gerenciamento destes fluxos (como faz para o capital), é possível perceber que medidas de retenção ou expulsão dos indivíduos de suas respectivas localidades afetarão o ritmo de expansão econômica e este afetará de forma recíproca a magnitude dos fluxos migratórios.

3.8 As teorias regionais do crescimento desequilibrado

Duas teorias emergem, no período posterior à Segunda Guerra, para explicar o caráter desequilibrado do processo de desenvolvimento regional: a teoria do desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento, elaborada por Albert O. Hirschman, e a teoria da base de exportações, elaborada por Douglass C. North.

O objetivo do estudo elaborado por Hirschman (1958) é analisar o processo de desenvolvimento econômico, caracterizado por ciclos de extrema complexidade, e sua transmissão entre regiões (países). Seu argumento principal evidencia que o desenvolvimento tende a se concentrar espacialmente em torno do ponto onde se inicia, o que é fundamental para a análise estratégica do mesmo.

Segundo o autor, a ideia de que o desenvolvimento deve ocorrer simultaneamente em muitas atividades é inviável, pois isto gera expectativas irreais e enclaves na economia. Na realidade, o desenvolvimento ocorre como uma cadeia de desequilíbrios durante longo período de tempo, cuja simultaneidade é apenas parcial. O crescimento inicia-se nos setores líderes e transfere-se para os seguintes (satélites) de forma irregular. Estes desequilíbrios são fundamentais para a dinâmica do crescimento, pois em cada um destes

estágios uma indústria usufrui de economias externas criadas pela expansão anterior e ao mesmo tempo cria novas externalidades que serão exploradas por outras indústrias, dada a complementaridade existente entre as mesmas. Esta forma de indução de investimento é imprescindível para o desenvolvimento (Hirschman, 1958).

Naturalmente, como o crescimento começa em alguns pontos e não em todos os lugares ao mesmo tempo, surgirão tensões entre os setores modernos e tradicionais da economia e, por isso, justifica-se a necessidade de se ter uma estratégia de desenvolvimento. Logo, as decisões de investimento tornam-se o principal objeto de política econômica. Para alcançar o desenvolvimento é essencial comprometer-se com uma série de projetos que produzam efeitos favoráveis sobre o fluxo de renda, cuja realização é limitada pela capacidade de investimento local (recursos escassos). Esta, por sua vez, conduzirá ao estabelecimento de um ranking de preferências de projetos de acordo com seu retorno social, bem como a sequência ideal de sua realização (escolher qual projeto deve ser implantado primeiro, pois a sua efetivação facilita a implantação e a consolidação do projeto posterior). A determinação desta sequência é um importante aspecto do processo de desenvolvimento regional e evidencia que investimentos isolados obtêm sucesso apenas durante determinado período.

A indução do investimento pode ser realizada por dois mecanismos que operam ao longo do setor produtivo: os *backward linkage effects*, relacionados à compra de *inputs* de outras atividades, e os *forward linkage effects*, relacionados ao fornecimento de *inputs*. Por intermédio destes efeitos, a implantação de uma indústria (mestre) pode induzir o surgimento de outras (satélites) devido à existência de economias externas e complementaridade. Quanto maior o grau de interdependência setorial, mais expressivos são estes efeitos[39].

Além disso, é fundamental que estes investimentos sejam concentrados no ponto de crescimento inicial durante determinado período, o que auxilia a consolidação do crescimento econômico. A partir deste ponto surgirão dois efeitos que explicam a transmissão de crescimento entre regiões (países): os *trickling-down* e *polarization effects*. Para entender como estes efeitos funcionam, o autor considera um país dividido em duas

[39] Hirschman (1958, p.116) destaca que nos países subdesenvolvidos é mais fácil estimular efeitos de encadeamento para trás.

regiões: Norte, desenvolvida, e Sul, subdesenvolvida. O crescimento da primeira tem uma série de implicações sobre a segunda, algumas favoráveis outras desfavoráveis. As favoráveis, representadas pelos *trickling-down effects*, podem ser exemplificadas pelo aumento das compras e dos investimentos do Norte no Sul, principalmente se estas duas economias são complementares. Os efeitos desfavoráveis (*polarization effects*) estão relacionados ao aumento da competitividade do Norte e ao seu poder de barganha, além da migração seletiva. Ao contrário de Myrdal (1957), Hirschman (1958) possui uma visão otimista sobre este processo, pois para ele os efeitos favoráveis serão mais expressivos, o que permitirá ao Sul crescer a partir da expansão do Norte. A ação estatal é essencial para assegurar este resultado, pois se os efeitos de polarização não forem contrabalançados o resultado final pode não ser o esperado, como ocorreu no nordeste brasileiro.

Assim como na teoria da *C.C.C*, a reciprocidade entre desenvolvimento e migração é considerada na análise realizada por Hirschman (1958). Em suas recomendações de políticas o autor destaca que o controle dos fluxos de capital e a melhoria da infraestrutura social são essenciais para lidar com as pressões demográficas que surgirão no decorrer do processo de desenvolvimento. A criação de equivalentes de soberania, como as Superintendências de Desenvolvimento Regional no Brasil, pode se tornar um instrumento essencial para contrabalançar os desequilíbrios inerentes ao desenvolvimento econômico ao permitir o gerenciamento dos fluxos migratórios de capital e trabalho.

A teoria da base de exportação, por sua vez, procurava explicar a dinâmica econômica de algumas ex-colônias europeias, que não correspondia à sequência de estágios de desenvolvimento descrita por Rostow (1952). O crescimento e o povoamento destas regiões foram determinados pelo mercado mundial, o que resultou em algo distinto do descrito pelas teorias tradicionais.

De acordo com North (1977), a história econômica do pacifico noroeste, cujo desenvolvimento foi baseado na exportação de três produtos principais (trigo, farinha e madeira), é ideal para demonstrar esta constatação. Os mercados externos sempre foram alvo da produção regional e sua taxa de crescimento esteve diretamente relacionada às exportações. As atividades secundárias e terciárias destinavam-se a atender às necessidades de consumo local. Todo o desenvolvimento da região dependeu desde o início de sua capacidade de produzir artigos exportáveis.

Neste contexto, a base de exportação possui papel fundamental na conformação da economia regional. À medida que a região cresce em torno desta base são geradas economias externas, que estimulam a competitividade, facilitam o desenvolvimento de atividades subsidiárias e elevam os níveis de renda absoluta e *per capita*. Sua influência é tão significativa que determina o padrão de distribuição da população e de urbanização, as características da força de trabalho e o estabelecimento de instituições sociopolíticas[40]. Neste contexto, a industrialização pesada (bens de capital) não é essencial para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico. O sucesso da base de exportações constitui o fator determinante da taxa de crescimento regional.

Devido à instabilidade dos fatores que determinam a expansão ou declínio da base de exportação (variações da demanda externa, dos custos de produção, da disponibilidade de recursos naturais, da tecnologia, etc.), o crescimento regional tende a ser irregular. Contudo, no longo prazo, à medida que as regiões crescem, espera-se que estas disparidades diminuam (NORTH, 1977, p.309).

A relação entre desenvolvimento e migração é delineada nesta teoria por intermédio da influência do crescimento populacional sobre a base de exportação. O ritmo de expansão populacional, impulsionado por mudanças nas taxas de natalidade, mortalidade e/ou migração, afeta a elaboração de novos produtos de exportação e, consequentemente, o padrão de desenvolvimento econômico.

3.9 As Teorias do Crescimento Econômico Exógeno e Endógeno

As Teorias do Crescimento Econômico, exógeno e endógeno, analisam os motivos que geram convergência/divergência entre os níveis de renda de diferentes países (regiões), destacando os principais fatores responsáveis pela dinâmica da renda real ao longo do tempo (ROMER, 2006). Seu objetivo é determinar se há possibilidade de um aumento geral do crescimento econômico, isto é, se os padrões de vida dos países em desenvolvimento podem se aproximar daqueles observados nos países desenvolvidos.

---

[40] O autor foi um dos primeiros economistas a analisar de forma sistemática, quantitativa e qualitativamente, a importância da infraestrutura institucional para o desenvolvimento regional. Maiores detalhes em Davis e North (1971).

Nesta subseção serão analisadas as principais características destes modelos de crescimento, enfatizando suas contribuições para o objeto de estudo da tese. A ideia subjacente é ressaltar como os mesmos consideram as interações entre migração e crescimento no decorrer deste processo. A referência básica e o ponto de partida para a análise é o modelo de Solow (SOLOW, 1956).

3.9.1 As Teorias do Crescimento Econômico Exógeno

Solow (1956) elaborou um modelo de longo prazo para analisar o processo de crescimento econômico e obter respostas práticas e objetivas às suas principais questões. Para viabilizar comparações entre economias, independentemente de seus valores absolutos em termos populacionais, geográficos, produtivos, etc., o modelo é descrito em termos de eficiência (intensivos). Por hipótese, o crescimento tecnológico (A) apresenta características de um bem público, cresce a uma taxa constante, positiva e exógena (m) e afeta diretamente a produtividade do fator trabalho (L). A função de produção do modelo possui retornos constantes de escala em relação ao capital (K) e ao trabalho-intensivo (AL) e retornos marginais decrescentes (os acréscimos à produção são cada vez menos expressivos à medida que o capital e o trabalho-intensivo aumentam).

A força de trabalho, equivalente à população, cresce a uma taxa constante, positiva e exógena (n) e sua oferta é inelástica. A dinâmica populacional reflete, em última instância, o comportamento da fertilidade, da mortalidade e das migrações familiares, cujo objetivo é a maximização do bem-estar.

Os mercados de bens e serviços e de fatores de produção são perfeitamente competitivos e os fatores produtivos são remunerados de acordo com suas produtividades marginais. A economia produz um bem homogêneo e toda renda gerada é consumida ou poupada. O consumo depende positivamente da renda, a taxa de poupança (s) é constante e exógena e a soma das propensões marginais a consumir e a poupar é igual a um. Além disso, a poupança é automaticamente convertida em investimento, independente do nível de atividade econômica.

O modelo possui 07 equações comportamentais (funções de produção, consumo, poupança, investimento e as taxas de variação do capital, do trabalho e do conhecimento tecnológico) que ao serem descritas em termos de trabalho-intensivo podem ser reduzidas à

seguinte equação fundamental: $\dot{k}_t = sf(k) - (\delta + n + m)k$. Esta equação demonstra que a taxa de crescimento do capital físico no período *t* é endógena, depende positivamente do investimento e negativamente da taxa de depreciação do capital (δ), que varia entre zero e um.

Solow (1956) identifica três fases do processo de crescimento econômico, análogas àquelas determinadas por Rostow (1952): (i) a situação inicial; (ii) o processo dinâmico de transição entre a situação inicial e o equilíbrio de longo prazo, que representa o ajustamento da economia às alterações no comportamento dos agentes econômicos; e (iii) o equilíbrio de longo prazo, que após ser alcançado é mantido caso não ocorram choques exógenos.

Este equilíbrio é caracterizado como o estado para o qual a economia tenderá durante o processo de acumulação de capital entre dois períodos, que podem variar de zero a infinito. Neste estado, chamado estacionário e representado por *k**, as variáveis endógenas crescem a uma taxa constante que pode ser positiva, nula ou negativa, o que significa que a economia não permanece inalterada. O estoque de capital por unidade de trabalho-intensivo, por sua vez, permanece constante, evidenciando que no equilíbrio o investimento em termos absolutos serve apenas para compensar a depreciação do capital e manter constante o nível do capital por unidade de trabalho-eficiente.

Para provar a existência, a unicidade e a estabilidade deste equilíbrio, Solow (1956) considera duas situações: se o nível de capital por unidade de trabalho intensivo (k_t) é inferior a *k**, o investimento é superior à necessidade de reposição do capital por unidade de trabalho eficiente, logo, a taxa de crescimento do capital por unidade de trabalho eficiente é maior do que zero ($\dot{k}_t > 0$) e, portanto, o estoque de capital em termos de eficiência cresce até atingir o nível *k**. Analogamente, se k_t é superior a *k**, o investimento é inferior à necessidade de reposição do capital por unidade de trabalho eficiente, então, $\dot{k}_t < 0$ e, portanto, o estoque de capital em termos de eficiência decresce até atingir o nível k*. Assim, a economia tende para seu estado estacionário, independentemente do ponto de partida e de mudanças exógenas temporárias, no qual $\dot{k}_t = 0$.

No modelo, as taxas de crescimento do consumo e da renda são iguais às taxas de crescimento dos fatores de produção e, portanto, todas as variáveis endógenas, em termos

de trabalho-eficiente, crescem à mesma taxa, que é igual à soma das taxas de crescimento populacional e tecnológico. Como, por hipótese, estas são constantes e exógenas, o crescimento econômico não depende de quaisquer fatores endógenos, o que excluí a possibilidade de intervenção estatal e evidencia que o produto e o capital *per capita* crescem apenas se existir avanço tecnológico. Assim, as inovações são a única forma de alterar a trajetória de crescimento da economia (ROMER, 2006).

O único parâmetro que as políticas econômicas podem atingir é a taxa de poupança. A manipulação desta taxa pode ser utilizada, inclusive, para maximizar o consumo *per capita* e garantir que o equilíbrio seja ótimo também do ponto de vista social[41]. Todavia, seu efeito sobre o produto por trabalhador é temporário[42].

As magnitudes das taxas de poupança locais também explicam as diferenças dos níveis de renda entre países e a velocidade da convergência dos padrões de vida e consumo. Para Solow (1956), a convergência de renda ocorrerá no longo prazo, mas a sua velocidade dependerá das taxas de poupança e de crescimento populacional de cada localidade.

Em termos demográficos, o modelo apresenta uma série de limitações, pois o autor desconsidera as interações existentes entre ritmo de crescimento e dinâmica populacional. A taxa de crescimento populacional é exógena e suas fontes (natalidade, mortalidade e/ou migração) são desconsideradas. As únicas observações referem-se às dificuldades enfrentadas por países mais populosos em realizar o *catching-up*, pois quanto maior a taxa de crescimento populacional, maior o esforço de poupança interna necessário para crescer a taxas mais expressivas. Esta expansão populacional, *ceteris paribus*, equivale a aumentar a necessidade de reposição do capital, o que diminui o nível de k^* e, consequentemente, a renda de equilíbrio (SOLOW, 1956)[43]. As maiores implicações das pressões demográficas

---

[41] Para maiores informações ver a determinação da Regra de Ouro da acumulação do capital em Romer (2006).

[42] Um aumento permanente da taxa de poupança desloca a função de produção para cima, fazendo com que o investimento exceda a depreciação do capital e o aumento populacional. Isto estimula a acumulação de capital e provoca um aumento do estoque de capital por trabalhador, de tal forma que a economia atinge um estado estacionário mais expressivo. Todavia, neste novo estado estacionário a taxa de crescimento volta a ser constante.

[43] Solow (1956) destaca que mesmo quando a taxa de poupança é nula é possível haver crescimento devido à expansão populacional. Porém, este será cada vez menos expressivo já que a razão capital-produto por trabalhador tende a diminuir.

referem-se à dificuldade de acumulação de capital por trabalhador e o atraso no processo de convergência internacional.

Solow (1956) abriu precedentes para a análise do crescimento econômico. Entretanto, explicar as diferenças de renda real entre países apenas por variações endógenas no estoque de capital e por fatores exógenos implica simplificar a discussão (ROMER, 2006). Dois modelos subsequentes, elaborados por Ramsey-Cass-Koopmans e Diamond, relaxam a hipótese da taxa de poupança exógena e constante e investigam os aspectos microeconômicos da determinação da poupança e do investimento. A dinâmica do estoque de capital é analisada a partir dos problemas de maximização familiar/domiciliar e das firmas em mercados competitivos.

No primeiro caso, apesar das alterações realizadas, como a introdução de uma quantidade fixa e infinita de domicílios homogêneos na economia, os resultados são similares àqueles encontrados por Solow (1956). Na adaptação seguinte, também chamada modelo de gerações sobrepostas, os ajustes realizados tornam os resultados fundamentalmente diferentes das análises anteriores, pois não há garantias de crescimento sustentável nem de convergência da renda real entre países (ROMER, 2006). Ao assumir a entrada contínua de domicílios na economia e que cada indivíduo vive dois períodos, produzindo e poupando no primeiro e consumindo no segundo, a dinâmica do modelo gera novos resultados, que evidenciam a importância das condições iniciais para alcançar o crescimento balanceado, que não é necessariamente ótimo do ponto de vista social.

Apesar dos avanços em relação ao modelo de Solow, ambos os modelos continuam a considerar o progresso tecnológico a única fonte de aumento do produto por trabalhador. A hipótese de taxa de crescimento populacional exógena e constante é mantida, o que evidencia a não preocupação com as interações entre crescimento econômico e dinâmica populacional. Em momento algum os teóricos do crescimento econômico exógeno procuram explicar como o próprio crescimento estimula (ou não) a dinâmica populacional, especialmente por intermédio da migração.

3.9.2 Os modelos de crescimento econômico endógeno

A incapacidade dos modelos de crescimento exógeno para explicar porque as rendas de diferentes países tendem a divergir no longo prazo estimulou a elaboração de vários

trabalhos no decorrer da década de 1980, cujo objetivo era superar esta limitação. Estes estudos incorporam a dinâmica tecnológica à análise e concluem que o crescimento tecnológico endógeno, ora representado pelo capital humano, ora pelo processo de aprendizado (*learning by doing*), é central para explicar as diferenças de renda entre países (ROMER, 2006).

Romer (1986) foi um dos primeiros teóricos a elaborar um modelo de crescimento de longo prazo no qual o conhecimento tecnológico é considerado um fator de produção, cuja produtividade marginal é crescente (hipótese crucial para os resultados do modelo)[44]. Neste modelo, as taxas de crescimento das variáveis endógenas podem crescer ao longo do tempo, os efeitos de pequenos choques podem ser ampliados pela ação de agentes privados e a escala econômica influencia a velocidade do crescimento. O modelo oferece uma visão alternativa para este processo, pois o produto pode crescer indefinidamente e tornar improvável a convergência de renda entre países.

As hipóteses que diferenciam este instrumental dos modelos de crescimento exógeno referem-se à existência de um *trade off* entre consumo presente e produção de conhecimento (utilizada para aumentar o consumo futuro), de retornos crescentes na produção de bens e serviços e retornos decrescentes na produção de conhecimento/tecnologia. O investimento tecnológico gera externalidades positivas sobre a produção de outras firmas, visto que apresenta características de bem público. Além disso, o estoque de conhecimento pode crescer de forma irrestrita, pois seu produto marginal é crescente. Neste cenário, mesmo no caso em que os fatores de produção capital e trabalho sejam mantidos constantes, o produto *per capita* pode crescer continuadamente.

Em relação ao estudo das interações entre desenvolvimento e dinâmica populacional, o modelo continua no mesmo patamar das teorias do crescimento exógeno, pois considera o tamanho da força de trabalho (população) constante. Para o autor, inserir crescimento populacional de qualquer origem no modelo equivaleria apenas a complicações matemáticas, sem maiores contribuições para a análise, pois a expansão populacional não é necessária para que seja observado um processo de crescimento ilimitado do produto *per*

[44] A importância dos retornos crescentes para explicar o crescimento de longo prazo já havia sido evidenciada por diversos teóricos, entre eles Marshall (1920) e Young (1928). Contudo, devido às dificuldades técnicas para trabalhar com modelos dinâmicos, os esforços para formalizar esta relação só foram iniciados de forma consistente na década de 1960 a partir de Arrow (1962) e extensões.

capita (ROMER, 1986). Adicionalmente, o autor utiliza o argumento de imperfeita mobilidade dos fatores de produção para minimizar os efeitos negativos do deslocamento do trabalho qualificado (*brain drain*) e do capital em direção aos países com maiores remunerações e que crescem a taxas mais expressivas.

O modelo de Solow também foi considerado inadequado para explicar o processo de crescimento econômico por Lucas (1988), que realizou duas adaptações para melhor descrever as principais características deste processo. Na primeira, o autor mantém a hipótese de apenas um setor na economia e destaca a interação entre acumulação de capital físico e humano para explicar a diversidade de renda e bem-estar entre países. Ao assumir a hipótese de retornos constantes (ou crescentes) no processo endógeno de acumulação do capital humano, compreendido como o nível de escolaridade/qualificação que afeta a produtividade individual, o autor demonstra que é possível verificar um crescimento contínuo da renda *per capita*, sem quaisquer interferências de forças exógenas. Os mecanismos de propagação do crescimento são as economias externas geradas pela acumulação de capital humano, que estimulam a expansão do estoque de capital físico e dinamizam a economia local. Os resultados do modelo evidenciam que países com dotações iniciais favoráveis de capital humano tendem a permanecer com estoques mais expressivos e, consequentemente, apresentam maiores taxas de crescimento. O oposto ocorre em países que possuem montantes inexpressivos de capital humano.

A segunda adaptação de Lucas (1988) foi realizada para mostrar que a equalização de preços dos fatores de produção no cenário internacional não necessariamente ocorrerá. O modelo representa uma economia que produz dois bens (substitutos perfeitos), onde há possibilidade de especialização do capital humano através do aprendizado. Neste cenário, a economia se especializa na produção do bem em que possui vantagens comparativas. Quanto maior o grau de sofisticação deste bem (mais intensivo em capital humano), maior será a taxa de crescimento econômico da localidade. Em outras palavras, a especialização na produção de bens intensivos em capital humano conduz a um crescimento real mais elevado do que a média. O modelo mostra que as diferenças de renda entre países são provocadas, em última instância, por diferenças em suas respectivas vantagens comparativas.

Apesar de criticar a conclusão de Solow (1956) de que países com crescimento populacional elevado são necessariamente mais pobres e crescem a taxas mais lentas,

Lucas (1988) não realiza progressos nesta área, pois considera a taxa de crescimento populacional exógena e constante. A expansão populacional tem impactos negativos sobre a taxa de crescimento econômico, mas de forma menos expressiva, uma vez que o aumento da força de trabalho é compensado pela acumulação de capital humano. O autor reconhece que os diferenciais salariais entre países estimulam a migração, especialmente dos indivíduos mais qualificados, contudo, minimiza seus impactos devido à dificuldade de locomoção deste fator entre países. A exclusão de questões demográficas do modelo é justificada em prol de sua simplificação matemática e pela existência de estudos específicos sobre o tema como, por exemplo, Becker e Barro (1988).

Complementando a análise, Romer (1990) desenvolve um modelo de concorrência monopolística para explicar como o crescimento econômico é estimulado por mudanças tecnológicas[45]. Neste *framework* a tecnologia é um *input* não rival e parcialmente excludente, o que tem impactos sobre a determinação do preço de mercado. Sua principal conclusão é que o estoque de capital humano dedicado à pesquisa determina a taxa de crescimento local. O fator crucial para este processo é a relação entre este estoque e a população: se esta relação é baixa, é provável que o crescimento não se verifique.

Assim como nos demais modelos de crescimento endógeno, Romer (1990) considera a taxa de crescimento populacional exógena e constante. Adicionalmente, supõe que o estoque de capital humano independe da população local, reduzindo, assim, quaisquer contribuições que uma expansão populacional poderia gerar para o processo de crescimento econômico. O autor reconhece estas limitações, pois se o estoque de capital humano fosse uma função crescente da população, o esforço de pesquisa necessário para obter a mesma taxa de crescimento seria menor. Apesar de não discutir diretamente o papel dos fluxos migratórios neste processo, implicitamente, está claro que a migração de capital humano é considerada benéfica.

Em resumo, apesar de avançar na análise sobre o processo de crescimento econômico, a contribuição das teorias do crescimento endógeno para o estudo das interações entre desenvolvimento e migração é pouco significativa. Em todos os modelos a taxa de crescimento populacional é exógena e à medida que estes estudos evoluem o papel da

[45] Este modelo é uma versão corrigida do trabalho realizado por Romer (1987), no qual o crescimento populacional exógeno continuava a ter papel expressivo na magnitude das taxas de crescimento econômico.

expansão populacional de qualquer natureza sobre a magnitude das taxas de crescimento econômico tende a ser menos expressivo. Os autores excluem de seus modelos quaisquer relações de reciprocidade entre migração e desenvolvimento, desconsiderando seus impactos sobre a trajetória de crescimento futuro das regiões.

3.10 A Nova Geografia Econômica

A Nova Geografia Econômica (NGE) surge para suprir a lacuna da tradição neoclássica em relação ao papel do espaço no processo de localização das atividades produtivas (KRUGMAN, 1991). Utilizando como referencial os trabalhos realizados pelos teóricos da Localização Industrial, do Lugar Central, da Economia Urbana, da Organização Industrial, das novas Teorias do Comércio Internacional e do Crescimento Econômico, seus teóricos elaboraram modelos para explicar como as interações entre retornos crescentes, custos de transporte e mobilidade dos fatores produtivos determinam as dinâmicas regionais, urbanas e internacionais. O objetivo é explicar porque indivíduos e firmas se aglomeram em determinadas localidades, identificando, inclusive, a lógica circular *à la* Myrdal (1957) por trás desse processo (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999).

A NGE procura responder duas questões: (i) sob quais condições a concentração espacial da atividade econômica é sustentável; e (ii) sob quais condições pequenas diferenças entre localidades tornam-se grandes ao longo do tempo, de tal forma que a simetria não é mais verificada. As respostas dependem da interação entre forças centrípetas, que promovem a aglomeração, e centrífugas, que se opõem a esta devido ao *trade off* entre tamanho da aglomeração e nível de bem-estar local (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999).

Para formalizar os retornos crescentes oriundos da concentração espacial, a NGE recorre à tríade marshalliana. Segundo Marshall (1920), um distrito industrial emerge devido aos *spillovers* de conhecimento, às vantagens de um mercado de trabalho amplo e especializado e aos efeitos de encadeamento para trás e para frente associados a mercados locais mais amplos. Devido à dificuldade de mensurar os dois primeiros elementos da tríade, a NGE incorpora à sua análise apenas as externalidades pecuniárias geradas pelos efeitos de encadeamento que se originam no decorrer do processo produtivo.

O espaço é incorporado à análise por intermédio dos custos de transporte *iceberg* entre regiões. Esse tipo de custo considera que do total de mercadorias transportadas, apenas

uma parcela $t<1$ chega ao destino. Esta fração é um índice inverso dos custos de transporte e é um dos parâmetros chave do modelo para a determinação da convergência (ou divergência) regional (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999).

A NGE desenvolveu três modelos, cuja diferença essencial refere-se à mobilidade dos fatores de produção. Os modelos regionais e urbanos consideram que os fatores de produção, no caso o trabalho, possuem perfeita mobilidade entre as diferentes localidades. Os modelos internacionais consideram que esta mobilidade é restrita, pois os indivíduos podem migrar entre os setores de uma localidade, mas não podem se deslocar para outras áreas.

Nos modelos regionais, a interação entre retornos crescentes, custos de transporte e mobilidade do trabalho industrial leva a um padrão de desenvolvimento irregular do tipo centro-periferia[46]. Neste contexto, as externalidades emergem como uma consequência das interações de mercado entre firmas que possuem tecnologias similares. O setor de manufaturas opera em concorrência monopolística, exibe retornos crescentes de escala e produz uma diversidade de bens, sobre os quais incidem custos de transportes. O setor agrícola é perfeitamente competitivo, exibe retornos constantes de escala e produz bens homogêneos, sobre os quais não incidem custos de transportes[47]. Por hipótese, cada firma pode se especializar em apenas um tipo de produto industrial, de tal forma que *n* bens manufaturados implicam *n* firmas (não há economias de escopo). O único fator de produção é o trabalho, que pode migrar entre as localidades, mas não entre setores. Os custos de transportes e a variedade de bens manufaturados determinam os preços de produção (*f.o.b*) e de entrega (*c.i.f*) e afetam os custos de vida de cada localidade, seus respectivos volumes de venda, níveis salariais e, consequentemente, de renda real. Além disso, há dois efeitos recíprocos, preço e mercado doméstico, que tornam a região mais atrativa para firmas e trabalhadores, a partir dos quais é possível observar a dinâmica do processo de causação circular cumulativa que se inicia e leva à aglomeração das atividades produtivas.

---

[46] O conceito do padrão centro-periferia adotado pela NGE é essencialmente diferente daquele adotado pelos teóricos estruturalistas.

[47] A inclusão de custos de transportes sobre os produtos agrícolas não altera os resultados do modelo (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999).

É preciso salientar que a realocação de trabalhadores entre regiões é gradual e depende das diferenças salariais entre as mesmas. Os trabalhadores migrarão para as regiões que oferecem maiores salários reais em detrimento das regiões cujos níveis salariais são baixos (em geral aquelas com menor nível de diversidade industrial). Este processo migratório, juntamente com a interação entre forças centrípetas e centrífugas, é essencial para a dinâmica do modelo.

Partindo de uma situação inicial de equilíbrio simétrico (não há concentração) é possível determinar qual é o equilíbrio de longo prazo deste modelo de acordo com o nível dos custos de transportes. Quando os custos de transportes são elevados, esta situação tende a ser estável, pois os mesmos inviabilizam a importação de bens manufaturados em grau elevado, de tal forma que é mais lucrativo para as firmas se localizarem próximas de seus mercados consumidores. Quando os custos de transporte são baixos, o equilíbrio simétrico é instável e o resultado de longo prazo é a divergência de renda entre as regiões, com um centro industrial e uma periferia agrícola. A razão para este novo padrão de desenvolvimento reside no fato de que as firmas não precisam necessariamente se estabelecer perto de seus mercados consumidores, já que os baixos custos de transportes viabilizam a exportação de manufaturas para áreas longínquas. De forma geral, quanto menor o custo de transporte e maior a importância do setor de manufaturas na economia, maior a probabilidade de haver concentração e de um padrão centro-periferia se desenvolver.

A diferença entre os modelos regionais e os modelos urbanos da NGE refere-se à mobilidade dos fatores de produção. Na análise dos sistemas urbanos, o fator trabalho é homogêneo e pode migrar entre regiões e setores, ou seja, sua mobilidade é completamente perfeita. Em contrapartida, o processo produtivo também utiliza o fator terra, que desempenhará a função de uma força desaglomerativa no modelo devido à renda da terra (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999). Este modelo dará origem a um padrão espacial hierarquizado, no qual o crescimento populacional exógeno e os custos de transportes são fundamentais para a sua configuração[48]. O objetivo é entender a

[48] O nível populacional e os custos de transporte possuem diferentes valores críticos para cada tipo de indústria, o que afeta a velocidade de relocalização de novas firmas e o tamanho das cidades (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999, p.193).

distribuição atual (e futura) das cidades, que é influenciada pelo desejo de minimizar custos de transportes e de proximidade a um amplo potencial de mercado.

Os teóricos da NGE supõem que o aumento populacional equivale a uma expansão da fronteira agrícola e funciona como um estímulo para o deslocamento de atividades produtivas em detrimento da aglomeração. Se o potencial de mercado destas novas regiões de fronteira agrícola é expressivo e se os custos de transportes são suficientemente baixos, há incentivo para a relocalização de firmas e, consequentemente, para a criação de novas cidades. Um aumento subsequente da população dá continuidade a este processo, gerando assim um sistema urbano hierárquico e policêntrico. A indústria mais simples estará presente em todas as cidades e a mais complexa operará apenas na cidade de primeira ordem do sistema (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999, p.129).

Por fim, os teóricos da NGE elaboraram modelos de comércio internacional, nos quais o fator trabalho pode migrar entre setores, mas tem mobilidade restrita entre países, observação que acreditam ser perfeitamente compatível com as evidências empíricas (KRUGMAN e VENABLES, 1995). A produção de bens intermediários é inserida no modelo para compensar a mobilidade individual restrita. Seus resultados mostram que a interação entre custos de transporte e produção de bens intermediários gera economias externas e efeitos de encadeamento que podem produzir assimetrias no processo de desenvolvimento, criando um padrão centro-periferia. Contudo, à medida que os custos de transporte diminuem e a população aumenta, este padrão tende a se tornar instável, o que estimula o deslocamento de atividades industriais (do capital) para regiões com baixos salários nominais e, consequentemente, a convergência da renda real entre países no longo prazo.

Em todos os modelos os autores destacam que as condições iniciais importam para a determinação do equilíbrio (KRUGMAN, 1991; KRUGMAN e VENABLES, 1995; FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 1999). Uma região/país beneficiada por um fator histórico qualquer tende a ser privilegiada no processo de distribuição da atividade produtiva. Em outras palavras, a história importa para o processo de localização das atividades econômicas. Assim, mesmo no caso de um mundo sem barreiras à migração ou na análise da dinâmica interna de uma economia, a distribuição das atividades produtivas e da população tende a ser desigual por um período de tempo devido às economias externas.

À medida que os custos de transportes diminuem e a população aumenta, atingindo níveis críticos, a geografia econômica pode mudar em prol das regiões/países periféricas.

Apesar do papel de destaque dos fluxos migratórios para a determinação do equilíbrio destes modelos (a convergência ou divergência regional está intrinsecamente relacionada à migração dos trabalhadores), a NGE pouco avança sobre o estudo das interações entre desenvolvimento e migração. As taxas de crescimento populacional dos modelos são exógenas e suas prováveis fontes não são discutidas. A população equivale à mão de obra da economia, supõe-se que os trabalhadores são homogêneos e perfeitamente substituíveis no processo produtivo e os incentivos à migração referem-se aos diferenciais salariais entre as regiões, o que impede a análise dos diferentes tipos de deslocamento.

A discussão teórica realizada neste capítulo e no anterior evidencia que as interações entre migração e desenvolvimento são analisadas sob diferentes aspectos. Há teorias que desconsideram esta relação, como as teorias ortodoxas do crescimento econômico; há teorias que incorporam esta relação de forma restrita, como a teoria dos estágios de desenvolvimento econômico; e há teorias que procuram descrever de forma mais rigorosa estas interações, como a teoria da causação circular cumulativa e a teoria da transição da mobilidade. Além disso, determinadas escolas de pensamento possuem uma visão otimista das consequências das interações entre migração e desenvolvimento, enquanto outras perspectivas são extremamente pessimistas.

Esta análise evidencia a importância de estudar os processos de desenvolvimento e migratório conjuntamente. A reciprocidade entre estes eventos tem implicações diretas para a compreensão das trajetórias regionais de crescimento, pois uma vez estabelecidas as (des)vantagens comparativas dos espaços econômicos, iniciam-se movimentos migratórios, cujos resultados expressar-se-ão em determinada dinâmica regional, isto é, em relativo vigor ou estagnação do processo de acumulação em uma região. Os fluxos migratórios precisam ser analisados em um contexto regional, identificando quais as principais características das localidades que afetam e/ou determinam os deslocamentos da população. A migração deve ser entendida como um processo integrante do desenvolvimento socioeconômico, possuidor de dinâmica interna própria e que tem impactos específicos sobre as localidades de origem e destino dos migrantes. Neste contexto, fica clara a necessidade de elaboração de abordagens teóricas que procurem

explicar os padrões migratórios que emergiram nos últimos anos e que se intensificam cada vez mais (DE HAAS, 2008).

No Brasil, verifica-se uma elevada inter-relação entre o padrão migratório dominante no período 1950-1980 (Nordeste-Sudeste) e o processo de desenvolvimento (SINGER, 1973; BRITO, 2002). As elevadas disparidades regionais, de renda e oportunidades, estimuladas pelo modelo de desenvolvimento adotado condicionaram significativamente os fluxos migratórios brasileiros e estes fluxos, por sua vez, corroboraram o caráter desigual do desenvolvimento. Considerando as intensas transformações ocorridas na economia brasileira nos últimos anos (GIAMBIAGI, 2011), é interessante analisar as principais características dos padrões migratórios vigentes e sua relação com a questão regional brasileira.

A caracterização dos padrões migratórios recentes permitirá identificar se seus principais determinantes continuam a ser explicados majoritariamente pelas teorias migratórias convencionais ou se novas abordagens são necessárias para a sua interpretação. Em outras palavras, será possível determinar se os fatores de retenção, repulsão e atração populacional ainda são os principais determinantes dos padrões migratórios brasileiros ou se emergem outros fatores capazes de influenciar estes fluxos. Este será o objeto de estudo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 4 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMOSTRA E DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA

A principal motivação desta tese parte da necessidade de analisar as causas e os efeitos da migração em uma perspectiva ampla de desenvolvimento econômico. A pesquisa teórica realizada nos capítulos precedentes evidencia a natureza heterogênea das interações entre migração e desenvolvimento e a importância de incorporá-la aos estudos realizados, evitando assim restrições de interpretação do processo. Mais especificamente, é preciso compreender os mecanismos através dos quais os fluxos migratórios se perpetuam e se modificam e seus efeitos sobre o desenvolvimento das sociedades de origem e destino. Assim, após examinar os aspectos teóricos relativos ao processo migratório, procede-se a sua análise empírica no Brasil entre 1980 e 2010.

Dois procedimentos serão realizados com o objetivo de avançar nesta análise. Em primeiro lugar, será realizada uma caracterização dos padrões migratórios brasileiros, com vistas a destacar a importância dos contextos regionais para este processo. Os padrões migratórios são considerados um modo de articulação entre as trajetórias dos migrantes e a dinâmica socioeconômica de suas regiões de origem e destino (BRITO, 2002). Estes padrões possuem duas características principais: (i) são flexíveis e capazes de se adaptar a novos contextos socioeconômicos; e (ii) possuem um componente inercial, pois a dimensão cultural e social das trajetórias migratórias contribui para a sua manutenção mesmo em contextos desfavoráveis. Estudos recentes sobre o tema indicam que os padrões migratórios brasileiros caminham em direção a um período de transição, no qual fluxos outrora dominantes diminuem sua importância relativa e deslocamentos de retorno tornam-se mais expressivos (BRITO, 2002; BRITO e CARVALHO, 2006; BAENINGER, 2008). A análise das principais características dos fluxos migratórios brasileiros, de curta e de longa distância, entre 1980 e 2010, permitirá identificar se estas mudanças são consistentes. Assim, o Capítulo 5 terá como objetivo analisar as migrações internas articuladas ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras, identificando suas principais regiões de origem e destino.

Para complementar a análise serão estimados modelos econométricos de determinação da migração individual. Regressões logísticas serão utilizadas para identificar os principais fatores que influenciam a decisão de migrar. Nestes modelos serão consideradas não apenas as características individuais, produtivas e não produtivas, mas também as características das

respectivas regiões de origem e destino dos migrantes. A ideia subjacente é identificar a contribuição da dinâmica regional brasileira para o estabelecimento de suas trajetórias migratórias. Esta é uma forma de incluir nos modelos de migração fatores de retenção, atração e/ou repulsão populacional. Este exercício será realizado no Capítulo 6, que apresentará as características da metodologia utilizada e os principais resultados obtidos pelos modelos.

4.1 Base de dados

Para a consecução dos objetivos propostos, serão utilizados os microdados dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1980 e 2010. Os censos populacionais são a melhor fonte de informações para realizar estudos migratórios, pois além de fornecerem as características produtivas (educação, trabalho, rendimento, etc.) e não produtivas (sexo, cor, estrutura familiar, condição domiciliar, etc.) dos indivíduos, também é possível identificar suas respectivas regiões de origem e destino.

A escolha dos horizontes temporal e espacial de análise implicou desafios metodológicos para permitir a compatibilização das bases de dados. Devido às alterações na quantidade de municípios brasileiros e nos critérios de obtenção das variáveis censitárias, as comparações destas informações ao longo do tempo tornam-se inconsistentes se não forem realizados os ajustes necessários.

Em relação à compatibilização espacial, foi preciso utilizar o conceito de áreas mínimas comparáveis (AMC) elaborado por Reis *et al* (2011) para viabilizar a construção da unidade espacial utilizada na tese. Para possibilitar comparações entre os censos, os autores agregam os municípios em áreas mais abrangentes, que correspondem à união das áreas dos municípios alterados. Por exemplo, no caso de municípios que se originam de mais de um município, a recomposição implica agregar as áreas de todos os municípios de origem. Nesta tese, o primeiro passo para a compatibilização foi a transformação dos municípios em cada ano censitário em AMC[49]. Ao todo foram definidas 3.659 AMC, incluindo Fernando de Noronha. Em seguida, estas AMC foram agregadas a partir das microrregiões geográficas de origem, ou seja, se uma AMC pertencia a mais de uma microrregião, as áreas destas microrregiões foram

[49] A quantidade de municípios nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 é, respectivamente, 3.991, 4.491, 5.507 e 5.565.

agregadas[50]. O resultado desta compatibilização espacial possibilitou a identificação de 414 áreas regionais comparáveis para o Brasil entre 1980 e 2010. A escolha deste recorte espacial é justificada por esta ser a escala mais significativa para os deslocamentos individuais (os fluxos migratórios mais expressivos não ocorrem entre distâncias muito reduzidas, como as municipais).

Ajustes também foram realizados para possibilitar a comparação das variáveis censitárias. Os rendimentos foram atualizados para valores de 2010, utilizando os deflatores dos censos calculados por Corseuil e Foguel (2002) e o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). As variáveis indicadoras dos setores de atividade da população economicamente ativa foram agregadas em 10 categorias, para viabilizar análises setoriais agregadas[51]. Analogamente, foram criadas 04 categorias para caracterizar a estrutura ocupacional dos mercados de trabalho brasileiros, cujo critério de definição reflete, de forma genérica, o nível de qualificação das ocupações[52]. A partir dos quesitos educacionais foram criadas variáveis para indicar a quantidade de anos de estudo dos indivíduos, classificando-os em 05 grupos de escolaridade[53].

Por fim, os ajustes mais importantes foram realizados nas variáveis indicadoras dos migrantes. Há dois critérios para definir a condição de migração: última etapa e data fixa (RIGOTTI, 1999; CARVALHO *et al*, 2000). O primeiro é obtido combinando os quesitos censitários "duração da residência atual" e "local de última residência". Ele permite identificar o local de residência anterior dos indivíduos que moram há menos de 10 anos no município de recenseamento. O segundo critério indica, para pessoas a partir de cinco anos, o local de residência em uma data pré-estabelecida, em geral 05 anos antes do censo. Estes critérios não são substitutos perfeitos, pois o local de origem na data fixa pode não ser igual ao local de residência imediatamente anterior à última etapa migratória (RIGOTTI, 1999). As

---

[50] Em 1980, o Brasil possuía, de acordo com o IBGE, 360 microrregiões. Esta quantidade aumentou para 558 em 1991 e manteve-se constante até 2010.

[51] Os setores de atividade econômica criados para a análise são: indústria moderna, indústria tradicional, construção civil, serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais, serviços pessoais, governo, agricultura e atividades extrativas minerais.

[52] As categorias sócio-ocupacionais definidas são: ocupações de nível superior, médio, manual e doméstico.

[53] Os grupos educacionais são: 0 a 3 anos de estudo, 4 a 7 anos de estudo, 8 a 10 anos de estudo, 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais de estudo.

adaptações realizadas nos censos populacionais entre 1980 e 2010 impossibilitam a utilização de um critério migratório único e homogêneo, pois a adoção do critério de última etapa é inviabilizada pela exclusão destes quesitos no censo demográfico de 2000 e a adoção do critério data fixa é inviabilizada pela ausência deste quesito no censo demográfico de 1980. Para superar esta limitação, optou-se por construir uma *proxy* para o critério data fixa para 1980, compatibilizando-a com os períodos posteriores. O procedimento adotado foi criar uma variável que indica o local de residência dos indivíduos 05 anos antes da data do censo[54]. Desta forma, é possível calcular, para todo o período em análise, *proxies* das medidas convencionais de migração, como quantidade de imigrantes, emigrantes e saldo migratório[55].

Adicionalmente, alguns recortes foram realizados com o intuito de tornar a amostra mais homogênea. A área regional comparável Fernando de Noronha foi excluída da amostra, pois sua manutenção pouco contribuiria para a análise do processo. Indivíduos que nasceram ou moravam na data fixa ou anterior em outros países foram desconsiderados, bem como indivíduos que se declararam indígenas ou amarelos. Como o interesse da tese é captar os movimentos migratórios dos indivíduos em idade economicamente ativa e que já concluíram seu ciclo educacional, a amostra engloba apenas pessoas entre 25 e 64 anos[56]. Domicílios improvisados, coletivos ou sem chefe também foram desconsiderados.

Ressalta-se que os ajustes realizados viabilizam a construção de uma amostra, cuja análise permitirá identificar as tendências migratórias de um grupo específico e sua relação com os níveis de desenvolvimento regional. Apesar desta restrição, será observado, a seguir, que esta amostra representa parcela significativa da população brasileira, logo, os resultados obtidos serão de fundamental importância para melhor compreender suas dinâmicas regional e migratória.

---

[54] Para criar esta variável foram utilizados em conjunto os quesitos: local (município e estado) de nascimento, local de residência anterior e tempo de residência no local de recenseamento.

[55] A autora está ciente que ao utilizar uma *proxy* para o critério data fixa não é possível calcular o saldo migratório *per se* (RIGOTTI, 1999). Todavia, a diferença entre imigrantes e emigrantes será considerada seu indicador substituto. Assim, toda vez que o leitor se deparar com a expressão "saldo migratório" no texto deve subentendê-la como a diferença entre imigrantes e emigrantes de cada localidade.

[56] A exclusão dos indivíduos pertencentes aos grupos etários 5-24 anos e mais de 64 anos pode subestimar a migração, especialmente dos indivíduos jovens e dos mais escolarizados. Todavia, este recorte é adequado para a problemática analisada, pois o objetivo é captar os movimentos migratórios dos indivíduos plenamente inseridos nos mercados de trabalho brasileiros. Além disso, ao excluir os indivíduos destas faixas etárias, espera-se retirar da análise deslocamentos populacionais que não estão diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico (a migração destes indivíduos tem grande probabilidade de ser familiar).

4.2 Estatísticas descritivas

Utilizando os critérios descritos na seção anterior, foi obtida, a partir dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, uma amostra composta por 28.789.675 indivíduos. Esta amostra está distribuída da seguinte maneira entre os anos analisados:

Tabela 01 – Distribuição amostral por ano

Ano	Frequência	Proporção (%)	Cumulativo (%)	(%) da amostra censitária
1980	8.088.455	28,09	28,09	27,53
1991	5.582.196	19,39	47,48	32,75
2000	6.745.692	23,43	70,92	33,27
2010	8.373.332	29,08	100,00	40,58
Total	**28.789.675**	**100,00**	**-**	**32,97**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010

Estes indivíduos foram classificados em dois grandes grupos:

- Não migrantes: indivíduos que nasceram e sempre moraram no local de recenseamento ou indivíduos que moram há pelo menos 05 anos no local de recenseamento.

- Migrantes: indivíduos que moram há menos de 05 anos no local de recenseamento, ainda que tenham nascido no mesmo.

Os migrantes, por sua vez, foram classificados em duas categorias:

- Migrantes interestaduais: indivíduos que realizaram deslocamentos entre as Unidades da Federação (UF).

- Migrantes intraestaduais: indivíduos que realizaram deslocamento entre as áreas regionais comparáveis de uma UF específica.

É importante salientar que a unidade espacial de análise, a área regional comparável, afetará diretamente o volume migratório de curta distância (intraestadual) quando este for comparado às análises no âmbito municipal. Como uma AC é formada por diversos municípios, a quantidade de migrantes intraestaduais por AC será bastante inferior à quantidade de migrantes intraestaduais por município. Neste sentido, os deslocamentos populacionais de curta distância para a amostra no período analisado podem, a primeira vista, parecer subestimados. Todavia, uma análise rigorosa permitirá identificar as diferenças entre as escalas espaciais e, consequentemente, a compreensão dos diferenciais entre os volumes

migratórios por AC e por município. Esta agregação espacial não compromete a análise, pois os determinantes da migração de curta e de longa distância permanecem os mesmos.

Dentro das categorias de migração, inter e intraestaduais, foram identificados os migrantes de retorno, cujo critério de definição refere-se à naturalidade[57]. Os migrantes interestaduais que nasceram na UF de recenseamento são classificados como migrantes interestaduais de retorno; os migrantes intraestaduais que nasceram na área regional comparável de recenseamento são classificados como migrantes intraestaduais de retorno.

Os dados amostrais por grupo foram expandidos para a população utilizando os pesos fornecidos pelo IBGE, e podem ser visualizados na Tabela 02.

Tabela 02 – Evolução da quantidade de migrantes e não migrantes (Brasil, 1980-2010)*

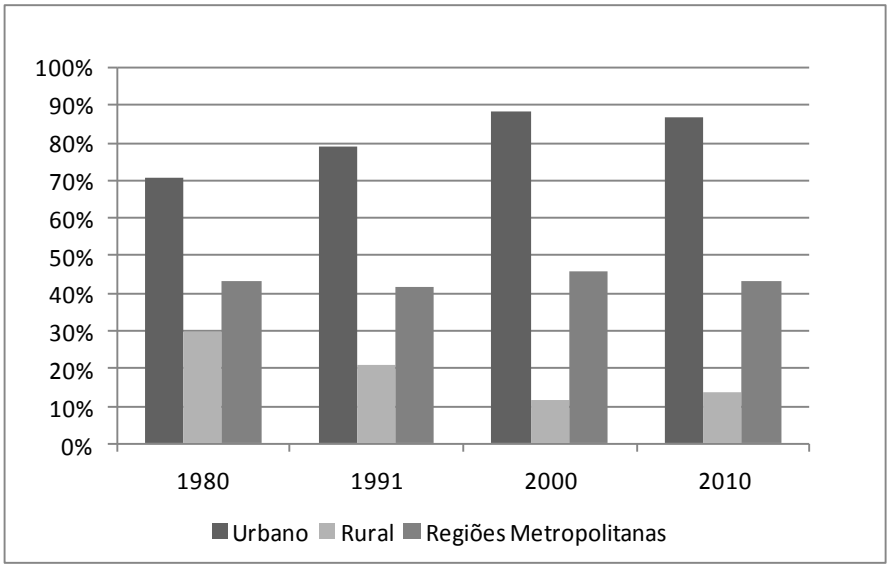
Ano	Não migrantes	Migrantes interestaduais	Migrantes intraestaduais	Migrantes de retorno	
				Interestaduais	Intraestaduais
1980	29.242.601	1.341.285	1.620.534	256.994	97.093
1991	43.109.440	1.473.236	1.463.262	401.489	158.768
2000	51.770.570	1.656.806	1.699.200	440.739	159.194
2010	71.354.008	1.750.569	1.655.122	446.049	193.687
Total	**195.476.619**	**6.221.896**	**6.438.118**	**1.545.271**	**608.742**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010.
(*) Os pesos fornecidos pelo IBGE foram utilizados para realizar a expansão da amostra.

Analisando a distribuição espacial da amostra, observa-se que sua maior parcela encontra-se em áreas urbanas, qualquer que seja a região em estudo. É possível verificar (GRÁFICO 01) o aumento da população residente em áreas urbanas e metropolitanas em detrimento das áreas rurais. Em 1980, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuíam mais de 60% da amostra residente em áreas urbanas, enquanto os percentuais do Norte e Nordeste não ultrapassavam 50%. No decorrer do período, estes percentuais cresceram em todas as regiões, consolidando o processo de urbanização brasileiro iniciado ainda na década de 1950. Em 2010, todas as regiões apresentavam percentuais de urbanização superiores a 70%, sendo o mais expressivo verificado na região Sudeste (93,6%) e o menos expressivo na região Nordeste (76,1%). É interessante observar que entre 2000 e 2010 há uma estabilidade relativa das trocas entre áreas rurais e urbanas, um provável reflexo do congestionamento dos grandes centros urbanos.

[57] Este critério restringe a análise, pois é impossível identificar o retorno de indivíduos não naturais. Todavia, o estudo exige esta qualificação, pois a compatibilização 1980-2010 dos quesitos censitários sobre a migração inviabiliza a identificação do retorno ao local de residência anterior do não natural.

Gráfico 01 – Evolução da proporção de domicílios em áreas urbanas, rurais e metropolitanas (Brasil 1980-2010)*

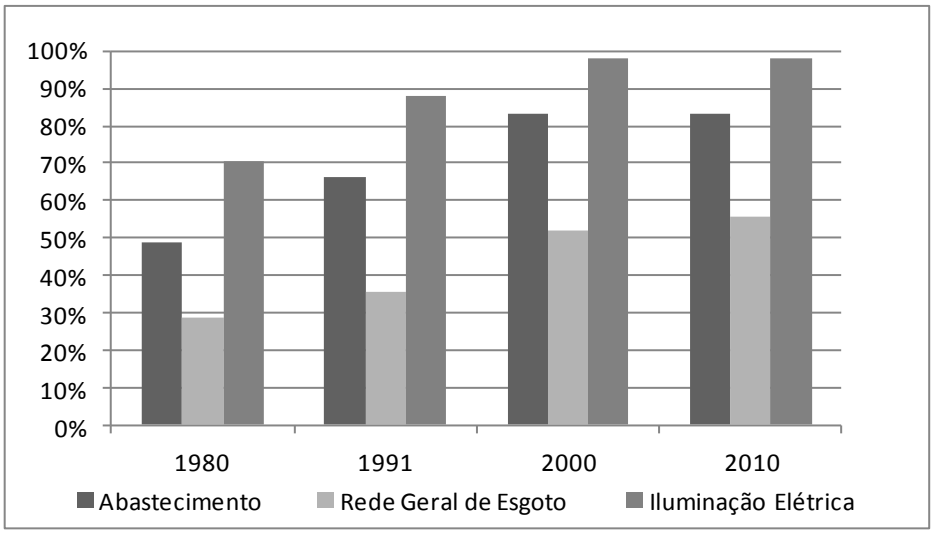


Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) As áreas metropolitanas estão contidas nas áreas urbanas.

Três indicadores foram analisados para caracterizar as condições de infraestrutura domiciliar da amostra: abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação elétrica. Em 1980, 50% dos domicílios possuíam abastecimento de água ligado à rede geral, 28% esgotamento sanitário e 70% iluminação elétrica (GRÁFICO 02). Estes indicadores eram bastante heterogêneos entre regiões e refletiam as elevadas disparidades existentes entre as mesmas. Os percentuais das regiões Norte e Nordeste não ultrapassavam, respectivamente, 30%, 10% e 50%. As regiões Sul e Centro-Oeste ocupavam posições intermediárias (45%, 20% e 70%) e a região Sudeste possuía percentuais superiores à média nacional (65%, 50% e 86%). Houve uma melhora destes indicadores ao longo do período analisado, cujas proporções nacionais aumentaram, respectivamente, para 83%, 56% e 98% em 2010 (GRÁFICO 02). As posições relativas das regiões foram mantidas e destaca-se apenas a aproximação da região Nordeste da média brasileira em relação à proporção de domicílios com abastecimento de água e a universalização da iluminação elétrica. A existência de esgotamento sanitário continua a ser um bom indicador dos desequilíbrios regionais no Brasil: menos de 15% e 35% dos domicílios das regiões Norte e Nordeste, respectivamente, usufruem desta benfeitoria. Os percentuais das regiões Sul e Centro-Oeste são, respectivamente, 46% e 39%. Em contrapartida, este percentual chega a 81% na região Sudeste.

Gráfico 02 – Evolução da infraestrutura domiciliar (Brasil 1980-2010)



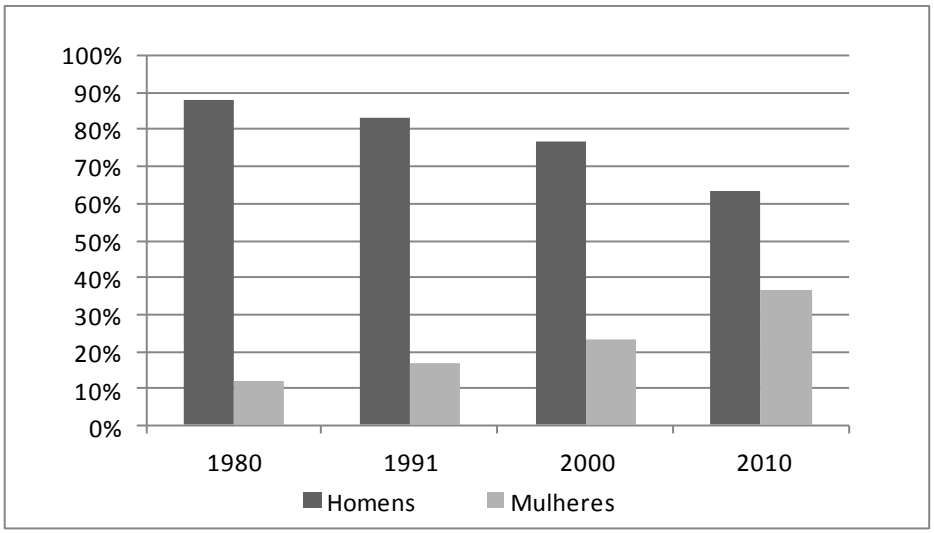
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

A proporção de indivíduos por sexo é praticamente constante e equilibrada entre 1980-2010. No início do período, 51,2% da amostra era composta por homens e 48,8% por mulheres. Em 2010, refletindo as tendências demográficas do país, estes percentuais tornaram-se 48,5% e 51,5%, respectivamente, invertendo suas posições. Esta composição se mantém, de forma geral, entre as regiões brasileiras. Entre os migrantes interestaduais, os homens continuam a ser a maioria (mas a participação das mulheres está crescendo e representa quase 50% destes migrantes em 2010); a migração intraestadual, especialmente de retorno, possui participação feminina um pouco superior à masculina.

Em relação à cor, observa-se que entre 1980 e 2000 aproximadamente 60% da amostra era composta por indivíduos que se autodeclaravam brancos e 40% pretos ou pardos. Em 2010, houve uma convergência destas proporções, que se tornaram praticamente equivalentes (49,9% e 50,1%, respectivamente). Esta mudança pode ser resultado dos ajustes realizados pelo IBGE para minimizar os problemas de coleta deste quesito, bem como dos estímulos socioculturais que existem para os indivíduos se declararem pretos ou pardos mais recentemente. Este padrão é observado para o total da amostra e para cada grupo analisado (o percentual é um pouco maior para os brancos apenas no caso dos migrantes intraestaduais, especialmente de retorno). As maiores proporções de brancos concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; nas regiões Norte e Nordeste, os pretos e pardos são maioria.

A amostra é composta basicamente por indivíduos responsáveis pelo domicílio e pelos cônjuges dos chefes, que juntos representam aproximadamente 90% das observações. É interessante notar que o percentual de filhos (e enteados), apesar de ainda ser inferior a 10%, cresceu de forma contínua no período analisado. Esta informação parece indicar que alguns indivíduos estão retardando a saída da casa de seus respectivos responsáveis. Apesar dos homens ainda representarem em 2010 a maior parte dos responsáveis pelo domicílio (63%), esta participação está diminuindo em prol das mulheres, cujo percentual subiu de 12% em 1980 para 37% em 2010. (ver GRÁFICO 03). A evolução destas proporções reflete a emancipação feminina e as transformações ocorridas nas estruturas familiares brasileiras nas últimas décadas do século XX.

Gráfico 03 – Evolução da proporção de responsáveis pelo domicílio por sexo (Brasil 1980-2010)



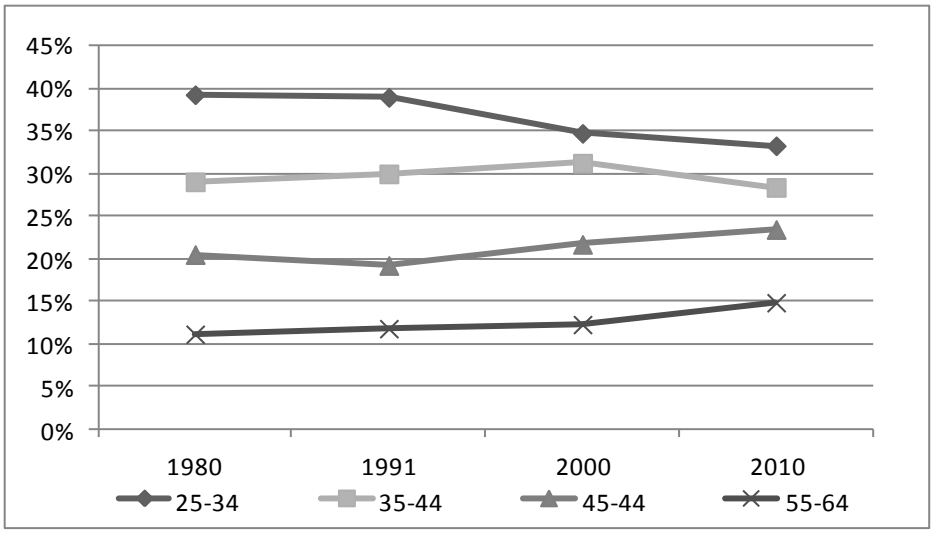
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

É interessante ressaltar que a maior parte da amostra é composta por indivíduos que declaram ter união conjugal estável, todavia, esta proporção diminuiu entre 1980 e 2010 (de aproximadamente 80% para 70%). Quando analisamos apenas os responsáveis pelo domicílio esta proporção é ainda menor, tendo registrado uma queda de aproximadamente 50% para 40%, inclusive no caso dos migrantes.

O Gráfico 04 apresenta a evolução da amostra por grupos de idade. Os indivíduos mais jovens (25 a 34 anos) são maioria, acompanhados de perto pelos demais grupos em ordem crescente. Observa-se que os grupos etários mais velhos (55 a 64 anos e 45 a 44 anos) aumentaram suas

participações relativas entre 2000 e 2010, enquanto os grupos mais jovens apresentaram perdas. Estes resultados são consistentes com as transformações demográficas ocorridas no Brasil, que experimenta o aumento da expectativa de vida da população e, consequentemente, dos idosos. Entre os migrantes, observa-se a mesma distribuição por grupos etários, contudo, a magnitude da proporção do grupo mais jovem (25 a 34 anos) é bem mais expressiva, chegando, em 2010, a 50% para os migrantes interestaduais e 45% para os migrantes intraestaduais. Estas observações corroboram a hipótese de que os indivíduos mais jovens têm maiores propensões a migrar, provavelmente porque se adaptam mais facilmente a novos contextos socioeconômicos.

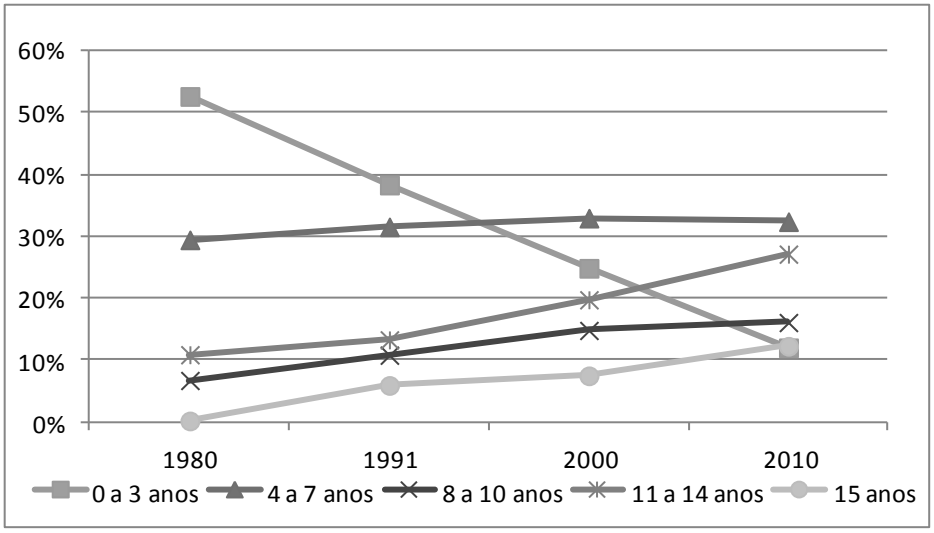
Gráfico 04 – Evolução da proporção de pessoas por grupos de idade (Brasil 1980-2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

As características educacionais dos indivíduos são analisadas por intermédio da variável "anos de estudo" e sintetizadas em grupos educacionais. A proporção de indivíduos alfabetizados aumentou de 73,2% em 1980 para 91,5% em 2010. Estes percentuais são basicamente os mesmos para migrantes e não migrantes, destacando apenas que em 1980 a proporção de migrantes de retorno alfabetizados era maior do que a média nacional (80%). O Gráfico 05 ajuda a compreender os progressos educacionais no Brasil nos últimos 30 anos:

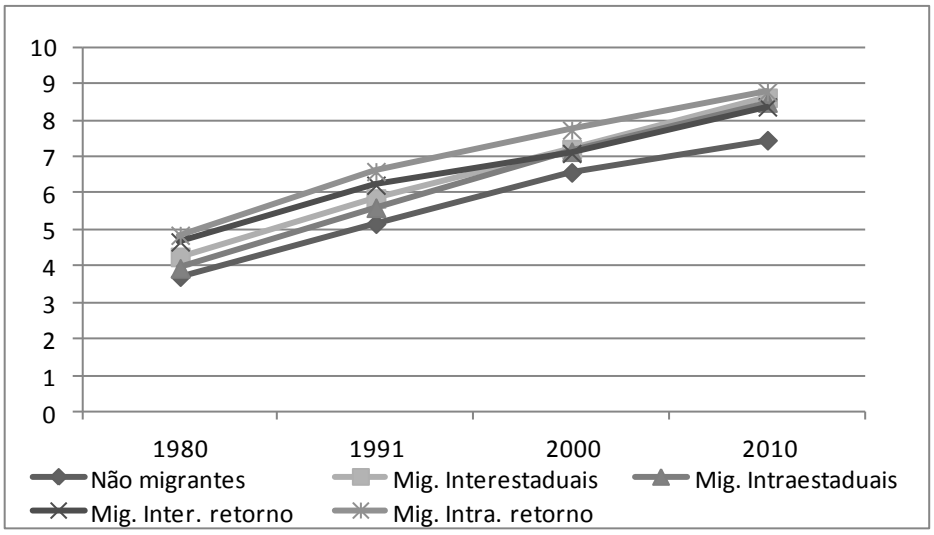
Gráfico 05 – Evolução da proporção de pessoas por grupos educacionais (Brasil, 1980-2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

Houve uma queda brusca e contínua da proporção de pessoas com baixos níveis de escolaridade. A proporção de pessoas com 0 a 3 anos de estudo caiu de 52% em 1980 para 12% em 2010. As participações relativas das demais categorias aumentaram, com destaque para os grupos de educação intermediária (11 a 14 anos de estudo) e elevada (15 anos ou mais). Esta última categoria ainda é pouco expressiva, mas conseguiu elevar sua participação de uma situação praticamente nula para 15% da amostra. As informações relativas apenas aos migrantes indicam que estes progressos foram mais expressivos para este grupo de indivíduos: em todas as subclasses de migração, a proporção de pessoas com menos de 04 anos de estudo é inferior a 8%; em contrapartida, a proporção de pessoas com educação de nível superior é de aproximadamente 20%. Estes dados, quando analisados em conjunto com a média de anos de estudo (GRÁFICO 06), indicam que a migração provavelmente possui caráter seletivo: os migrantes, de curta ou de longa distância, de retorno ou não, possuem média de anos de estudo superior à dos não migrantes.

Gráfico 06 – Evolução da média de anos de estudo (Brasil, 1980-2010)



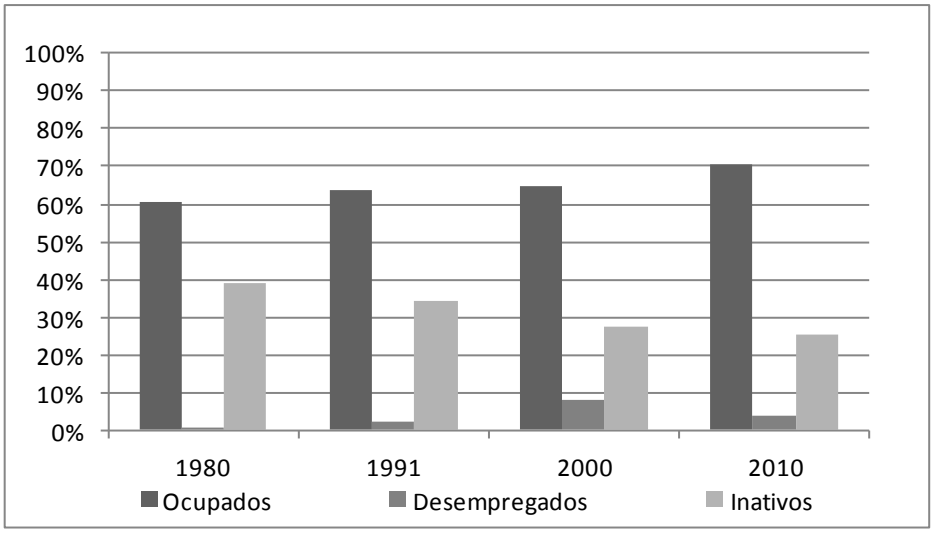
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

A melhoria dos indicadores educacionais não foi homogênea espacialmente. Durante todo o período, a média de anos de estudo dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal) ficou abaixo da média nacional, apesar de sua expansão; Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná conseguiram ultrapassar este valor de referência; e Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentaram valores superiores à média nacional.

Como citado anteriormente, um dos principais fatores que influenciou o recorte amostral foi o interesse em analisar os deslocamentos da população em idade economicamente ativa e que já concluiu seu ciclo educacional. O objetivo é analisar os fluxos migratórios que possuem maior relação com a dinâmica dos mercados de trabalho brasileiros. Logo, é importante observar as características ocupacionais da amostra. O Gráfico 07 mostra a proporção de indivíduos por condição de atividade e ocupação. O percentual de ocupados aumentou de aproximadamente 60% em 1980 para 71% em 2010, sendo que sua expansão mais expressiva ocorreu entre 2000 e 2010. Este comportamento é reflexo do baixo dinamismo dos mercados de trabalho brasileiros entre 1980 e 2000 e de sua recuperação nos últimos 10 anos, com a criação de novos postos de trabalho e aumento das taxas de ocupação, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Simultaneamente, ocorreu a diminuição da proporção da população economicamente inativa (de 39% para 26%) e o aumento do percentual de desocupados (de 1% para 4%), que chegou a 8% em 2000. Estes movimentos parecem indicar que alguns indivíduos estão permanecendo nos mercados de trabalho por

mais tempo (ou retornando aos mesmos), ainda que não consigam sua imediata inserção. A distribuição dos postos de trabalho entre homens e mulheres era bastante desequilibrada em 1980 (77,7% dos ocupados eram homens e apenas 22,3% eram mulheres). Esta situação melhorou no decorrer do período e apesar dos homens ainda representarem a maior parcela da força de trabalho (57%), as mulheres conseguiram aumentar significativamente sua inserção ocupacional (43%).

Gráfico 07 – Evolução da proporção de indivíduos por condição de atividade e ocupação (Brasil, 1980-2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

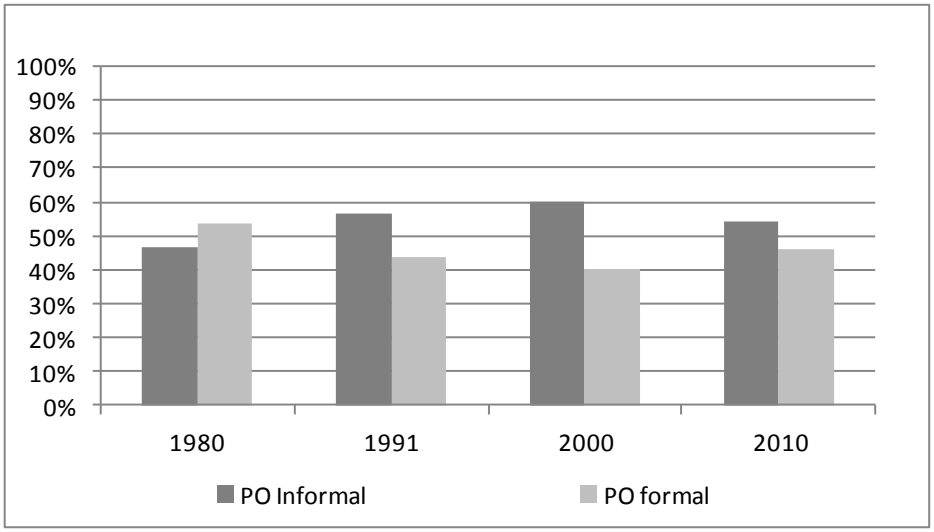
As proporções de ocupados e desocupados são um pouco maiores para os migrantes intra e interestaduais, o que reflete o provável deslocamento em busca de novas oportunidades de emprego. A situação dos migrantes de retorno é um pouco menos favorável, pois seus percentuais de ocupação estão abaixo da média nacional e os de desocupação acima; ao mesmo tempo, suas proporções de inativos são similares à média nacional. Estas observações indicam a complexidade inerente a este tipo de deslocamento e a provável dificuldade de inserção destes indivíduos, especialmente dos menos qualificados.

Espacialmente, a proporção de ocupados aumentou de forma generalizada. Em 2010, a região Nordeste possuía o menor percentual de ocupados (65%), seguida das regiões Norte (68%), Sudeste (71,5%), Centro-Oeste (75%) e Sul (76,4%).

Em relação às condições de trabalho e emprego, observa-se que entre 1980 e 2000 houve um aumento da proporção de ocupados em atividades informais e uma diminuição da proporção

de ocupados em atividades formais (GRÁFICO 08). As conclusões extraídas dos Censos Demográficos são compatíveis com as transformações ocorridas nos mercados de trabalho brasileiros neste período. As políticas de liberalização econômica e financeira adotadas no Brasil no final da década de 1980 exigiram medidas de adequação dos mercados de trabalho, cujo resultado mais expressivo, atrelado ao baixo desempenho da economia nacional, foi o aumento de seus níveis de informalidade (ULYSSEA, 2006). Apenas entre 2000 e 2010 esta situação começa a se inverter, reflexo da retomada do crescimento econômico e da geração de emprego (BERG, 2010). Neste quesito, os migrantes, exceto de retorno, possuem uma situação um pouco mais favorável do que os não migrantes, pois seus percentuais de emprego formal são maiores do que a média nacional em todo o período analisado. As regiões com maiores níveis de formalidade são Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A região Norte possui o menor indicador. O nível de informalidade nas áreas rurais é muito superior ao de trabalho formal (79% contra 21% em 2010); nas áreas urbanas, a situação atual é equilibrada (50%). Também é interessante ressaltar que a proporção de mulheres ocupadas em atividades formais vem crescendo, mas ainda é inferior à proporção de homens.

Gráfico 08 – Evolução da proporção de ocupados em atividades formais e informais (Brasil, 1980-2010)



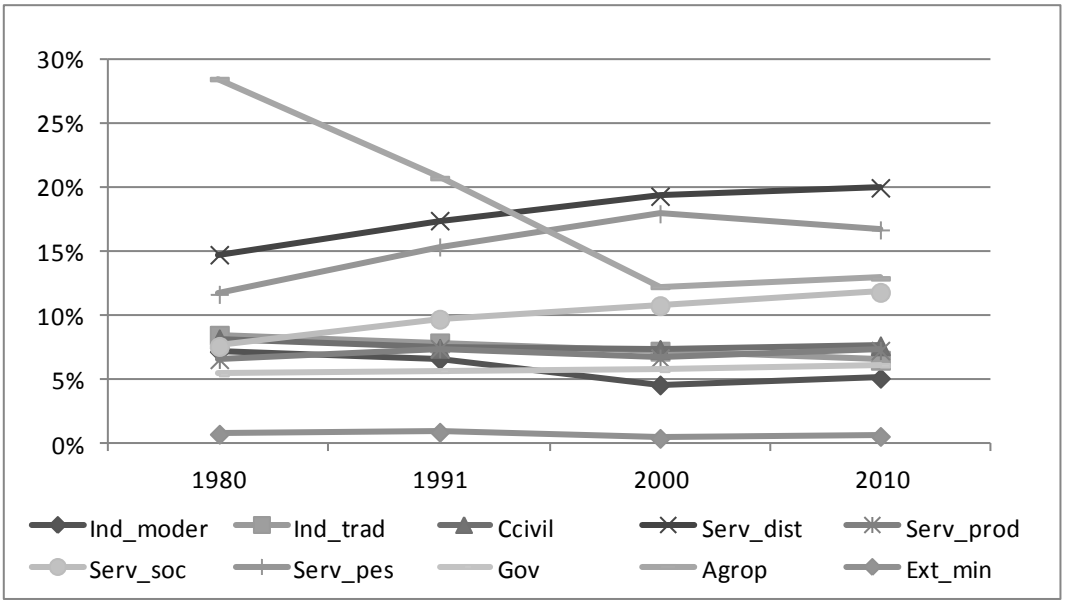
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

Estes trabalhadores, migrantes e não migrantes, concentram-se principalmente nos setores de serviços (subdivididos em serviços distributivos, produtivos, sociais e pessoais), seguidos pelos setores agropecuários e industriais (modernos e tradicionais). A evolução desta distribuição pode ser visualizada no Gráfico 09, cujas tendências mais notáveis são a

diminuição relativa do emprego agropecuário e o aumento dos serviços. O emprego industrial, principalmente o moderno, está concentrado nas regiões Sudeste e Sul; o agropecuário nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; todas as regiões experimentaram a generalização do emprego nos setores terciários.

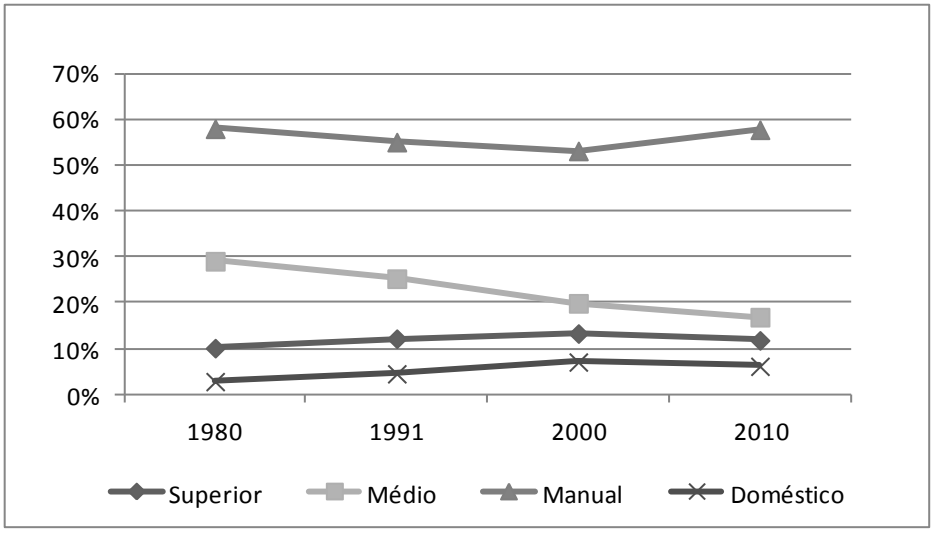
A maior parte dos trabalhadores desempenha funções de baixa qualificação (manuais), sejam eles migrantes ou não (GRÁFICO 10). Nota-se que a participação relativa deste tipo de ocupação diminuiu entre 1980 e 2000, mas teve uma pequena recuperação em 2010, o que pode estar relacionado à inclusão social ocorrida no Brasil nos últimos anos e à respectiva inserção de indivíduos não qualificados nos mercados de trabalho brasileiros (IPEA, 2010a). As ocupações de nível médio tiveram redução para a média nacional; as domésticas e de nível superior mantiveram-se praticamente estáveis, após pequeno aumento entre 1991 e 2000. A grande diferença entre migrantes e não migrantes ocorre nas ocupações de maior qualificação, pois ao contrário da estabilidade observada para os não migrantes, a proporção de migrantes, inter e intraestaduais, em ocupações de nível superior aumentou significativamente no período, chegando a aproximadamente 20%. Este é mais um indício da seletividade inerente ao processo migratório.

Gráfico 09 – Evolução da proporção de ocupados por setor de atividade (Brasil, 1980-2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

Gráfico 10 – Evolução da proporção de ocupados por categoria sócio-ocupacional (Brasil, 1980-2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

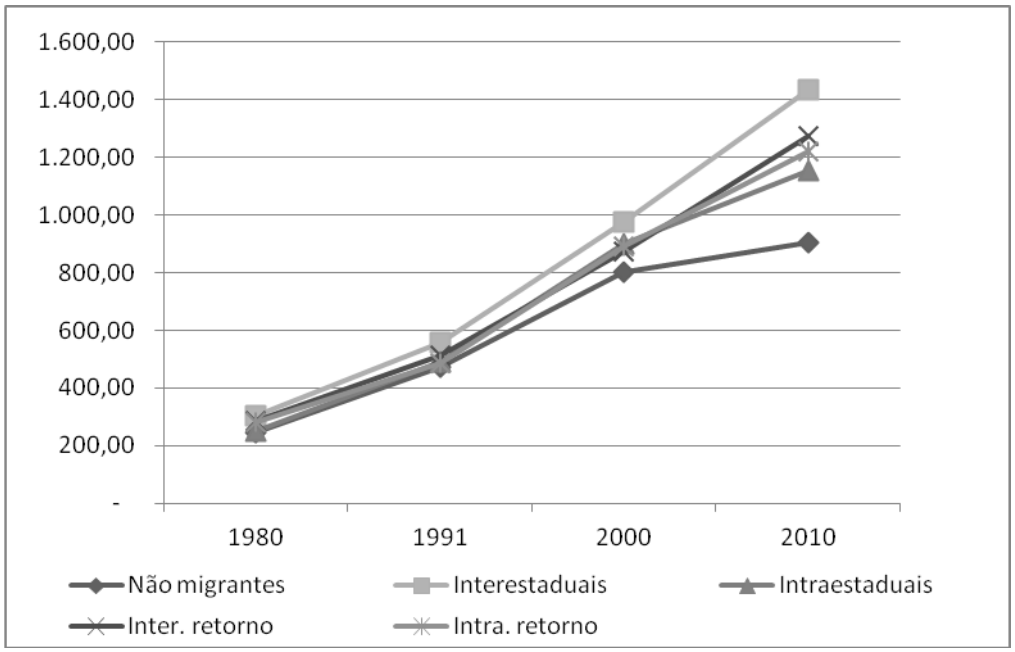
As diferenças existentes entre os componentes amostrais refletem-se em seus respectivos rendimentos (total e domiciliar *per capita*). Entre 1980 e 1991, houve uma redução do rendimento médio no Brasil, consequência de seu baixo crescimento econômico na chamada década perdida. Após as reformas realizadas na primeira metade dos anos 1990, o rendimento se recuperou e vem crescendo de forma consistente, atingindo aproximadamente R$ 1.260,00 em 2010. O rendimento domiciliar *per capita*, por sua vez, cresceu de forma contínua entre 1980 e 2010 (de R$ 250,00 para R$ 920,00), porém, seu ritmo de expansão parece ter diminuído entre 2000 e 2010[58]. Os gráficos com a evolução dos rendimentos médios no Brasil entre 1980 e 2010 podem ser visualizados no Apêndice A. Embora generalizada, esta expansão não ocorreu na mesma magnitude entre indivíduos e regiões, sendo incapaz de alterar significativamente as disparidades existentes no país.

O Gráfico 11 mostra a evolução média do rendimento domiciliar *per capita* de migrantes e não migrantes. No início do período, os rendimentos dos grupos estavam praticamente no mesmo patamar, porém, em 2010 houve uma diferenciação entre os mesmos, que beneficiou os migrantes, em particular os interestaduais. As médias dos migrantes ficaram acima da média nacional e as médias dos não migrantes ficaram abaixo deste valor. O mesmo

[58] A expansão do rendimento domiciliar *per capita* entre 1980 e 1991 foi viabilizada pela reestruturação da composição familiar brasileira, que reduziu o número médio de moradores por domicílio (ALVES, 2004).

comportamento é observado em relação ao rendimento médio dos indivíduos. Estes dados indicam que provavelmente a migração de longa distância é compensada por rendimentos mais elevados.

Gráfico 11 – Evolução média do rendimento domiciliar *per capita* por grupos (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010

Esta diferenciação de rendimentos também pode ser observada sob outros aspectos. O estudo realizado permite identificar as características produtivas e não produtivas dos indivíduos e das localidades que estão associadas a maiores ou menores rendimentos. Para não tornar a leitura cansativa e considerando que este não é o objetivo principal da tese, estas características são brevemente citadas e seus respectivos gráficos podem ser consultados no Apêndice A.

As características não produtivas que estão positivamente relacionadas aos rendimentos são cor branca e sexo masculino. Os diferenciais de renda entre brancos e pretos (e pardos) e entre homens e mulheres persistem no Brasil. Além disso, os migrantes que possuem estas características, historicamente beneficiadas pelos mercados de trabalho, obtêm rendas mais elevadas.

Indivíduos com maiores níveis de escolaridade possuem rendimentos significativamente mais elevados e a migração, especialmente interestadual, confere benefícios monetários ainda mais expressivos para os mesmos. Em 2010, o rendimento médio de um indivíduo com 15 anos ou mais de estudo era aproximadamente 4,5 vezes maior do que o rendimento de um indivíduo com o ensino médio incompleto (8 a 11 anos de estudo). No caso dos migrantes interestaduais, este valor sobe para 5,6 vezes. Se estes migrantes são de retorno, o valor é ainda mais expressivo (6,2). Para os migrantes intraestaduais, as diferenças de rendimentos entre grupos educacionais são similares às dos não migrantes. Estas observações corroboram a hipótese de que a migração, especialmente de longa distância, tende a favorecer indivíduos altamente qualificados.

As considerações realizadas para os grupos educacionais podem ser estendidas para as categorias socio-ocupacionais: as atividades de qualificação superior têm remuneração 2,5 vezes maior do que as ocupações de qualificação média, 4,6 vezes do que as ocupações manuais e 8,2 vezes maior do que as ocupações domésticas. A efetivação da migração eleva os rendimentos de todas as categorias e os aumentos mais expressivos ocorrem para os migrantes interestaduais.

Os rendimentos também diferem em relação ao espaço: áreas urbanas e metropolitanas possuem rendimentos médios maiores que a média brasileira, enquanto áreas rurais possuem rendimentos menos expressivos. Os migrantes residentes em áreas urbanas e metropolitanas possuem as maiores remunerações. Apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal obtiveram rendimento domiciliar *per capita* superior à média nacional durante todo o período. Em 2000, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina conseguiram ultrapassar este valor; movimento que Espírito Santo e Mato Grosso do Sul concretizaram apenas em 2010. Os rendimentos médios de Goiás e Minas Gerais aproximaram-se deste valor de referência, mas em 2010 ainda estavam um pouco abaixo do mesmo. Os rendimentos dos demais estados (regiões Norte e Nordeste) também cresceram, contudo, seus valores continuam abaixo da média nacional.

A comparação entre migrantes e não migrantes demonstra que o primeiro grupo possui, em geral, rendimentos mais elevados. Além disso, é possível perceber diferenças comportamentais entre os tipos de migração e regiões de destino, que merecem ser destacadas.

No caso dos migrantes interestaduais, especialmente de retorno, o rendimento médio tende a ser mais elevado do que o dos não migrantes em todos estados, exceto em São Paulo entre 1980 e 2000 (esta situação foi revertida em 2010, o que pode indicar uma mudança no perfil dos migrantes que se destinam a esta UF). Também é possível observar que os imigrantes das regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, durante todo o período, tiveram rendimentos mais expressivos que a média nacional (dos não migrantes), com poucas exceções (por exemplo, Tocantins e Rondônia em 1980, Pará em 1991 e Amapá em 2000). Em contrapartida, na região Nordeste, em 1980 apenas os imigrantes residentes na Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe possuíam rendimentos médios superiores ao valor de referência nacional; entre 1991 e 2000, estes valores alternaram entre os estados da região e, finalmente, em 2010, a situação tornou-se mais favorável para os imigrantes, pois seu rendimento médio superou o nacional em todos os estados, exceto no Piauí.

A migração intraestadual também proporciona rendimentos mais elevados para os indivíduos, porém, este aumento parece ser um pouco menos expressivo do que aquele proporcionado por migrações de longa distância. Ao longo do período, há mais situações nas quais o rendimento médio dos migrantes é inferior ao dos não migrantes (Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe em anos selecionados). Em 1980, apenas os migrantes intraestaduais do Sudeste (exceto Espírito Santo) e do Sul (exceto Paraná) tinham rendimento superior à média nacional (não migrantes); em 1991, Amapá e Amazonas entraram neste grupo; em 2000, Paraná, Mato Grosso, Tocantins e Piauí; em 2010, este grupo era composto pelas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (exceto MT) e pelos estados do Acre, Amapá e Tocantins. A partir destas observações é possível perceber que a migração de curta distância, em média, é capaz de melhorar a posição relativa dos indivíduos em termos locais, mas não necessariamente em termos nacionais.

4.3 A dinâmica regional brasileira no período 1980-2010

As condições socioeconômicas de uma localidade possuem impacto significativo sobre a decisão de migrar. Segundo Singer (1973), as conjunturas regionais são os aspectos mais importantes deste processo, pois as características individuais só influenciam quem migra (ou não) após uma análise detalhada dos contextos sociais e econômicos das localidades de origem e destino. O autor destaca que a criação das disparidades regionais pode ser encarada

como o motor principal das trajetórias migratórias que acompanham o processo de desenvolvimento capitalista. Além disso, as migrações podem afetar as disparidades regionais de forma recíproca, funcionando como um de seus mecanismos de manutenção. Neste sentido, torna-se clara a necessidade de analisar a questão regional brasileira nos últimos anos.

O desenvolvimento recente (pós-1950) da economia brasileira é marcado por grandes disparidades regionais (AFFONSO e SILVA, 1995). Este processo concentrou-se na região centro-sul do país, especialmente em São Paulo, em detrimento dos demais estados. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, uma série de instrumentos foi utilizada, via superintendências regionais de desenvolvimento, para minimizar estas disparidades, contudo, seus resultados não foram satisfatórios e a desconcentração observada foi bastante limitada (GUIMARÃES NETO, 1995).

O advento da crise da dívida externa, nos anos 1980, marca o início de um período de esvaziamento do papel do Estado, com o esgotamento do modelo de crescimento desenvolvimentista, cujas consequências afetaram diretamente as políticas regionais do país. A ausência de medidas federais estimulou uma série de políticas locais, que se generalizaram nos anos seguintes, especialmente no decorrer da década de 1990 (ARAÚJO, 2000). O principal resultado destas políticas, em um contexto de intensa abertura comercial, foi a desconcentração das atividades produtivas, que beneficiou, mais uma vez, o centro-sul do país (DINIZ, 1993) e algumas áreas isoladas ao longo do território nacional, como os polos de desenvolvimento que surgiam em estados da região Nordeste (LIMA, 2004).

Neste novo contexto, as cidades médias passaram a desempenhar um papel estratégico, pois as mesmas possuem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades produtivas e não apresentam os elevados custos de congestionamento dos grandes centros urbanos metropolitanos (THOMPSON e SERRA, 2001). A interiorização do urbano expandiu o desenvolvimento para estas cidades, tornando-as extremamente dinâmicas.

Apesar das melhorias obtidas nos anos mais recentes, o padrão de desenvolvimento regional brasileiro continua a apresentar grandes disparidades e, segundo Araújo (2007), atravessa todas as escalas espaciais, pois as diferenças de renda e oportunidades existem não apenas entre as macrorregiões do país, mas também dentro destas regiões.

Para observar mais detalhadamente a dinâmica regional brasileira entre 1980-2010 foram construídas diversas variáveis regionais, descritas no Quadro 01 (p.104) a seguir, a partir dos

microdados dos Censos Demográficos. Ressalta-se que a escala espacial objeto de análise da tese é a microrregional. Esta escala não corresponde às microrregiões geográficas definidas pelo IBGE. Na realidade, são áreas regionais comparáveis construídas para viabilizar a compatibilização espacial dos municípios e das microrregiões brasileiras entre 1980-2010, conforme explicado anteriormente. Esta compatibilização engloba 413 áreas regionais comparáveis, cujos nomes e códigos podem ser consultados na Tabela A6 (APÊNDICE A).

As variáveis construídas têm como objetivo demonstrar diferentes aspectos do desenvolvimento socioeconômico regional. O principal critério para a construção das mesmas foi a necessidade de demonstrar a evolução de características consideradas essenciais para o desenvolvimento de uma localidade. Assim, foram incorporados à análise indicadores de rendimento, escolaridade, condições da infraestrutura domiciliar, importância relativa dos setores industriais e de serviços modernos (que possuem elevada interelação e dinamismo), nível de formalização dos mercados de trabalho, qualificação da mão de obra, atratividade do meio urbano, pobreza e desigualdade.

Para reduzir o número de variáveis regionais e facilitar a interpretação dos dados foi utilizada uma técnica de análise multivariada – a análise de componentes principais (ACP) – para identificar quais regiões apresentaram maior dinamismo socioeconômico entre 1980 e 2010. O objetivo da ACP é construir um conjunto de variáveis estatisticamente independentes a partir de uma transformação linear de um dado conjunto de variáveis observadas que são correlacionadas[59]. Os índices (componentes principais) gerados possuem correlação nula e são calculados de forma que o primeiro componente mostra o maior percentual da variação nos dados observados, o segundo componente mostra a segunda maior variação e assim sucessivamente. Desta forma, é possível reduzir a quantidade inicial de variáveis a um número pequeno de componentes principais, identificando a menor quantidade possível de combinações lineares usadas para resumir dados, com perda mínima de informações. Além disso, por ser um método estatístico não paramétrico, a ACP dispensa hipóteses sobre a distribuição de probabilidade das variáveis originais.

[59] A descrição formal desta técnica é realizada de forma bastante didática por Mingoti (2005).

Quadro 01 – Indicadores socioeconômicos regionais

Nome do indicador	**Descrição**
Rendimento domiciliar *per capita* regional	Valor médio do rendimento domiciliar *per capita*.
Taxa de esgotamento sanitário	Proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto.
Escolaridade média	Média de anos de estudo da região.
Grau de industrialização	Proporção de trabalhadores urbanos na indústria.
Escala industrial*	Indicador de relevância das atividades industriais.
Densidade de serviços modernos**	Proporção de trabalhadores urbanos no setor de serviços modernos.
Força de trabalho especializada	Proporção de trabalhadores urbanos em atividades técnico-científicas.
Taxa de formalidade	Proporção de trabalhadores urbanos em atividades formais.
Oferta cultura	Proporção de trabalhadores urbanos em atividades culturais.
Oferta de serviços de saúde	Proporção de trabalhadores urbanos em atividades do setor de saúde.
Taxa de ocupação	Proporção de pessoas ocupadas.
Oferta de bens públicos	Pessoal urbano ocupado em atividades relacionadas à oferta de bens públicos.
Índice de pobreza***	Indicador de pobreza.
Coeficiente de Gini	Indicador de desigualdade.
Centralidade****	Indicador de hierarquia urbana.

(*) Indicador construído a partir de Diniz e Crocco (1996) com a seguinte classificação: 01 para áreas industriais irrelevantes (trabalho industrial<1.000); 02 para áreas industriais intermediárias (entre 1.000 e 10.000); e 03 para áreas industriais relevantes (>=10.000).

(**) Serviços de telecomunicações, financeiros e seguros, jurídicos, de contabilidade e auditoria, consultorias, publicidade, engenharia e arquitetura, desenho e outros serviços técnico-profissionais prestados a empresas, serviços auxiliares da indústria e instituições científicas e tecnológicas.

(***) A linha de pobreza equivale a 1/4 do salário mínimo vigente na data de referência do Censo 2010. A adoção deste critério é justificada por esta ser a principal referência para a inclusão de indivíduos em programas sociais do Governo Federal.

(****) Construído a partir do REGIC/IBGE para os anos de 1991 e 2010; para 1980, a população foi utilizada como *proxy*. A área regional comparável foi classificada de acordo com o nível de centralidade de seu município polarizador (mais dinâmico em termos econômicos – PIB).

A Tabela 03 mostra que os dois primeiros componentes explicam aproximadamente 70% da variância dos dados originais para cada ano censitário analisado:

Tabela 03 – Total da variância explicada para a amostra de 413 áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)

Componentes	Variação							
	1980		1991		2000		2010	
	Individual	Acumulada	Individual	Acumulada	Individual	Acumulada	Individual	Acumulada
c1	54,50%	54,50%	51,80%	51,80%	52,10%	52,10%	46,90%	46,90%
c2	14,60%	69,10%	17,10%	68,90%	17,40%	69,50%	22,70%	69,60%
Demais	30,90%	100%	31,10%	100%	30,50%	100%	30,40%	100%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos censos demográficos 1980-2010.

A análise e a interpretação das contribuições de cada variável para cada componente permite identificar prováveis indicadores da dinâmica regional brasileira. Devido à elevada contribuição dos dois primeiros componentes para explicar a variação dos dados, a análise será concentrada nos mesmos, conforme demonstra a Tabela 04.

Tabela 04 – Coeficientes dos componentes principais (Brasil, 1980-2010)

	1980		1991		2000		2010	
	c1	c2	c1	c2	c1	c2	c1	c2
rdompc	0,333	-0,124	0,334	-0,099	0,327	-0,131	0,350	-0,097
tx_esgot	0,269	-0,127	0,253	-0,198	0,244	-0,162	0,276	-0,131
anosest	0,334	0,009	0,341	0,047	0,339	-0,037	0,347	-0,094
air	0,295	-0,099	0,303	0,070	0,293	-0,060	0,297	-0,044
grau_ind	0,118	-0,585	0,182	-0,457	0,054	-0,526	0,034	-0,446
dservmod	0,276	0,188	0,312	0,143	0,340	0,046	0,360	0,045
ft_espec	0,273	0,276	0,296	0,262	0,322	0,113	0,168	0,345
tx_ocup	-0,178	-0,158	-0,205	-0,144	-0,201	-0,200	-0,018	-0,320
tx_formal	0,320	-0,112	0,318	-0,137	0,288	-0,227	0,305	-0,231
cultura	0,115	0,295	0,076	0,271	0,140	0,296	0,302	0,128
saude	0,164	0,309	-0,064	0,374	0,219	0,341	0,142	0,323
pobreza	-0,324	0,164	-0,312	0,183	-0,247	0,335	-0,253	0,339
coef_gini	0,037	0,506	-0,066	0,516	0,032	0,473	0,109	0,464
of_benspub	0,284	-0,037	0,259	0,179	0,260	0,074	0,225	0,063
centralidade	0,304	0,039	0,278	0,248	0,303	0,154	0,321	0,178

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos censos demográficos 1980-2010.

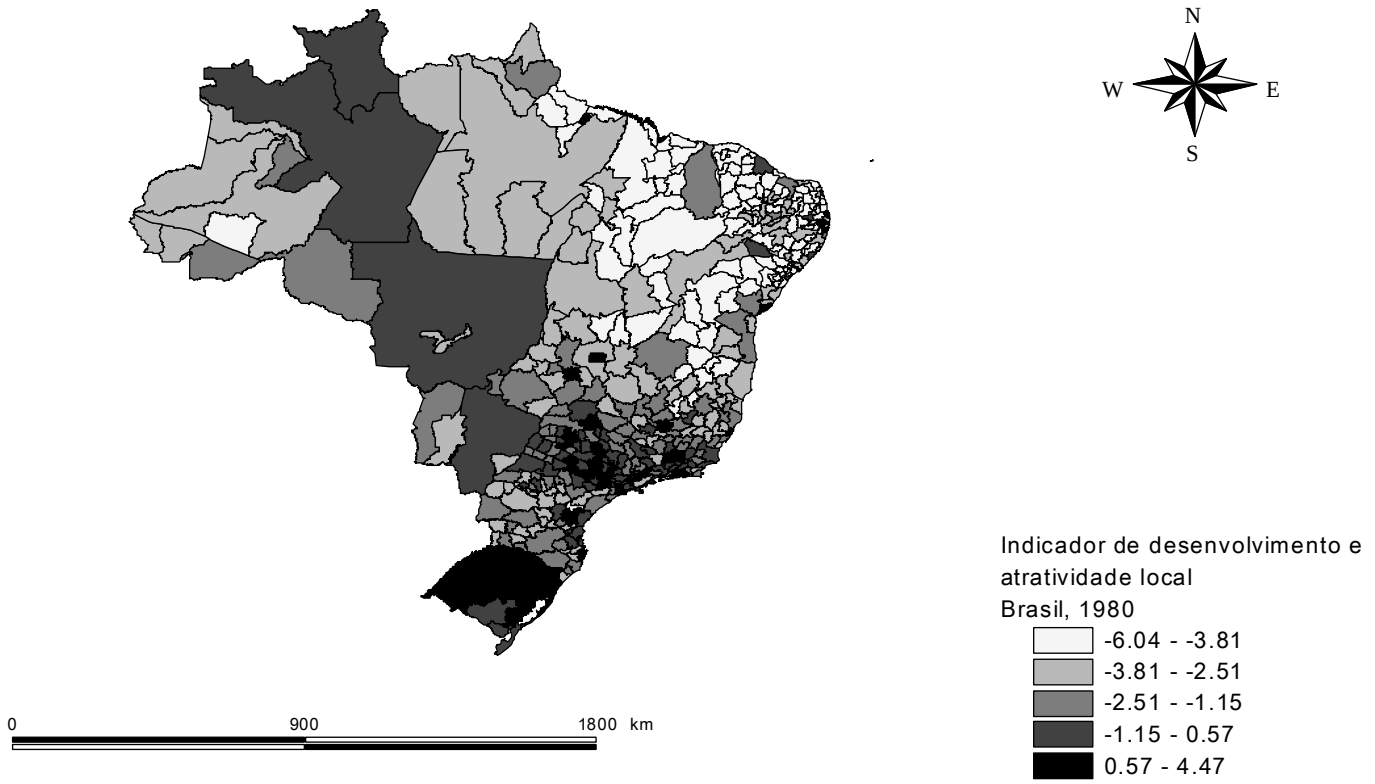
Observa-se que a estimação da ACP gerou dois indicadores regionais para o Brasil, válidos para todo o período analisado. O primeiro índice equivale a um indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico local, pois ele compara variáveis que contribuem positivamente para o desenvolvimento, como o grau de industrialização e o nível médio de escolaridade, com variáveis que dificultam este processo, como a proporção de pobres. Este índice assume valores mais elevados para áreas regionais comparáveis que oferecem maiores oportunidades de emprego e renda para os indivíduos. Neste sentido, também pode ser

interpretado como um indicador do nível de atratividade local: áreas regionais comparáveis mais atraentes para migrantes potenciais possuem valores mais elevados em relação às áreas menos atraentes.

O segundo índice equivale a um indicador de relevância industrial, pois compara, basicamente, a importância deste setor em relação aos níveis de pobreza e desigualdade de renda da região. Além disso, avalia como aspectos que não estão diretamente relacionados à dinâmica do setor industrial, como a oferta de serviços de saúde e culturais, podem contrabalançar os seus benefícios. Este índice possui maior importância para regiões de porte médio.

A Figura 01 mostra a distribuição espacial do indicador de desenvolvimento socioeconômico e de atratividade em 1980. Nota-se que as áreas regionais comparáveis com valores mais expressivos para este indicador localizavam-se na região Sudeste do país, principalmente nas áreas polarizadas pelas capitais estaduais, enquanto a região Nordeste possuía áreas menos desenvolvidas e com baixos níveis de atratividade.

Figura 01 – Indicador de desenvolvimento e atratividade local por área regional comparável (Brasil, 1980)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1980.

O estado de São Paulo, que representava o principal polo de crescimento da economia brasileira, possuía a maior quantidade de regiões dinâmicas e estas estavam relativamente distribuídas em seu território. Além disso, poucas regiões do estado possuíam valores muito baixos deste indicador, o que reflete sua elevada atratividade no contexto nacional. No caso fluminense, apenas a AC Rio de Janeiro tinha elevada atratividade; as demais regiões do estado possuíam indicadores com valores intermediários. Em Minas Gerais, as áreas mais dinâmicas eram polarizadas por Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia. Estas regiões possuíam infraestrutura produtiva complementar aos parques industriais instalados em São Paulo e no Rio de Janeiro, logo, é provável que sua forma de inserção à dinâmica econômica nacional tenha facilitado sua expansão e, consequentemente, seu desenvolvimento. Este, por sua vez, estimulou seus respectivos níveis de atratividade. Em contrapartida, as áreas comparáveis do norte de Minas, possuíam indicadores pouco expressivos, evidenciando seus baixos níveis de desenvolvimento e atratividade. No Espírito Santo, os maiores níveis de desenvolvimento eram observados na AC de Vitória.

Na região Sul do país, as áreas mais desenvolvidas e atrativas eram as AC's Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis. No Paraná, começavam a se destacar as áreas comparáveis de Londrina e Maringá; em Santa Catarina, as AC's Joinville e Blumenau apresentavam relativa atratividade. A proximidade destas regiões em relação aos principais mercados nacionais estimulava o desenvolvimento de suas atividades produtivas, tornando-as mais atrativas para potenciais migrantes.

Distrito Federal e Goiânia polarizavam o desenvolvimento da região Centro-Oeste, todavia, já era possível perceber que a expansão da fronteira agrícola do país em direção a esta região começava a gerar benefícios para as economias locais, cujos principais resultados refletem-se nos indicadores das áreas comparáveis de Campo Grande e Cuiabá, que se tornavam cada vez mais dinâmicas.

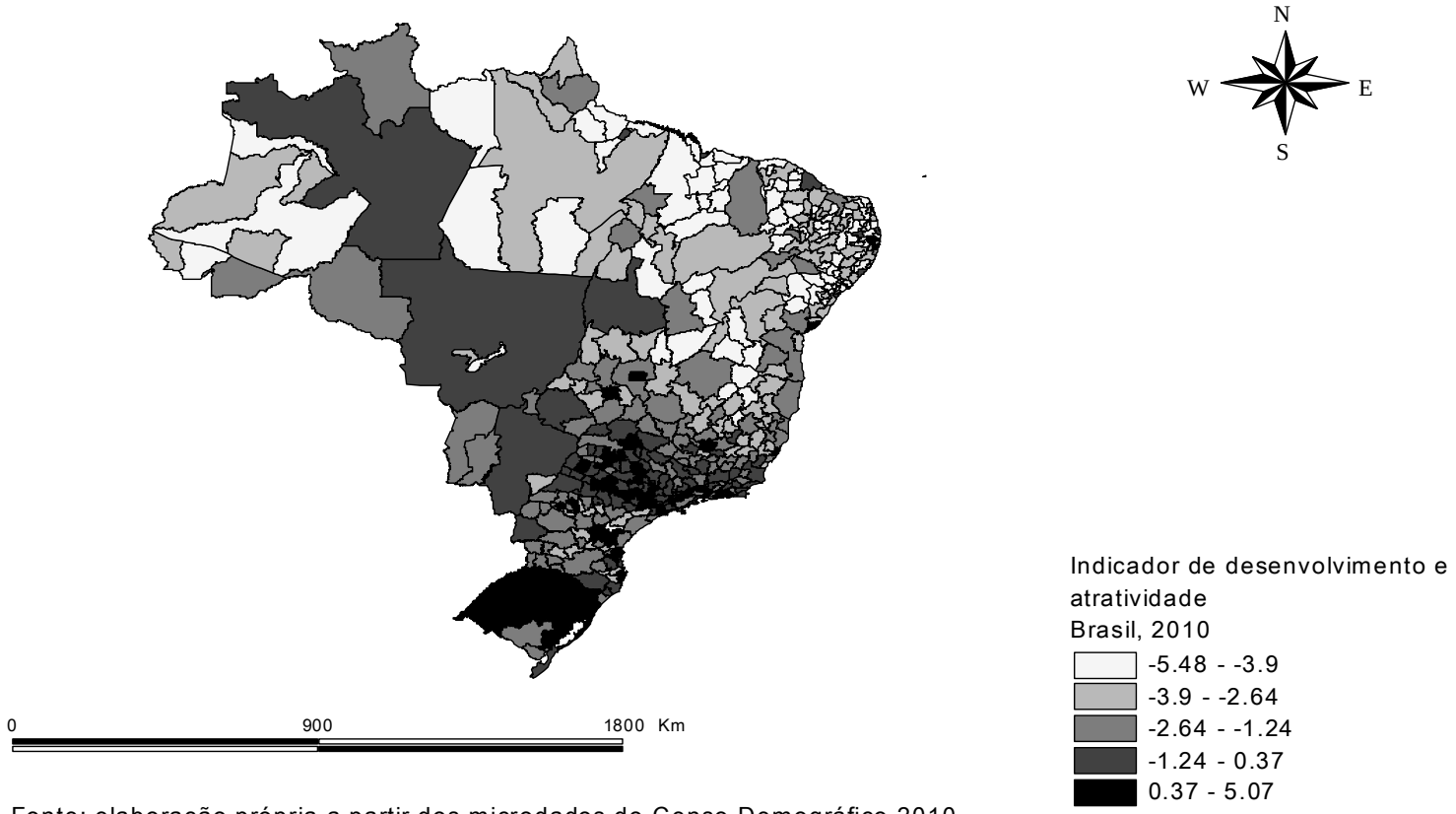
Os indicadores da região Nordeste evidenciavam a elevada heterogeneidade existente na economia brasileira: a maior parte de suas áreas comparáveis possuía indicadores de desenvolvimento e atratividade insignificantes, reflexo de seu baixo dinamismo. As poucas exceções limitavam-se às áreas comparáveis de Recife, Salvador e Fortaleza, cuja dinâmica era estimulada por políticas de desenvolvimento regional e pela complementaridade industrial em relação ao Sudeste. As demais áreas comparáveis polarizadas por capitais nordestinas e as regiões de Campina Grande e Paulo Afonso possuíam níveis intermediários de atratividade.

Quando comparada à região Nordeste, a situação da região Norte era um pouco menos desfavorável. Todavia, apenas as áreas comparáveis de Belém e Manaus possuíam níveis intermediários de desenvolvimento e atratividade.

A análise do indicador de desenvolvimento e atratividade para os anos seguintes (1991, 2000 e 2010) evidencia que houve melhorias no período analisado, todavia, as disparidades regionais brasileiras persistem e podem ser observadas em diferentes escalas territoriais. Para visualizar estas mudanças, basta observar o mapa da distribuição espacial deste indicador no final do período na próxima página (FIGURA 2).

Nota-se que a área mais dinâmica do país continua concentrada na região Sudeste e observa-se sua expansão em direção às áreas regionais comparáveis das regiões Sul e Centro-Oeste. Algumas áreas destas regiões, que possuíam indicadores intermediários, como Maringá, Londrina, Joinville e Blumenau, conseguiram aumentar seus níveis de atratividade. Pode-se afirmar que a maior parte da região centro-sul do país, exceto o norte de Minas e algumas regiões do Mato Grosso, possui ao menos um nível de atratividade intermediária no contexto nacional. A provável justificativa para este resultado deve-se à desconcentração das atividades produtivas para o entorno da Região Metropolitana de São Paulo, conforme demonstram Diniz e Crocco (1996), mais especificamente para as cidades médias. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) evidenciam que estas cidades obtiveram nos últimos anos taxas de crescimento demográfico e do PIB mais expressivas do que as grandes metrópoles brasileiras. Em outras palavras, a produção e a população têm se deslocado para estas cidades, viabilizando, inclusive, o aumento do seu PIB *per capita* (IPEA, 2010b).

Figura 02 – Indicador de desenvolvimento e atratividade local por área regional comparável (Brasil, 2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010.

Também é possível observar uma melhoria nos indicadores das áreas regionais comparáveis pertencentes às regiões Norte e Nordeste, com maior quantidade de microrregiões obtendo níveis intermediários de desenvolvimento e atratividade. Este resultado é um reflexo do surgimento de polos de desenvolvimento nestas regiões, como a fruticultura irrigada nas AC's Petrolina e Mossoró-Vale do Açu, atividades tecnológicas na AC Campina Grande, atividades têxteis e de calçados no entorno da AC Fortaleza, atividades extrativas minerais na AC Imperatriz, etc. Além disso, nos últimos anos estas regiões têm verificado taxas de crescimento médias superiores às observadas nas regiões mais desenvolvidas do país (IPEA, 2010b), o que pode ter contribuído para aumentar seus respectivos níveis de atratividade.

Simultaneamente, continuam a existir áreas de baixo dinamismo no país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Em alguns casos, verificou-se a diminuição relativa do nível de atratividade, indicando que a estagnação se intensificou no período analisado. Apesar das disparidades serem mais expressivas na escala macrorregional, a análise não exclui a existência de disparidades dentro destas regiões, ainda que nas áreas mais desenvolvidas do país a magnitude destas diferenças seja menos expressiva.

A problemática regional brasileira transcende a antiga dicotomia Sudeste-Nordeste. As disparidades de renda, emprego, estrutura produtiva, divisão social do trabalho, etc., existem em todas as escalas territoriais. Se o objetivo do país é o desenvolvimento de longo prazo, estes aspectos precisam ser considerados. Quaisquer mecanismos de desenvolvimento regional que tenham por objetivo reduzir estas disparidades precisam incorporar simultaneamente todas as escalas espaciais – local, regional e nacional. Instrumentos espaciais integrados, que estimulem as potencialidades de cada região, são essenciais para minimizar estas disparidades.

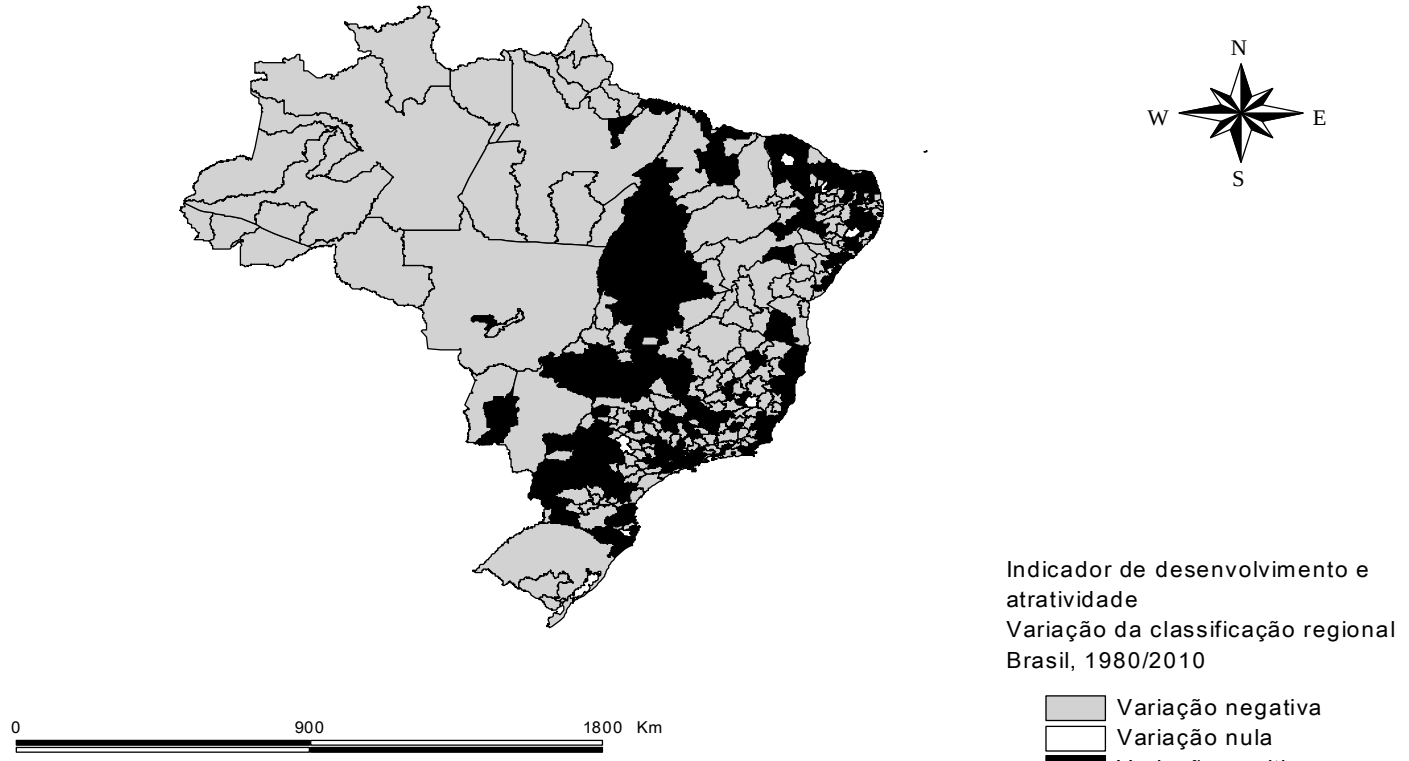
É importante ressaltar que o caráter estrutural dos fluxos migratórios brasileiros é de extrema importância para o planejamento regional. As características das trajetórias migratórias brasileiras as tornam particularmente sensíveis às políticas de desenvolvimento regional. Por exemplo, a criação de um novo polo de desenvolvimento pode reduzir a distância percorrida pelos migrantes, mas simultaneamente continua a gerar subdesequilíbrios, que podem, inclusive, comprometer o resultado das medidas adotadas. A reciprocidade entre migração e desenvolvimento torna ainda mais complexo o planejamento regional. Se o objetivo é estimular o desenvolvimento nacional, é preciso adotar políticas que não estimulem fluxos díspares entre origem e destino; mais especificamente, é preciso elaborar medidas que

estimulem não apenas os tradicionais destinos dos migrantes internos no Brasil, mas também as suas respectivas regiões de origem (SINGER, 1973).

Por fim, apenas para ilustrar de forma mais dinâmica as alterações nos cenários regionais brasileiros nas últimas décadas, foi realizada uma classificação regional a partir do indicador de desenvolvimento e atratividade para cada ano censitário[60]. Após a construção dos *rankings* regionais anuais, foram comparadas as posições de cada região entre os períodos. A Figura 03 mostra a variação entre as classificações regionais de 1980 e 2010. Observa-se que as áreas regionais comparáveis que obtiveram variação positiva na classificação regional estão localizadas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. Será que a elevação destas áreas na classificação regional, que pode ser interpretada como um aumento de seus níveis de atratividade, foi capaz de estimular deslocamentos em suas direções? Foi capaz de reter suas respectivas populações? Espera-se responder estas perguntas ao analisar as características dos padrões migratórios brasileiros nos últimos 30 anos.

[60] Utilizando os valores do primeiro componente principal, as áreas regionais comparáveis foram classificadas em ordem decrescente. Assim foi possível estabelecer um *ranking* das regiões mais dinâmicas para cada ano censitário.

Figura 03 – Variação da classificação regional por área comparável (Brasil, 1980/2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos censos demográficos de 1980 e 2010.

CAPÍTULO 5 – MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL: PRINCIPAIS FLUXOS E TENDÊNCIAS RECENTES [61]

As migrações são parte integrante de um processo socioeconômico e possuem uma regularidade que pode ser observada sob a forma de fluxos, alguns dos quais, devido a sua importância para a dinâmica espacial da economia, assumem caráter estrutural e transformam-se em trajetórias desenhadas de acordo com as necessidades nacionais (BRITO, 2002, p.18). Estas trajetórias migratórias estão intrinsecamente relacionadas aos processos de desenvolvimento e integração dos mercados brasileiros, funcionando como um mecanismo de transferência do excedente demográfico de regiões pouco dinâmicas para outras, onde a economia urbano-industrial mais se desenvolveu ou se expandiu a fronteira agrícola (BRITO, 2002).

A forma como estas trajetórias se articulam aos contextos históricos para atender as necessidades econômicas, sociais, políticas e demográficas constitui um padrão migratório. Este padrão é dinâmico, influencia e é influenciado por questões regionais, podendo inclusive contribuir para perpetuar o caráter desigual do crescimento (BRITO, 2002).

Brito (1997) analisa os padrões migratórios brasileiros entre 1870 e 1996, dividindo-os em três grandes ciclos: (i) 1870-1930 – as migrações internas não realizadas plenamente; (ii) 1940-1980 – a expansão plena das migrações internas; e (iii) 1980-1996 – a transição para um novo padrão.

No primeiro ciclo, as migrações internas eram pouco expressivas, reflexo da relativamente pequena população brasileira e do papel desempenhado pelas migrações internacionais. No segundo ciclo, as trajetórias migratórias dominantes ocorriam entre a região Nordeste e o estado de Minas Gerais, desempenhando a função de reservatórios de mão de obra, e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, grandes receptores de migrantes devido às suas elevas taxas de expansão industrial e de geração de emprego. As trajetórias secundárias, que representam etapas migratórias dos fluxos dominantes, ocorriam entre estados vizinhos,

[61] Este capítulo realiza uma análise das matrizes migratórias brasileiras entre 1980 e 2010 e, consequentemente, possui caráter descritivo. Esta análise é fundamental para a identificação dos padrões migratórios vigentes no país e constitui etapa imprescindível para a identificação dos prováveis determinantes da migração, que serão analisados posteriormente em um exercício econométrico. Salienta-se que as conclusões obtidas referem-se à amostra analisada.

como, por exemplo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, estados da região Nordeste e Minas Gerais, caracterizando circuitos migratórios regionais. Os fluxos ocorriam principalmente de áreas rurais para urbanas. Além disso, estes padrões migratórios foram significativamente influenciados pela ação estatal, ora impulsionados por políticas de atração nas áreas de destino, ora desestimulados por políticas de retenção nas áreas de origem. Em geral, os investimentos públicos confirmavam o caráter espacial concentrador do desenvolvimento, reforçando as trajetórias dominantes e, consequentemente, as disparidades regionais. Por fim, Brito (1997) identifica que as transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir da década de 1980 provocaram a diminuição dos fluxos migratórios dominantes, sendo verificado, inclusive, o aumento da migração de retorno, o que parece delinear a transição para um novo padrão migratório[62].

O objetivo deste capítulo é identificar o que há de novo nas migrações internas brasileiras. Mas especificamente, procura-se verificar se está emergindo um novo padrão migratório devido às transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil entre 1980 e 2010. Para sua consecução, serão analisados os deslocamentos populacionais de curta (intraestaduais) e de longa (interestaduais) distância realizados entre as regiões brasileiras no período analisado.

5.1 Evolução da proporção de migrantes no Brasil entre 1980-2010

Antes de analisar as principais trajetórias migratórias brasileiras, é interessante observar a evolução da importância relativa dos migrantes no contexto nacional. O número absoluto de migrantes aumentou no período, conforme pode ser observado na Tabela 02 apresentada anteriormente (Capítulo 04). A migração, inter ou intraestadual, de retorno ou não, continua a ocorrer no território nacional, embora em magnitudes muito inferiores àquelas observadas no período imediatamente anterior (1950-1980). Apesar do crescimento contínuo, os migrantes representam uma parcela cada vez menos expressiva da população em estudo (ver Tabela 05 abaixo). Em 1980, a proporção de migrantes era igual a 9,2%, sendo 4,2% de migrantes interestaduais e 5% de migrantes intraestaduais. Em 1991, estes percentuais caíram, respectivamente, para 6,4%, 3,2% e 3,2%. A situação em 2000 era bem similar à observada

[62] O autor não deixa de destacar o caráter inercial das trajetórias dominantes, que ainda representam parcela significativa dos volumes migratórios (BRITO, 1997 e 2002). Esta característica, provavelmente, está atrelada às péssimas condições econômicas e sociais que persistem nas regiões de origem dos migrantes, bem como à cultura migratória anterior que trazia consigo a correspondência entre mobilidade espacial e social.

no censo anterior (6,1%, 3% e 3,1%), mas recuou em 2010, estabelecendo-se em 4,6%, 2,3% e 2,2%, respectivamente.

Tabela 05 – Evolução da proporção de migrantes (Brasil, 1980-2010)

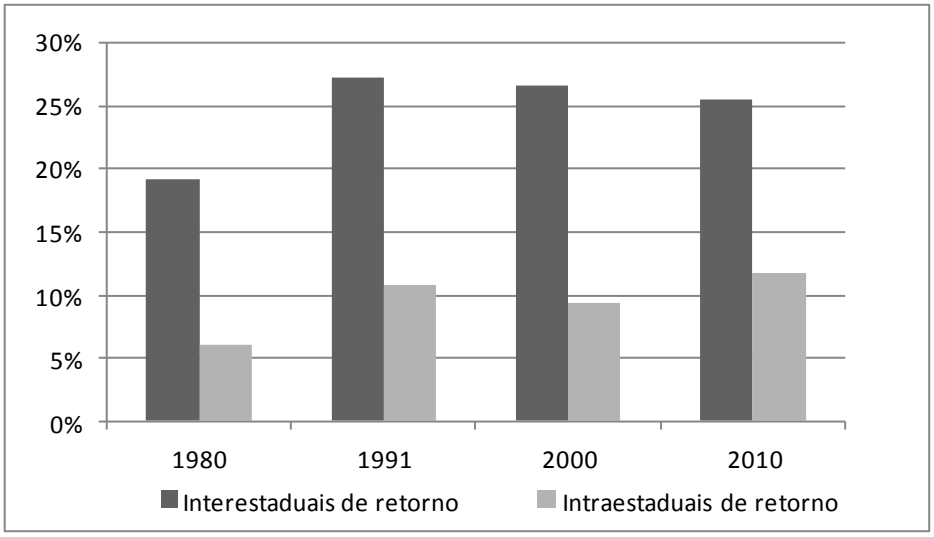
Ano	Migrantes interestaduais (a)	Migrantes intraestaduais (b)	Total de migrantes (a+b)	Migrantes de retorno	
				Interestaduais	Intraestaduais
1980	4,2%	5,0%	9,2%	0,8%	0,3%
1991	3,2%	3,2%	6,4%	0,9%	0,3%
2000	3,0%	3,1%	6,1%	0,8%	0,3%
2010	2,3%	2,2%	4,6%	0,6%	0,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010

Os migrantes de retorno representam pequena parcela da amostra. Apesar do aumento da quantidade absoluta de indivíduos que retornam às suas respectivas regiões de naturalidade entre 1980 e 2010, a proporção de retornados em relação à amostra manteve-se praticamente estável no caso da migração intraestadual e houve uma pequena redução no caso da migração interestadual. Em 1980, os migrantes de retorno representavam aproximadamente 1,1% da amostra; em 2010 este percentual caiu para 0,9%.

Todavia, é preciso ressaltar que os fluxos de retorno ganharam importância dentro de suas respectivas categorias (GRÁFICO 12). Os migrantes interestaduais de retorno correspondiam a 19,2% dos migrantes de longa distância em 1980; este percentual aumentou para 25,5% em 2010. No caso dos migrantes intraestaduais de retorno este aumento foi de aproximadamente 6% em 1980 para 12% em 2010. Nota-se que os aumentos mais expressivos dos fluxos de retorno ocorreram entre 1980 e 1991 e entre 2000 e 2010, com certa estabilidade no decorrer da década de 1990. Estas informações confirmam, de forma preliminar, os resultados de estudos elaborados nos últimos anos (BRITO, 2002; BAENINGER, 2000 e 2008), que indicam o surgimento de um novo padrão migratório no Brasil, no qual os fluxos de retorno ganham cada vez mais destaque (seja pelo surgimento de áreas de retenção migratória, seja pelo aumento de áreas de expulsão populacional).

Gráfico 12 – Evolução da proporção de migrantes de retorno em relação aos seus respectivos grupos (Brasil, 1980-2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

A Tabela 06 descreve a distribuição dos migrantes de acordo com o tipo de deslocamento realizado. A migração de longa distância correspondia a 45,3% dos deslocamentos em 1980, percentual um pouco inferior aos deslocamentos de curta distância (54,7%). Entre 1991 e 2010, aumentou a proporção de migrantes interestaduais (com pequena retração em 2000) e diminuiu a proporção de migrantes intraestaduais (com ligeira recuperação em 2000), cujo resultado final foi a inversão de suas posições (51,4% e 48,6%, respectivamente) [63]. Além disso, percebe-se que os deslocamentos de volta às regiões de origem cresceram no período (de aproximadamente 12% em 1980 para 18,8% em 2010), o que pode estar atrelado a melhores oportunidades de trabalho e renda na origem ou a piores condições no destino.

[63] A redução dos custos de deslocamento entre 1980 e 2010, viabilizada por melhorias nos sistemas de transportes nacionais, provavelmente facilitou a migração de longa distância em detrimento dos movimentos intraestaduais.

Tabela 06 - Evolução da proporção de migrantes por tipo de deslocamento (Brasil, 1980-2010)

Ano	Migrantes interestaduais (a)	Migrantes intraestaduais (b)	Total de migrantes (a+b)	Migrantes de retorno	
				Interestaduais	Intraestaduais
1980	45,3%	54,7%	100,0%	8,7%	3,3%
1991	50,2%	49,8%	100,0%	13,7%	5,4%
2000	49,4%	50,6%	100,0%	13,1%	4,7%
2010	51,4%	48,6%	100,0%	13,1%	5,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010

Os estados da região Sudeste ainda são o principal destino dos migrantes brasileiros (44%), seguidos das regiões Nordeste (22%), Sul (15%), Centro-Oeste (12%) e Norte (7%), o que pode ser visualizado no Gráfico A9 (APÊNDICE A). A proporção de migrantes residentes na região Sudeste diminuiu em prol das demais, especialmente no estado de São Paulo (caiu de 31% em 1980 para 25% em 2010), principal destino dos migrantes no período anterior.

A proporção de migrantes interestaduais aumentou nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste e caiu nas demais, especialmente no Sudeste (de 45% para 36%). Contudo, estas alterações não foram suficientes para modificar significativamente o padrão de distribuição destes migrantes: no decorrer de todo o período analisado, a maior parcela dos indivíduos que realizam deslocamentos de longa distância está localizada nas regiões Sudeste e Nordeste, principal fluxo migratório brasileiro.

As maiores proporções de migrantes intraestaduais também pertencem às regiões Nordeste e Sudeste. Entre 1980 e 2010, o volume de migrantes de curta distância aumentou nas regiões Norte e Nordeste, caiu na região Sul e manteve-se praticamente estável nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A migração de retorno de longa distância, por sua vez, é mais expressiva na região Nordeste (em 2010, aproximadamente 37,5% destes migrantes localizavam-se nesta região), seguida das regiões Sudeste (32%) e Sul (17,3%). Este tipo de deslocamento aumentou em todas as regiões, exceto no Sudeste. As explicações para o aumento da migração de retorno em regiões com níveis de renda mais baixos, como os estados da região Nordeste, podem estar relacionadas a fatores de atração na origem (por exemplo, taxas de crescimento mais elevadas) e/ou a fatores de expulsão no destino (elevados custos de congestionamento urbano, etc.).

Os migrantes intraestaduais de retorno concentram-se nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul. Entre 1980 e 2010, houve um aumento da proporção de migrantes de retorno de curta

distância nos estados das regiões Norte, Nordeste e Sul; uma diminuição na região Sudeste; e na região Centro-Oeste este percentual manteve-se estável.

Por fim, é interessante observar o percentual de migrantes no contexto regional. A região Centro-Oeste possui a maior proporção de migrantes quando comparado à sua população, embora esta participação tenha diminuído de 17% em 1980 para 7% em 2010. Em seguida estão as regiões Norte (12% para 5%), Sudeste (10% para 5%), Sul (8% para 4%) e Nordeste (7% para 4%). Estes percentuais podem ser visualizados no gráfico A10.

Estes dados preliminares parecem indicar que áreas tradicionalmente emissoras de migrantes aumentaram suas capacidades de atrair indivíduos nos últimos anos, apesar dos principais deslocamentos ainda ocorrerem em direção às regiões mais dinâmicas do país. A análise das matrizes migratórias regionais do período 1980-2010 permitirá confirmar (ou não) esta hipótese.

5.2 O padrão migratório brasileiro entre 1970 e 1980

Os microdados do Censo Demográfico de 1980 refletem os movimentos migratórios estimulados pelas transformações ocorridas na economia brasileira ao longo da década de 1970. Os primeiros anos desta década são caracterizados por elevadas taxas de crescimento do produto nacional, com relativa estabilidade de preços, reflexo do assim chamado "Milagre Econômico" iniciado no final da década 1960 (CARNEIRO, 2002). A segunda metade dos anos 1970, por sua vez, marca o início do arrefecimento de um longo período de crescimento devido à reversão das condições externas, desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973 e pela desarticulação do sistema de *Bretton Woods*. A suspensão da convertibilidade do dólar em ouro e a diminuição do controle sobre o mercado de capitais viabilizaram o surgimento do euromercado de crédito, que passou a destinar parte expressiva de seus recursos aos países periféricos. O Brasil utilizou em grande escala os recursos oriundos deste mercado para financiar sua estratégia de desenvolvimento para o período, cujos objetivos eram a continuidade do crescimento econômico, a ampliação da diversificação produtiva e, consequentemente, a legitimação do regime militar.

Para a consecução destes objetivos, o governo brasileiro implementou, a partir de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cuja estratégia incluía um amplo programa de investimentos destinados a diminuir a necessidade de importação e fortalecer a capacidade de

exportação nacional, superando, assim, os desequilíbrios externos. Os principais resultados do plano incluem a manutenção das taxas de crescimento em níveis significativos, mas inferiores àqueles observados no período anterior, o aumento da produção de bens de capital e insumos básicos, a estatização da dívida externa e a descentralização, ainda que incipiente, da atividade produtiva, com a instalação de um parque industrial especializado na produção de bens intermediários na região Nordeste do país[64]. Vale salientar que apesar do plano não possuir estratégias específicas para as atividades agrícolas, a década de 1970 representa um período de importantes transformações neste setor, com a intensificação da produção agroindustrial, de sua mecanização e de sua expansão para novas regiões do país, como o Centro-Oeste (CARNEIRO, 2002).

A escolha pela continuidade do crescimento econômico implicou o retardamento do ajuste nacional às novas condições internacionais, tornando a economia cada vez mais vulnerável aos choques externos. À medida que estas condições tornavam-se mais desfavoráveis, diminuía o dinamismo do setor industrial, aumentavam os efeitos adversos dos choques externos sobre a balança de pagamentos (deterioravam-se os termos de troca nacionais), o déficit em transações correntes e as pressões inflacionárias. Estes fatores, atrelados ao novo choque do petróleo e à elevação das taxas juros internacionais em 1979, delinearam as condições que consolidariam a estagnação da economia brasileira nos anos seguintes.

Em síntese, o ajuste estrutural realizado pelo II PND foi incapaz de estimular um novo padrão de crescimento regional da economia brasileira, a despeito de algumas melhorias localizadas, viabilizadas, principalmente, por medidas elaboradas no âmbito das Superintendências Regionais de Desenvolvimento. O eixo principal do crescimento nacional manteve-se concentrado na região Sudeste, mais especificamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Os deslocamentos populacionais no período refletem esta dinâmica e demonstram a inter-relação existente entre desenvolvimento e migração: as principais trajetórias migratórias do período foram condicionadas pelas expressivas disparidades de renda e oportunidades no país, ao mesmo tempo que condicionaram seu desenvolvimento.

---

[64] De acordo com Guimarães Neto (1995), a descentralização espacial da indústria ocorreu de forma limitada. Além disso, a indústria localizada na região Nordeste apresentava duas características principais em relação à indústria localizada na região mais dinâmica do país (Sudeste, mais especificamente, em São Paulo): dependência e complementaridade.

A Tabela 07 (p.122) apresenta um resumo dos dados estaduais sobre as migrações internas no Brasil entre 1970 e 1980. Informações detalhadas sobre estes fluxos podem ser observadas nas matrizes migratórias interestaduais, por UF (TABELA A7 – APÊNDICE A) e por área regional comparável (TABELA B1 do APÊNDICE B), e intraestaduais (TABELAS B2 a B25 do APÊNDICE B) [65].

A distribuição espacial dos imigrantes, emigrantes e as respectivas trocas migratórias interestaduais no Brasil em 1980 podem ser visualizados nas Figuras 04 a 06 a seguir.

[65] A dimensão das matrizes migratórias por área regional comparável (413x413) torna inviável sua visualização impressa. Por este motivo, são apresentadas no Apêndice B disponível em *cd-rom*.

Tabela 07 – Migração interna por estado (Brasil, 1980)

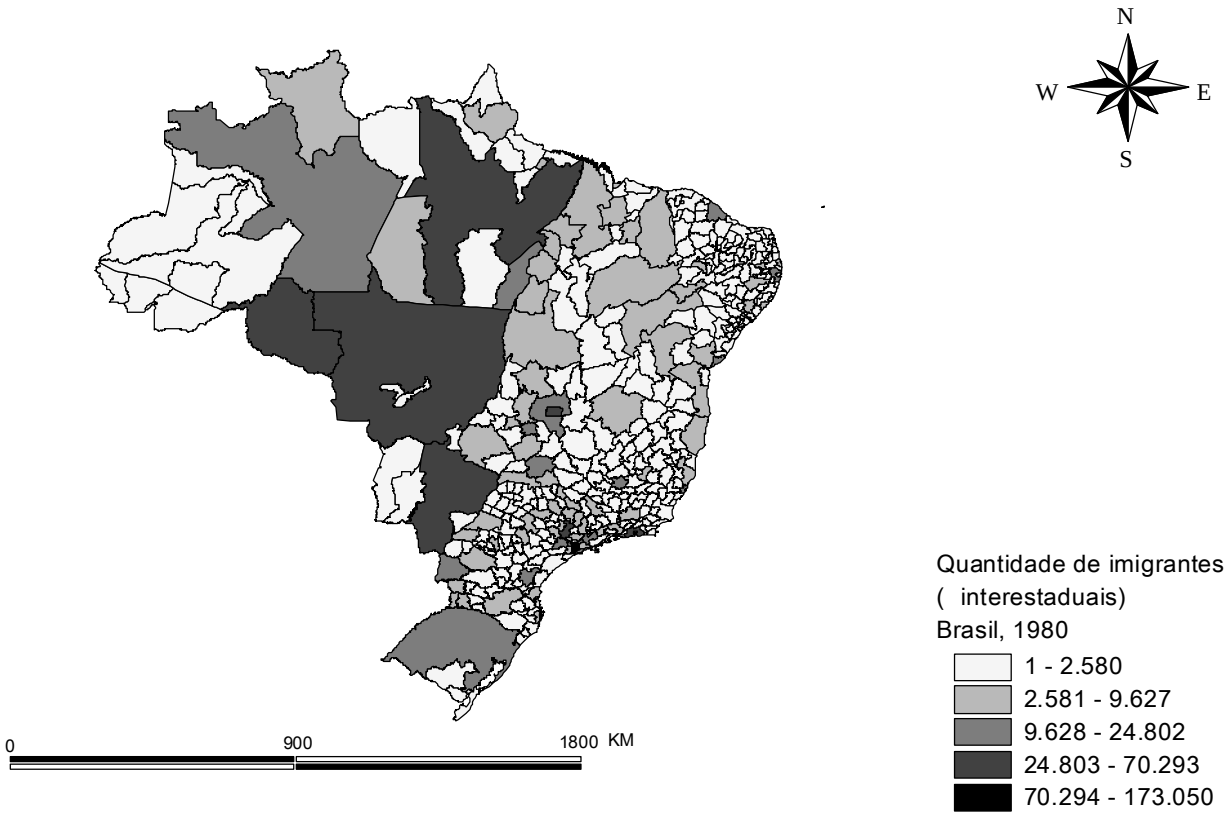
	Migração interestadual					Migração intraestadual		Migração de retorno			
	Imigrantes	**(%)**	**Emigrantes**	**(%)**	**Saldo***	**Migrantes**	**(%)**	**Interestadual**	**(%)**	**Intraestadual**	**(%)**
RO	46.580	3,47%	3.161	0,24%	43.419	-	-	377	0,15%	-	-
AC	2.430	0,18%	2.839	0,21%	-409	941	0,06%	138	0,05%	39	0,04%
AM	10.727	0,80%	8.885	0,66%	1.842	2.017	0,12%	833	0,32%	145	0,15%
RR	3.867	0,29%	659	0,05%	3.208	-	-	78	0,03%	-	-
PA	59.082	4,40%	19.680	1,47%	39.402	26.652	1,64%	2.806	1,09%	1.729	1,78%
AP	3.737	0,28%	1.460	0,11%	2.277	855	0,05%	154	0,06%	103	0,11%
TO	19.201	1,43%	16.625	1,24%	2.576	5.562	0,34%	5.638	2,19%	102	0,11%
MA	25.550	1,90%	40.984	3,06%	-15.434	50.668	3,13%	2.949	1,15%	2.229	2,30%
PI	12.951	0,97%	29.262	2,18%	-16.311	3.974	0,25%	4.092	1,59%	308	0,32%
CE	24.065	1,79%	61.670	4,60%	-37.605	62.709	3,87%	12.066	4,70%	4.745	4,89%
RN	17.313	1,29%	20.355	1,52%	-3.042	32.058	1,98%	6.793	2,64%	2.255	2,32%
PB	19.313	1,44%	44.291	3,30%	-24.978	27.456	1,69%	9.423	3,67%	2.179	2,24%
PE	44.687	3,33%	83.149	6,20%	-38.462	58.004	3,58%	20.410	7,94%	4.934	5,08%
AL	14.797	1,10%	23.689	1,77%	-8.892	25.547	1,58%	3.843	1,50%	1.468	1,51%
SE	12.452	0,93%	10.127	0,76%	2.325	12.000	0,74%	3.627	1,41%	770	0,79%
BA	51.625	3,85%	72.945	5,44%	-21.320	73.129	4,51%	12.650	4,92%	5.047	5,20%
MG	113.562	8,47%	151.977	11,33%	-38.415	215.770	13,31%	57.457	22,36%	15.663	16,13%
ES	31.257	2,33%	23.466	1,75%	7.791	36.647	2,26%	6.905	2,69%	2.538	2,61%
RJ	90.262	6,73%	93.703	6,99%	-3.441	58.772	3,63%	10.381	4,04%	5.147	5,30%
SP	376.394	28,06%	177.310	13,22%	199.084	546.458	33,72%	50.965	19,83%	31.069	32,00%
PR	70.263	5,24%	227.096	16,93%	-156.833	215.501	13,30%	8.011	3,12%	6.342	6,53%
SC	40.507	3,02%	33.466	2,50%	7.041	57.881	3,57%	10.975	4,27%	4.271	4,40%
RS	25.824	1,93%	53.580	3,99%	-27.756	21.113	1,30%	12.443	4,84%	2.025	2,09%
MS	47.413	3,53%	32.027	2,39%	15.386	11.052	0,68%	3.481	1,35%	594	0,61%
MT	53.835	4,01%	18.078	1,35%	35.757	3.662	0,23%	1.388	0,54%	119	0,12%
GO	53.566	3,99%	56.057	4,18%	-2.491	72.106	4,45%	8.407	3,27%	3.272	3,37%
DF	70.025	5,22%	34.744	2,59%	35.281	-	-	704	0,27%	-	-
Brasil	**1.341.285**	**100%**	**1.341.285**	**100%**	-	**1.620.534**	**100%**	**256.994**	**100%**	97.093	**100%**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980.

(*) A diferença entre imigrantes e emigrantes é considerada proxy do saldo migratório estadual.

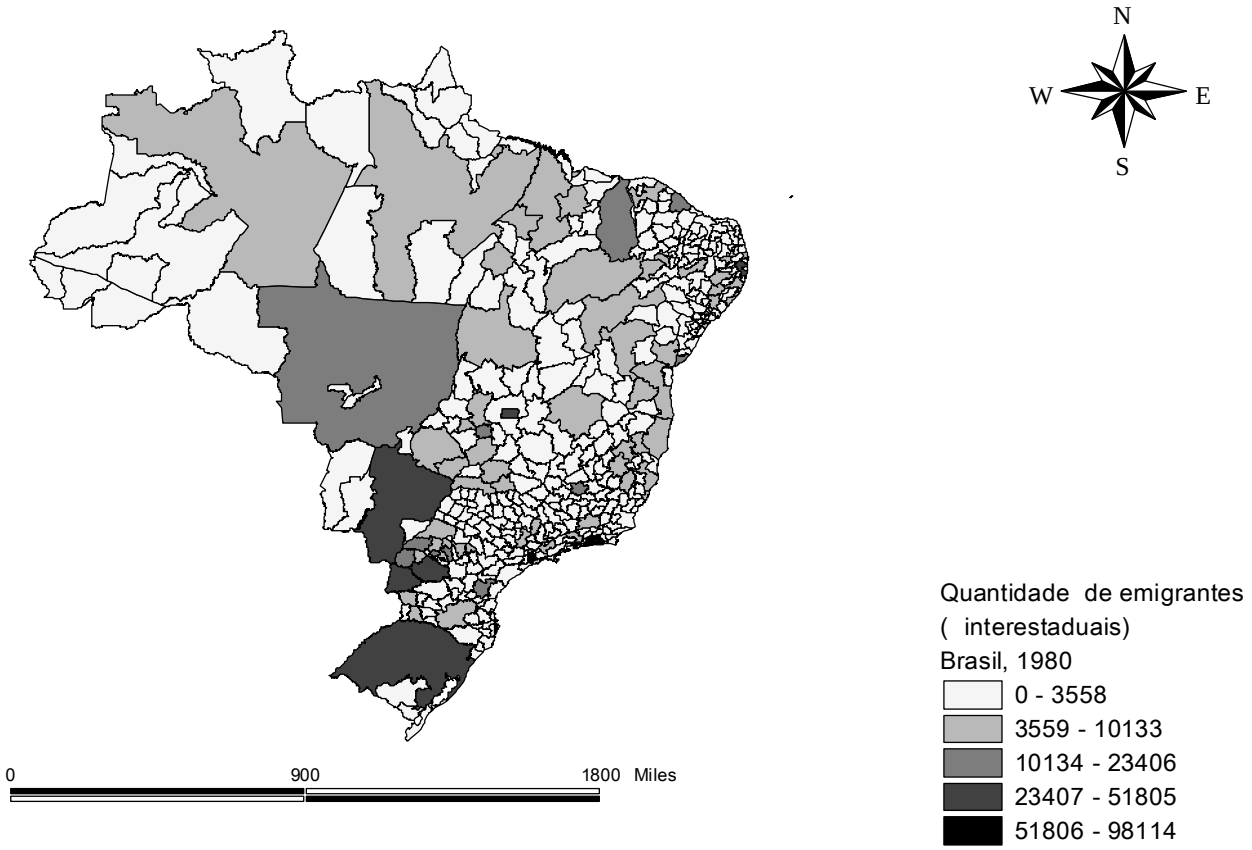
OBS: Rondônia e Acre não possuem observações intraestaduais porque a recomposição territorial gerou apenas uma área regional comparável para o período.

Figura 04 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 1980)



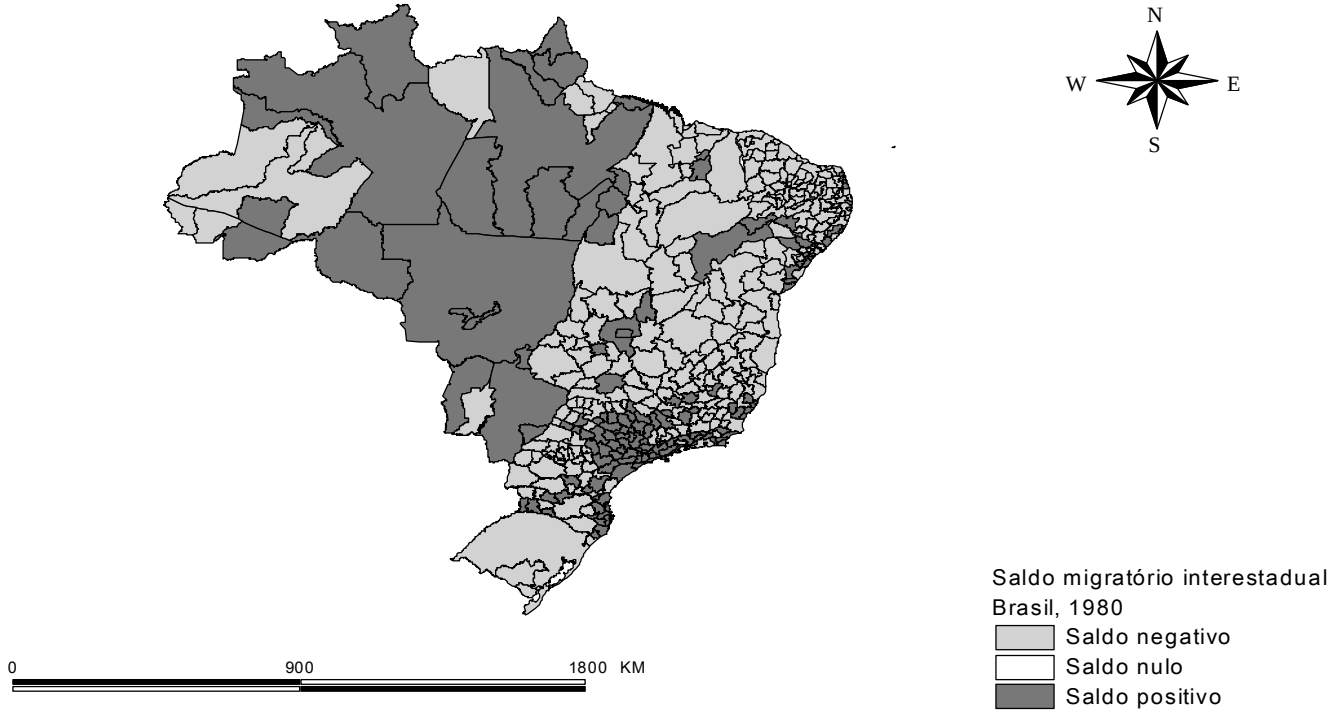
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1980.
OBS: critério de migração é uma proxy para Data Fixa.

Figura 05 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 1980)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1980.
OBS: critério de migra~çao é uma proxy para Data Fixa.

Figura 06 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 1980)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1980.
OBS: critério de migração é uma proxy para Data Fixa.

5.2.1 A migração interestadual e a manutenção do padrão migratório desenhado no bojo do desenvolvimento industrial brasileiro

Os deslocamentos de longa distância da população brasileira entre 1970 e 1980 guardam intensa relação com os padrões observados na década anterior, pois a maior parte dos migrantes continuava a se dirigir para São Paulo, principal produtor industrial do país. Observa-se que os estados com as maiores quantidades de imigrantes e emigrantes em 1980 eram, respectivamente, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que apenas o primeiro estado possuía trocas migratórias positivas e significativamente expressivas.

A atratividade do estado de São Paulo ultrapassava os limites regionais, pois além de receber emigrantes de seus vizinhos (Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul), São Paulo absorvia a maior parte dos emigrantes oriundos de todos os estados do Nordeste (exceto Maranhão), do Mato Grosso e de Rondônia. Os emigrantes dos demais estados possuíam outros destinos principais, todavia, mesmo nestes casos a participação de São Paulo não era desprezível (em torno de 10%). As principais origens destes imigrantes "paulistas" eram as áreas regionais comparáveis de Recife, Garanhuns e Vale do Ipojuca (PE), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Goioerê, Umuarama e Paranavaí (PR), Belo Horizonte e Janaúba (MG), Salvador, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista e Irecê (BA), Fortaleza e Cariri (CE), Porto Alegre (RS), Campo Grande (MS), Brasília (DF), Teresina (PI) e Palmeira dos Índios (AL). Seus destinos principais eram as áreas regionais comparáveis de São Paulo, Campinas, Osasco, São José dos Campos, Santos, Guarulhos, Sorocaba, Jundiaí, Moji das Cruzes e Ribeirão Preto. Estas regiões paulistas também eram as principais origens dos emigrantes deste estado, cujas regiões de destino concentravam-se em Minas gerais e Paraná. Percebe-se que os emigrantes de São Paulo possuíam uma distribuição espacial mais uniforme, pois suas trajetórias localizavam-se especialmente no *hinterland* estadual e eram compostas por áreas que apresentavam significativa inter-relação com a indústria paulista. Cabe ressaltar que estas áreas regionais comparáveis de São Paulo apresentaram trocas migratórias positivas e expressivas no período.

Assim como São Paulo, o estado do Rio de Janeiro possuía significativa atratividade no contexto nacional: a maior parte de seus imigrantes residia anteriormente em Minas Gerais (AC's Belo Horizonte, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá e Cataguases), São Paulo (AC São

Paulo), Paraíba (AC's Campina Grande e João Pessoa), Pernambuco (AC Recife), Espírito Santo (AC Vitória), Ceará (AC's Fortaleza e Sobral), Bahia (AC Salvador) e nas áreas regionais comparáveis de Brasília, Porto Alegre, Natal e Curitiba. Os deslocamentos de seus emigrantes ocorriam basicamente em direção a estas mesmas áreas regionais comparáveis, incluindo as regiões de Campinas, Santos, São José dos Campos e Florianópolis. As áreas regionais comparáveis fluminenses com maior quantidade de imigrantes e emigrantes eram Rio de Janeiro e Vale do Paraíba, mas apenas a última apresentava troca migratória positiva, provavelmente um reflexo de sua expansão industrial no período. As trocas migratórias estaduais negativas entre 1970 e 1980 podem estar relacionadas à diminuição de sua centralidade, mais especificamente da região polarizada pela capital fluminense, iniciada nos últimos anos do período analisado (DINIZ, 2002).

No caso de Minas Gerais, os imigrantes procediam majoritariamente de São Paulo (principalmente das áreas regionais comparáveis São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto), Rio de Janeiro (AC's Rio de Janeiro e Vale do Paraíba Fluminense), Paraná (AC's Foz do Iguaçu, Goioerê e Curitiba), Bahia (AC's Salvador e Porto Seguro), Distrito Federal (AC Brasília) e Espírito Santo (Vitória e Barra de São Francisco). Salienta-se que do total de imigrantes residentes no estado de Minas Gerais em 1980, 21,4% procediam da AC São Paulo e 11,3% da AC Rio de Janeiro, percentuais bastante elevados. Os emigrantes de Minas Gerais, por sua vez, destinavam-se a São Paulo (AC's São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Osasco e Santos), Rio de Janeiro (AC Rio de Janeiro), Distrito Federal (AC Brasília), Espírito Santo (AC Vitória), Goiás (AC Goiânia), Paraná (AC's Curitiba e Foz do Iguaçu), Bahia (AC Salvador) e para as áreas regionais comparáveis de Porto Alegre e Cuiabá.

Observa-se que as trajetórias migratórias deste estado eram mais restritas espacialmente, limitando-se a regiões relativamente próximas. As áreas regionais comparáveis mais atrativas para os migrantes em Minas Gerais eram Belo Horizonte, Uberlândia, Poços de Caldas e Juiz de Fora, cujas trocas migratórias no período foram positivas, exceto Juiz de Fora que teve um resultado praticamente nulo. As áreas que possuíam o maior número de emigrantes eram Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Frutal, Aimorés, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Janaúba. Percebe-se que as áreas com maiores taxas de emigração estavam próximas a São Paulo ou possuíam menor dinamismo

econômico (Norte de Minas), cujas interpretações dos fluxos são antagônicas. No primeiro caso, os deslocamentos são estimulados por fatores de atração no destino; no segundo, por fatores de expulsão na origem. O estado apresentou trocas migratórias negativas no período, mantendo seu papel de fornecedor de mão de obra para a indústria nacional, como destacado por Brito (2002).

No Paraná, os principais fluxos migratórios ocorriam na escala regional: seus imigrantes eram provenientes de São Paulo (35,7%), Santa Catarina (22,6%) e Rio Grande do Sul (19%), mais especificamente das áreas regionais comparáveis São Paulo, Campinas, Santos, Presidente Prudente, Assis, Ourinhos, Canoinhas, Chapecó, São Miguel D'Oeste, Blumenau e Porto Alegre. A participação dos migrantes oriundos das AC's Rio de Janeiro e Campo Grande também era relativamente expressiva (3,3% e 4,3%, respectivamente). Os emigrantes deste estado destinavam-se majoritariamente para São Paulo (aproximadamente 55%) e áreas de expansão agrícola (Mato Grosso 9%, Mato Grosso do Sul 8,5% e Rondônia 8,2%). Entre os principais destinos dos emigrantes paranaenses estão as AC's São Paulo, Campinas, Sorocaba, Osasco, Cuiabá, Rondônia, Campo Grande e Porto Alegre. As áreas regionais comparáveis mais atraentes para os imigrantes eram Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, porém, estas áreas também eram grandes emissoras de migrantes. Entre estas regiões, apenas Curitiba obteve trocas migratórias positivas no período (mas praticamente nulo), as demais obtiveram trocas extremamente negativas. Áreas comparáveis menos dinâmicas, como Goioerê, Paravanaí, Umuarama, Cianorte, Astorga, Apucarana, Porecatu e Cornélio Procópio, constituíam regiões secundárias de origem dos emigrantes estaduais (zonas de repulsão populacional). A proximidade deste estado em relação a São Paulo é uma das prováveis justificativas de suas trocas migratórias negativas e elevadas no período; a força de atração da indústria paulista era tão significativa que anulava quaisquer fatores de retenção populacional presentes na estrutura produtiva paranaense.

Os deslocamentos populacionais de e para os estados da região norte entre 1970 e 1980 evidenciam que sua atratividade em termos extrarregionais era limitada. Nos casos do Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, a maior parte dos imigrantes provinha de áreas regionais comparáveis da própria macrorregião ou de estados limítrofes, como Maranhão, Goiás e Mato Grosso. As principais áreas regionais comparáveis de origem destes migrantes eram Rondônia, Manaus, Belém, Santarém-Altamira-Marabá, Rio

Branco, Imperatriz, áreas polarizadas por capitais da região nordeste, Goiânia e Cuiabá. Observa-se que a maior parte dos migrantes que se dirigia para esta região não possuía residência anterior na região mais dinâmica do país (sudeste). Nos escassos casos em que isto ocorria (origem nas AC's São Paulo e Rio de Janeiro), os deslocamentos estavam relacionados principalmente à migração de retorno. De forma análoga, a análise dos emigrantes da região norte evidencia que seus destinos mais comuns eram estas mesmas regiões, acrescidas das AC's Campo Grande, Brasília e Porto Alegre.

A única exceção era Rondônia, que possuía trajetórias migratórias mais amplas espacialmente. O estado mantinha trocas populacionais expressivas com regiões do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, muito provavelmente por causa da expansão de suas respectivas fronteiras agrícolas[66]. Aproximadamente 40% dos imigrantes residentes em Rondônia em 1980 tinha origem no Paraná (especialmente nas áreas regionais comparáveis de Foz do Iguaçu, Goioerê e Umuarama), 16% provinham da AC Cuiabá e 8% da AC Campo Grande. Estas mesmas regiões e áreas polarizadas por capitais estaduais, como Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília, eram os principais destinos dos emigrantes de Rondônia.

Neste sentido, as trajetórias migratórias mais expressivas para a região norte ocorriam entre áreas relativamente próximas ou que apresentavam complementaridade produtiva. Alguns exemplos são os fluxos entre Manaus e Rondônia, Belém e Manaus, Boa Vista e Manaus, Belém e Imperatriz, Palmas e Goiânia, Amapá-Macapá e Santarém, Rondônia e Cuiabá, Rondônia e Campo Grande, etc. Os estados da região obtiveram trocas migratórias positivas no período (exceto o Acre) e os valores mais elevados foram verificados em Rondônia e Pará. O desempenho do setor agrícola ao longo da década de 1970 (modernização mais expansão da área cultivada) foi um dos principais fatores determinantes da dinâmica migratória nesta região.

Nos estados da região Nordeste, os imigrantes tinham principalmente origem local e nas áreas regionais comparáveis de São Paulo e Rio de Janeiro, um provável reflexo da complementaridade de seus parques industriais (GUIMARÃES NETO, 1989) e da

[66] A expansão das fronteiras agrícolas foi fundamental para a determinação dos fluxos migratórios brasileiros no período 1950-1980, especialmente aqueles que envolviam AC's da região Centro-Oeste (BRITO, 2002). No período posterior (1980-2010), esta contribuição perde importância devido à generalização do urbano no país e suas consequências sobre as trajetórias migratórias. Por este motivo, não é objeto de análise da tese.

migração de retorno, que será discutida mais adiante. A concentração espacial dos migrantes que se dirigiam para esta região evidenciava sua baixa atratividade no contexto nacional: indivíduos residentes fora da região Nordeste possuíam poucos incentivos para migrar em sua direção, pois a incerteza em relação aos ganhos após a efetivação da migração em contextos economicamente desfavoráveis elevava os riscos inerentes ao deslocamento. Assim, as áreas regionais comparáveis de cada estado conseguiam atrair principalmente migrantes de seus estados vizinhos, cujas origens ora eram representadas por áreas estagnadas (semiárido), ora por áreas mais dinâmicas, como as capitais estaduais.

Em relação aos emigrantes da região nordeste, observa-se que seus principais destinos eram São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e as áreas regionais comparáveis polarizadas pelas capitais da própria região. Mais especificamente, a maior parcela dos emigrantes da região tinha como destino as áreas regionais comparáveis de São Paulo e do Rio de Janeiro[67]. Estas trajetórias ocorriam em grandes volumes e refletiam a necessidade de migrar para mercados extrarregionais em busca de melhores oportunidades de emprego e renda (mobilidade espacial como sinônimo de mobilidade social). O elevado *gap* de renda existente entre a região Nordeste e o centro dinâmico da economia brasileira (SP-RJ) estimulava intensos deslocamentos populacionais e estes, ao esvaziarem as regiões de origem e dinamizarem as regiões de destino, tornavam estas disparidades mais expressivas[68]. Vale ressaltar que entre as trajetórias secundárias dos imigrantes nordestinos, as trocas mais intensas ocorriam entre estados vizinhos, como Pernambuco e Alagoas, Maranhão e Piauí, etc.

As áreas regionais comparáveis mais dinâmicas em termos migratórios na região Nordeste eram nucleadas por suas capitais (Teresina, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador). Seus volumes de imigrantes e emigrantes eram bastante expressivos e ao final do período apenas as AC's Natal, Aracaju e Salvador obtiveram trocas migratórias positivas. Havia algumas áreas que possuíam volumes intermediários de migrantes, como Imperatriz (MA), Floriano (PI), Cariri (CE), Campina Grande (PB), Vale do Ipojuca e Garanhuns (PE), Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro (BA),

---

[67] A única exceção era o maranhão, cujos fluxos migratórios direcionavam-se com mais intensidade para Belém e Santarém-Altamira-Marabá devido à complementaridade econômica de suas estruturas produtivas (atividades de extração mineral).

[68] O argumento utilizado para esta afirmação baseia-se na teoria desenvolvida por Myrdal (1957).

todavia, suas trocas migratórias foram negativas. Simultaneamente, começavam a emergir áreas de dinamismo isolado, que apresentaram trocas migratórias positivas no período, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). As demais áreas da região continuavam a ser grandes emissoras de migrantes. Em termos estaduais apenas Sergipe registrou trocas migratórias positivas; as maiores perdas foram verificadas em Pernambuco e no Ceará.

Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuíam trajetórias migratórias significativas apenas com seus respectivos vizinhos. As áreas regionais comparáveis com maiores trocas migratórias correspondiam às regiões polarizadas pelas capitais estaduais (Vitória, Florianópolis e Porto Alegre) e por Joinville, Chapecó, Blumenau e Itajaí. Entre estas áreas comparáveis, apenas Porto Alegre apresentou trocas migratórias negativas no período; em termos estaduais, apenas o Rio Grande do Sul. Os fluxos secundários destes estados direcionavam-se às áreas comparáveis São Paulo e Rio de Janeiro.

No Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a maior parte dos imigrantes tinha origem no Paraná e São Paulo e seus emigrantes destinavam-se a São Paulo ou a estados da própria região Centro-Oeste. Goiás tinha trocas mais intensas com estados da região Sudeste, especialmente Minas Gerais. Estes fluxos eram estimulados principalmente pelo desenvolvimento agrícola destes estados. As áreas comparáveis com maiores fluxos de migrantes eram polarizadas pelas capitais (Campo Grande, Cuiabá e Goiânia) e apenas Goiás teve trocas migratórias negativas no período. Vale salientar que o Distrito Federal continuava a apresentar elevada capacidade de atração populacional, resquício de sua recente implantação.

Por fim, cabe ressaltar que a migração de retorno no período representava pequena parcela dos deslocamentos internos de longa distância (aproximadamente 19%). A maior parte dos indivíduos que retornavam às suas Unidades da Federação de naturalidade localizava-se, principalmente, em Minas Gerais (22,4%), São Paulo (19,8%) e estados do Nordeste (29,5%). A partir da matriz migratória interestadual de retorno (Tabela B 26) verifica-se que 61% dos migrantes de retorno de São Paulo residiam anteriormente no Paraná; 49% dos indivíduos retornados de MG residiam em São Paulo e 16% no Rio de Janeiro; no Nordeste estes percentuais eram iguais a 35,5% e 16%, respectivamente. As prováveis causas da migração de retorno estão relacionadas a fatores de atração na origem e de expulsão no destino (RAMALHO e QUEIROZ, 2011). No contexto analisado, pode-se especular que a intensificação das deseconomias de aglomeração nos tradicionais destinos

dos migrantes (ou a dificuldade de inserção individual) e os investimentos realizados nas áreas de origem, por intermédio das superintendências regionais de desenvolvimento, foram os principais determinantes destes fluxos.

Em resumo, os microdados do Censo Demográfico de 1980 refletem o padrão migratório desenhado no bojo do desenvolvimento industrial da economia brasileira, cujo polo receptor é o estado de São Paulo. Os fluxos em direção a este estado continuavam a ser expressivos e, segundo Martine (1989), só não foram mais intensos porque o Estado desenvolvimentista procurou gerenciar os deslocamentos populacionais por intermédio de políticas de desenvolvimento regional, especialmente no Nordeste do país. As principais regiões fornecedoras de mão de obra industrial continuavam a ser Minas Gerais e os estados do Nordeste. Este padrão dominante era acompanhado por trajetórias secundárias, que tendiam a se limitar aos contextos regionais. Observa-se que os deslocamentos de retorno às regiões de origem continuavam a representar pequena parcela do total de migrantes, todavia, a maior quantidade destes indivíduos localizava-se em Minas Gerais e estados do nordeste (Pernambuco, Ceará e Bahia), regiões tradicionalmente emissoras de migrantes, o que pode ser um indício de mudanças nos padrões migratórios brasileiros nos anos seguintes.

5.2.2 A migração intraestadual e a atratividade dos grandes centros urbanos

A análise das matrizes migratórias intraestaduais do período (Tabelas B2 a B25 do APÊNDICE B) demonstra que a migração de curta distância tinha um padrão bastante similar ao observado para deslocamentos mais amplos[69]. As áreas regionais comparáveis que mais atraíam e expulsavam migrantes nos contextos estaduais eram as mesmas que possuíam estas capacidades no contexto nacional, com poucas exceções.

Em geral, as áreas comparáveis polarizadas pelas capitais eram responsáveis pelos maiores fluxos intraestaduais e possuíam trocas migratórias positivas, seguidas por áreas que apresentavam relativo dinamismo econômico. Alguns exemplos são as áreas comparáveis de Rio Branco (AC), Manaus (AM), Belém e Santarém-Altamira-Marabá (PA), Palmas

[69] Um exercício interessante seria verificar se a migração intraestadual é uma etapa da migração de longa distância (interestadual). Todavia, o critério de migração utilizado (*proxy* data fixa) não permite realizar este tipo de análise.

(TO), Aglomeração Urbana de São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal e Mossoró-Vale do Açu (RN), João Pessoa e Campina Grande (PB), Recife e Suape (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador e Ilhéus-Itabuna (BA), Vitória (ES), Belo Horizonte, Uberlândia e Ipatinga (MG), Vale do Paraíba Fluminense (RJ), Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Osasco e Guarulhos (SP), Curitiba, Londrina e Maringá (PR), Florianópolis, Joinville e Blumenau (SC), Porto Alegre (RS), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e Goiânia (GO).

As exceções eram as áreas regionais comparáveis de São Paulo e do Rio de Janeiro, que apresentaram trocas migratórias intraestaduais negativas no período. Uma provável justificativa para este comportamento é o maior acesso às informações sobre o destino no contexto estadual, que pode alterar a decisão de migração individual (existem menos obstáculos para a troca de informações entre as redes de contato estabelecidas por migrantes e não migrantes nos contextos intraestaduais). O amplo conhecimento da tendência à elevação dos custos de congestionamento em grandes centros urbanos pode desestimular os deslocamentos em direção aos mesmos, bem como a emigração de sua população para áreas alternativas.

Entre as áreas regionais comparáveis que apresentaram as maiores perdas migratórias intraestaduais estavam incluídas, principalmente, regiões de baixo dinamismo econômico. Alguns exemplos são Tarauacá (AC), Juruá-Purus (AM), Salgado-Bragantina (PA), Amapá-Macapá (AP), Araguaína (TO), Itapecuru Mirim-Médio Mearim-Codó (MA), Sobral (CE), Angicos (RN), Itabaiana-Umbuzeiro (PB), Médio Capibaribe (PE), Mata Alagoana (AL), Juazeiro-Barra (BA), Aimorés, Governador Valadares e Teófilo Otoni (MG), Colatina (ES), Goioerê (PR), Jaçoaba (SC). Nos demais estados, as perdas migratórias regionais eram menores, mas generalizadas.

A maior parte dos migrantes intraestaduais de retorno residia nos estados de São Paulo (32%), Minas Gerais (16%), Paraná (6%) e Bahia (5%).

Verifica-se que a análise das matrizes migratórias inter e intraestaduais para o período permite identificar o expressivo caráter estrutural dos padrões migratórios brasileiros e sua elevada associação aos níveis de desenvolvimento regional. Ao identificar as direções dos fluxos populacionais que ocorrem entre determinadas localidades e relacioná-los à conjuntura nacional no período é possível compreender de forma mais ampla os principais

fatores que contribuíram para a consolidação e/ou emergência de determinado padrão migratório. Nesta perspectiva, a descrição das trajetórias migratórias nacionais torna-se uma etapa fundamental para a identificação, a análise e a compreensão de seus padrões migratórios dominantes e secundários.

5.3 O padrão migratório brasileiro entre 1980 e 1991

Para melhor interpretar os deslocamentos internos da população brasileira entre 1980 e 1991, é preciso analisar, mesmo que superficialmente, as principais tendências socioeconômicas do período. O segundo choque do petróleo em 1979 e a reversão das condições de financiamento externo (aumento das taxas de juros internacionais e esgotamento do fluxo de recursos voluntários para países em desenvolvimento) intensificaram a deterioração da situação fiscal do governo brasileiro, que se traduziu em desequilíbrios externos e pressões inflacionárias (CARNEIRO, 2002). Os anos 1980 foram marcados pela redemocratização do país, por grandes oscilações nas taxas de inflação e de crescimento real do produto nacional (pequenos ciclos de expansão e recessão), pela implementação de políticas econômicas de estabilização de preços, de redução do gasto público (inclusive investimentos) e de restrição ao crédito (aumento da taxa de juros interna). Neste novo contexto, as políticas econômicas passaram a ter como principal objetivo o controle da inflação e a geração de superávits comerciais, para honrar o pagamento dos juros da dívida pública. Assim, após quatro décadas como o principal agente do desenvolvimento no país, o Estado voltou suas atenções apenas para questões de política econômica. Em outras palavras, entre as principais consequências da crise da dívida de 1980 está o esgotamento do Estado Desenvolvimentista, pois sua capacidade de implementar políticas sociais, econômicas e regionais tornou-se bastante limitada e o gasto público foi amplamente descentralizado. Esta tendência foi confirmada pela Constituição Federal de 1988, que aumentou a autonomia dos estados e municípios, bem como pela intensificação do processo de globalização, que privilegiava cada vez mais as esferas locais no processo de inserção comercial.

As mudanças no papel do Estado, associadas aos sucessivos fracassos dos planos de estabilização monetária e aos primeiros ajustes para recuperar a confiança dos investidores privados (externos e internos), são essenciais para explicar a dinâmica migratória do país neste período. Apesar do padrão dominante continuar a manter as mesmas características

da década anterior, observa-se a intensificação dos fluxos regionais, muito provavelmente estimulados pela maturação dos investimentos realizados durante o II PND, inclusive em áreas menos dinâmicas. Além disso, o recrudescimento destes fluxos secundários também está relacionado aos maiores impactos da recessão econômica sobre os principais polos econômicos do país, localizados na região Sudeste, mais especificamente em São Paulo, e à intensificação das políticas de desenvolvimento elaboradas pelos governos locais, que tentavam suprir a lacuna aberta pelo Governo Federal.

Informações resumidas sobre as migrações internas no Brasil entre 1980 e 1991 podem ser visualizadas na Tabela 08 (p.136). A matriz migratória interestadual por UF pode ser consultada no Apêndice A (TABELA A8); a Tabela C1 do Apêndice B apresenta a matriz migratória de longa distância por área regional comparável. As Tabelas C2 a C25 (APÊNDICE B) referem-se às matrizes migratórias intraestaduais (migração de curta distância) por área regional comparável.

A distribuição espacial dos imigrantes, emigrantes e as respectivas trocas migratórias interestaduais no Brasil em 1991 podem ser visualizados nas Figuras 07 a 09.

Tabela 08 – Migração interna por estado (Brasil, 1991)

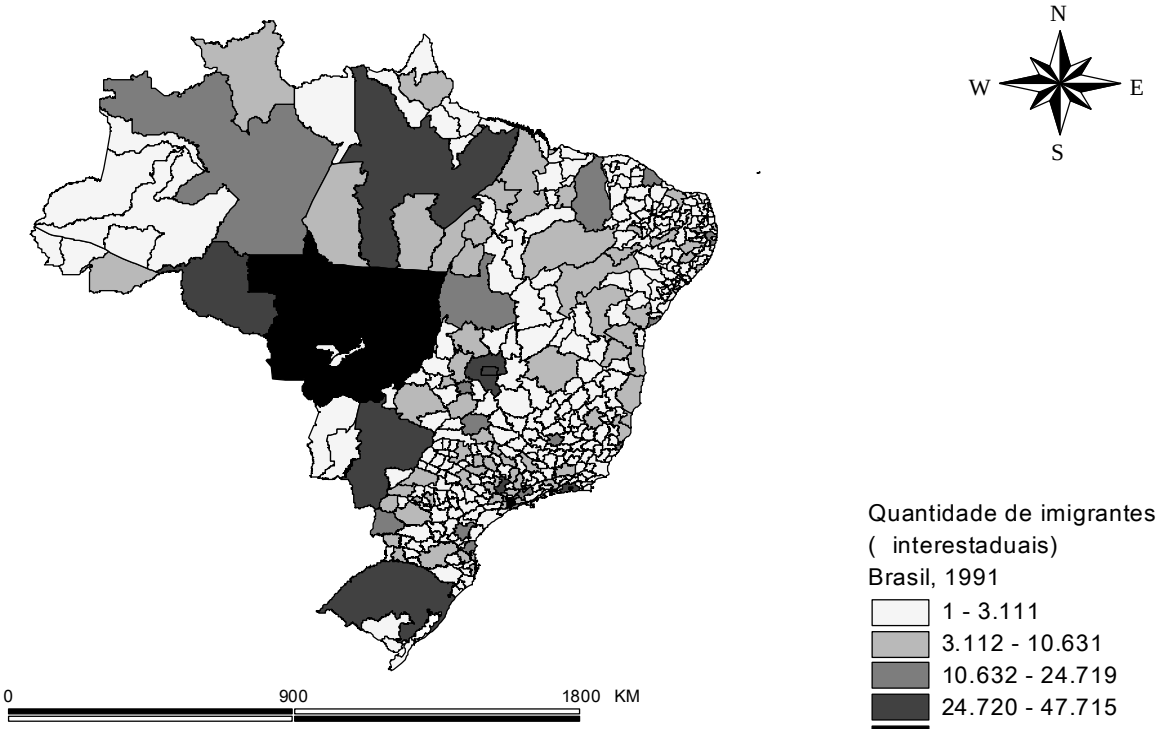
	Migração interestadual					Migração intraestadual		Migração de retorno			
	Imigrantes	**(%)**	**Emigrantes**	**(%)**	**Saldo***	**Migrantes**	**(%)**	**Interestadual**	**(%)**	**Intraestadual**	**(%)**
RO	37.678	2,56%	30.031	2,04%	7.647	-	-	338	0,08%	-	-
AC	4.062	0,28%	3.609	0,24%	453	1.383	0,09%	785	0,20%	137	0,09%
AM	15.541	1,05%	13.812	0,94%	1.729	2.392	0,16%	1.028	0,26%	229	0,14%
RR	8.187	0,56%	1.766	0,12%	6.421	-	-	168	0,04%	-	-
PA	58.794	3,99%	50.710	3,44%	8.084	45.752	3,13%	5.458	1,36%	5.141	3,24%
AP	6.812	0,46%	2.133	0,14%	4.679	862	0,06%	487	0,12%	69	0,04%
TO	25.803	1,75%	17.688	1,20%	8.115	6.427	0,44%	3.166	0,79%	451	0,28%
MA	31.416	2,13%	54.119	3,67%	-22.703	46.981	3,21%	12.488	3,11%	4.158	2,62%
PI	21.804	1,48%	28.521	1,94%	-6.717	3.898	0,27%	11.609	2,89%	545	0,34%
CE	39.604	2,69%	59.055	4,01%	-19.451	55.676	3,80%	27.112	6,75%	9.542	6,01%
RN	25.448	1,73%	19.398	1,32%	6.050	32.813	2,24%	12.017	2,99%	4.286	2,70%
PB	29.333	1,99%	39.140	2,66%	-9.807	26.562	1,82%	18.031	4,49%	3.909	2,46%
PE	55.561	3,77%	78.215	5,31%	-22.654	52.857	3,61%	30.746	7,66%	7.259	4,57%
AL	19.407	1,32%	27.822	1,89%	-8.415	25.767	1,76%	7.043	1,75%	2.297	1,45%
SE	17.393	1,18%	10.438	0,71%	6.955	13.804	0,94%	5.794	1,44%	1.736	1,09%
BA	60.190	4,09%	103.062	7,00%	-42.872	83.466	5,70%	25.390	6,32%	10.836	6,83%
MG	128.875	8,75%	133.489	9,06%	-4.614	172.440	11,78%	69.216	17,24%	27.816	17,52%
ES	44.504	3,02%	27.588	1,87%	16.916	35.953	2,46%	10.238	2,55%	3.419	2,15%
RJ	65.123	4,42%	113.749	7,72%	-48.626	61.039	4,17%	14.569	3,63%	9.389	5,91%
SP	335.327	22,76%	244.090	16,57%	91.237	487.831	33,34%	45.685	11,38%	40.676	25,62%
PR	96.121	6,52%	147.320	10,00%	-51.199	155.130	10,60%	33.675	8,39%	10.594	6,67%
SC	60.061	4,08%	41.686	2,83%	18.375	62.171	4,25%	17.016	4,24%	7.008	4,41%
RS	40.334	2,74%	52.726	3,58%	-12.392	16.682	1,14%	23.658	5,89%	3.096	1,95%
MS	44.282	3,01%	34.707	2,36%	9.575	12.158	0,83%	5.360	1,34%	734	0,46%
MT	73.780	5,01%	38.604	2,62%	35.176	4.023	0,27%	1.965	0,49%	173	0,11%
GO	84.042	5,70%	46.916	3,18%	37.126	57.195	3,91%	18.135	4,52%	5.268	3,32%
DF	43.754	2,97%	52.842	3,59%	-9.088	-	-	312	0,08%	-	-
Brasil	**1.473.236**	**100%**	**1.473.236**	**100%**	-	**1.463.262**	**100%**	**401.489**	**100%**	**158.768**	**100%**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1991.

(*) A diferença entre imigrantes e emigrantes é considerada proxy do saldo migratório estadual.

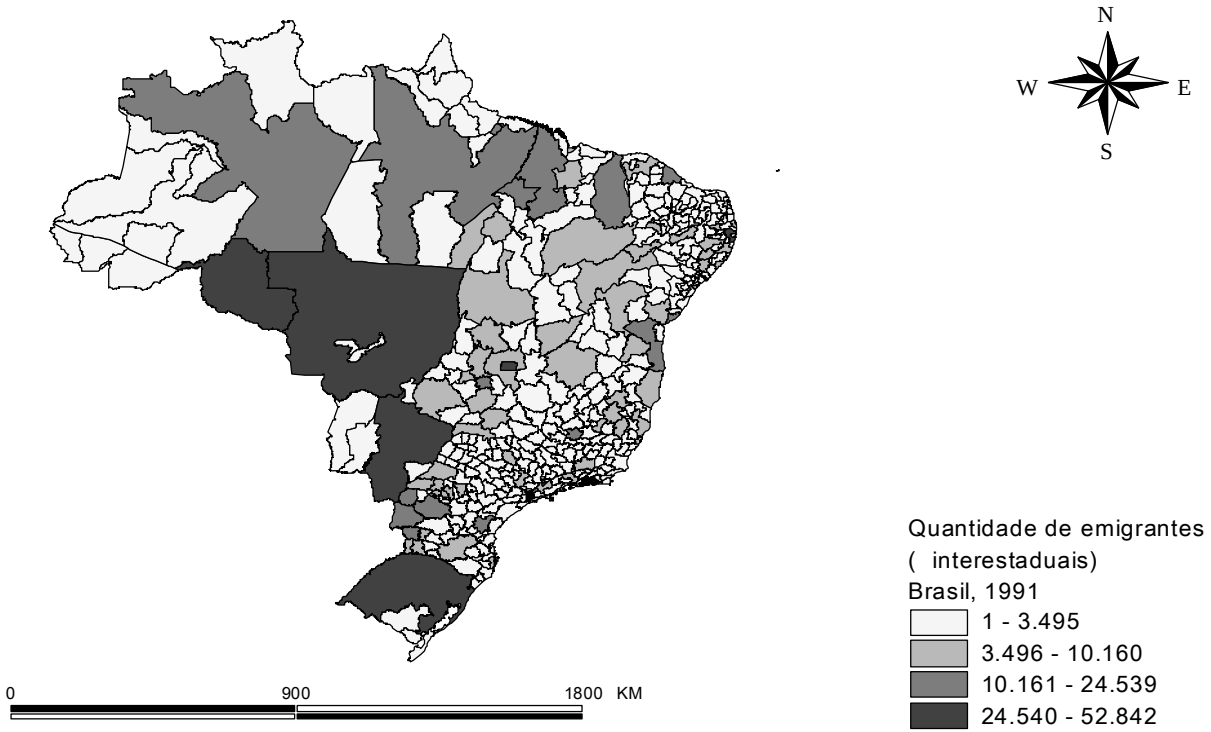
OBS: Rondônia e Acre não possuem observações intraestaduais porque a recomposição territorial gerou apenas uma área regional comparável para o período.

Figura 07 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 1991)



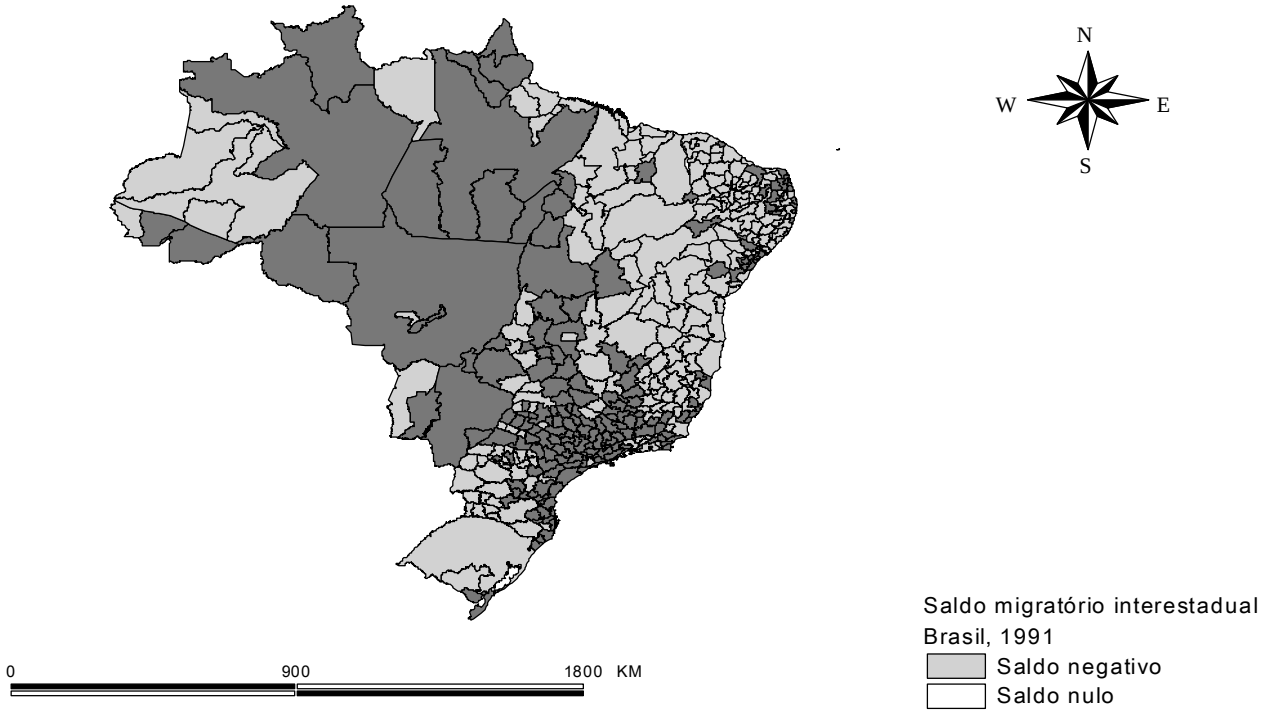
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1991.
OBS: critério de migração é uma Proxy para Data Fixa.

Figura 08 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 1991)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1991.
OBS: critério de migração é uma Proxy para Data Fixa.

Figura 09 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 1991)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1991.
OBS: critério de migração é uma proxy para Data Fixa.

5.3.1 Os deslocamentos de longa distância (interestaduais) e a intensificação dos fluxos migratórios secundários no Brasil

As informações obtidas por intermédio das matrizes migratórias interestaduais, construídas a partir dos microdados do Censo Demográfico 1991, indicam algumas alterações nas trajetórias migratórias de longa distância quando comparadas ao período anterior (1970-1980). A maior parte dos migrantes internos brasileiros ainda se concentrava nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, e suas respectivas regiões de origem e destino eram praticamente as mesmas (as características dos fluxos migratórios dominantes não sofreram grandes variações). Contudo, é possível observar a diminuição dos imigrantes e a expansão dos emigrantes nos dois principais destinos nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) em prol das demais regiões, inclusive de estados que costumavam expulsar suas populações, como Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Paraná. Entre as possíveis causas destas mudanças pode-se destacar o baixo desempenho econômico das principais regiões de destino dos migrantes, verificado no final da "década perdida". A diminuição das oportunidades de emprego nas áreas mais dinâmicas do país e a impossibilidade de alcançar a tão desejada mobilidade social (via deslocamento para SP e/ou RJ) estimularam alterações nas trajetórias migratórias, com a intensificação dos fluxos regionais e o aumento da migração de retorno.

O estado de São Paulo continuava a polarizar os movimentos migratórios no Brasil, todavia, é possível observar mudanças importantes em seus fluxos. Mais especificamente, os fluxos migratórios de e para a área regional comparável de São Paulo no período representam de forma emblemática o "ponto de inflexão" dos padrões migratórios brasileiros: apesar de ainda ser a região do país que mais atraía migrantes, a AC São Paulo registrou, pela primeira vez, trocas migratórias negativas (e expressivas). Muito provavelmente, este resultado foi uma consequência dos impactos da recessão econômica observada no período sobre sua estrutura produtiva. O baixo dinamismo econômico diminuiu as oportunidades de emprego nesta AC, dificultando a inserção de migrantes e não migrantes nos mercados de trabalho, especialmente no caso de indivíduos de baixa qualificação, desestimulando a permanência na mesma. No contexto estadual, estas perdas migratórias foram minimizadas, em alguma medida, pelo desempenho do *hinterland* da AC São Paulo. As regiões do entorno paulistano, como Osasco, Guarulhos, Santos, Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Moji das Cruzes,

continuaram a registrar trocas migratórias positivas, apesar da maior parte destas regiões também ter sofrido uma pequena redução da quantidade de imigrantes. Observa-se que apesar da conjuntura nacional desfavorável, diversas áreas comparáveis do interior paulista, como São José do Rio Preto e Franca, continuavam a elevar seu poder de atração populacional, estimuladas pelo processo de interiorização da indústria localizada na RMSP (DINIZ e CROCCO, 1996)[70]. Devido ao desempenho destas regiões, o estado de São Paulo continuava a polarizar os movimentos migratórios no Brasil (obteve trocas migratórias positivas no período), porém, em proporções menores que àquelas verificadas na década anterior.

Em relação às principais origens dos imigrantes paulistas, observa-se a manutenção das trajetórias identificadas no período anterior (AC's paranaenses, mineiras e nordestinas, mais as áreas regionais comparáveis polarizadas por Rio de Janeiro, Campo Grande e Cuiabá). Os emigrantes de São Paulo se dirigiam majoritariamente para áreas regionais comparáveis de estados da região Nordeste, Minas Gerais e Paraná, e para as AC's nucleadas por Campo Grande, Cuiabá, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia.

Os fluxos de emigrantes paulistas refletiam, em alguma medida, as mudanças que começavam a surgir nos padrões migratórios brasileiros, pois um percentual significativo destes indivíduos retornava às suas regiões de naturalidade, especialmente nos casos de Minas Gerais, Paraná e da região Nordeste. Inclusive, quando estes percentuais são comparados aos dados de 1980, observa-se um aumento desta proporção. Por exemplo, do total de migrantes que saíram de São Paulo em direção a Minas Gerais em 1980, aproximadamente 56% eram emigrantes de retorno; em 1991 este percentual aumentou para 60%. As trajetórias entre São Paulo e estados da região Nordeste mostra que estes percentuais eram iguais a 69% e 75%, respectivamente. No caso do Paraná, as proporções eram iguais a 18% e 40%. Este aumento da migração de retorno pode estar relacionado às dificuldades de inserção dos migrantes no destino, à incapacidade de absorção dos migrantes pelo destino (elevado congestionamento urbano) e/ou a melhorias nas regiões de origem dos migrantes. É provável que um conjunto de fatores tenha estimulado estes

[70] A expansão dos custos de congestionamento urbano e as deseconomias de aglomeração estimularam o relocalização das atividades produtivas, que tendeu a favorecer as regiões do entorno da capital paulista (DINIZ e CROCCO, 1996).

fluxos de retorno no Brasil, evidenciando o início do esgotamento dos tradicionais reservatórios de mão de obra da indústria paulista.

No caso do Rio de Janeiro, as tendências observadas no final dos anos 1970 continuaram a ser verificadas, de tal forma que o estado registrou trocas migratórias extremamente negativas entre 1980 e 1991. Este resultado foi uma consequência da diminuição da capacidade local de atração de migrantes e de retenção populacional, provocada pela perda de importância de seu parque industrial (LOUREIRO, 2006). O baixo dinamismo econômico do estado funcionava como um fator de repulsão populacional, desestimulando a permanência no mesmo e/ou novos deslocamentos em sua direção. As duas principais áreas regionais comparáveis em termos migratórios, AC Rio de Janeiro e AC Vale do Paraíba Fluminense, obtiveram elevados montantes de emigrantes, cujos fluxos não foram compensados pela imigração. Mais especificamente, a perda de centralidade da área comparável do Rio de Janeiro foi tão expressiva que neutralizou os ganhos migratórios de outras regiões do estado, como Macaé. Além disso, a expansão econômica de estados vizinhos atraía um número cada vez maior de migrantes, desestimulado fluxos em direção ao Rio de Janeiro.

Apesar da elevada perda migratória estadual no período, observa-se que aproximadamente 4,5% dos imigrantes internos de longa distância no Brasil continuavam a se dirigir para este estado. Suas principais regiões de origem continuavam a ser as mesmas identificadas no período anterior (AC's nucleadas por São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Belém, Manaus, Natal, Vitória, Porto Alegre e Brasília). Um argumento que pode ser utilizado para explicar a manutenção destas trajetórias é a existência de redes de contato entre migrantes (no destino) e não migrantes (na origem). Estas redes reduzem os custos de adaptação no destino e, por este motivo, podem manter trajetórias migratórias mesmo em contextos aparentemente desfavoráveis.

Os emigrantes fluminenses se dirigiam basicamente para estas mesmas regiões e seus volumes foram maiores do que os observados em 1980. A participação dos migrantes de retorno também é mais significativa para estas trajetórias em comparação ao período anterior, especialmente no caso das regiões mais longínquas. Por exemplo, do total de emigrantes que saíam do Rio de Janeiro em direção às áreas comparáveis da região Nordeste, 57,5%% eram indivíduos que retornavam às suas Unidades da Federação de nascimento em 1980; em 1991, este percentual aumentou para aproximadamente 61%.

Para as trajetórias entre Rio de Janeiro e Pará estes percentuais são, respectivamente, 29,7% e 40%. No caso de regiões mais próximas às áreas comparáveis do Rio de Janeiro, como Minas Gerais, este aumento foi menos expressivo (de 50,5% para 51,2%, respectivamente).

As informações sobre as trajetórias migratórias relacionadas ao estado do Rio de Janeiro corroboram as mudanças em curso nos principais padrões migratórios do país identificadas pelos fluxos de São Paulo: os tradicionais destinos dos migrantes começavam a perder sua importância relativa e os fluxos de retorno, inclusive para regiões menos dinâmicas do país, tornavam-se mais expressivos. De forma geral, as dificuldades geradas pelo desempenho pífio da economia brasileira no decorrer da década de 1980, especialmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, e a desconcentração espacial, ainda que limitada, das atividades produtivas provocaram o aumento dos fluxos migratórios secundários existentes no país.

Nos demais estados das regiões Sudeste e Sul, as trajetórias migratórias intensificaram suas características locais, evidenciando a elevada inter-relação de suas estruturas produtivas e a emergência de um novo padrão de desenvolvimento espacial da economia brasileira. A desconcentração das atividades produtivas, estimulada por deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo e por políticas econômicas locais (incentivos fiscais, financeiros, construção de infraestrutura logística, etc.), beneficiou regiões vizinhas ao estado de São Paulo e deu início a um processo de desenvolvimento poligonal da economia brasileira, cujos vértices incluíam as regiões de São José dos Campos, Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Florianópolis e Porto Alegre (DINIZ, 1993). Estas regiões conseguiram aumentar sua atratividade e capacidade de retenção individual, elevando a importância dos fluxos migratórios secundários no país (todas, exceto a AC Porto Alegre, obtiveram trocas migratórias positivas no período). A desconcentração industrial foi fundamental para viabilizar a diminuição das perdas migratórias observadas no Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e aumentar a quantidade de imigrantes nas áreas comparáveis próximas aos vértices do polígono (por exemplo, Juiz de Fora, Uberaba, Divinópolis, Curitiba, Joinville, Blumenau, Itajaí e Criciúma).

Simultaneamente, a expansão da agroindústria no Centro-Oeste, vinculada ao desenvolvimento da economia poligonal, deu continuidade aos trocas migratórias positivas na região, cujas principais áreas de atração eram nucleadas por Campo Grande, Cuiabá,

Goiânia e Anápolis. A maior parte das áreas regionais comparáveis desta região experimentou um aumento da quantidade de imigrantes superior à expansão dos emigrantes, obtendo, assim, trocas migratórias positivas entre 1980 e 1991. A única exceção foi o Distrito Federal, que, após consolidada a sua implantação, parece ter reduzido sua capacidade de atrair migrantes[71]. As principais origens dos imigrantes e os principais destinos dos emigrantes destes estados eram áreas regionais comparáveis localizadas na própria região, em São Paulo, Paraná e Rondônia (os dois últimos casos referem-se especificamente às áreas de produção agrícola). Em Goiás, destacavam-se os fluxos entre as AC's Goiânia e Palmas.

Na região Norte, a maior parte dos imigrantes continuava a ter origem intrarregional ou de estados limítrofes e os emigrantes deslocavam-se para estados vizinhos ou para o polo nacional (SP-RJ). Havia algumas exceções, como os fluxos inter-regionais entre áreas de expansão agrícola (Rondônia e Paraná, por exemplo), mas estas foram insuficientes para alterar as principais trajetórias regionais. Estes estados continuavam a atrair migrantes, mais especificamente as áreas regionais comparáveis nucleadas por suas capitais, exceto Belém, que obteve, inclusive, trocas migratórias negativas. Regiões vizinhas a esta área comparável, como Santarém-Altamira-Marabá e São Félix do Xingu, começavam a ganhar destaque como importantes destinos de migrantes. Todos os estados da região registraram trocas migratórias positivas, contudo, Pará e Rondônia obtiveram resultados menos expressivos do que aqueles observados na década anterior.

As trajetórias migratórias da região Nordeste não sofreram grandes alterações em relação ao período anterior, pois seus imigrantes tinham majoritariamente origem intrarregional ou de estados vizinhos e os emigrantes continuavam a se dirigir para São Paulo e Rio de Janeiro. Ocorreram algumas mudanças no período, como a intensificação dos fluxos de retorno do Sudeste para o Nordeste e dos fluxos migratórios em direção a áreas isoladas de expansão econômica que emergiam na região, como, por exemplo, Petrolina, Campina Grande, Mossoró-Vale do Açu, Paulo Afonso, Imperatriz, Floriano e Porto Seguro (LIMA, 1994; ARAÚJO, 1995), todavia, estes fluxos foram insuficientes para alterar as principais trajetórias regionais. As áreas regionais comparáveis com maior número de migrantes continuavam a ser nucleadas pelas capitais estaduais, mas apenas as AC's Natal, João

[71] Vale salientar, todavia, que a região no entorno de Brasília continuava a atrair elevado volume de migrantes e obteve trocas migratórias positivas no período.

Pessoa e Aracaju obtiveram trocas migratórias positivas no período. Áreas economicamente estagnadas, como o interior do Maranhão, do Piauí e de Alagoas, a mata e o agreste do nordeste setentrional, continuavam a ser incapazes de reter suas populações. Em termos estaduais, apenas Rio Grande do Norte e Sergipe conseguiram reverter suas perdas migratórias; os demais estados continuavam a apresentar elevados trocas migratórias negativas, especialmente Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará. Estes dados evidenciam que os fatores de repulsão populacional da região (baixo nível de renda, escassez de oportunidades de trabalho, etc.) eram tão expressivos que mesmo uma conjuntura desfavorável do principal polo industrial do país (São Paulo - Rio de Janeiro) foi incapaz de alterar sua função de reservatório de mão de obra. Além disso, as redes de contato existentes entre as localidades de origem e destino dos migrantes mantinham o componente inercial deste fluxo.

Apesar da incapacidade de retenção populacional ainda observada dos estados da região Nordeste, houve uma retração das perdas migratórias estaduais em Pernambuco, Piauí, Paraíba e Ceará, além da verificação de trocas migratórias positivas em Sergipe e no Rio Grande Norte, como citado anteriormente. Uma das prováveis justificativas para esta diminuição é a elevação da migração de retorno na região[72]. Aproximadamente 50% dos imigrantes interestaduais da região Nordeste em 1991 eram indivíduos que retornaram aos seus estados de naturalidade (em 1980 esse percentual era igual a 34%). Esta proporção chegava a 68% no caso do Ceará, 61% na Paraíba e 55% em Pernambuco. Nota-se que a maior parte dos imigrantes de retorno da região provinha de São Paulo (40,2%) e do Rio de Janeiro (12,9%), o que pode ser um reflexo da inadequação destes indivíduos ao destino ou uma consequência da desaceleração da indústria nacional no período (diminuição das oportunidades de emprego no destino) ou, ainda, uma resposta a possíveis estímulos de crescimento local, como os polos de crescimento que emergiam em áreas isoladas do Nordeste (fruticultura irrigada em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, indústrias tradicionais no Ceará e Sergipe, indústrias petroquímicas na Bahia, etc.), viabilizados por políticas de desenvolvimento local, como a concessão de incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada. Este último argumento, inclusive, pode ser utilizado para justificar a

[72] A matriz migratória interestadual de retorno para o período pode ser consultada no Apêndice B, Tabela C26.

diminuição da quantidade de emigrantes em algumas áreas comparáveis da região, pois o polo de crescimento pode funcionar como um fator de retenção populacional.

A importância que a migração de retorno vem conquistando no cenário nacional também é exemplificada pelos casos de Minas Gerais e do Paraná. Estes estados ainda eram, em 1991, dois grandes fornecedores de mão de obra para o estado de São Paulo. A proporção de emigrantes de suas áreas regionais comparáveis menos dinâmicas (localizadas no norte de Minas e em Paranavaí, por exemplo) continuava elevada, contudo, a expansão da quantidade de imigrantes em áreas regionais mais urbanizadas e desenvolvidas, como Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Curitiba, Londrina e Maringá, estimulada principalmente pelos fluxos de retorno, viabilizou a retração de suas perdas populacionais. Aproximadamente 53% dos imigrantes interestaduais de Minas Gerais eram migrantes de retorno e deste total 47,3% provinham de São Paulo. No caso do Paraná, estes percentuais eram iguais a 35% e 43,2%, respectivamente. Os principais argumentos utilizados para justificar estes fluxos residem na expansão econômica das áreas regionais comparáveis mineiras e paranaenses (fatores de atração), pertencentes ao polígono de desenvolvimento nacional (DINIZ, 1993), e no congestionamento da indústria paulista (fatores de repulsão). Além disso, em contextos de incerteza é mais provável que os indivíduos prefiram residir em localidades que apresentem características mais “familiares”, retornando, assim, às suas respectivas regiões de origem. No final do período, Minas Gerais e Paraná continuavam a apresentar trocas migratórias negativas, porém, em uma escala inferior à observada em 1980, especialmente no primeiro caso.

Ainda em relação à migração de retorno, observa-se que do total de imigrantes interestaduais no Brasil entre 1980 e 1991, aproximadamente 27,3% eram migrantes de retorno (aumento de 08 pontos percentuais em relação ao período anterior). A maior parte destes migrantes estava localizada na região Nordeste (37,4%), Minas Gerais (17,2%), São Paulo (11,4%) e Paraná (8,4%). Este aumento da migração de retorno no país pode estar relacionado a fatores de atração na origem (instalação de atividades produtivas, aumento da produção industrial/agrícola, etc.), a fatores de repulsão no destino (congestionamento urbano, recessão econômica, etc.) e/ou à incapacidade de inserção individual em contextos socioeconômicos mais competitivos. No caso brasileiro, pode-se supor que uma combinação destes fatores influenciou o retorno às regiões de origem. Muito provavelmente, pode-se atribuir maior peso à retração econômica da indústria paulista

provocada pela crise da dívida de 1980. Era natural que o baixo desempenho do principal destino dos migrantes brasileiros estimulasse deslocamentos de retorno, especialmente de indivíduos que não conseguiram se inserir em seus complexos mercados de trabalho.

Em resumo, a análise das matrizes migratórias interestaduais brasileiras entre 1980 e 1991 demonstra o aumento da importância das trajetórias regionais/secundárias e dos deslocamentos de retorno, com a simultânea manutenção do padrão migratório dominante no período anterior (Nordeste-Sudeste). Ressalta-se que os principais resultados obtidos até o momento são consistentes com as análises realizadas por Baeninger (2000) e Brito (2002): São Paulo e Rio de Janeiro continuavam a atrair elevada quantidade de imigrantes; os estados da região Nordeste e Minas Gerais continuavam a ser áreas tradicionais de emigração (apesar da redução de suas perdas migratórias); as regiões Norte e Centro-Oeste tornaram-se novos e importantes espaços migratórios no Brasil; e houve o surgimento e a consolidação de novos polos interestaduais de absorção migratória, especialmente no entorno de São Paulo. A emergência destes fluxos secundários parece indicar transições nos padrões migratórios nacionais, como enfatizado pelos referidos autores. Esta hipótese deverá ser confirmada (ou refutada) por intermédio da análise dos microdados dos Censos Demográficos mais recentes. Será que as mudanças nestas trajetórias migratórias são realmente consistentes?

5.3.2 Os deslocamentos de curta distância (intraestaduais) e a emergência de novas regiões de absorção migratória

Em relação à migração de curta distância (intraestadual) entre 1980 e 1991, observa-se por intermédio das Tabelas C2 a C25 (APÊNDICE B) um padrão similar ao observado para os deslocamentos interestaduais. As áreas regionais comparáveis de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram trocas migratórias intraestaduais extremamente negativas e superiores às observadas no período anterior. As deseconomias de aglomeração destas regiões provocaram não apenas uma redução dos imigrantes, mas também um aumento dos emigrantes intraestaduais. Em contrapartida, áreas regionais menos congestionadas destes estados, como Lagos, Itaguaí e Macaé no Rio de Janeiro e Campinas, Moji das Cruzes, Guarulhos, Osasco, Sorocaba, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Franco da Rocha em São Paulo, atraíam cada vez maior número de migrantes e registravam trocas migratórias positivas.

Nos contextos locais, a interiorização da indústria, especialmente no caso de São Paulo, levou consigo a maior parte dos migrantes. Houve uma intensificação do redirecionamento destes fluxos para áreas em pleno crescimento industrial, mas que ainda não apresentavam os efeitos adversos da urbanização excessiva.

Nos demais estados, observa-se que os fluxos de curta distância continuavam a se direcionar majoritariamente para as áreas regionais comparáveis nucleadas pelas capitais estaduais e todas estas regiões apresentaram trocas migratórias positivas no período. Outras áreas nestes estados começavam a emergir como importantes destinos deste tipo de migrante, consolidando o movimento iniciado no período anterior. Entre estas regiões estão incluídas as áreas comparáveis de São Félix do Xingu (PA), Imperatriz (MA), Cariri (CE), Mossoró-Vale do Açu (RN), Campina Grande (PB), Petrolina (PE), Uberlândia e Divinópolis (MG), Maringá e Londrina (PR), Joinville, Blumenau e Itajaí (SC).

Havia ainda áreas regionais comparáveis que possuíam significativa atratividade no contexto estadual, como Sobral (CE), mas que também possuíam elevada quantidade de emigrantes, obtendo trocas migratórias negativas. Por fim, algumas áreas comparáveis se consolidavam como regiões incapazes de reter suas populações: o baixo dinamismo econômico e as escassas oportunidades de renda e emprego inviabilizavam descolamentos em direção a estas regiões e estimulavam a emigração de seus habitantes. Os principais exemplos destas áreas estão localizados no semiárido da região Nordeste, no entorno das capitais da região norte, no norte de Minas Gerais e em áreas isoladas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Da mesma forma que ocorreu para os deslocamentos de longa distância, houve, no período, o surgimento e a consolidação de novos polos intraestaduais de absorção migratória, especialmente na região centro-sul do país.

Por fim, ressalta-se que os deslocamentos de retorno de curta distância representavam aproximadamente 11% dos migrantes intraestaduais (aumento de 5 p.p em relação a 1980).

5.4 O padrão migratório brasileiro entre 1991 e 2000

As características dos deslocamentos populacionais observados no Brasil na última década do século XX, por intermédio dos microdados do Censo Demográfico 2000, são melhor

interpretadas quando consideradas as principais transformações socioeconômicas ocorridas no período. O início dos anos 1990 é caracterizado pela crise política do Impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto popular no país após o regime militar (Fernando Collor de Melo) e por profundas instabilidades econômicas, pois persistiam as pressões inflacionárias e o baixo crescimento da renda nacional (GIAMBIAGI *et al*, 2011). A situação interna desfavorável, aliada às restrições externas, evidenciava a necessidade de realizar reformas na economia. Assim, com o objetivo de voltar a receber parte do fluxo internacional de recursos, o governo brasileiro passou a adotar uma série de medidas sugeridas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, elaboradas no âmbito do "Consenso de Washington". Estas medidas incluíam a liberalização financeira e comercial da economia brasileira e sua desregulamentação. O redirecionamento da política econômica foi essencial para a implementação de um novo plano de combate à inflação inercial, o Plano Real, cujos resultados foram significativamente positivos (GIAMBIAGI *et al*, 2011).

A liberalização da economia e sua estabilização monetária foram acompanhadas pelo esvaziamento da intervenção estatal (que incluía um amplo programa de desestatização), por uma intensa política de austeridade fiscal, de elevação das taxas de juros e de valorização cambial. O resultado imediato deste novo contexto foi o crescimento da demanda por bens de consumo, cuja principal justificativa reside no aumento do poder aquisitivo das classes mais baixas de renda que deixaram de pagar o imposto inflacionário. Todavia, o principal pressuposto do programa de estabilização – a âncora cambial – gerava desequilíbrios fiscais cada vez mais expressivos[73], o que levou o governo brasileiro a adotar medidas de restrição de demanda a partir de 1995, comprometendo, assim, o crescimento de longo prazo. Os custos de manutenção desta âncora tornavam-se cada vez mais onerosos, especialmente após as crises financeiras da Ásia (1997) e da Rússia (1998), o que resultou na desvalorização cambial brasileira em janeiro de 1999 e na adoção do regime de metas de inflação, com impactos significativos para a economia (CARNEIRO, 2002).

A prioridade concedida às questões macroeconômicas e os efeitos, diretos e indiretos, da competição internacional sobre a economia brasileira, com a reestruturação do setor

[73] Para garantir a entrada e a manutenção de recursos no país, o governo brasileiro precisava fixar taxas de juros cada vez mais elevadas, aumentando o montante da dívida pública (CARNEIRO, 2002).

industrial, tiveram impactos significativos sobre o emprego (aumento do desemprego e das taxas de informalidade) e a produção nacional (PIB praticamente estável durante toda a década). Além disso, a deterioração das contas internacionais e o aumento do déficit público tornaram a economia mais vulnerável às oscilações externas. Houve algumas melhorias nos indicadores sociais, mas as disparidades regionais e pessoais de renda e oportunidades pouco diminuíram. Vale ressaltar que a redução dos mecanismos de desenvolvimento regional elaborados pelo governo federal desestimulou, em alguma medida, o processo de desconcentração industrial (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 37), deixando sob a responsabilidade dos estados e municípios a aplicação de políticas de desenvolvimento local (LIMA e LIMA, 2010). Este fato teve implicações diretas sobre os deslocamentos populacionais, pois o instrumento mais utilizado para suprir a ausência federal foi a concorrência direta por investimentos privados, via incentivos fiscais e financeiros, entre estados (o "sucesso" de uma localidade implicava o "fracasso" de outra).

Informações gerais sobre as migrações internas no Brasil entre 1991 e 2000 podem ser visualizadas na Tabela 09 a seguir. A matriz migratória interestadual por Unidade da Federação pode ser consultada na Tabela A9 do Apêndice A. Na Tabela D1 do Apêndice B são descritos os deslocamentos populacionais de longa distância (interestaduais) por área regional comparável. As matrizes migratórias intraestaduais (curta distância) por áreas regionais comparáveis podem ser visualizadas nas Tabelas D2 a D25 do Apêndice B.

A distribuição regional dos imigrantes e emigrantes e a variação das trocas migratórias por área regional comparável no Brasil em 2000 estão representadas nas Figuras (mapas) 10 a 12 a seguir.

Tabela 09 – Migração interna por estado (Brasil, 2000)

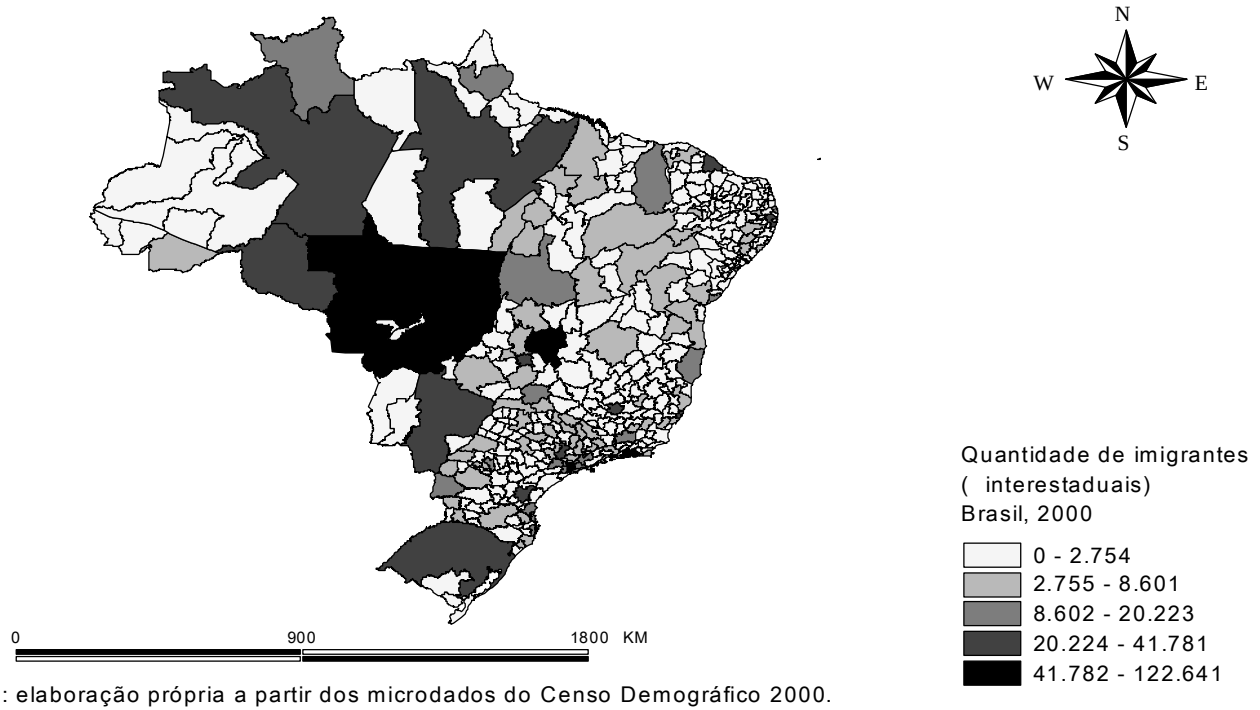
	Migração interestadual					Migração intraestadual		Migração de retorno			
	Imigrantes	(%)	Emigrantes	(%)	Saldo*	Migrantes	(%)	Interestadual	(%)	Intraestadual	(%)
RO	26.191	1,58%	22.040	1,33%	4.151	-	-	742	0,17%	-	-
AC	3.932	0,24%	4.525	0,27%	-593	1.429	0,08%	757	0,17%	136	0,09%
AM	26.590	1,60%	19.302	1,17%	7.288	4.716	0,28%	2.597	0,59%	539	0,34%
RR	13.639	0,82%	4.521	0,27%	9.118	-	-	270	0,06%	-	-
PA	47.999	2,90%	63.388	3,83%	-15.389	48.991	2,88%	7.712	1,75%	5.307	3,33%
AP	12.497	0,75%	4.031	0,24%	8.466	1.469	0,09%	821	0,19%	117	0,07%
TO	27.004	1,63%	20.674	1,25%	6.330	8.901	0,52%	4.085	0,93%	438	0,28%
MA	27.477	1,66%	59.265	3,58%	-31.788	30.186	1,78%	12.924	2,93%	3.179	2,00%
PI	21.709	1,31%	31.069	1,88%	-9.360	3.202	0,19%	12.853	2,92%	530	0,33%
CE	52.522	3,17%	46.844	2,83%	5.678	44.093	2,59%	30.868	7,00%	7.356	4,62%
RN	28.238	1,70%	20.600	1,24%	7.638	34.482	2,03%	12.370	2,81%	3.863	2,43%
PB	32.413	1,96%	41.550	2,51%	-9.137	25.209	1,48%	19.571	4,44%	3.498	2,20%
PE	51.552	3,11%	78.489	4,74%	-26.937	47.396	2,79%	28.351	6,43%	5.576	3,50%
AL	17.737	1,07%	33.274	2,01%	-15.537	24.195	1,42%	8.366	1,90%	2.109	1,32%
SE	16.884	1,02%	15.819	0,95%	1.065	15.367	0,90%	5.479	1,24%	1.869	1,17%
BA	81.490	4,92%	133.744	8,07%	-52.254	95.347	5,61%	39.850	9,04%	12.995	8,16%
MG	166.164	10,03%	133.820	8,08%	32.344	204.999	12,06%	75.628	17,16%	27.534	17,30%
ES	46.168	2,79%	32.194	1,94%	13.974	37.447	2,20%	9.399	2,13%	3.853	2,42%
RJ	97.425	5,88%	112.401	6,78%	-14.976	93.081	5,48%	19.116	4,34%	9.617	6,04%
SP	345.769	20,87%	335.955	20,28%	9.814	624.713	36,77%	39.410	8,94%	40.536	25,46%
PR	110.673	6,68%	120.430	7,27%	-9.757	163.542	9,62%	41.308	9,37%	12.228	7,68%
SC	76.630	4,63%	51.495	3,11%	25.135	79.010	4,65%	16.475	3,74%	7.450	4,68%
RS	44.217	2,67%	61.618	3,72%	-17.401	17.743	1,04%	20.142	4,57%	3.345	2,10%
MS	36.385	2,20%	37.542	2,27%	-1.157	15.024	0,88%	5.310	1,20%	864	0,54%
MT	54.987	3,32%	41.218	2,49%	13.769	4.836	0,28%	2.474	0,56%	205	0,13%
GO	128.267	7,74%	55.921	3,38%	72.346	73.822	4,34%	22.299	5,06%	6.050	3,80%
DF	62.247	3,76%	75.077	4,53%	-12.830	-	-	1.562	0,35%	-	-
Brasil	**1.656.806**	**100%**	**1.656.806**	**100%**	-	**1.699.200**	**100%**	**440.739**	**100%**	**159.194**	**100%**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000.

(*) A diferença entre imigrantes e emigrantes é considerada proxy do saldo migratório estadual.

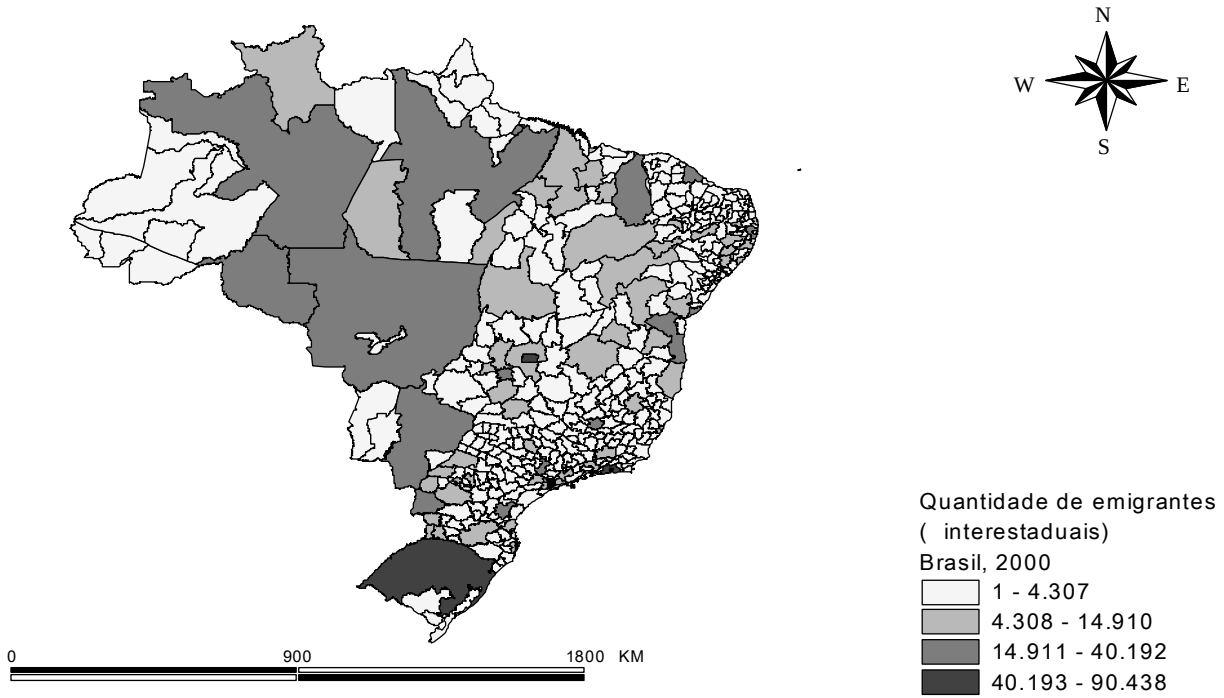
OBS: Rondônia e Acre não possuem observações intraestaduais porque a recomposição territorial gerou apenas uma área regional comparável para o período.

Figura 10 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 2000)



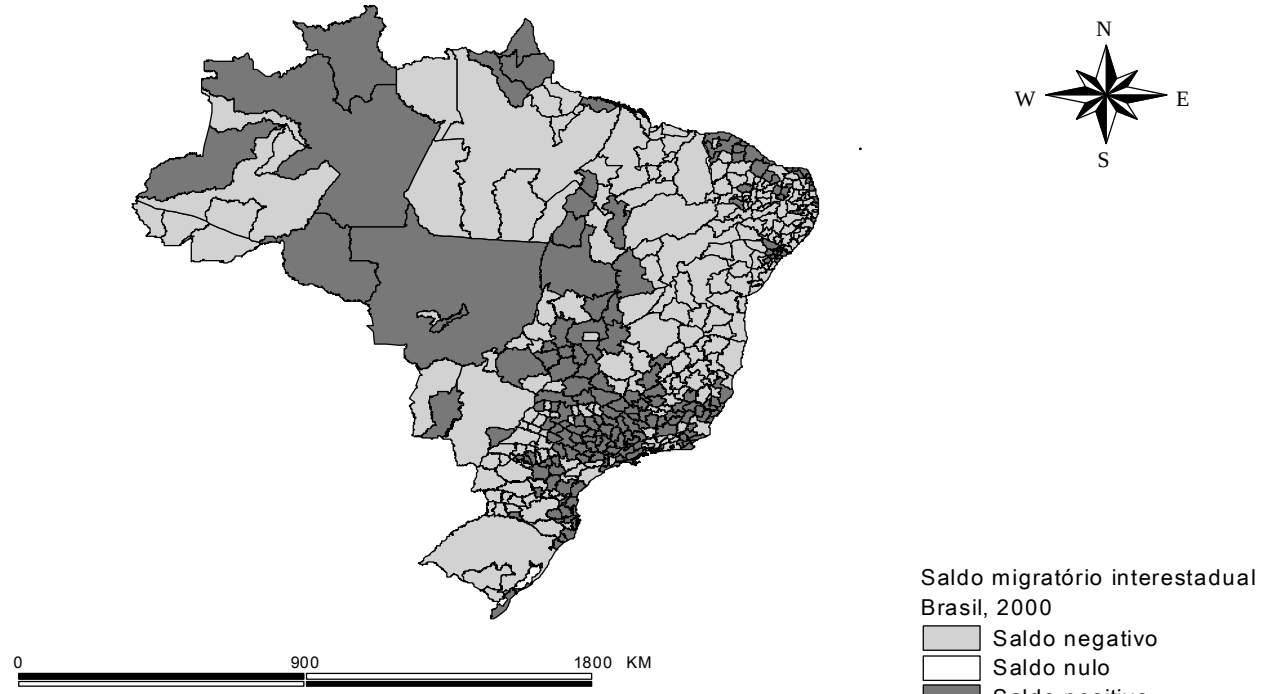
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000.
OBS: critério de migração é uma Proxy para Data Fixa.

Figura 11 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 2000)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000.
OBS: critério de migração é uma Proxy para Data Fixa.

Figura 12 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 2000)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000.
OBS: critério de migração é uma proxy para Data Fixa.

5.4.1 A migração interestadual e a consolidação das trajetórias secundárias no Brasil

Os dados censitários sobre migração para o ano 2000 evidenciam a continuidade das mudanças ocorridas nos deslocamentos de longa distância da população brasileira na década precedente. Entre 1991 e 2000, verifica-se a consolidação das novas áreas de atração populacional identificadas na seção anterior. Mais especificamente, a análise dos dados parece indicar que as mudanças nos padrões migratórios brasileiros são estimuladas muito mais pelo aumento da capacidade de atração/retenção de determinadas regiões, especialmente das cidades médias, do que pela perda de dinamismo de seus tradicionais destinos migratórios (São Paulo e Rio de Janeiro).

No estado de São Paulo, observa-se uma estabilidade da quantidade de imigrantes, que experimentou, inclusive, uma pequena recuperação em relação a 1991. A manutenção do volume de imigrantes indicava que o estado continuava a exercer elevado poder de atração populacional no contexto nacional. Seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico funcionavam como sinalizadores do elevado padrão de vida local e contribuíam para manter as trajetórias migratórias em sua direção. Além disso, a estabilidade monetária obtida pela economia brasileira no decorrer da década de 1990 tornava menos incertas as expectativas em relação aos prováveis ganhos em suas áreas mais desenvolvidas, logo, era de se esperar que estas regiões continuassem a atrair elevado montante de migrantes. O papel das redes de contato entre migrantes e não migrantes para a manutenção destes fluxos também deve ser considerado.

As áreas regionais comparáveis que mais atraíam migrantes no estado continuavam a ser São Paulo, Campinas, Osasco, Santos, Guarulhos, São José dos Campos, Moji das Cruzes, Sorocaba, Ribeirão Preto, Jundiaí e São José do Rio Preto. Entre estas áreas, apenas a região de Campinas obteve uma pequena redução do volume de imigrantes quando comparado à década anterior. Nota-se que as áreas de menor porte conseguiram aumentar sua atratividade no período. As principais regiões de origem destes imigrantes concentravam-se cada vez mais na região Nordeste do país (49,7% em 2000 contra 33,1% em 1980) e as áreas regionais comparáveis de Minas Gerais e do Paraná perdiam importância, apesar de ainda representarem parte significativa das origens dos imigrantes paulistas (15,4% contra 18,1% e 13,3% contra 33,2%, respectivamente). Vale salientar que a diminuição dos custos de transporte nos últimos anos do século XX facilitou o

deslocamento direto para o estado de São Paulo, logo, as origens dos imigrantes dentro destas regiões principais tornou-se um pouco mais diversificada (as capitais continuavam a polarizar as regiões de origem, mas de forma menos expressiva). As áreas regionais comparáveis nucleadas por Campo Grande e Cuiabá continuavam a enviar quantidade significativa de migrantes para São Paulo.

A grande mudança em relação às trajetórias que envolviam as regiões paulistas é identificada por intermédio de seu volume de emigrantes. Ao mesmo tempo em que o estado continuava a atrair indivíduos das regiões menos dinâmicas do país, a quantidade de pessoas que o deixava tornava-se mais expressiva. A área regional comparável de São Paulo registrou quantidade recorde de emigrantes, cujo resultado refletiu-se em trocas migratórias extremamente negativas no período. Outrora a principal região migratória do país, a AC São Paulo tornou-se incapaz de reter a sua população, muito provavelmente por causa dos elevados custos de congestionamento de sua excessiva aglomeração urbana. As áreas comparáveis de São Paulo que mais possuíam imigrantes, citadas no parágrafo anterior, também registraram elevados montantes de emigrantes e os seus respectivos resultados foram trocas migratórias positivas menos expressivas do que as verificadas em 1991. O aumento do volume de emigrantes continuava a ser impulsionado pela migração de retorno (aproximadamente 49% do total de emigrantes do estado), logo, seus principais destinos localizavam-se nos estados da região Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará, especialmente), em Minas Gerais e no Paraná[74].

As interações entre estes fluxos resultaram na diminuição expressiva das trocas migratórias do estado, evidenciando a perda de importância relativa de alguns dos tradicionais destinos dos migrantes internos brasileiros. Apesar do estado ainda absorver a maior quantidade absoluta de migrantes do país, proporcionalmente este montante vem diminuindo em prol de outras regiões. Simultaneamente, o percentual de emigrantes paulistas aumentou, evidenciando que novas áreas de atração populacional têm surgido no país.

Embora os dados indiquem que as mudanças nos padrões migratórios brasileiros pareçam ser consistentes, a diminuição da importância dos tradicionais destinos migratórios, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, é contrabalançada pelo caráter inercial

[74] A proporção de emigrantes de retorno de São Paulo manteve-se praticamente estável entre 1991 e 2000, apesar do volume de retornados ter aumentado no período.

destes fluxos. Enquanto os dados de São Paulo evidenciam a queda da importância relativa dos padrões migratórios dominantes no Brasil, as informações sobre as trajetórias migratórias que envolvem as áreas regionais comparáveis fluminenses demonstram a persistência dos mesmos.

Apesar da perda de centralidade deste estado, mais especificamente de sua região metropolitana, provocada pela diminuição da importância da indústria fluminense no cenário nacional, seu volume de imigrantes se recuperou entre 1991 e 2000, reestabelecendo os níveis observados em 1980. Além disso, sua quantidade de emigrantes recuou ligeiramente em comparação ao censo anterior, viabilizando a diminuição das perdas migratórias estaduais. Esta retomada da dinâmica migratória no Rio de Janeiro provavelmente é explicada pelas consequências positivas da estabilidade monetária, obtida via Plano Real, sobre a sua estrutura produtiva, especialmente nas regiões de atividades petroquímicas, como a área regional comparável de Macaé.

Os imigrantes que se dirigiam a este estado concentravam-se nas AC's Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Lagos, Macaé e Ilha Grande. Suas principais regiões de origem continuavam a ser áreas da região Nordeste (principalmente na Paraíba, Bahia, Pernambuco e Ceará) e de Minas Gerais (agora mais dispersas por estes estados) e as AC's de São Paulo, Brasília, Vitória, Porto Alegre, Belém, Manaus, Curitiba, Campinas e São José dos Campos. Estas mesmas regiões formavam os principais destinos dos emigrantes fluminenses no período. As interações entre estes fluxos viabilizaram a diminuição das perdas migratórias da AC Rio de Janeiro e produziram trocas migratórias positivas para diversas áreas comparáveis do estado, como, por exemplo, Macaé, Lagos e Ilha Grande.

Observa-se que proporção de emigrantes de retorno fluminense diminuiu em relação ao período anterior. Do total de emigrantes, aproximadamente 34,5% retornavam às Unidades da Federação de naturalidade em 2000; este percentual era igual a 38,6% em 1991. Esta queda do retorno aconteceu para todos os destinos dos emigrantes do Rio de Janeiro. É provável que a estabilidade econômica pós-Plano Real tenha estimulado a permanência no estado, especialmente em suas regiões mais beneficiadas pelo processo de reestruturação da indústria nacional; a possibilidade de voltar a obter rendimentos mais elevados pode ter desestimulado o retorno para as regiões de origem dos migrantes, nas quais o rendimento esperado era mais incerto.

A análise das matrizes migratórias dos demais estados/áreas regionais comparáveis evidencia a expansão e a consolidação das trajetórias secundárias no país. O recrudescimento destes fluxos está relacionado a quatro fatores principais: a continuidade da desconcentração espacial das atividades produtivas no centro-sul do Brasil, o surgimento de áreas isoladas de expansão econômica nas regiões Norte e Nordeste, a elevação da atratividade das cidades médias e o aumento da migração de retorno[75].

Os exemplos de Minas Gerais e Paraná, que aliados a São Paulo e Rio de Janeiro englobavam 43,5% dos imigrantes e 42,5% dos emigrantes brasileiros em 2000, são bastante elucidativos para demonstrar o aumento das trajetórias migratórias relacionadas à continuidade da expansão econômica na área de influência do polígono de desenvolvimento identificado por Diniz (1993) e à migração de retorno. A intensificação da desconcentração das atividades produtivas da Região Metropolitana de São Paulo em direção aos demais estados da região centro-sul do país viabilizou o surgimento de novos espaços regionais dinâmicos, nucleados por cidades médias, capazes de estimular a renda e o emprego locais e, consequentemente, seus respectivos poderes de atração e/ou retenção populacional.

O volume de imigrantes aumentou em Minas Gerais entre 1991 e 2000. As áreas regionais comparáveis que mais atraíam imigrantes eram Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Viçosa, Muriaé e Ubá (localizavam-se principalmente no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas e na Zona da Mata). As regiões no entorno da capital mineira, como Ipatinga e Divinópolis, também atraíam quantidade razoável de migrantes. Estes indivíduos provinham majoritariamente de áreas regionais comparáveis de São Paulo e Rio de Janeiro, em especial das AC's nucleadas por suas capitais, e das AC's Vitória, Brasília, Porto Seguro, Salvador, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá. Aproximadamente 45,5% dos imigrantes eram migrantes de retorno e deste total 55,2% regressavam de áreas regionais comparáveis do estado de São Paulo. Este tipo de deslocamento foi essencial para o resultado obtido por Minas Gerais, todavia, observa-se uma pequena redução de sua importância relativa para o estado quando comparado à década anterior. Estes dados evidenciam que as regiões mineiras tornaram-se efetivamente

[75] O volume da migração de retorno aumentou, porém, sua proporção em relação ao total de migrantes permaneceu praticamente constante em relação ao período anterior (ver gráfico 12).

mais atrativas, pois o aumento da imigração foi viabilizado pelo deslocamento não apenas de indivíduos naturais do estado, mas majoritariamente por não naturais.

Estas informações são corroboradas pelo volume de emigrantes, que se manteve praticamente estável em relação ao período anterior. As origens destes indivíduos eram basicamente as mesmas regiões mineiras citadas no parágrafo anterior. Mesmo assim, todas estas regiões, exceto a AC Belo Horizonte e seu *hinterland*, obtiveram trocas migratórias positivas e superiores àquelas observadas em 1991[76]. A estabilidade da quantidade de emigrantes pode ser interpretada como um aumento da capacidade de retenção populacional das regiões mineiras, mais especificamente de suas regiões mais dinâmicas, pois áreas menos desenvolvidas do estado, localizadas principalmente no norte de Minas (Governador Valadares, Teófilo Otoni, Januária, Aimorés, etc.), continuavam a expulsar suas populações sem o respectivo aumento dos imigrantes. Os principais destinos dos emigrantes mineiros continuavam a se localizar nas áreas regionais comparáveis pertencentes a estados vizinhos como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e o Distrito Federal.

Neste contexto, as trajetórias regionais foram reforçadas, especialmente entre as áreas comparáveis cujas estruturas produtivas possuíam elevado grau de inter-relação setorial. As áreas regionais comparáveis que não conseguiram se inserir neste modelo de desenvolvimento continuavam a ser grandes emissoras de migrantes. As interações entre os fluxos de chegada e partida viabilizaram o aumento das trocas migratórias das regiões mineiras e, consequentemente, a diminuição de suas perdas populacionais. O estado de Minas Gerais registrou trocas migratórias positivas pela primeira vez desde 1980, aparentemente rompendo seu papel de reservatório de mão de obra da indústria paulista.

As alterações das trajetórias migratórias que envolviam áreas regionais comparáveis paranaenses ocorreram no mesmo sentido das mudanças mineiras. A quantidade de imigrantes do Paraná aumentou entre 1991 e 2000 e o volume de emigrantes diminuiu. O resultado destes fluxos foi a continuidade da redução da perda migratória estadual, que ainda existia, mas em níveis muito inferiores aos observados nos censos anteriores. As áreas regionais comparáveis mais dinâmicas do estado, Curitiba, Maringá e Londrina,

[76] As trocas migratórias da AC Belo Horizonte no período foram positivas, mas inferiores ao resultado observado entre 1980 e 1991.

continuavam a elevar suas respectivas capacidades de atração e retenção populacional, cujos resultados refletiram-se na elevação de suas trocas migratórias, cada vez mais expressivos. Simultaneamente, regiões do estado que representavam tradicionais origens dos emigrantes paranaenses, como Paranavaí, Umuarama, Goioerê e Foz do Iguaçu, conseguiram manter relativamente estáveis suas respectivas quantidades de imigrantes e reduzir o volume de emigrantes, diminuindo suas perdas migratórias. Nestes casos, parece ter ocorrido, principalmente, um aumento da capacidade de retenção populacional no período.

O caráter regional dos fluxos migratórios envolvendo as áreas comparáveis do Paraná também foi reforçado no período. Seus imigrantes provinham majoritariamente de São Paulo (o percentual de imigrantes paulistas no Paraná aumentou 07 p.p entre 1991 e 2000), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul[77]. A migração de retorno foi essencial para a elevação destes fluxos, em especial daqueles oriundos das áreas comparáveis paulistas (seu volume aumentou, mas sua participação relativa manteve-se estável em comparação ao período anterior). De forma análoga, os emigrantes paranaenses destinavam-se principalmente às áreas regionais comparáveis de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. É possível observar a diminuição da importância dos destinos paulistas em prol dos demais. Salienta-se que estas trajetórias ocorriam de forma mais desconcentrada espacialmente entre as áreas comparáveis de São Paulo e do Paraná.

Em síntese, a dinâmica econômica das regiões mineiras e paranaenses, beneficiada pela expansão das atividades produtivas em seus territórios, desestimulou a migração de sua população e aumentou a capacidade de atração populacional destes estados. Destaca-se que instrumentos de políticas de desenvolvimento local, como incentivos fiscais e financeiros para a instalação de indústrias, foram amplamente utilizados pelos governos estaduais e/ou municipais no período analisado, o que pode ter contribuído significativamente para os resultados obtidos (PRADO, 1999b). A expansão econômica de suas regiões estimulou a permanência de suas populações e o retorno de indivíduos que haviam migrado em períodos anteriores, bem como atraiu indivíduos naturais de seus estados vizinhos, todos em busca das oportunidades de emprego que surgiam nestas regiões.

---

[77] Aproximadamente 77% dos imigrantes vinham destes estados, percentual superior ao de 1991 (71%).

Nos demais estados das regiões Sudeste e Sul (Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), também houve aumento da quantidade de imigrantes, o que pode ser interpretado como uma expansão das suas respectivas capacidades de atração populacional. A continuidade do crescimento econômico dos vértices do polígono de desenvolvimento gerou efeitos de transbordamento, que funcionaram como economias de aglomeração para as áreas comparáveis de médio porte destes estados que foram capazes de incorporar estas vantagens via complementaridade setorial. Observa-se o aumento da imigração principalmente nas áreas comparáveis polarizadas pelas capitais e nas AC's Joinville, Blumenau, Itajaí, Criciúma e Tubarão (SC). A imigração de retorno registrou diminuição de suas participações relativas nestes estados, o que indica que o aumento dos imigrantes estava relacionado principalmente ao deslocamento de não naturais. Todavia, a atratividade das áreas comparáveis destes estados continuava a se limitar aos contextos regionais, visto que a grande maioria dos imigrantes tinha origem em seus estados limítrofes e/ou São Paulo.

O volume de emigrantes destes estados aumentou entre 1991 e 2000 e estes se dirigiam majoritariamente para áreas regionais comparáveis relativamente próximas, pertencentes a estados vizinhos. A capacidade de retenção populacional destas áreas manteve-se estável, pois seus residentes continuavam a realizar deslocamentos para regiões vizinhas em busca de oportunidades de emprego e renda. Ficava clara a preferência por deslocamentos dentro das próprias macrorregiões ou no máximo para São Paulo, nos casos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A intensificação destes fluxos secundários gerou trocas migratórias positivas para as regiões economicamente mais dinâmicas, exceto para a AC Porto Alegre, que continuou a registrar elevadas perdas migratórias. Havia algumas regiões que atraíam quantidade significativa de migrantes, mas que não conseguiam reter suas populações registrando, assim, trocas negativas. Este era o caso, por exemplo, da AC Chapecó. Em termos estaduais, Santa Catarina conseguiu aumentar suas trocas migratórias, Espírito Santo teve uma redução destas trocas e as perdas do Rio Grande do Sul se expandiram.

Os dados migratórios das áreas comparáveis do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul parecem indicar o início do esgotamento dos fluxos migratórios estimulados pela expansão da fronteira agrícola nacional. Os volumes de imigrantes e de emigrantes nestes estados tiveram variações opostas, inclusive nas áreas comparáveis nucleadas por Cuiabá e Campo

Grande. Esta última, inclusive, registrou trocas migratórias negativas no período, fato que não ocorreu nas décadas anteriores. As perdas migratórias destas áreas evidenciavam, não apenas a retração de suas respectivas capacidades de atração populacional, mas também da capacidade de retenção de seus residentes. Uma provável justificativa para estes resultados refere-se à intensificação da mecanização do setor agrícola no país. A expansão do setor agrícola, mais especificamente da agroindústria, tornava-se cada vez mais dependente do uso de técnicas intensivas em capital em detrimento das culturas tradicionais, cuja principal consequência foi a redução da absorção de mão de obra. As principais trajetórias destes estados ocorriam principalmente entre as AC's Campo Grande e Cuiabá e áreas comparáveis de São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais. O caráter regional destes fluxos foi mantido e a única exceção significativa era a continuidade dos fluxos com a AC Rondônia.

Em Goiás, a situação foi mais favorável, pois houve aumento expressivo dos imigrantes e pequena elevação do total de emigrantes, cujo resultado foi a elevação de suas trocas migratórias. A maior parte das áreas regionais comparáveis do estado conseguiu atrair um volume de imigrantes que compensou a incapacidade de retenção populacional, especialmente nas AC's Goiânia, Entorno de Brasília, Ceres-Anápolis, Sudoeste de Goiás e Anicuns. As trajetórias destas áreas comparáveis eram mais amplas espacialmente e envolviam regiões do Pará (Santarém-Altamira-Marabá e Belém), Tocantins (Palmas), Maranhão (Alto Mearim e Grajaú e Imperatriz), Bahia (Barreiras, Santa Maria da Vitória e Irecê), Minas Gerais (Uberlândia, Belo Horizonte e outras regiões do estado), São Paulo (áreas dispersas pelo estado), Mato Grosso (Cuiabá) e AC Brasília. O Distrito Federal continuou a apresentar trocas migratórias negativas: sua capacidade de retenção populacional continuava limitada e mesmo a elevação de sua atratividade (aumento dos imigrantes) não foi suficiente para reverter esta situação. Além disso, os fluxos migratórios de e para o Distrito Federal tornavam-se menos concentrados espacialmente.

Ressalta-se que a contribuição da migração de retorno para as trajetórias migratórias de e para as áreas comparáveis da região central do Brasil era menos expressiva.

Os fluxos migratórios da região Norte também intensificaram suas características locais; a migração de retorno cresceu, mas continuava a ser pouco expressiva, exceto no Pará e em Tocantins. Os estados que mais atraíram migrantes eram Amazonas, Amapá, Roraima e Tocantins, especialmente para as áreas comparáveis polarizadas por suas capitais. O

número de emigrantes caiu apenas em Rondônia. A região continuou a apresentar trocas migratórias positivas, exceto no Acre, cujo resultado foi praticamente nulo, e no Pará, cujo desempenho em 2000 parece indicar a diminuição de sua capacidade de atrair migrantes. De forma geral, a região Norte continuou a ser uma área de atração de migrantes, beneficiada pela extensão do processo de urbanização de seu território (BECKER, 1998).

As principais regiões de origem e destino dos migrantes do Nordeste do Brasil sofreram poucas alterações em comparação à década anterior (emigrantes destinavam-se majoritariamente para áreas regionais comparáveis de São Paulo e Rio de Janeiro e imigrantes provinham destas regiões ou de estados vizinhos). A principal alteração destas trajetórias nos anos 2000 está relacionada à continuidade dos deslocamentos de retorno, ora estimulados pelo congestionamento dos centros urbanos do Sudeste, ora pelo surgimento de polos de desenvolvimento na própria região. A generalização de seus arranjos produtivos, com atividades voltadas principalmente para setores da indústria tradicional e agropecuários (intensivos em trabalho), atrelada às dificuldades de inserção dos trabalhadores menos qualificados nos mercados de trabalho da região Sudeste, dinamizou, ainda que de forma restrita e concentrada, as economias locais e, consequentemente, afetou seus fluxos migratórios.

A quantidade de imigrantes cresceu em diversas áreas comparáveis da região entre 1991 e 2000. Este aumento pode ser interpretado de duas formas. No primeiro caso, é considerado um reflexo do aumento da atratividade local, viabilizado pela expansão de atividades econômicas nas aglomerações produtivas que surgiam na região (LIMA, 2004), cuja dinâmica atraía tanto indivíduos naturais da região quanto não naturais. Alguns exemplos são os polos têxteis e de calçados (Fortaleza, Sobral e agreste pernambucano), de fruticultura irrigada (Petrolina, Vale do Açu e Baixo Jaguaribe), extrativos minerais (Imperatriz), agroindustriais (Cariri) e petroquímicos (região metropolitana de Salvador). No segundo caso, considera-se que o deslocamento foi impulsionado pelas dificuldades de inserção individual dos migrantes nordestinos nos mercados de trabalho das regiões mais desenvolvidas do país. A baixa qualificação (média) destes indivíduos e o congestionamento de seus tradicionais destinos, com a elevação de suas taxas de desocupação, especialmente na segunda metade da década de 1990, dificultavam a obtenção de emprego e estimulavam o retorno à região.

Simultaneamente, observa-se que a quantidade de emigrantes aumentou em quase todos os estados da região (exceto em Ceará e Pernambuco), indicando que, muito provavelmente, suas respectivas capacidades de retenção populacional permaneciam pouco significativas. Além disso, o caráter inercial destas trajetórias, estimulado pelas redes de contato entre migrantes e não migrantes, nas origens e nos destinos, tendia a intensificar os deslocamentos para fora da região. A emigração continuava tão expressiva que mesmo entre suas áreas mais dinâmicas, apenas as AC's Natal, Aracaju, João Pessoa e Fortaleza verificaram trocas migratórias positivas no período. No caso de Fortaleza, foi a primeira vez que este resultado foi observado desde 1980.

A intensificação dos fluxos secundários nestas áreas comparáveis contribuiu para a diminuição das elevadas trocas migratórias negativas de alguns estados da região, como Ceará e Paraíba. Contudo, ainda foi insuficiente para alterar a função de reservatório de mão de obra da região, especialmente de suas áreas menos dinâmicas, como Maranhão e Piauí (inclusive suas capitais e áreas de influência) e áreas comparáveis localizadas no agreste e sertão (Crateús, Quixeramobim, Seridó, etc.).

Um fator que pode ter contribuído para a consolidação das trajetórias secundárias (regionais) no país foi a generalização das políticas de desenvolvimento local. A década de 1990 é marcada pela intensificação da concessão de incentivos fiscais e financeiros ao setor privado pelos governos estaduais, que competiam entre si por estes investimentos, fossem eles nacionais ou internacionais (VARSANO, 1997). A ausência de medidas federais que diminuíssem as disparidades regionais do país estimulou um verdadeiro leilão de incentivos ao setor privado, cujo resultado favorecia os estados e/ou as áreas regionais comparáveis que possuíam maior capacidade fiscal e melhor infraestrutura logística. As regiões "vencedoras" deste processo eram beneficiadas por novos investimentos, que geravam emprego e renda e atraíam elevado montante populacional (PRADO, 1999a). Analisando a literatura sobre este tema (PRADO, 1999b; LIMA e LIMA, 2010), é possível observar que alguns dos estados que mais recorreram a este tipo de incentivo (Minas Gerais, Paraná e estados do Nordeste) conseguiram elevar suas trocas migratórias (ou

reduzir suas perdas), o que parece indicar uma relação positiva entre este instrumento e a atratividade/retenção populacional[78].

Ressalta-se que este período fornece os primeiros indícios do aumento da importância das cidades médias para a intensificação das trajetórias migratórias secundárias no Brasil (BRITO, 2006). Observa-se que o volume de migrantes em direção às áreas regionais comparáveis polarizadas por cidades médias aumenta, especialmente na região centro-sul do país. A atratividade destas cidades é justificada por seu relativo dinamismo econômico e pela ausência das deseconomias de aglomeração observadas nos grandes centros urbanos metropolitanos (THOMPSON e SERRA, 2001).

A análise dos microdados do censo demográfico 2000 indica que o padrão migratório dominante no Brasil continuava a ser o mesmo observado nos períodos precedentes: os deslocamentos mais expressivos ocorriam entre os estados da região Nordeste e Minas Gerais (origens) e o estado de São Paulo (destino). O componente inercial deste fluxo, alimentado pelas elevadas disparidades regionais que persistem no país e por redes de contato entre migrantes e não migrantes, dificultava mudanças expressivas na dinâmica dos deslocamentos da população brasileira. Apesar da manutenção deste padrão, é possível observar que alterações vêm ocorrendo de forma contínua nestes deslocamentos. Há, claramente, uma redução da magnitude dos fluxos migratórios dominantes no país em prol de fluxos secundários, que tendem a privilegiar os contextos macrorregionais. Além disso, estados e áreas comparáveis tradicionalmente emissoras de migrantes, como Minas Gerais, conseguiram diminuir suas perdas migratórias ou mesmo obter trocas positivas entre 1991 e 2000. Os dados indicam uma possível transição dos padrões migratórios brasileiros, viabilizada pelo crescimento das cidades médias e pela intensificação da migração de retorno, como destacado por BRITO e CARVALHO, (2006), BRITO (2006) e BAENINGER (2008). Neste contexto, novas regiões de destino dos migrantes brasileiros se consolidam e tornam-se cada vez mais dinâmicas.

[78] Pode-se argumentar que sem a adoção de medidas locais compensatórias, as interações entre migração e desenvolvimento provavelmente intensificariam o esvaziamento de regiões menos desenvolvidas do país.

5.4.2 A migração intraestadual e os efeitos da interiorização da urbanização sobre suas respectivas regiões de origem e destino

Os deslocamentos individuais de curta distância (origem e destino) continuavam a se direcionar majoritariamente para as áreas regionais comparáveis nucleadas pelas capitais estaduais. Estas áreas apresentaram trocas migratórias positivas no período, exceto nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Assim como para os deslocamentos de longa distância, foi possível observar o aumento da importância de regiões secundárias como polos receptores de migrantes, capazes, inclusive, de reter suas populações.

Estes movimentos intraestaduais secundários apresentaram padrões regionais distintos. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto Goiás), estes fluxos eram pouco expressivos quando comparados aos fluxos primários e ocorriam de forma isolada. Alguns exemplos são as áreas comparáveis de Santarém-Altamira-Marabá (PA), Imperatriz (MA), Cariri e Sobral (CE), Mossoró-Vale do Açu (RN), Campina Grande (PB), Petrolina e Suape (PE), Barreiras e Porto Seguro (BA).

Nos estados das regiões Sul e Sudeste, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, estes fluxos secundários eram mais expressivos e envolviam maior número de localidades. Neste caso podem ser citadas as áreas comparáveis de Uberlândia, Uberaba, Sete Lagoas, Ipatinga e Juiz de Fora (MG), Lagos, Macaé e Itaguaí (RJ), Maringá e Londrina (PR), Joinville, Blumenau, Itajaí e Criciúma (SC), Campinas, Moji das Cruzes, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Guarulhos, Osasco e várias outras regiões paulistas. A situação do estado de São Paulo era bastante peculiar, pois havia uma intensa troca de migrantes entre a AC São Paulo e as demais regiões do estado, cujo resultado favorecia áreas comparáveis nucleadas por cidades médias de intenso crescimento industrial.

As trajetórias migratórias que ocorriam nos contextos intraestaduais evidenciavam, tanto quanto os deslocamentos de longa distância, o aumento da importância das cidades médias como regiões absorvedoras de migrantes. Mais especificamente, estes fluxos demonstravam que regiões extremamente urbanizadas apresentavam desvantagens para os migrantes potenciais, pois seus custos de congestionamento eram muito elevados. O deslocamento para uma grande metrópole implicava maior grau de concorrência por postos de trabalho, o que poderia dificultar o ajustamento do migrante ao novo contexto social.

Além disso, o próprio congestionamento urbano tornava a localidade incapaz de absorver uma quantidade elevada de migrantes, deixando-os à margem da sociedade.

As cidades médias, em contrapartida, tornavam-se cada vez mais dinâmicas, gerando diversas oportunidades de renda e emprego, sem experimentar os elevados custos das grandes aglomerações urbanas. Estas regiões possuíam a infraestrutura logística necessária para o desenvolvimento de diferentes atividades produtivas e não sofriam com os tradicionais problemas das grandes metrópoles, como as pressões sobre os sistemas de transporte, saneamento básico, educação, saúde, habitação, etc.

A interiorização do processo de urbanização no Brasil estimulou o surgimento e a consolidação de novas regiões absorvedoras de migrantes no país, dinamizando suas trajetórias migratórias de curta distância. Os migrantes começavam a deixar os grandes centros urbanos metropolitanos em direção às regiões nucleadas por cidades médias.

Por fim, ressalta-se que a quantidade de migrantes intraestaduais diminuiu em alguns estados entre 1991 e 2000 (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul). Um argumento que pode ser utilizado para explicar esta redução é a diminuição dos custos de transporte no período. A facilidade para realizar deslocamentos de longa distância pode ter desestimulado fluxos migratórios intraestaduais em prol dos fluxos interestaduais. Quando os deslocamentos de curta distância são considerados etapas dos deslocamentos de longa distância, é natural imaginar que reduções dos custos de transporte individual implicariam diminuições dos fluxos intraestaduais. Ao invés de migrar para a capital de seu estado (destino intermediário) e em uma etapa posterior migrar para uma região de outro estado (destino final), o indivíduo agora pode se deslocar diretamente para seu destino final.

5.5 O padrão migratório brasileiro entre 2000 e 2010

Apesar da estabilidade econômica alcançada ao longo da década de 1990, as principais características da economia brasileira nos primeiros anos do século XXI continuavam a ser o elevado desemprego, o baixo dinamismo econômico e a limitada abrangência das políticas regionais (IPEA, 2010b). O principal objetivo das políticas econômicas continuava a ser a manutenção das expectativas dos agentes financeiros em relação à estabilidade das regras implementadas no final dos anos 1990 (câmbio flutuante, metas de

inflação e de superávit primário), garantindo, assim, a credibilidade do país no mercado internacional.

A partir de 2005, houve a retomada do debate sobre o desenvolvimento econômico e a importância da participação estatal para estimular um novo padrão de crescimento nacional. A segunda metade da década é caracterizada pela estabilidade de preços, com redução da dívida pública e a adoção de políticas sociais de combate à miséria e à desigualdade social, bem como pela retomada dos investimentos públicos em infraestrutura (energia, transportes, habitação popular, etc.) via Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A estratégia adotada para minimizar as disparidades sociais no país baseou-se na recuperação do salário mínimo e na ampliação dos gastos públicos destinados a aposentadorias e pensões e às transferências de recursos para famílias de baixa renda.

O principal resultado destas políticas foi o aumento da demanda interna e, consequentemente, do crescimento econômico (via efeitos multiplicadores sobre a produção, o emprego e a renda), cuja taxa média anual entre 2006 e 2009 foi aproximadamente 3,7% (IPEA, 2010b)[79]. As melhores condições econômicas internas estimularam o mercado de trabalho, aumentando a quantidade de pessoas ocupadas e reduzindo a informalidade, bem como tornaram o país menos vulnerável às crises externas (ex. crise financeira internacional de 2008).

É interessante ressaltar que nos últimos anos as regiões menos desenvolvidas do país têm crescido a taxas superiores à média nacional, estimuladas, inclusive, por investimentos específicos para a região (ex. construção de estaleiros e refinaria de petróleo em Pernambuco), o que poderá contribuir para a diminuição das disparidades regionais no país. Contudo, estas regiões continuam a apresentar indicadores socioeconômicos inferiores à média do país, o que demonstra a relativa estabilidade da dinâmica regional brasileira (a atividade produtiva continua concentrada em poucas regiões e setores do país). Além disso, a questão regional não se limita às escalas macrorregionais, pois é possível observar elevadas disparidades de renda e oportunidades dentro das próprias regiões. Estes aspectos evidenciam que a retomada do planejamento regional, além do campo teórico (vide Política Nacional de Desenvolvimento Regional elaborada pelo Ministério da

[79] Entre 1995 e 2003 esta taxa foi de aproximadamente 2,2% (IPEA, 2010b).

Integração Nacional), é essencial para manter a coesão nacional e estimular o desenvolvimento de longo prazo (ARAÚJO, 2007). Neste cenário, as cidades médias emergem como catalisadoras do desenvolvimento, apesar de não ocorrerem alterações significativas na configuração urbana brasileira (REGIC, 2008).

As tendências da economia brasileira na última década geraram reflexos diretos sobre os movimentos migratórios de sua população. As taxas de crescimento mais elevadas verificadas em suas regiões mais pobres podem funcionar como fatores de retenção populacional nas regiões de origem dos migrantes ou mesmo estimular um contrafluxo migratório (de retorno ou não). Simultaneamente, a retomada do crescimento (ou ao menos a estabilidade) nas regiões centrais do país (centro-sul) pode estimular a atração de indivíduos que buscam oportunidades de renda e emprego e/ou a manutenção de padrões anteriores.

A Tabela 10 (p.170) apresenta informações gerais sobre as migrações internas no Brasil entre 2000 e 2010. A matriz migratória interestadual por UF pode ser consultada na Tabela A10 (APÊNDICE A). A Tabela E1 do Apêndice B descreve os deslocamentos populacionais de longa distância (interestaduais) por área regional comparável. As matrizes migratórias intraestaduais (curta distância) por áreas regionais comparáveis podem ser visualizadas nas Tabelas E2 a E25 (APÊNDICE B). A análise destas matrizes permite identificar as principais regiões de origem e destino dos migrantes internos no Brasil, demonstrando quais trajetórias são mais significativas atualmente.

As Figuras 13 a 14 demonstram a distribuição regional dos imigrantes e emigrantes e a variação das trocas migratórias por área regional comparável no Brasil em 2010.

Tabela 10 – Migração interna por estado (Brasil, 2010)

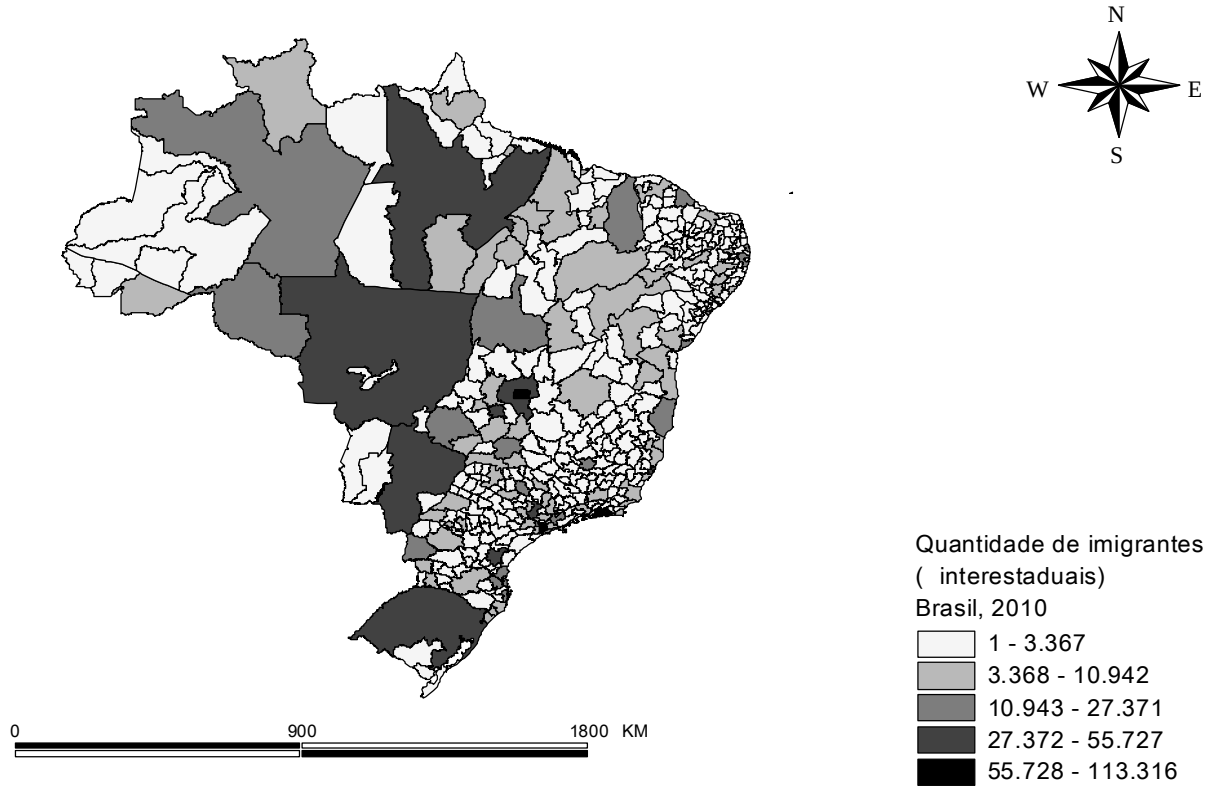
	Migração interestadual					Migração intraestadual		Migração de retorno			
	Imigrantes	**(%)**	**Emigrantes**	**(%)**	**Saldo***	**Migrantes**	**(%)**	**Interestadual**	**(%)**	**Intraestadual**	**(%)**
RO	27.371	1,56%	19.495	1,11%	7.876	-	-	1.756	0,39%	-	-
AC	5.682	0,32%	5.168	0,30%	514	2.388	0,14%	790	0,18%	274	0,14%
AM	26.587	1,52%	19.587	1,12%	7.000	5.823	0,35%	2.517	0,56%	762	0,39%
RR	9.100	0,52%	4.565	0,26%	4.535	-	-	539	0,12%	-	-
PA	58.551	3,34%	66.026	3,77%	-7.475	59.821	3,61%	9.968	2,23%	6.629	3,42%
AP	11.693	0,67%	5.277	0,30%	6.416	1.827	0,11%	839	0,19%	126	0,07%
TO	29.899	1,71%	25.793	1,47%	4.106	10.197	0,62%	4.709	1,06%	585	0,30%
MA	38.869	2,22%	74.616	4,26%	-35.747	39.177	2,37%	18.031	4,04%	5.055	2,61%
PI	26.461	1,51%	43.938	2,51%	-17.477	3.796	0,23%	13.518	3,03%	594	0,31%
CE	44.752	2,56%	57.405	3,28%	-12.653	54.439	3,29%	24.553	5,50%	10.304	5,32%
RN	27.787	1,59%	20.335	1,16%	7.452	39.866	2,41%	9.753	2,19%	5.169	2,67%
PB	37.904	2,17%	39.978	2,28%	-2.074	25.345	1,53%	18.564	4,16%	4.055	2,09%
PE	57.958	3,31%	78.011	4,46%	-20.053	60.453	3,65%	25.788	5,78%	7.209	3,72%
AL	21.639	1,24%	40.812	2,33%	-19.173	23.142	1,40%	9.932	2,23%	3.115	1,61%
SE	20.459	1,17%	15.281	0,87%	5.178	18.506	1,12%	5.989	1,34%	2.604	1,34%
BA	91.077	5,20%	146.647	8,38%	-55.570	111.357	6,73%	40.874	9,16%	15.485	7,99%
MG	148.893	8,51%	151.682	8,66%	-2.789	197.875	11,96%	53.166	11,92%	28.973	14,96%
ES	52.255	2,99%	28.027	1,60%	24.228	36.420	2,20%	8.497	1,90%	3.466	1,79%
RJ	102.629	5,86%	115.413	6,59%	-12.784	106.320	6,42%	22.034	4,94%	10.981	5,67%
SP	327.454	18,71%	313.819	17,93%	13.635	533.632	32,24%	59.402	13,32%	52.740	27,23%
PR	109.398	6,25%	119.978	6,85%	-10.580	133.945	8,09%	39.066	8,76%	15.223	7,86%
SC	122.692	7,01%	55.559	3,17%	67.133	83.505	5,05%	17.830	4,00%	8.665	4,47%
RS	44.833	2,56%	83.287	4,76%	-38.454	17.291	1,04%	20.271	4,54%	3.238	1,67%
MS	42.971	2,45%	33.370	1,91%	9.601	16.168	0,98%	7.029	1,58%	1.466	0,76%
MT	57.463	3,28%	47.751	2,73%	9.712	5.266	0,32%	3.651	0,82%	312	0,16%
GO	133.011	7,60%	61.687	3,52%	71.324	68.563	4,14%	20.847	4,67%	6.657	3,44%
DF	73.181	4,18%	77.062	4,40%	-3.881	-	-	6.136	1,38%	-	-
Brasil	**1.750.569**	**100%**	**1.750.569**	**100%**	-	**1.655.122**	**100%**	**446.049**	**100%**	**193.687**	**100%**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2010.

(*) A diferença entre imigrantes e emigrantes é considerada proxy do saldo migratório estadual.

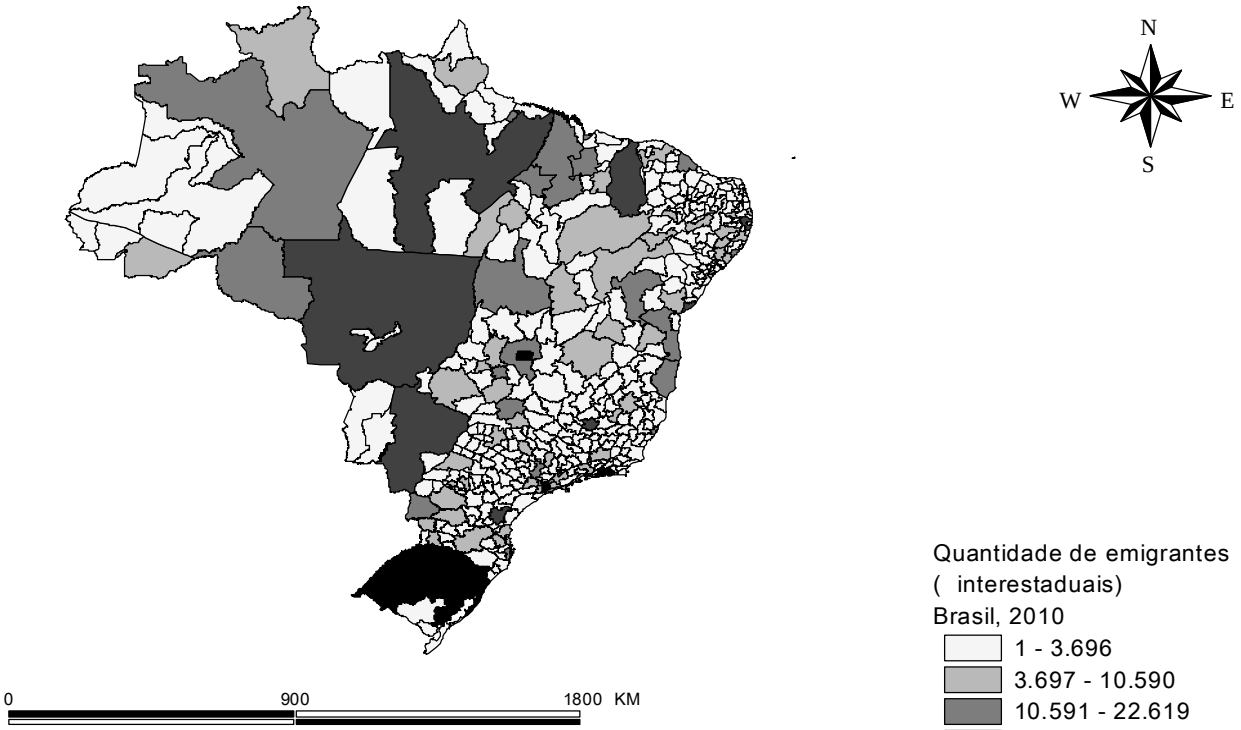
OBS: Rondônia e Acre não possuem observações intraestaduais porque a recomposição territorial gerou apenas uma área regional comparável para o período.

Figura 13 – Quantidade de imigrantes por área regional comparável (Brasil, 2010)



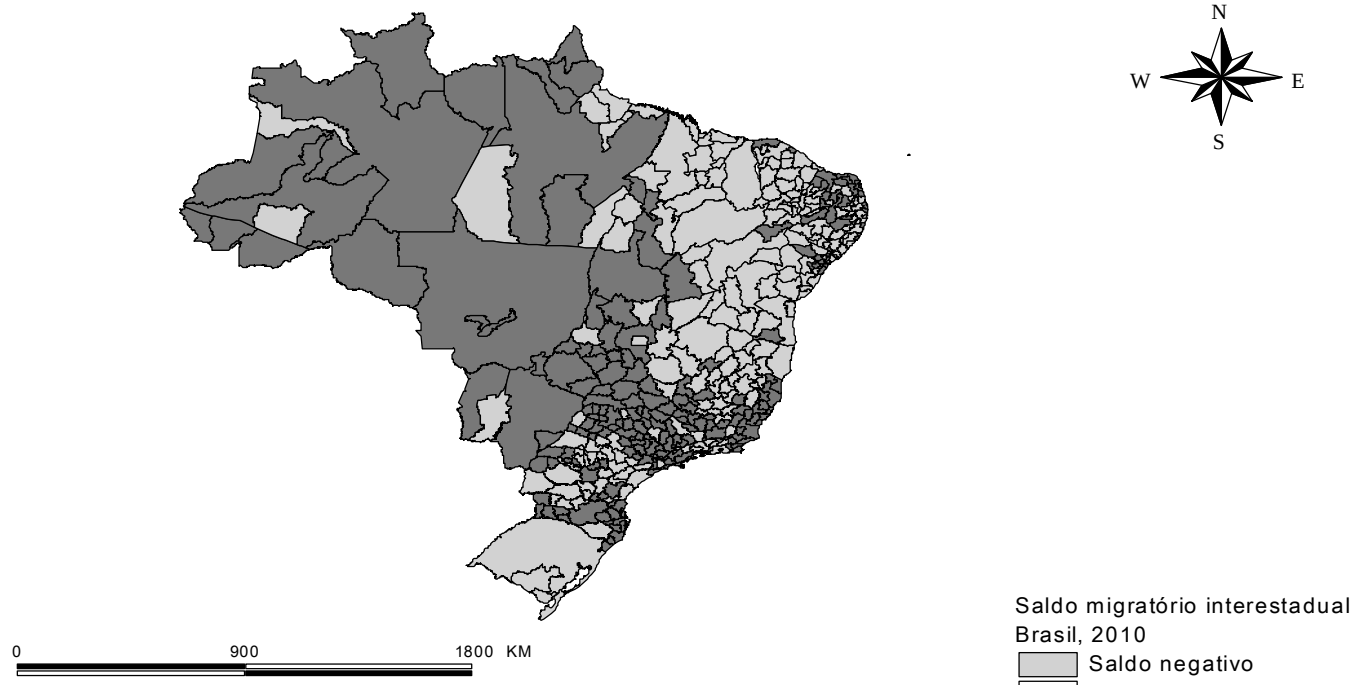
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010.
OBS: critério de migração é uma Proxy para Data Fixa.

Figura 14 – Quantidade de emigrantes por área regional comparável (Brasil, 2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010.
OBS: critério de migração é uma Proxy para Data Fixa.

Figura 15 – Trocas migratórias por área regional comparável (Brasil, 2010)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010.
OBS: critério de migração é uma proxy para Data Fixa.

5.5.1 A migração interestadual: surge um novo padrão migratório no Brasil?

Os microdados do Censo Demográfico 2010 confirmam a continuidade das mudanças nos padrões migratórios iniciadas nos últimos anos do século XX. A análise e a interpretação dos dados corroboram o recrudescimento da importância das trajetórias migratórias secundárias (regionais) no país, ainda que o enfraquecimento dos fluxos dominantes continue a ocorrer em ritmo não muito expressivo.

A consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas ao longo dos últimos anos foi essencial para este processo (BAENINGER, 2008). O crescimento das cidades médias e a periferização dos grandes centros urbanos estimularam deslocamentos em sua direção, de tal forma que a migração para as grandes metrópoles diminuiu em prol das regiões urbanas não metropolitanas (BRITO, 2006). Estas regiões, inclusive, apresentaram taxas de crescimento econômico mais expressivas do que as grandes metrópoles na primeira década dos anos 2000, cujo principal resultado foi a expansão do emprego, especialmente nos setores industriais e terciários (IPEA, 2010b). Esta expansão estimulou a atratividade destas regiões (migração da mão de obra), o que contribuiu para a elevação de suas taxas de crescimento demográfico no período analisado.

Em contrapartida, a manutenção das elevadas disparidades regionais continua a limitar a expansão das trajetórias migratórias secundárias no país. O padrão migratório dominante no Brasil desde meados dos anos 1960 (Nordeste-Sudeste) é caracterizado por sua elevada inter-relação com a questão regional brasileira. Além disso, este padrão possui um componente inercial, estimulado pelas redes de contato entre migrantes e não migrantes, residentes, respectivamente, nos destinos e nas origens. Estas características tornam mais difíceis alterações nestes padrões, pois quaisquer melhorias socioeconômicas nos tradicionais destinos dos migrantes internos brasileiros tendem a manter e/ou reforçar a atratividade destas regiões.

As trajetórias observadas a partir das matrizes migratórias interestaduais de 2010 (por UF e por área regional comparável) evidenciam os deslocamentos individuais resultantes destas duas tendências principais. A maior proporção de imigrantes continua a se direcionar para as áreas regionais comparáveis responsáveis pela maior parcela da renda nacional. Estas regiões continuam a se localizar majoritariamente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, porém, cresce a importância dos destinos situados em Minas Gerais, Paraná, Goiás

e Santa Catarina. Simultaneamente, as regiões de origem destes indivíduos tornaram-se mais dispersas, sendo possível observar a diminuição da emigração de áreas que tradicionalmente expulsavam suas populações, como Minas Gerais, Paraná e alguns estados da região Nordeste.

Em São Paulo, observa-se que a área regional comparável polarizada por sua capital continua a atrair uma quantidade cada vez menos expressiva de migrantes. Todavia, o volume de emigrantes desta região diminuiu (e, consequentemente, sua perda migratória), o que indica uma recuperação de sua capacidade de retenção populacional. Áreas comparáveis de porte elevado, como Campinas, Osasco, Guarulhos, Santos e Moji das Cruzes, continuam a receber elevado volume de imigrantes, mas há uma pequena queda em relação a 2000. Suas trocas migratórias mantêm-se positivas, pois o volume de emigrantes tem pequena variabilidade em relação ao período anterior. As áreas comparáveis de São José dos Campos e Ribeirão Preto continuam a atrair elevado montante de imigrantes e a reter suas populações, obtendo trocas migratórias positivas e expressivas. Por fim, uma série de regiões paulistas de menor porte, como São José do Rio Preto, Bragança Paulista, Jaú, Bauru, São Carlos, Limeira, Piracicaba e Araraquara, verificam um aumento sutil da quantidade de imigrantes e da capacidade de retenção populacional. Esta informação corrobora a hipótese da importância das cidades médias para as alterações dos padrões migratórios brasileiros.

As origens dos imigrantes paulistas continuam dispersas pelo território nacional, mas os fluxos oriundos da região Nordeste ainda representam aproximadamente 50% destes imigrantes, seguidos de Minas Gerais (17,3%) e Paraná (10%). Os emigrantes paulistas dirigem-se majoritariamente para áreas regionais comparáveis de Minas Gerais, Paraná, Nordeste e Rio de Janeiro, especialmente para suas capitais, reflexo da elevada participação dos emigrantes de retorno neste fluxo. Contudo, é preciso salientar que a emigração de retorno em São Paulo diminuiu relativamente (de 49% em 2000 para 42% em 2010), o que significa que mais naturais estão deixando o estado.

A elevação da atratividade de regiões de médio porte é ainda mais clara quando são analisadas as informações sobre os fluxos migratórios fluminenses. A principal área comparável deste estado, a AC Rio de Janeiro, continuou a verificar uma diminuição dos imigrantes e um aumento dos emigrantes (redução das capacidades de atração e retenção populacional), cujo resultado mais expressivo foi a elevação de suas perdas migratórias.

Em contrapartida, outras regiões do estado, como as AC's Macaé, Três Rios, Campos dos Goytacazes, Lagos, Barra de São João, Ilha Grande e Itaguaí, passam a atrair uma quantidade mais elevada de imigrantes. A contribuição destas regiões para o resultado estadual foi tão importante, que o volume de imigrantes no estado atingiu níveis recordes no período analisado.

As áreas comparáveis fluminenses continuam a atrair indivíduos de todas as regiões do país e suas principais origens continuam a ser as AC's de São Paulo, Minas Gerais, Nordeste (Bahia, Paraíba, Ceará e Pernambuco)[80], Brasília, Porto Alegre e Belém. Houve, inclusive, um pequeno aumento da migração de retorno para as áreas comparáveis do Rio de Janeiro (volta de naturais para o estado). Os principais destinos dos migrantes do Rio de Janeiro eram as AC's de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Brasília. Nos dois primeiros casos, os emigrantes dirigiam-se para regiões variadas destes estados; nos demais, o deslocamento ocorria principalmente em direção às áreas comparáveis polarizadas pelas capitais estaduais e estava relacionado ao retorno individual.

Os fluxos migratórios de e para São Paulo e Rio de Janeiro são um indício de que a estabilidade econômica da última década contribuiu para diminuir o ritmo de expansão de mudanças espaciais mais amplas nos padrões migratórios brasileiros. Em um cenário menos incerto, em termos de oportunidades de emprego, e de expansão de programas sociais, em especial de transferência de renda, a efetivação da migração para áreas cujo histórico de crescimento econômico é favorável envolve menos riscos. O caráter inercial do padrão migratório dominante no Brasil favoreceu, em alguma medida, a expansão dos fluxos migratórios para áreas comparáveis polarizadas por cidades médias destes estados. Em outras palavras, as perdas das AC's São Paulo e Rio de Janeiro ocorreram, principalmente, em prol de cidades médias vizinhas a estas regiões. O redirecionamento dos deslocamentos populacionais para outros estados foi, neste sentido, limitado pela elevada capacidade de atração das regiões que historicamente impulsionaram o desenvolvimento da economia brasileira.

[80] As origens nestes estados tornam-se cada vez mais dispersas devido à facilidade de deslocamento direto para o Rio de Janeiro, viabilizada pela continuidade da redução dos custos de transporte no país.

Este fato não interrompeu completamente as transformações nas trajetórias migratórias secundárias. Diversas áreas comparáveis dos demais estados da região centro-sul do país continuam a ganhar importância como novos destinos dos migrantes. A dinamização destas regiões, viabilizada pela continuidade da desconcentração das atividades produtivas e pelo crescimento das cidades médias, estimulou as capacidades locais de atração e retenção populacional. Houve casos, inclusive, de diminuição dos fatores que contribuíam para a repulsão da população.

Em Minas Gerais, observa-se uma redução da quantidade de imigrantes em sua região mais dinâmica, a AC Belo Horizonte, que registra trocas migratórias negativas pela primeira vez no período analisado. As áreas comparáveis Uberlândia, Juiz de Fora e Poços de Caldas continuam a atrair elevado montante de migrantes, mas também há uma pequena redução em relação a 2000. Em contrapartida, áreas regionais comparáveis polarizadas por cidades médias, como Uberaba, Alfenas, Varginha, Frutal, Ituitaba, Araxá e Ubá, aumentam (ou mantêm estável) a quantidade de imigrantes e as trocas migratórias, o que evidencia a elevação de seus respectivos níveis de atratividade e/ou retenção populacional. Entre os migrantes que se dirigiam para estas regiões, observa-se uma diminuição da importância relativa dos fluxos de retorno (queda de 10 p.p em relação à década anterior), que pode ser interpretada como um resultado do aumento da atratividade das regiões mineiras para migrantes não naturais.

Os imigrantes das áreas regionais comparáveis mineiras continuam a vir principalmente do estado de São Paulo, mais especificamente da AC São Paulo, porém, esta importância diminuiu entre 1980 e 2010. O mesmo pode ser observado em relação aos migrantes oriundos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Ainda que não seja muito expressiva, é importante destacar a elevação da capacidade das regiões mineiras para atrair migrantes de regiões cada vez mais distantes, como de áreas comparáveis do Nordeste e Sul. Os emigrantes de Minas Gerais continuam a se deslocar para estados vizinhos, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo e Bahia. Os fluxos com as AC's Campo Grande e Cuiabá parecem ganhar importância.

O estado de Minas Gerais voltou a registrar trocas migratórias negativas em 2010 (não muito expressivo), muito provavelmente devido à continuidade da falta de atratividade das áreas regionais comparáveis localizadas no norte do estado, que continuam a ser emissoras de migrantes. Apesar do resultado aparentemente desfavorável, o estado parece finalmente

ter rompido o papel de reservatório de mão de obra da indústria paulista, pois os fluxos entre as áreas regionais comparáveis destes dois estados perderam importância no período analisado em prol de trajetórias secundárias, mantidas com outros estados. Além disso, as regiões mineiras começam a atrair migrantes de regiões cada vez mais distantes.

O estado do Paraná continua a registrar trocas migratórias negativas, porém menos expressivas. A diminuição das perdas migratórias estaduais foi viabilizada, principalmente, pela dinâmica migratória de áreas comparáveis de pequeno e médio portes que conseguiram reverter seus resultados entre 2000 e 2010. As AC's Umuarama, Paranavaí, Capanema, Cianorte e Astorga, regiões do estado que tradicionalmente expulsavam migrantes, passam a registrar trocas migratórias positivas, reflexo da elevação de suas respectivas capacidades de retenção e atração populacional. As regiões de Curitiba, Londrina e Maringá, continuam a receber elevada quantidade de imigrantes, mas sua atratividade cresce em menor ritmo do que a das regiões polarizadas por cidades médias, cujo resultado foi o decréscimo do volume de imigrantes em comparação a 2000. Simultaneamente, algumas regiões do estado, como Goioerê e Foz do Iguaçu, permanecem como tradicionais origens dos emigrantes paranaenses.

Assim como ocorreu em Minas Gerais, os fluxos migratórios entre as áreas comparáveis do Paraná e de São Paulo perdem importância relativa entre 2000 e 2010 em prol de seus fluxos secundários. Mais especificamente, cai a proporção de imigrantes oriundos de São Paulo (de 46% para 41%) e de emigrantes que se dirigiam para este estado (de 38% para 27%), enquanto aumentam as proporções das trocas migratórias com áreas comparáveis de Santa Catarina (majoritariamente), Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em outras palavras, há indícios de enfraquecimento das trajetórias migratórias com o principal polo dinâmico do país. A expansão econômica de diversas áreas comparáveis vizinhas ao estado de São Paulo redirecionou o fluxo de emigrantes paranaenses, pois suas regiões de destino começavam a se deslocar para áreas comparáveis de outros estados, ainda restritas ao seu espaço macrorregional, porém, mais dispersas do que nos períodos anteriores. Simultaneamente, as áreas comparáveis do Paraná expandiam seu poder de atração populacional, pois aumentavam as proporções de imigrantes oriundos das regiões nordeste e norte do país em seus territórios (valores não muito expressivos, mas em trajetória de crescimento). A proporção de imigrantes de retorno no Paraná

também teve uma pequena redução da importância relativa, mais um indício da elevação de sua atratividade (imigração de não naturais foi maior do que a imigração de naturais).

As trajetórias migratórias das áreas regionais comparáveis de Santa Catarina evidenciam a continuidade do recrudescimento dos fluxos secundários no Brasil. Em praticamente 100% destas regiões houve aumento da quantidade de imigrantes, viabilizada pelo elevado dinamismo econômico do estado no período. As áreas comparáveis que mais atraem imigrantes são Florianópolis, Itajaí, Joinville, Blumenau e regiões polarizadas por cidades médias, como Chapecó, Criciúma, Tubarão, São Miguel D'Oeste, Araranguá e Joaçaba. Estas últimas regiões emergem como novos destinos dos imigrantes que se dirigem ao estado, bem como aumentam suas capacidades de retenção populacional. Os fluxos migratórios são compostos majoritariamente por deslocamentos entre áreas comparáveis dos estados da região sul (dispersos); é possível observar a diminuição da importância dos fluxos com áreas comparáveis de São Paulo e do Rio de Janeiro (capitais, inclusive) e a intensificação das trajetórias que englobam áreas comparáveis das regiões Nordeste. As AC's catarinenses tornam-se mais atrativas para imigrantes de origens cada vez mais longínquas, todavia, seus emigrantes continuam a se deslocar de forma limitada, restringindo-se principalmente ao contexto macrorregional. Entre 2000 e 2010, apenas uma AC do estado obteve trocas migratórias negativas (Campos de Lages).

Ainda em relação à região Sul, apenas a área regional comparável Porto Alegre continua a registrar elevadas perdas migratórias. Entre 2000 e 2010, há uma manutenção da quantidade de imigrantes e uma elevação significativa da quantidade de emigrantes desta área comparável, cujo principal resultado reflete-se em trocas migratórias negativas superiores às observadas em 1980. Aparentemente, esta região e, consequentemente, o estado, são incapazes de reter sua população, sendo caracterizados como zonas de expulsão populacional (a proximidade de áreas de intenso dinamismo dificulta a permanência de sua população). Como a baixa capacidade de retenção de migrantes não é compensada por fatores de atração populacional, a reversão das trocas migratórias é inviabilizada. As trajetórias migratórias das áreas comparáveis do Rio Grande do Sul continuam a ocorrer majoritariamente no contexto macrorregional, mas é possível observar o aumento dos fluxos com áreas comparáveis localizadas no nordeste e em Minas Gerais (polarizadas pelas capitais, principalmente) em detrimento dos fluxos mantidos com as AC's de São Paulo e do Paraná.

Após um período não muito favorável em termos de atratividade populacional (1991-2000), as áreas comparáveis de Campo Grande e Cuiabá voltam a atrair montante significativo de imigrantes e a registrar certa estabilidade do volume de emigrantes. As mesmas observações podem ser realizadas em relação às demais áreas comparáveis do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, todavia, seus fluxos migratórios são bem menos expressivos. A dinâmica migratória destes estados continua vinculada ao desenvolvimento do agronegócio no país, cuja evolução está extremamente vinculada ao comportamento dos mercados externos. Os fluxos migratórios das áreas comparáveis do Mato Grosso do Sul são mais concentrados espacialmente do que os fluxos migratórios das AC's do Mato Grosso, mas em ambos os casos é possível observar um aumento das trajetórias secundárias e com novas regiões de origem e destino, especialmente no nordeste e no norte do país, em detrimento dos fluxos primários com áreas comparáveis de São Paulo e do Paraná.

As mesmas alterações podem ser observadas para as áreas comparáveis de Goiás e para o Distrito Federal. Salienta-se que diversas áreas de absorção demográfica parecem se consolidar neste estado, como Ceres-Anápolis, Sudoeste de Goiás, Anicuns, Quirinópolis e Catalão. A AC Brasília retomou sua atratividade individual, provavelmente estimulada pela retomada do crescimento dos postos de trabalho no setor público, e conseguiu diminuir significativamente suas perdas migratórias ao estimular deslocamentos de diversas regiões do país em sua direção (seus fluxos são cada vez mais dispersos espacialmente).

As características dos fluxos migratórios de e para as áreas regionais comparáveis da região norte continuam a ocorrer principalmente no contexto macrorregional, com estados limítrofes a região e/ou com as AC's São Paulo e Rio de Janeiro. A única exceção continua a ser Rondônia, que mantém fluxos expressivos com áreas comparáveis do Paraná e São Paulo. O caráter regional destas trajetórias migratórias se intensificou no período, em detrimento dos fluxos que se direcionavam para as áreas comparáveis mais desenvolvidas do país. As áreas polarizadas pelas capitais estaduais continuam a apresentar trocas migratórias positivas (exceto AC Belém), porém, suas respectivas quantidades de imigrantes diminuíram em prol de áreas de médio porte, como Santarém e São Félix do Xingu (PA). As trajetórias migratórias com áreas regionais localizadas no Nordeste e no Centro-Oeste do país intensificaram-se e apresentam tendência de crescimento.

Aparentemente, as capacidades de atração e retenção populacional da região norte do Brasil mantiveram-se constantes na última década.

Por fim, a composição das trajetórias migratórias que envolvem áreas regionais comparáveis do Nordeste do Brasil evidencia a continuidade das mudanças nos padrões migratórios nacionais. Há, de forma generalizada, um aumento do volume de imigrantes na região, exceto no Ceará, o que pode ser um reflexo do aumento de sua atratividade e/ou da migração de retorno. Como a proporção dos imigrantes de retorno na região diminuiu entre 2000 e 2010 (de 51,7% para 45,5%), pode-se argumentar que parte significativa do volume de imigrantes foi atraída para a região devido ao surgimento de fatores de atração em áreas específicas de seu território. Como salientado anteriormente, as áreas comparáveis desta região obtiveram taxas médias de crescimento mais expressivas do que as regiões mais desenvolvidas do país nos últimos anos, o que pode ter estimulado deslocamentos em sua direção, inclusive de não naturais. Os imigrantes que se dirigem às áreas comparáveis do nordeste ainda têm origem principalmente em estados da própria região e em São Paulo, mas suas respectivas importâncias estão diminuindo em prol de migrantes oriundos de Minas Gerais, de estados da região Norte, da AC Brasília e, em menor grau, de áreas comparáveis de Goiás e da região Sul. Os principais destinos destes imigrantes ainda são as áreas comparáveis polarizadas pelas capitais estaduais, com poucas exceções, como, por exemplo, as AC's Imperatriz (MA), Floriano (PI), Cariri e Sobral (CE), Mossoró-Vale do Açu (RN), Campina Grande (PB), Petrolina, Vale do Ipojuca, Garanhuns e Suape (PE), Tobias Barreto (SE), Porto Seguro, Ilhéus, Barreiras, Juazeiro, Feira de Santana, Irêce e Paulo Afonso (BA). Neste contexto, observa-se que apenas nos estados mais dinâmicos da região (Pernambuco, Ceará e Bahia), as trajetórias de imigrantes têm se direcionado para áreas polarizadas por cidades médias.

Simultaneamente à expansão do volume de imigrantes, há em vários espaços da região a continuidade da elevação da quantidade de emigrantes, consequência de sua elevada incapacidade de retenção populacional[81]. As áreas comparáveis de origem destes emigrantes continuam a se localizar, majoritariamente, em seu semiárido e seus destinos mais comuns continuam a ser as áreas comparáveis paulistas, inclusive aquelas polarizadas por cidades médias. Estes destinos voltam a ganhar importância na última década (de

[81] Apenas na Paraíba houve redução da quantidade de emigrantes entre 2000 e 2010. Em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, estes montantes permaneceram praticamente constantes.

aproximadamente 31% em 2000 para 37,5% em 2010), um provável reflexo da estabilidade econômica sobre a estrutura produtiva destas regiões, que reforça o caráter inercial destes fluxos. Por outro lado, percentual significativo dos emigrantes da região (26%) continua a se deslocar para áreas comparáveis de estados vizinhos, restritos ao contexto macrorregional, ou no máximo ao Pará e Mato Grosso, todavia, esta proporção está diminuindo (assim como os fluxos para o Rio de Janeiro). Esta redução é ligeiramente compensada pela elevação da participação de outros destinos, como as áreas comparáveis de Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Campo Grande, Cuiabá, Goiânia e Brasília[82].

O resultado da interação destes fluxos é a manutenção do papel de reservatório de mão de obra da região nordeste, mesmo em contextos que não demandem elevados volumes de migrantes. A maior parte das áreas regionais comparáveis da região continua a verificar trocas migratórias negativas; entre as AC's nucleadas pelas capitais estaduais, apenas Natal, João Pessoa e Aracaju obtiveram resultados positivos; Fortaleza, que havia revertido esta situação em 2000, voltou a registrar perdas migratórias. Há na região grandes espaços emissores de mão de obra, como diversas áreas do Maranhão e do Piauí, do sertão do Ceará, do interior de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, a mata alagoana, etc.

Apesar da manutenção deste padrão, é inegável que ocorreram mudanças nas trajetórias secundárias da região no período analisado. Estes fluxos ganham importância relativa, graças ao dinamismo de áreas isoladas na própria região (Porto Franco, Sobral, Macaíba, Campina Grande, Petrolina, Suape, Vale do Ipojuca, Tobias Barreto, Barreiras, Juazeiro, etc.) e à intensificação do desenvolvimento de algumas regiões vizinhas ao estado de São Paulo. Neste contexto, alguns estados conseguem diminuir suas perdas migratórias, como Paraíba e Pernambuco; outros conseguem efetivamente reverter suas perdas migratórias em ganhos (Rio Grande do Norte e Sergipe) e os demais verificam um aumento da evasão populacional (Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas e Bahia).

Vale salientar que apesar da migração de retorno ter mantido praticamente estável sua importância relativa, entre 2000 e 2010, em Minas Gerais e nos estados da região

[82] Percebe-se que a atratividade das áreas regionais comparáveis polarizadas por cidades médias para os emigrantes da região Nordeste limita-se ao estado de São Paulo. Os destinos que passam a ganhar importância fora deste estado tendem a ser nucleados pelas capitais estaduais.

Nordeste, houve, nos casos das áreas comparáveis de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, um aumento desta proporção. Este arrefecimento do retorno interestadual para áreas menos desenvolvidas e o aumento do retorno para áreas mais desenvolvidas provavelmente estão ligados ao bom desempenho dos mercados de trabalho nas últimas e evidenciam a dificuldade que existe para quebrar o componente inercial das trajetórias dominantes no país. Mesmo em um contexto de expansão mais acelerada do emprego e da renda em regiões periféricas, os indivíduos podem optar por migrar ou continuar em áreas de crescimento (médio) mais estável.

Em resumo, as mudanças ocorridas nos deslocamentos da população brasileira nos últimos anos apontam para um período transitório, que aos poucos procura romper o caráter inercial de seu padrão dominante (nordeste-sudeste). Todavia, esta não é uma tarefa fácil, pois a retomada do crescimento e a estabilidade econômica nos anos 2000 auxiliaram a recompor os fluxos dominantes, diminuindo assim o ritmo de expansão da transição migratória brasileira. Percebe-se que as inter-relações entre desenvolvimento e migração e a persistência das elevadas disparidades regionais no Brasil tendem a reforçar o caráter inercial deste fluxo, limitando a velocidade das mudanças que ocorrem em suas trajetórias migratórias secundárias/regionais. Mais especificamente, os dados evidenciam que as alterações nos padrões migratórios secundários tendem a ocorrer de forma mais consistente entre áreas regionais comparáveis que apresentam disparidades de renda e emprego menos expressivas, como ocorre na região centro-sul do país.

A adequação das trajetórias migratórias aos novos contextos socioeconômicos nacionais favorece regiões mais dinâmicas, polarizadas por cidades médias, que emergem como importantes polos de crescimento. A diminuição da participação dos tradicionais destinos paulistas em relação a áreas regionais comparáveis da região centro-sul ocorre em magnitudes mais significativas quando comparadas às trajetórias das regiões menos desenvolvidas do Brasil. O ritmo de expansão das trajetórias regionais que envolvem estas regiões é mais lento e ocorre em pontos isolados do território nacional, pois a manutenção das redes de contado entre migrantes e não migrantes, no destino e na origem, tende a estimular o componente inercial do padrão migratório dominante entre estas regiões. Os dados evidenciam que, assim como as atividades produtivas concentram-se em algumas regiões do país, os migrantes também tendem a se localizar em determinadas áreas de origem e destino, delineando trajetórias, primárias e secundárias, bem definidas.

A análise dos dados censitários de 1980 a 2010 indica que as disparidades regionais no Brasil são tão elevadas que inviabilizam mudanças migratórias mais amplas em seu território: o desejo de migrar para o sudeste para prosperar economicamente persiste, especialmente no Nordeste. As mudanças nas trajetórias secundárias delineiam o germe de uma nova "ideologia" inerente aos deslocamentos individuais, todavia, a restrição da desconcentração espacial do desenvolvimento limita sua expansão.

5.5.2 As características dos deslocamentos de curta distância nos primeiros anos do século XXI

A elevação da importância (e a consolidação) das áreas comparáveis polarizadas por cidades médias como regiões absorvedoras de migrantes no país na última década torna-se mais evidente a partir da análise das trajetórias migratórias intraestaduais. Nota-se que os deslocamentos secundários de curta distância, que apresentavam padrões regionais distintos nos período anterior (1991-2000), generalizaram-se.

É possível observar em todos os estados analisados, a diminuição dos fluxos migratórios em direção às áreas comparáveis nucleadas pelas capitais em prol de regiões de pequeno e médio porte. É claro que os fluxos mais expressivos continuam a se direcionar para estas áreas comparáveis, todavia, diminui o volume de migrantes destas trajetórias. Em alguns casos, há inclusive a reversão das trocas migratórias positivas (Belém, Fortaleza, Natal e Salvador).

As principais metrópoles do país, AC's São Paulo e Rio de Janeiro, continuam a verificar a redução da intensidade de seus fluxos intraestaduais em favor de regiões não metropolitanas; suas respectivas capacidades de atração e retenção populacional têm decrescido de forma contínua nos últimos anos (o principal resultado destas tendências reflete-se em trocas migratórias negativas nas duas áreas comparáveis). No caso de São Paulo, esta observação pode ser estendida para as áreas comparáveis de Campinas, Osasco, Guarulhos, Santos, São José dos Campos e Sorocaba, entre outros exemplos. Os elevados custos de congestionamento destas regiões tornam cada vez mais onerosos os deslocamentos em sua direção e, desta forma, desestimulam estes fluxos intraestaduais. Em contrapartida, áreas comparáveis de menor porte destes estados, como, por exemplo, Macaé, Itaguaí, Vale do Paraíba Fluminense, Lagos e Barra de São João (RJ), Presidente Prudente, Piracicaba, Rio Claro, São José do Rio Preto, São Carlos e Bragança Paulista

(SP), tornam-se mais atrativas para os migrantes de curta distância. Estas regiões possuem a infraestrutura necessária para a implantação de diversas atividades produtivas e ainda não sofrem os custos de congestionamento dos grandes centros urbanos metropolitanos. Por este motivo, têm sido escolhidas para a instalação de projetos econômicos, que estimulam a geração de emprego e renda e, consequentemente, a migração.

Nos estados da região Norte, há a intensificação dos fluxos intraestaduais em direção a áreas comparáveis no entorno das capitais, principalmente no Pará, mais especificamente para as AC's Santarém-Altamira-Marabá, São Félix do Xingu e Rendenção-Conceição do Araguaia. Apesar da expansão das trajetórias secundárias de curta distância, estas ainda representam pequeno percentual dos migrantes intraestaduais na região (os fluxos para áreas comparáveis de médio porte crescem, mas continuam a ser pouco expressivos).

A importância destes fluxos para os estados da região nordeste tem um aumento um pouco mais significativo no período analisado. Observa-se a redução das trajetórias migratórias para as áreas comparáveis de suas capitais, que obtiveram, em média, perdas migratórias (exceto São Luis, João Pessoa, Aracaju e Maceió). A atratividade destas regiões diminuiu em favor dos polos de crescimento que se consolidavam nos contextos estaduais (LIMA, 2004) e se localizam, por exemplo, nas AC's Imperatriz (MA), Floriano (PI), Baixo Jaguaribe, Sobral e Cariri (CE), Macaíba e Mossoró-Vale do Açu (RN), Campina Grande (PB), Petrolina, Suape e Vale do Ipojuca (PE), Estância (SE), Camaçari (BA), etc.

Em Minas Gerais, é evidente a expansão das trajetórias intraestaduais secundárias em detrimento dos fluxos que se direcionavam para a área regional comparável de Belo Horizonte. As regiões no entorno da capital, como Itabira, Sete Lagoas, Ipatinga e Divinópolis, passam a atrair volumes de migrantes cada vez mais expressivos, que só é superada (relativamente) pelo desempenho de áreas comparáveis do Sul de Minas (Alfenas, Varginha e Poços de Caldas), Triângulo Mineiro (Uberlândia e Uberaba) e zona da mata (Juiz de Fora, Viçosa e Ubá).

Nos estados da região Sul, as mesmas regiões que se consolidam como polos de absorção populacional no cenário nacional ganham importância nos cenários intraestaduais secundários (Joinville, Itajaí, Blumenau, Tubarão Criciúma, Maringá, Londrina, etc.). No caso do Paraná, não se pode deixar de destacar o papel da AC Foz do Iguaçu para os fluxos de curta distância.

As áreas comparáveis de Campo Grande, Cuiabá e Porto Alegre continuam a polarizar as trajetórias intraestaduais de seus respectivos estados (tendência de crescimento), mas este resultado provavelmente é uma consequência da compatibilização espacial destas regiões entre 1980 e 2010, que as tornou bastante extensas (a análise dos deslocamentos de curta distância destes estados é limitada pela baixa quantidade de áreas comparáveis identificadas).

Por fim, em Goiás, observa-se o recrudescimento das trajetórias secundárias em direção às AC's Sudoeste de Goiás, Anicuns e Ceres-Anápolis em detrimento das AC's Goiânia e Entorno de Brasília. Os migrantes de curta distância deste estado intensificaram os deslocamentos para áreas menos congestionadas do estado entre 2000 e 2010.

De forma geral, as trajetórias migratórias intraestaduais secundárias no Brasil evidenciam, tanto quanto os deslocamentos de longa distância, a intensificação das mudanças recentes em seus padrões migratórios. Neste contexto que emerge a partir dos anos 1990, os grandes centros metropolitanos perdem importância relativa em prol de áreas de urbanização intermediária. Estas regiões tornam-se polos absorvedores de migrantes e de retenção populacional, dinamizando (e reduzindo a concentração espacial) os deslocamentos de curta distância no país.

O volume de migrantes intraestaduais continua diminuindo devido às facilidades de deslocamento atualmente verificadas. É provável que a redução dos custos de transporte tenha desestimulado algumas etapas migratórias no país, como argumentado anteriormente. Todavia, o critério de migração utilizado (*proxy* para data fixa), inviabiliza análises sobre as diferentes etapas migratórias que um indivíduo pode realizar.

Em síntese, a análise descritiva das trajetórias migratórias inter e intraestaduais brasileiras entre 1980 e 2010 em uma perspectiva regional permite identificar as principais características de seus padrões migratórios. O seu padrão dominante está intrinsecamente relacionado às questões estruturais das localidades de origem e destino dos migrantes, representados por fatores de atração, repulsão e retenção populacional, e ao caráter inercial dos deslocamentos entre as regiões menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas do país (persiste a ideia de maior mobilidade social em regiões com maiores níveis de renda). Logo, este padrão pode ser interpretado, de maneira ampla, pelas teorias migratórias

convencionais, que admitem uma relação inversa entre migração e nível de desenvolvimento.

Em contrapartida, seus padrões migratórios secundários (regionais), cuja importância relativa aumentou nas últimas décadas, aparentemente são estimulados por fatores que não estão diretamente associados aos tradicionais determinantes da migração. Estes fluxos ocorrem, majoritariamente, de regiões com maiores níveis de renda para regiões com menores níveis de renda, logo, quais os fatores que poderiam explicá-los? Instrumentais teóricos e metodológicos que procuram captar a complexidade das interações entre migração e desenvolvimento devem ser utilizados para interpretar as trajetórias específicas que se intensificaram nos últimos anos. Abordagens migratórias que demonstram a importância das aspirações e das *capabilities* individuais e de suas relações com o nível de desenvolvimento regional podem fornecer importantes contribuições para a interpretação dos deslocamentos populacionais mais recentes (DE HAAS, 2010).

Neste contexto, o objetivo do próximo capítulo é identificar os principais determinantes dos padrões migratórios brasileiros e sua evolução ao longo das últimas décadas. Como os aspectos individuais e regionais influenciam a decisão de migrar? Será que os principais determinantes da migração em 1980 continuam a desempenhar o mesmo papel em 2010? Se a resposta for negativa, o que pode ter provocado esta mudança?

CAPÍTULO 6 – DETERMINANTES DA CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO INDIVIDUAL NO BRASIL ENTRE 1980 E 2010

A análise dos padrões migratórios brasileiros torna mais clara a complexidade inerente às interações entre desenvolvimento e migração. A elevada inter-relação entre níveis de desenvolvimento socioeconômico e deslocamentos populacionais condiciona a evolução das trajetórias migratórias do Brasil e estas afetam, simultaneamente, a dinâmica de seu desenvolvimento. Para compreender os mecanismos através dos quais estes fluxos se perpetuam e se modificam, é necessário incorporar à análise estas interações, evitando, assim, restrições de interpretação do processo.

A importância dos contextos regionais, nas localidades de origem e de destino, para o processo migratório, destacada no capítulo anterior, evidencia que este fenômeno não deve ser estudado de forma isolada. Singer (1973) destaca que o nível de desenvolvimento de uma região influencia a decisão individual de migrar, sendo, inclusive, um de seus principais determinantes. Mais recentemente, Cushing e Jacques (2004) evidenciam a necessidade de incorporar as características espaciais aos estudos migratórios para tornar a análise mais rigorosa. Estes autores discutem as contribuições que a Economia Regional pode fornecer para a análise migratória e discorrem sobre as alternativas para incluir a questão espacial à análise. A partir das discussões teóricas, diversos trabalhos empíricos passaram a ser elaborados com o objetivo de captar a influência dos aspectos espaciais sobre os processos migratórios, como, por exemplo, Knapp e Graves (1989) [83].

Os estudos empíricos com este objetivo podem ser divididos em dois grupos[84]. O primeiro engloba trabalhos que procuram captar a influência das características locais sobre as trajetórias migratórias em uma perspectiva regional. Nestes casos, os modelos estimados identificam o impacto de diferentes características espaciais, como renda média, coeficiente

[83] Os autores exploram o papel das especificidades locais sobre as decisões de migração e enfatizam a importância de incorporá-las aos modelos migratórios, pois migração e desenvolvimento são processos inter-relacionados. Entre estas amenidades, estão incluídos a oferta de bens que só podem ser consumidos em localidades específicas, o clima, ativos ambientais, etc. Os autores estimam um modelo de determinação da taxa líquida de migração local, concluem que as amenidades são um elemento crítico deste processo e, portanto, não devem ser excluídas da análise.

[84] Vale salientar que o critério de migração adotado por estes trabalhos varia significativamente, ora sendo utilizados os quesitos migratórios de última etapa, ora de data fixa ou ainda *proxies* para estes critérios.

de Gini, taxa de desemprego e clima, sobre o saldo migratório (ou taxa líquida de migração) de determinada região. O segundo grupo inclui trabalhos que procuram quantificar a influência das características espaciais sobre a condição de migração individual; neste sentido são abordagens migratórias em perspectivas microeconômicas.

No caso do Brasil, a maior parte dos trabalhos que procura analisar as interações entre desenvolvimento e migração pertence ao primeiro grupo. Justo e Silveira Neto (2008a), por exemplo, analisam a influência de variáveis de atratividade, sociais e naturais, para a determinação da taxa líquida de migração estadual. Os autores estimam um modelo com condicionamento espacial para o Brasil (por Unidade da Federação) entre 1980 e 2000 e concluem que aproximadamente 40% da taxa líquida de migração estadual são explicados pela renda esperada de cada localidade. Da Mata *et al.* (2007) analisam, para o ano 2000, quais são as características das cidades brasileiras que mais atraem migrantes qualificados[85] e verificam que estes indivíduos tendem a se direcionar para localidades com maior dinamismo nos mercados de trabalho (salários mais elevados) e menores níveis de desigualdade social e violência. Além disso, áreas próximas ao litoral e/ou com climas mais amenos tendem a receber maior volume de migrantes qualificados. Outro trabalho interessante e que se refere à região menos desenvolvida do país, foi elaborado por Ramalho (2006). O autor utiliza um modelo de dados em painel espacial para investigar as principais forças econômicas por trás das migrações intermunicipais no Nordeste entre 1991 e 2000, sobretudo, sua relação com a renda esperada, o acesso ao mercado de trabalho, a atratividade e as amenidades locais. Seus resultados sugerem que os municípios com maiores níveis de renda e emprego, baixa criminalidade e desigualdade e com amenidades positivas, são mais atraentes para os migrantes. Ramalho (2006) também verifica que a redução dos custos de transporte tem contribuído para reforçar determinados fluxos migratórios.

Em relação às abordagens individuais, apesar de escassos, há alguns trabalhos que merecem ser destacados para o caso brasileiro[86]. Siqueira, Magalhães e Silveira Neto (2008) analisam o

---

[85] Para os autores, indivíduos qualificados possuem nível de escolaridade equivalente pelo menos ao ensino superior (graduação) incompleto.

[86] Os estudos migratórios realizados para o Brasil nesta perspectiva tendem a priorizar a análise dos diferenciais salariais gerados (ou não) pelo deslocamento. Neste sentido, os aspectos regionais são negligenciados na análise ou incorporados aos modelos de forma restrita, por exemplo, através de *dummies* regionais indicadoras das áreas de destino dos migrantes. São trabalhos extremamente interessantes, como, por exemplo, Santos Júnior *et al.* (2005), Ramalho e Queiroz (2011) e Maciel e Hermeto (2011), mas que não possuem a mesma problemática desta tese.

perfil dos migrantes que se destinam às regiões menos desenvolvidas do país. Os autores utilizam dados do Censo Demográfico 2000 para estimar um modelo logit multinomial para a condição de migração individual, no qual a variável resposta inclui a possibilidade de migrar para regiões (estados) ricas, intermediárias ou pobres, classificadas de acordo com seus respectivos valores do produto interno bruto (PIB). A partir dos resultados do modelo, os autores concluem que o migrante, independente da região escolhida como destino, tende a ser uma pessoa jovem, com elevada escolaridade, solteira e pertencente à população economicamente ativa. Entre os indivíduos retornados há maior possibilidade de desocupação e inserção informal no mercado de trabalho. Além disso, este resultado é agravado quando o destino inclui uma região classificada como pobre.

Em uma perspectiva espacial, Justo e Silveira Neto (2008b) realizam uma caracterização dos migrantes brasileiros de acordo com suas regiões de destino. Os autores estimam um modelo logit multinomial (não ordenado) para a decisão de migrar e a escolha da região de destino utilizando dados dos censos demográficos 1980 a 2000. O objetivo é determinar a probabilidade de migrar para as diferentes regiões do país, levando em consideração as características dos indivíduos e das Unidades da Federação de origem, representadas por variáveis *dummies* indicadoras do nível de desenvolvimento humano e da renda média (em comparação aos valores nacionais). Os resultados do modelo evidenciam que indivíduos do sexo masculino, brancos, mais jovens e escolarizados, casados e com filhos e chefes do domicílio possuem maior probabilidade de migrar. Além disso, se a UF de origem destes indivíduos é deprimida e/ou subdesenvolvida esta probabilidade aumenta. Há ainda uma homogeneização do perfil do migrante brasileiro, pois as características dos indivíduos que se destinam às regiões mais pobres do país aproximam-se das características dos indivíduos que se deslocam para suas regiões mais desenvolvidas.

A necessidade de avançar nesta análise é uma das principais motivações para a elaboração deste capítulo. Apesar da importância deste tema para os debates acadêmicos e políticos, a quantidade de estudos com o objetivo de avaliar os impactos regionais sobre os fluxos migratórios no Brasil é escassa, devido inclusive à limitação de dados disponíveis sobre o tema (MARTINE, 1989; VAINER, 2000). É justamente esta lacuna que se pretende suprir. O objetivo é realizar um exercício empírico para identificar os principais determinantes da condição de migração individual, incorporando à análise aspectos relacionados aos níveis de desenvolvimento socioeconômico das regiões de origem e de destino dos potenciais migrantes. A ideia subjacente é demonstrar em que magnitude os fluxos migratórios são

influenciados por questões regionais, representadas por indicadores do desenvolvimento e da atratividade locais, que englobam uma série de variáveis econômicas e sociais.

A probabilidade de um indivíduo ser migrante será estimada a partir de suas características produtivas e não produtivas e das especificidades das localidades de origem e destino. Pretende-se identificar a contribuição da dinâmica regional brasileira para o estabelecimento de suas trajetórias migratórias. Esta é uma forma de incluir nos modelos de migração fatores de retenção, atração e/ou repulsão populacional.

6.1 Estratégia metodológica para a determinação da decisão individual de migrar

O objetivo deste capítulo é identificar os determinantes da migração no Brasil entre 1980 e 2010 e, mais especificamente, mensurar a influência dos aspectos regionais sobre a condição de migração individual.

O critério de migração utilizado, como destacado anteriormente, é uma *proxy* do critério data fixa e considera migrante o indivíduo que reside em uma determinada localidade há menos de 05 anos, seja ele natural ou não da mesma. O estabelecimento deste critério é essencial para a compatibilização dos quesitos migratórios dos censos demográficos de 1980 a 2010, viabilizando, assim, uma análise temporal mais ampla[87].

A escala espacial escolhida para a realização do estudo, as 413 áreas regionais comparáveis identificadas para o Brasil entre 1980 e 2010 via censos demográficos, evidencia uma importante contribuição do exercício para a análise desta problemática, pois, em geral, os estudos realizados sobre o tema limitam-se à escala estadual. Uma análise mais rigorosa dos determinantes espaciais dos deslocamentos populacionais requer um refinamento dos limites regionais, pois análises entre áreas muito pequenas, como municípios, ou de grandes extensões, como as Unidades da Federação, podem gerar limitações para a interpretação dos fluxos migratórios.

O exercício realizado utilizará dados em dois níveis de análise: (i) microeconômicos, representados por variáveis indicadoras das características individuais, como sexo e cor; e (ii)

[87] Detalhes sobre esta compatibilização estão descritos no Capítulo 4.

macroeconômicos, representados por variáveis indicadoras das características das localidades de origem e destino dos potenciais migrantes, como renda e escolaridade médias.

Técnicas econométricas serão utilizadas para estimar modelos de regressão de variáveis dependentes categóricas, que permitirão identificar os principais fatores que influenciam a decisão individual de migrar, incluindo os aspectos regionais.

Os modelos de variáveis discretas, cujos resultados remetem a análises qualitativas, são modelos que possuem variáveis dependentes que indicam as possíveis, e mutuamente excludentes, categorias que um evento pode assumir (CAMERON e TRIVEDI, 2005). Mais especificamente, os modelos de variáveis dependentes binárias demonstram que há dois possíveis resultados para um evento particular: a variável dependente *y* assume valor igual a um no caso de sucesso ou zero no caso de insucesso[88]. Estes modelos são utilizados para estimar a probabilidade de ocorrência ou não de determinado evento, condicionado a um vetor ***x*** de variáveis independentes. De acordo com Cameron e Trivedi (2005), a distribuição de probabilidade do modelo de variáveis dependentes binárias, cujos dados observados são ações individuais agrupadas em células independentes e identicamente distribuídas, é representada pela seguinte equação:

$$\Pr(y \mid n, p) = \binom{n}{y} p^{y} (1-p)^{n-y} \qquad (6.1)$$

onde *n* representa o número total de tentativas em cada célula e *p* representa a probabilidade de sucesso. É razoável supor que a unidade de análise da estimação – a ação individual – possui apenas uma tentativa, logo, a distribuição de probabilidade representada pela equação (6.1) assume o formato da distribuição de Bernoulli:

$$\Pr(y \mid n) = p^{y} (1-p)^{1-y} \qquad (6.2)$$

Para este caso específico, a probabilidade de ocorrer um sucesso é igual a $\Pr(y=1) = p$ e a probabilidade de ocorrer um insucesso é igual a $\Pr(y=0) = 1-p$.

---

[88] Os termos sucesso e insucesso referem-se à observação ou não da hipótese em análise e não possuem quaisquer interpretações de caráter qualitativo (CAMERON e TRIVEDI, 2005). Nesta tese, sucesso refere-se à efetivação da migração e insucesso a não realização do deslocamento.

A interpretação dos parâmetros estimados pode ser realizada de forma mais simples se o vetor das probabilidades for restrito ao intervalo [0, 1]. Os modelos de regressão logística são utilizados com esta finalidade, pois equivalem a transformações matemáticas da equação 6.2, garantindo que $0 \leq p_i \leq 1$. Neste caso, a probabilidade de ocorrência de um evento, por exemplo, a efetivação da migração, será calculada como função de um vetor de variáveis independentes (explicativas), conforme demonstra a equação 6.3 abaixo.

$$\Pr(y = 1 \mid x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \ldots + \beta_p \beta_p}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \ldots + \beta_p \beta_p}} \qquad (6.3)$$

Para calcular as chances de ocorrência deste evento (*odds*) utiliza-se a razão das probabilidades de sucesso e fracasso, conforme demonstra a equação 6.4. Esta razão pode assumir valores entre zero e infinito. Se $odds < 1$, a probabilidade de sucesso é menor do que a probabilidade de insucesso; se $odds > 1$, a probabilidade de sucesso é maior do que a probabilidade de insucesso; e se $odds = 1$, a probabilidade de sucesso é igual à probabilidade de insucesso.

$$odds = \frac{P(Y = 1)}{P(Y = 0)} = \frac{p}{1 - p} \qquad (6.4)$$

Transformações logísticas podem ser utilizadas para linearizar o modelo descrito pela equação 6.3:

$$\log it(p_i) = \ln\left(\frac{p_i}{1 - p_i}\right) = \ln\left[\frac{P(Y = 1 \mid x)}{P(Y = 0 \mid x)}\right] \qquad (6.5)$$

$$G(x) = \ln\left[\frac{P(Y = 1 \mid x)}{P(Y = 0 \mid x)}\right] = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \ldots + \beta_p x_p = G(\beta_0 + x\beta) = \eta_i \qquad (6.6)$$

A função *G(x)* é definida no intervalo [0,1], linear nos parâmetros e assume todas as propriedades do modelo de regressão linear. O parâmetro β_0 representa o logaritmo natural da probabilidade de sucesso quando as variáveis explicativas assumem valores nulos; β_1 representa o logaritmo natural da probabilidade de sucesso para mudanças unitárias (marginais) na variável explicativa x_1, mantendo-se os demais regressores constantes; β_p representa o logaritmo natural da probabilidade de sucesso para mudanças marginais na variável explicativa x_p, mantendo-se os demais regressores constantes. Para calcular a

probabilidade (*odds*) de sucesso da variável dependente, basta calcular a exponencial do parâmetro η (e^{η}). A exponencial do parâmetro β_0 ($e^{\beta o}$) fornece a probabilidade de sucesso constante e a exponencial do parâmetro β_p ($e^{\beta p}$) refere-se à probabilidade de sucesso decorrente de mudanças marginais na variável dependente x_p.

Para assegurar que, para quaisquer valores de x e β, o vetor de probabilidades, p_i, permanecerá no intervalo entre zero e um, resolve-se a equação 6.5 para o parâmetro das probabilidades[89]:

$$p_i = \frac{e^{\sum_{k=0}^{K} \beta_k x_{ik}}}{1 + e^{\sum_{k=0}^{K} \beta_k x_{ik}}} = \frac{e^{\eta_i}}{1 + e^{\eta_i}} = \Lambda(\eta_i) \qquad (6.7)$$

Os coeficientes obtidos a partir destas estimações não são de fácil interpretação, pois os mesmos não fornecem diretamente as mudanças relativas das probabilidades entre as categorias de análise. Para contornar esta dificuldade, calculam-se os exponenciais destes coeficientes, identificando assim a razão de risco relativo (*RRR*), também chamada *odds ratio*, entre duas observações particulares. Esta razão pode ser interpretada como a mudança relativa nas probabilidades das categorias analisadas; ela informa como a probabilidade de escolher a categoria de contraste relativamente à alternativa de referência muda quando determinada variável independente varia em uma unidade. Assim, a variável x aumenta (diminui) a probabilidade de que a alternativa de referência seja verificada se a *RRR* for maior (menor) que 01. A razão de risco relativo (*odds ratio*) é calculada por intermédio do quociente entre as chances relativas de sucesso das observações em análise, ou seja, pelo produto cruzado de suas respectivas *odds*:

$$RRR = odds \quad ratio = \frac{odds_1}{odds_2} = \frac{\frac{p_1}{1 - p_1}}{\frac{p_2}{1 - p_2}} \qquad (6.8)$$

Vale salientar que a não linearidade dos modelos logísticos torna o impacto do vetor de variáveis explicativas sobre a probabilidade de sucesso variável. Assim, para complementar a

[89] Observa-se que se p_i tender a zero, $\Lambda(\eta_i)$ tenderá a (-∞); se p_i tender a um, $\Lambda(\eta_i)$ tenderá a (+∞).

interpretação de seus resultados, é interessante calcular os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a probabilidade de ocorrência do evento:

$$\frac{\partial p_i}{\partial x_{ij}} = p_i(1 - p_i)\beta_j \qquad (6.9)$$

A não linearidade das funções de probabilidade das regressões logísticas também inviabiliza a adoção do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para a realização de suas estimações. Neste contexto, os métodos de estimação de Máxima Verossimilhança são indispensáveis para a análise de modelos de variáveis dependentes limitadas, como os modelos logísticos, pois ao considerarem a distribuição de *y* dado ***x***, incorporam automaticamente a heteroscedasticidade existente em *Var(y|**x**)*, corrigindo eventuais problemas de consistência dos parâmetros obtidos. A função de verossimilhança do modelo de variável dependente binária, obtida a partir de sua função de distribuição de probabilidade de Bernoulli, representada pela equação 6.2, é igual a:

$$L = \Pi G(x'_i\ \beta)^y \left[1 - G(x'_i\ \beta)\right]^{1-y} \qquad (6.10)$$

A função de log-verossimilhança pode ser obtida a partir do logaritmo da equação 6.10:

$$\log L = \sum \{y_i \log G(x'_i\ \beta) + (1 + y_i)[1 - G(x'_i\ \beta)]\} \qquad (6.11)$$

Para encontrar o parâmetro $\hat{\beta}$ que maximiza a função de verossimilhança deve-se obter sua condição de primeira ordem, ou seja, derivar a equação 6.10 e igualá-la a zero. A estimativa obtida é consistente, assintoticamente normal e eficiente. Salienta-se que o ponto de máximo será caracterizado quando a condição de segunda ordem desta equação for maior do que zero (CAMERON e TRIVEDI, 2005).

A variável dependente dos modelos estimados nesta tese é a condição de migração individual. As variáveis de interesse são as características das regiões de origem e/ou destino dos potenciais migrantes. Um vetor de variáveis de controle é utilizado para tornar a mensuração dos impactos das variáveis de interesse sobre a condição de migração individual mais rigorosa. Este vetor deve controlar problemas de especificação dos modelos e de prováveis omissões de variáveis. Desta forma, minimizam-se as distorções das estimativas obtidas.

Além disso, a correlação intragrupo das variáveis de interesse (regionais) também é controlada, minimizando as implicações da hipótese de independência entre estas observações. Ao atribuir valores idênticos para as variáveis regionais de cada indivíduo, pode-se gerar limitações para a interpretação dos resultados, pois cada pessoa percebe as respectivas localidades (origem e destino) de forma diferente. Em outras palavras, fatores não observáveis, como preferências, clima, proximidade familiar, etc., tornam as percepções individuais extremamente particulares e específicas. Como não é possível incluir estas percepções nos dados analisados, deve-se utilizar ao menos o controle dentro dos grupos (áreas regionais comparáveis) analisados. Tecnicamente, assume-se que as observações são independentes entre os grupos, mas não necessariamente dentro dos grupos. Assim, é possível mensurar de forma mais rigorosa a contribuição das características da região de origem e/ou de destino para a decisão de migrar de cada indivíduo pertencente a um grupo (área regional comparável) específico[90].

6.2 O modelo empírico

Para determinar a probabilidade de ser migrante no Brasil entre 1980 e 2010 serão estimados modelos para as regiões de origem e de destino dos potenciais migrantes, em cada ano censitário analisado, cujas formas funcionais são especificadas a seguir:

$$\Pr(y_{ij} = 1 \mid x, z) = \beta_0 + \beta_1 Xij + \beta_2 Z_{ij} + \varepsilon_{ij} \qquad (6.12)$$

onde y_{ij} é a variável resposta, X_{ij} é um vetor de variáveis de interesse, Z_{ij} é um vetor de variáveis de controle e ε_{ij} é o termo de erro aleatório.

A variável resposta, y_{ij}, representa a condição de ocupação individual em cada ano censitário e assume os seguintes valores:

$y_{ij} = 1$ se o indivíduo é migrante; e

[90] Os ajustes realizados para controlar a correlação intragrupo e o fato da análise ter como objeto de estudo o comportamento individual evidenciam que as técnicas econométricas *cross section* são adequadas para o objetivo proposto, pois, por hipótese, os indivíduos possuem determinadas características que não mudam ao longo do tempo. As contribuições das estimações com dados em painel seriam relevantes apenas no caso em que a unidade de análise fosse a região de residência, visto que esta possui características dinâmicas. Como o objetivo deste capítulo é analisar a decisão individual de migrar, optou-se por realizar uma análise *cross section* dos dados.

$y_{ij} = 0$ se o indivíduo não é migrante.

As variáveis de interesse são indicadores dos níveis de desenvolvimento e atratividade das regiões de origem e destino dos potenciais migrantes, ora representados por aspectos econômicos, ora por aspectos sociais. Seus valores são idênticos para indivíduos que residem em uma mesma área regional comparável, tanto na data fixa quanto na data de recenseamento[91]. Salienta-se que as informações regionais nas datas de referência de cada Censo Demográfico foram utilizadas como *proxies* para suas respectivas informações regionais na data fixa. Logo, indivíduos que não realizaram deslocamentos possuem informações regionais idênticas em ambas as datas. Estes ajustes inviabilizam a estimação de modelos de migração que incorporem simultaneamente as características das regiões de origem e de destino dos potenciais migrantes, pois esta especificação tornaria as observações dos não migrantes autoidentificadas, comprometendo os resultados obtidos. Por este motivo, opta-se por estimar regressões específicas para as localidades de residência individual na data fixa (origem) e na data de recenseamento (destino) dos potenciais migrantes.

As variáveis de controle são incorporadas à análise para captar de forma mais clara a contribuição efetiva dos aspectos regionais para a decisão individual de migrar. O objetivo de sua inserção é controlar a omissão de variáveis não observáveis e prováveis erros de especificação, reduzindo as distorções das estimativas. Estas variáveis referem-se a controles sociodemográficos, como sexo, raça, grupos etários e de escolaridade.

6.3 Base de dados e descrição das variáveis

A base de dados utilizada na tese foi construída a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. Como salientado no Capítulo 04, os dados divulgados pelo IBGE são os mais indicados para este tipo de análise, pois além de fornecerem informações sobre as características produtivas e não produtivas, é possível identificar se o indivíduo realizou algum tipo de deslocamento e, em caso positivo, suas regiões de origem e destino. Para maiores detalhes sobre as compatibilizações realizadas entre os censos, o leitor deve consultar a seção 4.1 do referido capítulo, na qual são descritos todos

[91] Destaca-se, mais uma vez, que a autora está ciente de que não há uma data fixa estabelecida para o Censo Demográfico 1980. Todavia, a *proxy* utilizada para este critério viabiliza a criação de um conceito equivalente, chamado data fixa para simplificar a análise.

os procedimentos realizados para viabilizar a homogeneização das informações censitárias. A amostra gerada para o estudo tem a seguinte composição:

Tabela 11 - Evolução da amostra por grupo de análise (Brasil, 1980-2010)

Ano	Não migrantes	Migrantes interestaduais	Migrantes intraestaduais	Migrantes de retorno	
				Interestaduais	Intraestaduais
1980	7.343.269	335.435	409.751	64.800	24.610
1991	5.227.553	175.930	178.713	49.051	20.248
2000	6.333.793	200.082	211.817	56.270	21.225
2010	7.975.735	192.964	204.633	54.808	24.442
Total	**26.880.350**	**904.411**	**1.004.914**	**224.929**	**90.525**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010.

Para a consecução dos objetivos propostos, considera-se que os indivíduos possuem duas alternativas em relação aos deslocamentos populacionais: eles podem optar pela não realização do deslocamento (não migrantes) ou podem efetivá-lo (migrantes). Este deslocamento pode ser para uma área diferente da sua região de naturalidade ou, após a realização de um deslocamento inicial, o indivíduo pode retornar para a mesma (migrante de retorno). Estas possibilidades são representadas pela variável descrita no Quadro 02, a seguir[92].

Quadro 02 - Variável dependente

Variável	Nome	Descrição
cond_mig	Condição de migração individual	Variável categórica que assume o valor 01 para migrantes e 0 caso contrário.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos censos demográficos 1980 a 2010.

Os controles sociodemográficos são inseridos na análise a partir de diversas variáveis indicadoras das características pessoais, descritas no Quadro 03 a seguir. Entre estas variáveis estão incluídas informações sobre sexo, cor, situação conjugal, grupo etário e nível de escolaridade[93]. Destaca-se que não são inseridas na análise variáveis indicadoras da situação

[92] Foram realizados diversos testes para a definição da especificação dos modelos que seriam estimados, entre os quais foi considerada a possibilidade da variável indicadora da condição de migração apresentar alternativas para não migrantes, migrantes interestaduais (longa distância), migrantes intraestaduais (curta distância) e migrantes de retorno. Os exercícios realizados com estas variáveis (modelos multinomiais) não apresentaram contribuições significativas quando comparados aos resultados dos modelos estimados a partir da seção 6.4. Por este motivo, e para tornar a análise mais clara e objetiva, optou-se pelos modelos mais simples.

[93] A amostra é composta basicamente por indivíduos responsáveis pelo domicílio e seus respectivos cônjuges (filhos representam menos de 10% da amostra). Logo, a inclusão destas variáveis nos modelos não gera

ocupacional dos indivíduos (e variáveis resultantes das mesmas, como o rendimento do trabalho). O motivo para a não inclusão destas variáveis refere-se ao fato destas informações serem coletadas após o deslocamento para os migrantes. A imprecisão em relação à efetiva data de "obtenção" destas características inviabiliza a inclusão das mesmas como possíveis determinantes da migração[94].

Quadro 03 - Variáveis indicadores das características pessoais (controles sociodemográficos)

Variável	Nome	Descrição
sexo	Sexo	*Dummy* que assume valor 1 para homens e 0 para mulheres.
branco	Cor ou raça	*Dummy* que assume valor 1 para brancos e 0 para pretos e pardos.
sitconj_uniao	Situação conjugal	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos que possuem relação conjugal estável e 0 caso contrário.
getario_25a34	Grupo etário 25 a 34 anos	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com idade entre 25 e 34 anos e 0 caso contrário.
getario_35a44	Grupo etário 35 a 44 anos	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com idade entre 35 e 44 anos e 0 caso contrário.
getario_45a54	Grupo etário 45 a 54 anos	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com idade entre 45 e 54 anos e 0 caso contrário.
getario_55a64	Grupo etário 55 a 64 anos	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com idade entre 55 e 64 anos e 0 caso contrário.
escol_0a3	Grupo de escolaridade entre 0 e 3 anos de estudo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com escolaridade entre 0 e 3 anos de estudo e 0 caso contrário.
escol_4a7	Grupo de escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo e 0 caso contrário.
escol_8a10	Grupo de escolaridade entre 8 e 10 anos de estudo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com escolaridade entre 8 e 10 anos de estudo e 0 caso contrário.
escol_11a14	Grupo de escolaridade entre 11 e 14 anos de estudo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com escolaridade entre 11 e 14 anos de estudo e 0 caso contrário.
escol_15	Grupo de escolaridade com 15 ou mais anos de estudo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos com escolaridade igual ou superior a 15 anos de estudo e 0 caso contrário.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010.

contribuições significativas para a interpretação do processo migratório. Após a realização de diversos testes de especificação, observou-se que seria mais adequado incluir a variável indicadora da situação conjugal nos modelos em detrimento das variáveis indicadoras da posição individual no domicílio.

[94] A limitação da amostra às pessoas entre 25 e 64 anos procura, em alguma medida, minimizar a importância desta observação para as variáveis indicadoras de escolaridade. Em geral, indivíduos desta faixa etária já concluíram seu ciclo educacional e, portanto, pode-se assumir que o nível educacional afeta significativamente a decisão de migrar. Há exceções, é obvio, mas considerando a distribuição percentual da população brasileira por grupos educacionais (Capítulo 4), é possível observar que pequeno percentual da amostra possui elevado nível educacional (em 1980 menos de 5% da amostra possuía 15 anos ou mais de estudo; em 2010 este percentual subiu para aproximadamente 15%). Neste caso, a probabilidade do deslocamento ocorrer antes da conclusão do ciclo educacional é relativamente baixa para a amostra.

Em relação aos aspectos regionais, são estimados separadamente modelos para as localidades de origem e de destino dos migrantes. A justificava para a estimação de modelos específicos para as regiões de origem e de destino, como destacado anteriormente, refere-se à impossibilidade de analisar estes efeitos conjuntamente para uma amostra que inclua indivíduos que não realizaram deslocamentos no período analisado. As variáveis regionais são descritas nos Quadros 04 e 05 a seguir.

Quadro 04 - Variáveis indicadores das características das regiões de origem dos potenciais migrantes (área comparável de residência na data fixa)

Variável	Nome	Descrição
acspfixa	Área regional comparável de origem São Paulo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos que residiam na AC São Paulo na data fixa e 0 caso contrário.
org_lnrenddompc_m	Logarítimo natural do rendimento domiciliar *per capita* médio da AC de origem	Valor do logarítmo natural do rendimento domiciliar *per capita* médio da AC de residência individual na data fixa.
org_tx_esgot	Taxa de esgotamento sanitário da AC de origem	Taxa de esgotamento sanitário da AC de residência individual na data fixa.
org_med_anosest	Escolaridade média da AC de origem	Média de anos de estudo populacional da AC de residência individual na data fixa.
org_id_deseduc	Indicador de desigualdade educacional da AC de origem	Proporção de indivíduos com escolaridade maior ou igual a 11 anos de estudo em relação à quantidade de indivíduos com menos de 04 anos de estudo da AC de residência na data fixa.
org_ind_relevante	Área industrial relevante na AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem parques industriais relevantes, na data fixa, e 0 caso contrário.
org_ind_interm	Área industrial intermediária na AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem parques industriais intermediários, na data fixa, e 0 caso contrário.
org_ind_irrelev	Área industrial irrelevante na AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem parques industriais irrelevantes, na data fixa, e 0 caso contrário.
org_pobreza	Taxa de pobreza da AC de origem	Taxa de pobreza da AC de residência individual na data fixa.
org_gini_q1	Primeiro quartil do Coeficiente de Gini da AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data fixa valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao primeiro quartil da distribuição e 0 caso contrário.

(continua)

(continuação)

org_gini_q2	Segundo quartil do Coeficiente de Gini da AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data fixa valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao segundo quartil da distribuição e 0 caso contrário.
org_gini_q3	Terceiro quartil do Coeficiente de Gini da AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data fixa valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao terceiro quartil da distribuição e 0 caso contrário.
org_gini_q4	Quarto quartil do Coeficiente de Gini da AC de origem	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data fixa valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao quarto quartil da distribuição e 0 caso contrário.
org_regic1	Nível de centralidade REGIC 1 da AC de origem	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data fixa é classificada como metrópole e 0 caso contrário.
org_regic2	Nível de centralidade REGIC 2 da AC de origem	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data fixa é classificada como capital regional e 0 caso contrário.
org_regic3	Nível de centralidade REGIC 3 da AC de origem	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data fixa é classificada como centro subregional e 0 caso contrário.
org_regic4	Nível de centralidade REGIC 4 da AC de origem	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data fixa é classificada como centro de zona e 0 caso contrário.
org_regic5	Nível de centralidade REGIC 5 da AC de origem	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data fixa é classificada como centro local e 0 caso contrário.
org_c1*	Índice de desenvolvimento e atratividade da AC de origem	Indicador do nível de desenvolvimento e atratividade da AC de residência individual na data fixa.
org_c2*	Índice industrial da AC de origem	Indicador das vantagens e desvantagens do setor industrial para a AC de residência individual na data fixa.
org_grande**	AC de origem tem porte grande	*Dummy* que assume valor 1 para AC's de residência individual na data fixa que possuem porte grande e 0 caso contrário.
org_media**	AC de origem tem porte médio	*Dummy* que assume valor 1 para AC's de residência individual na data fixa que possuem porte médio e 0 caso contrário.
org_pequena**	AC de origem tem porte pequeno	*Dummy* que assume valor 1 para AC's de residência individual na data fixa que possuem porte pequeno e 0 caso contrário.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010.
(*) Indicadores gerados a partir da análise de componentes principais realizada no Capítulo 04.
(**) Critério populacionais foram estabelecidos para a classificação do porte da áreas comparáveis:
- áreas de pequeno porte possuem população inferior a 150.000 habitantes.
- áreas de médio porte possuem população entre 150.000 e 300.000 habitantes.
- áreas de grande porte possuem população superior a 300.000 habitantes.

Quadro 05 - Variáveis indicadores das características das regiões de destino dos potenciais migrantes (área comparável de residência na data de recenseamento)

Variável	Nome	Descrição
acsp	Área regional comparável de destino São Paulo	*Dummy* que assume valor 1 para indivíduos que residiam na AC São Paulo na data do censo e 0 caso contrário.
lnrenddompc_m	Logarítimo natural do rendimento domiciliar per capita médio da AC de destino	Valor do logarítmo natural do rendimento domiciliar per capita médio da AC de residência individual na data do censo.
tx_esgot	Taxa de esgotamento sanitário da AC de destino	Taxa de esgotamento sanitário da AC de residência individual na data do censo.
med_anosest	Escolaridade média da AC de destino	Média de anos de estudo populacional da AC de residência individual na data do censo.
id_deseduc	Indicador de desigualdade educacional da AC de destino	Proporção de indivíduos com escolaridade maior ou igual a 11 anos de estudo em relação à quantidade de indivíduos com menos de 04 anos de estudo da AC de residência na data do censo.
ind_relevante	Área industrial relevante na AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem parques industriais relevantes, na data do censo, e 0 caso contrário.
ind_interm	Área industrial intermediária na AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem parques industriais intermediários, na data do censo, e 0 caso contrário.
ind_irrelev	Área industrial irrelevante na AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem parques industriais irrelevantes, na data do censo, e 0 caso contrário.
pobreza	Taxa de pobreza da AC de destino	Taxa de pobreza da AC de residência individual na data do censo.
gini_q1	Primeiro quartil do Coeficiente de Gini da AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data do censo valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao primeiro quartil da distribuição e 0 caso contrário.
gini_q2	Segundo quartil do Coeficiente de Gini da AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data do censo valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao segundo quartil da distribuição e 0 caso contrário.
gini_q3	Terceiro quartil do Coeficiente de Gini da AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data do censo valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao terceiro quartil da distribuição e 0 caso contrário.

(continua)

(continuação)

gini_q4	Quarto quartil do Coeficiente de Gini da AC de destino	*Dummy* que assume valor 1 para AC's que possuem na data do censo valores do Coeficiente de Gini pertencentes ao quarto quartil da distribuição e 0 caso contrário.
regic1	Nível de centralidade REGIC 1 da AC de destino	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data do censo é classificada como metrópole e 0 caso contrário.
regic2	Nível de centralidade REGIC 2 da AC de destino	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data do censo é classificada como capital regional e 0 caso contrário.
regic3	Nível de centralidade REGIC 3 da AC de destino	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data do censo é classificada como centro subregional e 0 caso contrário.
regic4	Nível de centralidade REGIC 4 da AC de destino	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data do censo é classificada como centro de zona e 0 caso contrário.
regic5	Nível de centralidade REGIC 5 da AC de destino	*Dummy* que assume valor 01 se a AC de residência na data do censo é classificada como centro local e 0 caso contrário.
c1*	Índice de desenvolvimento e atratividade da AC de destino	Indicador do nível de desenvolvimento e atratividade da AC de residência individual na data do censo.
c2*	Índice industrial da AC de destino	Indicador das vantagens e desvantagens do setor industrial para a AC de residência individual na data do censo.
grande**	AC de destino tem porte grande	*Dummy* que assume valor 1 para AC's de residência individual na data do censo que possuem porte grande e 0 caso contrário
media**	AC de destino tem porte médio	*Dummy* que assume valor 1 para AC's de residência individual na data do censo que possuem porte médio e 0 caso contrário
pequena**	AC de destino tem porte pequeno	*Dummy* que assume valor 1 para AC's de residência individual na data do censo que possuem porte pequeno e 0 caso contrário

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980 a 2010.
(*) Indicadores gerados a partir da análise de componentes principais realizada no Capítulo 04.
(**) Critério populacionais foram estabelecidos para a classificação do porte da áreas comparáveis:
- áreas de pequeno porte possuem população inferior a 150.000 habitantes.
- áreas de médio porte possuem população entre 150.000 e 300.000 habitantes.
- áreas de grande porte possuem população superior a 300.000 habitantes.

É interessante ressaltar a contribuição das variáveis indicadoras dos níveis de desenvolvimento e atratividade e das vantagens e desvantagens industriais de cada localidade para a identificação das dinâmicas regional e migratória no Brasil entre 1980 e 2010. Estas variáveis, construídas a partir da análise de componentes principais descrita no Capítulo 04,

fornecem informações importantes sobre o potencial produtivo das áreas regionais comparáveis em análise. O primeiro indicador assume valores mais expressivos para regiões que possuem maiores níveis de desenvolvimento e deve ser interpretado como a capacidade local de atrair indivíduos: quanto maior o seu valor, maior o dinamismo local e, consequentemente, mais pessoas desejarão residir nesta região. O segundo indicador, por sua vez, evidencia que áreas regionais comparáveis que possuem maiores níveis de emprego no setor industrial tendem a ser mais dinâmicas. A análise conjunta destes componentes permite identificar que entre as regiões mais dinâmicas do país, aquelas que possuem parques industriais mais relevantes e dinâmicos tendem a ser mais atrativas para os indivíduos. Neste sentido, não basta ter elevado nível de renda para atrair pessoas no âmbito nacional; a região precisa possuir elevada capacidade de geração de emprego industrial. As implicações desta análise para os deslocamentos populacionais referem-se à importância do setor industrial para a composição do padrão migratório dominante no país.

Realizadas estas considerações, procede-se à análise empírica da migração no Brasil. Utilizando as variáveis descritas nos Quadros 03, 04 e 05 serão estimados diversos modelos de regressão logística para identificar os principais determinantes da condição de migração individual. As análises serão realizadas a partir do modelo mais simples, que inclui apenas as características individuais como determinantes da migração. Em seguida serão estimados modelos para as regiões de origem e destino dos potenciais migrantes incorporando isoladamente as variáveis indicadoras das características das áreas regionais comparáveis em análise. O objetivo destas estimações é identificar como fatores econômicos e sociais contribuem para a decisão individual de migrar. Estes fatores tendem a apresentar elevados níveis de correlação, logo, a análise conjunta dos mesmos pode não viabilizar a interpretação correta de suas respectivas contribuições para o processo migratório.

Espera-se identificar os principais fatores regionais de atração, retenção e/ou repulsão populacional.

6.4 A contribuição das características individuais para a decisão de migrar: o modelo a-espacial de determinação da condição de migração

É interessante começar a análise dos determinantes da migração no Brasil considerando apenas as características individuais de cada migrante potencial. Os resultados deste modelo evidenciam quais seriam os principais fatores que condicionam os deslocamentos no país em uma situação hipotética, na qual seria possível isolar o processo migratório dos contextos socioeconômicos nacionais. Assim, será possível identificar se o processo migratório é seletivo do ponto de vista individual, ou seja, se grupos de indivíduos com características específicas possuem maior probabilidade de migrar.

Na tabela abaixo podem ser visualizados os resultados das estimações dos modelos de regressão logística para a condição de migração individual:

Tabela 12 - Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual (Brasil, 1980-2010)

	1980	1991	2000	2010
sexo	1.113***	1.102***	1.085***	1.126***
	(0.003)	(0.004)	(0.004)	(0.004)
branco	1.095***	1.024***	1.003	0.997
	(0.003)	(0.004)	(0.003)	(0.003)
sitconj_uniao	1.483***	1.372***	1.261***	1.241***
	(0.006)	(0.007)	(0.005)	(0.005)
getario45a54	1.257***	1.262***	1.270***	1.132***
	(0.007)	(0.010)	(0.009)	(0.008)
getario35a44	1.733***	1.793***	1.696***	1.635***
	(0.009)	(0.014)	(0.011)	(0.010)
getario25a34	2.630***	2.507***	2.337***	2.237***
	(0.013)	(0.018)	(0.015)	(0.014)
escol_0a3	1.038***	0.999	0.995	0.772***
	(0.005)	(0.006)	(0.005)	(0.005)
escol_4a7	0.891***	0.941***	0.943***	0.897***
	(0.005)	(0.006)	(0.005)	(0.004)
escol_11a14	1.202***	1.113***	1.085***	1.032***
	(0.007)	(0.008)	(0.006)	(0.005)
escol_15	1.961***	1.412***	1.473***	1.602***
	(0.042)	(0.012)	(0.010)	(0.010)
_cons	0.034***	0.026***	0.029***	0.025***
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
Pseudo-R2	0.019	0.015	0,013	0.018
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

Os resultados das estimações do modelo "simples" da condição de migração individual, no qual a migração é explicada em função apenas das características socioeconômicas de cada

indivíduo, corroboram as análises realizadas sobre o tema, considerando a bibliografia estudada.

Durante todo o período analisado, a efetivação da migração é positivamente relacionada com a variável *sexo*. Os homens possuem maior probabilidade de migrar quando comparados às mulheres e esta diferença manteve-se praticamente estável entre 1980 e 2010. Em média, os homens possuem uma probabilidade 10% maior de migrar. Este resultado evidencia que apesar da emancipação feminina nas últimas décadas, ainda existem fatores, provavelmente subjetivos, que tornam as mulheres menos propensas a migrar.

Em relação à cor (ou raça), observa-se uma diminuição das diferenças entre os grupos analisados (brancos *versus* pretos e pardos). Em 1980, indivíduos brancos possuíam uma probabilidade de migrar 9% mais alta do que indivíduos pretos e pardos, mas este percentual decresceu no período analisando, aproximando-se de zero. Entre 2000 e 2010, nota-se que praticamente não há diferenças entre a probabilidade de migrar dos indivíduos pertencentes aos diferentes grupos de cor analisados. Entre as prováveis justificativas para este resultado pode-se destacar o enfraquecimento da discriminação por cor existente nos mercados de trabalho brasileiros (BARROS *et al.*, 2007b), que pode ter contribuído para diminuir as incertezas em relação aos retornos dos deslocamentos de indivíduos com características tradicionalmente não beneficiadas no processo de inserção ocupacional. É razoável supor que a intensificação dos debates sobre a questão racial no Brasil nas últimas décadas contribuiu para reduzir as diferenças existentes entre indivíduos brancos e pretos (e pardos) nas mais variadas esferas de decisão, inclusive a migratória. Todavia, salienta-se que, apesar de menos expressivas, estas diferenças persistem e continuam a se traduzir, por exemplo, em diferenciais salariais, conforme destacam Barros *et al.* (2007b).

Os indivíduos que possuem situação conjugal estável têm maior probabilidade de migrar, muito provavelmente porque necessitam realizar deslocamentos para diversificar suas oportunidades de renda e emprego. Em 1980, indivíduos que possuíam cônjuge tinham probabilidade 48% maior de serem migrantes quando comparados às pessoas que não viviam em união estável. Este percentual se reduziu no período, estabelecendo-se em 24% em 2010. O resultado indica que, para a amostra em análise, chefes dos domicílios e seus respectivos cônjuges tendem a migrar conjuntamente, mas em uma proporção cada vez menos expressiva. Em outras palavras, indivíduos solteiros, que possuem vínculos afetivos menos significativos

em suas respectivas regiões de origem, passaram a realizar mais deslocamentos no Brasil nas últimas décadas.

A seletividade da migração em relação à idade, destacada nos estudos de diversos autores analisados nos Capítulos 02 e 03, é facilmente identificada por intermédio dos resultados do modelo estimado. Indivíduos pertencentes ao grupo etário mais jovem (entre 25 e 34 anos) possuem probabilidade de migração significativamente superior aos demais elementos da amostra em todo o período. À medida que são analisadas as estimações dos grupos etários mais velhos, respectivamente 35 a 44 anos e 45 a 54 anos, observa-se uma redução da probabilidade de migrar quando comparados aos indivíduos mais jovens e um aumento quando comparados aos elementos mais velhos pertencentes à amostra (55 a 64 anos). Vale salientar que apesar da manutenção deste padrão, há uma pequena diminuição da vantagem migratória dos jovens no período analisado (redução da *odds ratio*), mas sem quaisquer indícios de perda de posição deste grupo. Os resultados confirmam as hipóteses sobre a facilidade de realização de deslocamentos de indivíduos jovens, pois estes possuem maior capacidade de adaptação a novos contextos sociais e estão dispostos a incorrer maiores riscos. Neste sentido, o modelo corrobora a elevada seletividade etária da migração, que tende a favorecer os jovens.

Em relação ao nível de escolaridade são observadas tendências específicas para cada grupo de análise. Indivíduos pertencentes aos grupos de escolaridade mais baixa (0 a 3 anos de estudo) possuíam, em 1980, probabilidade de migrar aproximadamente 4% mais elevada do que os indivíduos com níveis de escolaridade intermediária e elevada. Este resultado provavelmente é uma consequência da migração estimulada por fatores negativos que dificultam a inserção individual em suas respectivas regiões de origem. A incapacidade de encontrar emprego na origem devido à baixa qualificação individual pode estimular o deslocamento para regiões mais dinâmicas e com maiores oportunidades de renda e emprego. Os migrantes com estas características tendem a interpretar a mobilidade espacial como mobilidade social, ainda que efetivamente este resultado não seja verificado. Este argumento pode ser utilizado para explicar parte dos fluxos migratórios que ocorriam no Brasil no final da década de 1970 entre áreas comparáveis da região Nordeste (origem) e a AC São Paulo (destino). Nos anos censitários posteriores, observa-se uma inversão desta probabilidade, de tal forma que indivíduos pouco escolarizados passam a ter em 2010 uma probabilidade de migrar 20% mais baixa do que os mais escolarizados, um provável reflexo da diminuição percentual deste grupo no total da população brasileira (ver Capítulo 04) e/ou da elevação da percepção de

suas dificuldades de inserção mesmo em conjunturas mais favoráveis (permanecer na origem seria menos prejudicial do que migrar e não obter emprego).

No outro extremo, dentre os indivíduos mais escolarizados (11 a 14 e 15 ou mais anos de estudo), observa-se maior probabilidade de migrar em relação aos demais grupos. Entre 1980 e 2010 há uma pequena redução desta probabilidade, especialmente para os indivíduos que possuem entre 11 e 14 anos de estudo. Todavia, esta perda de importância não afeta a seletividade da migração em termos educacionais, sendo esta claramente identificada pela interpretação das razões de risco relativas dos indivíduos pertencentes ao grupo de escolaridade mais elevada (15 anos de estudo ou mais): em 1980, a probabilidade de migrar destes indivíduos era 96% maior do que a probabilidade dos demais grupos; entre 1991 e 2000, houve uma retração deste percentual, para aproximadamente 40%, reflexo da conjuntura econômica nacional desfavorável que desestimulou em alguma medida os deslocamentos internos da população brasileira; em 2010, este percentual se recuperou estabelecendo-se em 60%. Altos níveis de escolaridade facilitam a inserção individual nos mercados de trabalho, tanto em regiões dinâmicas quanto estagnadas, logo, indivíduos com estas características são beneficiados pela efetivação do deslocamento. Neste sentido, os resultados do modelo corroboram as hipóteses teóricas de que a migração é seletiva em uma perspectiva educacional.

Por fim, ressalta-se que indivíduos com níveis intermediários de escolaridade (4 a 7 e 8 a 10 anos de estudo) possuem menor probabilidade de migrar e praticamente não há oscilações deste resultado em todo o período analisado.

Em resumo, os resultados do modelo de determinação da condição de migração individual, que incorpora apenas características sociodemográficas pessoais, indicam que os homens, brancos, jovens, com situação conjugal estável e com elevados níveis de escolaridade possuem maior probabilidade de migrar no Brasil no período entre 1980 e 2010. Há indícios de aumento da probabilidade de migrar das mulheres e de indivíduos pretos e pardos, todavia, estas características ainda não são as mais beneficiadas pelo processo migratório, que possui caráter significativamente seletivo.

6.5 Aspectos regionais e a decisão individual de migrar

Para identificar os principais fatores de retenção, atração e repulsão populacional no país entre 1980 e 2010, serão estimados diversos modelos que incorporarão aspectos regionais à análise dos determinantes da condição de migração individual[95].

6.5.1 A influência dos níveis médios de renda das regiões de origem e destino para a efetivação da migração

A análise econômica ortodoxa do processo migratório considera, majoritariamente, a importância dos níveis de renda sobre a decisão individual de migrar (incentivo para migrar é econômico). Se a migração é vista como uma estratégia para minimizar os riscos de perdas monetárias, espera-se que o indivíduo considere em seu processo de tomada de decisão os níveis médios de renda das respectivas localidades de origem e destino. Assim, o primeiro modelo regional de determinação da condição de migração incorpora o nível médio de rendimento domiciliar *per capita* das áreas comparáveis à análise. Esta variável fornece uma medida do rendimento esperado pelo migrante no caso de realização ou não do deslocamento.

Para facilitar a interpretação da influência dos níveis médios de rendimento sobre o processo migratório no Brasil optou-se por utilizar o logaritmo do rendimento domiciliar *per capita* médio de cada área regional comparável analisada. Os resultados dos modelos são descritos na tabela a seguir:

[95] Ao estimar modelos específicos para cada indicador regional espera-se captar sua contribuição efetiva para a decisão individual de migrar. A estimação de um modelo regional completo viabilizaria a identificação da sinergia entre as variáveis espaciais, todavia, devido à elevada correlação entre estas variáveis os resultados deste modelo, após diversos testes realizados (diferentes combinações de aspectos regionais), geravam poucas contribuições adicionais para a discussão quando comparados aos resultados dos modelos específicos. Neste sentido, optou pelas estimações específicas, cuja interpretação é direta e objetiva.

Tabela 13 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o rendimento domiciliar *per capita* (médio) do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.118***	1.102***	1.086***	1.120***	1.112***	1.102***	1.086***	1.125***
	(0.006)	(0.005)	(0.006)	(0.007)	(0.012)	(0.005)	(0.007)	(0.006)
branco	1.242**	1.046	1.014	0.905	1.062	1.008	1.025	0.987
	(0.107)	(0.102)	(0.082)	(0.074)	(0.108)	(0.093)	(0.084)	(0.083)
sitconj_uniao	1.459***	1.366***	1.258***	1.257***	1.491***	1.376***	1.256***	1.242***
	(0.043)	(0.014)	(0.015)	(0.016)	(0.045)	(0.023)	(0.019)	(0.018)
getario45a54	1.269***	1.259***	1.270***	1.142***	1.253***	1.264***	1.271***	1.133***
	(0.032)	(0.019)	(0.037)	(0.039)	(0.015)	(0.022)	(0.022)	(0.018)
getario35a44	1.730***	1.787***	1.693***	1.677***	1.733***	1.798***	1.691***	1.639***
	(0.030)	(0.021)	(0.073)	(0.067)	(0.036)	(0.049)	(0.056)	(0.047)
getario25a34	2.586***	2.486***	2.328***	2.346***	2.640***	2.520***	2.322***	2.247***
	(0.056)	(0.054)	(0.138)	(0.142)	(0.112)	(0.125)	(0.131)	(0.085)
escol_0a3	0.844**	0.957	0.973	0.885***	1.091	1.030	0.953	0.783***
	(0.062)	(0.084)	(0.046)	(0.023)	(0.121)	(0.083)	(0.055)	(0.025)
escol_4a7	0.857***	0.930	0.937**	0.956*	0.899*	0.948	0.931*	0.903***
	(0.035)	(0.051)	(0.031)	(0.025)	(0.053)	(0.052)	(0.039)	(0.022)
escol_11a14	1.191***	1.109***	1.084**	1.020	1.205***	1.116***	1.083***	1.031
	(0.052)	(0.034)	(0.038)	(0.025)	(0.047)	(0.025)	(0.023)	(0.022)
escol_15	2.009***	1.422***	1.483***	1.548***	1.953***	1.406***	1.493***	1.597***
	(0.218)	(0.131)	(0.147)	(0.109)	(0.176)	(0.056)	(0.058)	(0.073)
lnrenddompc_m	0.672***	0.900	0.916	1.560**	1.112	1.079	0.840	1.047
	(0.086)	(0.184)	(0.241)	(0.269)	(0.157)	(0.153)	(0.126)	(0.124)
_cons	0.293**	0.049***	0.052*	0.001***	0.019***	0.016***	0.092***	0.018***
	(0.175)	(0.056)	(0.083)	(0.001)	(0.011)	(0.012)	(0.081)	(0.013)
Pseudo-R2	0.027	0.015	0.013	0.023	0.020	0.015	0.013	0.018
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

Primeiramente, é interessante observar que as razões de risco relativo das variáveis indicadoras das características socioeconômicas individuais sofreram poucas alterações a partir da incorporação da variável regional, tanto no modelo de origem quanto de destino. Isso significa que não existe correlação entre as mesmas, ou seja, o primeiro grupo de variáveis influencia a probabilidade de migrar da mesma forma, independentemente dos aspectos regionais[96]. A única alteração que merece destaque é a verificação de *odds ratio* menores do que um em todos os anos analisados no modelo de origem para a variável indicadora do grupo de escolaridade entre 0 e 3 anos de estudo. Este resultado indica que indivíduos com baixa escolaridade e residentes na data fixa em áreas comparáveis com maiores níveis de rendimento têm menor probabilidade de migrar em comparação aos indivíduos com maior escolaridade.

[96] Esta observação é válida para todos os modelos regionais que serão estimados posteriormente. Para evitar análises repetitivas no texto, optou-se por incluir esta informação apenas nesta subseção.

O critério de migração adotado indica que a decisão de migrar é tomada entre a data fixa e a data de recenseamento. A inclusão do rendimento domiciliar *per capita* (médio) na análise fornece *insights* interessantes sobre as interações entre migração e desenvolvimento no Brasil nas últimas décadas.

Ao analisar o modelo relacionado à área comparável de origem dos potenciais migrantes, observa-se claramente uma alteração da influência da renda média regional sobre a decisão individual de migrar entre 1980 e 2010. No começo do período analisado, o rendimento médio de cada localidade funcionava como um importante fator de retenção populacional, pois a residência, na data fixa, em áreas comparáveis com elevados níveis de rendimento reduzia significativamente a probabilidade de migrar. Mais especificamente, indivíduos que residiam na data fixa em áreas comparáveis com renda 10% mais elevadas, quando comparadas às demais, possuíam uma probabilidade de migrar 33% menor do que os indivíduos residentes em áreas de menor rendimento. Esta capacidade de retenção populacional das áreas comparáveis com elevados rendimentos médios também é verificada ao longo das décadas de 1980 e 1990, todavia, sua importância relativa apresenta trajetória decrescente, de tal forma que o percentual citado anteriormente cai para aproximadamente 10% em 2000.

Estes resultados indicam que o rendimento médio tornava-se cada vez menos expressivo como um fator de retenção da população, reflexo da complexidade inerente às interações entre migração e desenvolvimento. Esta tendência é confirmada pelos resultados observados para 2010 que indicam, inclusive, a reversão do papel desempenhado pelo nível médio de renda sobre a decisão de migrar. Na última década estudada verifica-se que a residência na data fixa em áreas comparáveis com maiores níveis de rendimento domiciliar *per capita* aumenta em 56% a probabilidade de efetivar o deslocamento. Estes resultados são um provável reflexo das alterações das trajetórias migratórias brasileiras, identificadas no Capítulo 05, relacionadas principalmente à diminuição da atratividade dos grandes centros urbanos, que possuem os maiores níveis de renda do país. O congestionamento das principais áreas metropolitanas nacionais tem desestimulado não apenas a migração em sua direção, como também a emigração de suas respectivas populações. Na atual conjuntura brasileira, os indivíduos preferem migrar para as cidades médias, que possuem níveis de renda menos expressivos, mas que crescem a taxa mais elevadas. Neste contexto, o nível médio de rendimento domiciliar da área comparável de residência na data fixa (origem) perdeu sua capacidade de retenção populacional.

A análise realizada a partir do ponto de vista das regiões de destino dos potenciais migrantes gera basicamente as mesmas conclusões, mas em uma perspectiva distinta. Nos primeiros anos analisados identifica-se que a probabilidade de migração era mais elevada para indivíduos que residiam na data do censo em áreas comparáveis com níveis de rendimento domiciliar médio mais expressivos. Em 1980, o indivíduo que residia na data de referência do censo em uma área comparável com rendimento 10% superior às demais possuía 11% a mais de chances de ser imigrante quando comparado aos indivíduos residentes em outras AC's. Neste sentido, o rendimento domiciliar médio da região de destino dos migrantes funcionava como um fator de atração populacional (regiões mais ricas atraíam maior quantidade de imigrantes). Todavia, a atratividade provocada por elevados níveis de rendimento no destino apresenta trajetória decrescente entre 1980 e 2010, cujo percentual caiu para aproximadamente 4% em 2010, verificando inclusive uma contribuição negativa em 2000.

A análise dos modelos de determinação da migração condicionada pelos níveis médios de rendimento domiciliar das regiões de origem e destino dos potenciais migrantes indica que a influência desta variável, outrora fundamental para o processo de decisão individual, torna-se cada vez menos expressiva. As áreas comparáveis com maiores níveis de rendimento tendem a ser aquelas que apresentam os maiores custos de congestionamento e de concorrência nos mercados de trabalho, o que pode dificultar a inserção ocupacional. As consequências deste contexto sobre o processo migratório referem-se, respectivamente, à diminuição das capacidades de atração e retenção das regiões de destino e origem dos migrantes quando são analisados seus níveis médios de renda domiciliar *per capita*.

É fácil perceber que os resultados evidenciam a complexidade inerente entre migração e desenvolvimento. Se as interações entre estes fenômenos pudessem ser resumidas às análises simplistas (apenas fatores econômicos influenciam a decisão de migrar), a influência identificada no primeiro ano analisado deveria ser mantida ao longo do período. A inversão da influência do rendimento regional médio sobre a probabilidade de migrar evidencia que a migração está relacionada a fatores que transcendem a análise econômica, logo, variáveis indicadoras de aspectos sociais também devem ser introduzidas na análise.

6.5.2 As condições de infraestrutura domiciliar e o processo migratório brasileiro

A migração pode ser interpretada como uma resposta às expectativas (destino) e/ou às frustrações (origem) individuais (SOUZA, 1973). Entre os diversos aspectos que influenciam estas percepções estão incluídos os padrões de vida regionais. Mais especificamente, o bem-estar individual está diretamente relacionado às condições médias de infraestrutura domiciliar de cada localidade. O fornecimento de serviços básicos de habitação, como esgotamento sanitário, abastecimento de água e energia elétrica, afeta a qualidade de vida da população e, consequentemente, sua decisão de permanecer ou não em determina região.

Além disso, a infraestrutura domiciliar está intrinsecamente relacionada aos níveis de urbanização regionais: localidades mais urbanizadas possuem maior percentual de domicílios ligados às redes gerais de esgotamento sanitário, abastecimento de água e energia elétrica. Neste sentido, a estimação de um modelo de migração condicionado à infraestrutura domiciliar média das regiões de origem e destino dos potenciais migrantes auxilia a interpretar a influência do processo de urbanização brasileiro sobre suas trajetórias migratórias. Brito (1997) enfatiza que os deslocamentos populacionais brasileiros entre 1950 e 1980 foram significativamente influenciados por seu processo de urbanização (elevado êxodo rural). A ideia subjacente é captar se este fenômeno continua a exercer este papel nas últimas décadas.

Devido à baixa variabilidade das observações regionais relacionadas ao fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água, optou-se por utilizar apenas a proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto como indicador da infraestrutura domiciliar regional. Entre 1980 e 2010, esta proporção varia significativamente entre as áreas comparáveis brasileiras, refletindo, em determinado grau, as elevadas disparidades regionais existentes no Brasil.

Os resultados dos modelos podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 14 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo a infraestrutura domiciliar média do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.112***	1.102***	1.085***	1.123***	1.113***	1.102***	1.085***	1.126***
	(0.006)	(0.005)	(0.006)	(0.006)	(0.012)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.164	1.020	1.001	0.960	1.090	1.018	1.009	1.002
	(0.132)	(0.110)	(0.085)	(0.075)	(0.128)	(0.108)	(0.096)	(0.103)
sitconj_uniao	1.460***	1.373***	1.262***	1.259***	1.484***	1.374***	1.256***	1.239***
	(0.043)	(0.014)	(0.014)	(0.013)	(0.043)	(0.022)	(0.018)	(0.015)
getario45a54	1.260***	1.263***	1.270***	1.139***	1.256***	1.263***	1.270***	1.131***
	(0.030)	(0.020)	(0.036)	(0.039)	(0.015)	(0.024)	(0.022)	(0.019)
getario35a44	1.721***	1.794***	1.697***	1.662***	1.733***	1.795***	1.692***	1.632***
	(0.032)	(0.026)	(0.075)	(0.068)	(0.034)	(0.052)	(0.059)	(0.054)
getario25a34	2.586***	2.510***	2.340***	2.301***	2.633***	2.512***	2.328***	2.230***
	(0.066)	(0.072)	(0.148)	(0.149)	(0.110)	(0.134)	(0.138)	(0.101)
escol_0a3	0.931	1.004	0.999	0.824***	1.046	1.007	0.981	0.766***
	(0.062)	(0.075)	(0.042)	(0.030)	(0.136)	(0.108)	(0.079)	(0.043)
escol_4a7	0.869***	0.942	0.945**	0.926***	0.892**	0.942	0.939	0.894***
	(0.029)	(0.043)	(0.024)	(0.016)	(0.050)	(0.053)	(0.041)	(0.023)
escol_11a14	1.209***	1.113***	1.085**	1.023	1.201***	1.113***	1.086***	1.033*
	(0.059)	(0.038)	(0.041)	(0.021)	(0.049)	(0.028)	(0.023)	(0.019)
escol_15	2.014***	1.410***	1.470***	1.567***	1.958***	1.409***	1.485***	1.606***
	(0.220)	(0.127)	(0.138)	(0.093)	(0.176)	(0.045)	(0.050)	(0.060)
tx_esgot	0.476**	1.033	1.045	1.633*	1.053	1.056	0.873	0.945
	(0.177)	(0.348)	(0.333)	(0.422)	(0.451)	(0.320)	(0.235)	(0.173)
_cons	0.043***	0.026***	0.028***	0.019***	0.033***	0.025***	0.031***	0.025***
	(0.006)	(0.003)	(0.004)	(0.002)	(0.005)	(0.004)	(0.005)	(0.003)
Pseudo-R2	0.023	0.015	0.013	0.020	0.019	0.015	0.013	0.018
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

Os microdados do Censo Demográfico de 1980 refletem os padrões migratórios relacionados à conjuntura brasileira da década de 1970. Os resultados das estimações obtidas para este ano evidenciam como a decisão de migrar no Brasil ainda estava altamente relacionada ao seu processo de urbanização. A residência na data fixa em uma área regional comparável com elevada proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto diminuía em aproximadamente 53% a probabilidade de um indivíduo migrar quando comparado aos indivíduos residentes em AC's com piores condições domiciliares. Simultaneamente, residir na data de recenseamento em AC's mais urbanizadas aumentava em 5% as chances de ser imigrante. Neste sentido, a infraestrutura domiciliar média funcionava como um fator de retenção populacional na origem e um fator de atração no destino.

Os resultados das estimações para os anos censitários posteriores demonstram a reversão gradativa destas contribuições. A análise dos modelos das respectivas regiões de origem dos potenciais migrantes evidencia que as condições domiciliares médias tornam-se incapazes de

evitar a emigração, pois a probabilidade de migrar relacionada à melhor infraestrutura domiciliar eleva-se entre 1991 e 2010. Mais especificamente, a residência na data fixa em áreas comparáveis com elevados níveis de infraestrutura domiciliar passou a aumentar a probabilidade individual de migrar em comparação a não residência. Em 2010, as chances de ser imigrante de um indivíduo que residia na data fixa em áreas mais urbanizadas é 63% maior do que a probabilidade dos indivíduos residentes em áreas menos urbanizadas.

Este resultado é mais um indício da diminuição da atratividade dos grandes centros urbanos metropolitanos, provocada pela expansão de seus custos de congestionamento. Elevados níveis de infraestrutura domiciliar e, consequentemente, de urbanização podem contribuir para a efetivação da migração devido à sua incapacidade de absorção populacional.

A análise dos resultados dos modelos de destino corrobora esta hipótese. Em 1991, as condições médias de infraestrutura domiciliar mantêm seu papel de fator de atração populacional, porém, nos anos seguintes observa-se que a residência na data de recenseamento em áreas regionais comparáveis com melhores condições domiciliares diminui a probabilidade de ser migrante em comparação às chances dos indivíduos não residentes nestas AC's. Em outras palavras, melhores condições de infraestrutura domiciliar e maiores níveis de urbanização deixam de ser um fator de atratividade populacional no destino, pois estão cada vez mais associados a elevados custos de congestionamento.

Ressalta-se que estes resultados não equivalem à diminuição da importância das áreas urbanas para as trajetórias migratórias brasileiras. Na realidade, eles refletem duas tendências observadas no Brasil em seu período de desenvolvimento recente: (i) a generalização de seu processo de urbanização, cujo principal resultado foi a mudança das trajetórias rurais-urbanas para urbanas-urbanas (BRITO, 2006); e (ii) a elevação da migração para as cidades médias devido ao congestionamento das principais regiões metropolitanas do país.

6.5.3 Regiões com maiores níveis de escolaridade são mais atraentes para os indivíduos?

O modelo simples de determinação da condição de migração, que inclui apenas características sociodemográficas individuais, evidencia a importância do nível de escolaridade para a efetivação da migração. Logo, é interessante analisar em que medida os níveis médios de escolaridade das regiões de origem e destino dos potenciais migrantes podem afetar sua decisão.

Dois indicadores foram construídos para representar as vantagens educacionais de cada localidade: (i) um indicador da média de anos de estudo regional e (ii) um indicador do nível de desigualdade educacional por região. O último equivale à proporção de indivíduos com 11 anos de estudo ou mais em comparação à proporção de indivíduos com menos de 04 anos de estudo. Quanto maior o seu valor, maior o nível de desigualdade educacional da região em prol dos grupos de alta escolaridade. Logo, valores mais expressivos deste indicador indicam regiões que possuem maior parcela da população com níveis expressivos de escolaridade.

Foram estimados modelos de determinação da condição de migração individual que incorporaram isoladamente cada um destes indicadores e um modelo conjunto. Os resultados foram bastante similares e optou-se por apresentar apenas as estimações do modelo que incorpora o indicador de desigualdade educacional:

Tabela 15 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo indicador de desigualdade educacional do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.106***	1.100***	1.085***	1.121***	1.108***	1.099***	1.085***	1.126***
	(0.004)	(0.005)	(0.006)	(0.006)	(0.013)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.159*	1.035	1.006	0.938	1.116	1.054	1.025	1.005
	(0.088)	(0.090)	(0.078)	(0.077)	(0.105)	(0.091)	(0.079)	(0.089)
sitconj_uniao	1.440***	1.358***	1.256***	1.257***	1.461***	1.341***	1.237***	1.239***
	(0.042)	(0.012)	(0.014)	(0.014)	(0.039)	(0.015)	(0.016)	(0.017)
getario45a54	1.261***	1.256***	1.269***	1.142***	1.259***	1.250***	1.267***	1.130***
	(0.029)	(0.019)	(0.035)	(0.040)	(0.015)	(0.020)	(0.020)	(0.018)
getario35a44	1.707***	1.777***	1.691***	1.671***	1.723***	1.758***	1.670***	1.631***
	(0.026)	(0.021)	(0.067)	(0.068)	(0.029)	(0.039)	(0.050)	(0.047)
getario25a34	2.523***	2.461***	2.325***	2.325***	2.590***	2.409***	2.276***	2.226***
	(0.051)	(0.046)	(0.128)	(0.149)	(0.102)	(0.104)	(0.121)	(0.086)
escol_0a3	0.747***	0.928	0.973	0.857***	0.918	0.846**	0.880**	0.762***
	(0.061)	(0.077)	(0.047)	(0.023)	(0.106)	(0.058)	(0.047)	(0.028)
escol_4a7	0.798***	0.914*	0.935*	0.947**	0.856***	0.883***	0.897***	0.891***
	(0.039)	(0.054)	(0.035)	(0.020)	(0.041)	(0.036)	(0.032)	(0.020)
escol_11a14	1.211***	1.114***	1.086**	1.015	1.204***	1.114***	1.091***	1.034
	(0.059)	(0.040)	(0.044)	(0.025)	(0.048)	(0.026)	(0.024)	(0.022)
escol_15	2.155***	1.445***	1.487***	1.548***	2.024***	1.487***	1.556***	1.609***
	(0.289)	(0.153)	(0.164)	(0.103)	(0.195)	(0.057)	(0.056)	(0.071)
id_deseduc	0.184***	0.824	0.955	1.085**	0.531**	0.632***	0.762***	0.990
	(0.079)	(0.204)	(0.149)	(0.035)	(0.259)	(0.111)	(0.068)	(0.028)
_cons	0.065***	0.031***	0.031***	0.018***	0.044***	0.038***	0.043***	0.026***
	(0.008)	(0.004)	(0.003)	(0.001)	(0.005)	(0.003)	(0.004)	(0.002)
Pseudo-R2	0.034	0.016	0.013	0.021	0.022	0.020	0.017	0.018
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

Nos modelos das regiões de origem, observa-se durante quase todo o período de análise que a probabilidade de migrar dos indivíduos residentes na data fixa em áreas regionais comparáveis com níveis educacionais mais elevados é menor em comparação à probabilidade de migrar dos indivíduos residentes em áreas cujos grupos de baixa escolaridade são mais expressivos. Áreas regionais comparáveis com elevada proporção da população pertencente aos grupos de escolaridade mais altos possuem maior capacidade de retenção populacional. Muito provavelmente, há a expectativa individual de beneficiamento pelas externalidades positivas geradas pela grande quantidade de pessoas mais escolarizadas na região de origem. Mercados de trabalho mais qualificados são mais atraentes para as empresas e possuem maiores níveis de remuneração, logo, há vários incentivos para permanecer nestas localidades.

Apesar desta variável funcionar como um fator de retenção populacional para as regiões de origem dos potenciais migrantes, sua importância diminuiu no período analisado, sendo verificada, inclusive, uma reversão deste papel em 2010, o que pode indicar mudanças na forma de incorporação destas informações no processo de tomada de decisão individual.

As mesmas conclusões podem ser observadas a partir dos modelos das regiões de destino dos migrantes. O indicador de desigualdade educacional funciona, durante todo o período, como um fator de retenção populacional também no destino. Em 1980, a probabilidade de ser migrante dos indivíduos que residiam na data do censo em regiões com valores mais expressivos deste indicador era aproximadamente 47% menor do que as chances dos indivíduos residentes em áreas onde os grupos de escolaridade mais baixos tinham maior peso. Contudo, este percentual diminuiu no período analisado aproximando-se de zero em 2010, situação na qual o grau de desigualdade educacional não afeta a probabilidade de ser migrante no destino.

Assim, os níveis médios de escolaridade e a proporção dos grupos de escolaridade mais elevados contribuem para reter a população, mas pouco influenciam a atratividade e/ou a repulsão populacional. Mais recentemente, a própria capacidade de retenção populacional tem diminuído, quer na origem quer no destino.

Uma provável justificativa para este comportamento está relacionada à subjetividade das preferências locacionais de indivíduos pertencentes a diferentes grupos de escolaridade. Por exemplo, indivíduos pouco qualificados (baixa escolaridade) não possuem grandes restrições em relação às regiões de destino no caso da efetivação do deslocamento. Um trabalhador de

baixa escolaridade (0 a 3 anos de estudo) pode se deslocar para regiões que possuem maior ou menor nível de escolaridade que sua região de origem, pois seu grau de seletividade locacional é menos rigoroso. No caso de uma migração por fatores adversos, característica dos indivíduos pertencentes a este grupo de escolaridade, e considerando que a amostra engloba indivíduos que já concluíram seu ciclo educacional, é razoável supor que os níveis médios de escolaridade do destino escolhido pouco influenciem esta decisão. Além disso, as funções desempenhadas por estes indivíduos são demandadas em praticamente todas as localidades, sejam elas dinâmicas ou não (mesmo os grandes centros metropolitanos necessitam de serviços de baixa qualificação).

Em contrapartida, o processo de decisão migratória dos indivíduos de elevada escolaridade é mais complexo e seletivo. Há dois motivos que podem explicar esta seletividade. O primeiro está relacionado aos critérios estabelecidos pelos próprios indivíduos, que tendem a valorizar regiões que ofertem serviços educacionais de qualidade (mais acesso à informação favorece a interpretação de que locais com maiores níveis educacionais tendem a ser mais desenvolvidos). O segundo refere-se à limitação imposta pelas características educacionais das regiões de destino sobre os seus respectivos mercados de trabalho, que tendem a ofertar empregos que exigem qualificação similar aos seus níveis médios de escolaridade. Neste sentido, regiões com níveis educacionais médios mais baixos ofertam postos de trabalho menos qualificados e, consequentemente, restringem a migração de indivíduos qualificados em sua direção. Apenas áreas mais dinâmicas e urbanizadas são capazes de ofertar postos de trabalho coerentes com as qualificações dos indivíduos pertencentes aos grupos de escolaridade mais elevada.

6.5.4 A dinâmica do setor industrial e os deslocamentos populacionais no Brasil

Anteriormente foi destacado como o padrão migratório dominante no Brasil tem sua dinâmica relacionada à expansão de seu setor industrial; mesmo no período mais recente, o componente inercial deste fluxo mantém a sua importância. Assim, é interessante analisar em que medida a dinâmica do setor industrial afeta a decisão individual de migrar no país entre 1980 e 2010.

Foram construídos três indicadores, descritos no Capítulo 04, para indicar o nível de importância do setor industrial de cada área regional comparável: (i) parque industrial relevante, para AC’s que possuem mais de 10.000 trabalhadores empregados no setor; (ii)

parque industrial intermediário, para AC's que possuem entre 1.000 e 10.000 trabalhadores neste setor; e (iii) parque industrial irrelevante, para AC's que possuem menos de 1.000 trabalhadores no setor. Esta classificação foi realizada com base no estudo de Diniz e Crocco (1996), sobre o processo de interiorização da indústria brasileira.

A tabela abaixo demonstra os resultados dos modelos estimados:

Tabela 16 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo a importância do setor industrial do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.104***	1.096***	1.071***	1.137***	1.107***	1.100***	1.086***	1.130***
	(0.006)	(0.005)	(0.005)	(0.007)	(0.012)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.166***	1.146***	1.059	1.088***	1.127*	1.108**	1.069	1.083**
	(0.057)	(0.044)	(0.040)	(0.031)	(0.078)	(0.052)	(0.051)	(0.042)
sitconj_uniao	1.396***	1.385***	1.296***	1.282***	1.462***	1.342***	1.238***	1.226***
	(0.036)	(0.017)	(0.016)	(0.014)	(0.042)	(0.017)	(0.017)	(0.014)
getario45a54	1.301***	1.298***	1.368***	1.242***	1.255***	1.246***	1.263***	1.121***
	(0.014)	(0.016)	(0.017)	(0.016)	(0.015)	(0.018)	(0.019)	(0.018)
getario35a44	1.716***	1.781***	1.861***	1.813***	1.718***	1.750***	1.659***	1.595***
	(0.035)	(0.024)	(0.028)	(0.030)	(0.028)	(0.036)	(0.047)	(0.040)
getario25a34	2.537***	2.507***	2.608***	2.621***	2.588***	2.393***	2.254***	2.156***
	(0.068)	(0.042)	(0.054)	(0.064)	(0.112)	(0.105)	(0.117)	(0.081)
escol_0a3	0.774***	0.855***	0.916***	0.784***	0.932	0.866*	0.879**	0.709***
	(0.042)	(0.026)	(0.021)	(0.022)	(0.120)	(0.068)	(0.052)	(0.028)
escol_4a7	0.827***	0.892***	0.913***	0.892***	0.863***	0.901***	0.902***	0.856***
	(0.027)	(0.016)	(0.014)	(0.013)	(0.049)	(0.036)	(0.031)	(0.019)
escol_11a14	1.138***	1.086***	1.083***	1.000	1.192***	1.090***	1.075***	1.036**
	(0.041)	(0.019)	(0.020)	(0.014)	(0.041)	(0.020)	(0.019)	(0.016)
escol_15	1.954***	1.517***	1.668***	1.582***	2.047***	1.484***	1.562***	1.641***
	(0.194)	(0.057)	(0.079)	(0.056)	(0.191)	(0.049)	(0.054)	(0.050)
ind_relevante	0.219***	0.120***	0.135***	0.135***	0.524***	0.361***	0.440***	0.415***
	(0.072)	(0.040)	(0.042)	(0.043)	(0.129)	(0.098)	(0.103)	(0.099)
ind_irrelev	1.467***	2.019***	1.747***	1.307***	0.746***	0.945	1.075	1.068
	(0.150)	(0.157)	(0.128)	(0.078)	(0.067)	(0.074)	(0.071)	(0.059)
_cons	0.033***	0.014***	0.015***	0.013***	0.049***	0.034***	0.035***	0.028***
	(0.004)	(0.001)	(0.001)	(0.001)	(0.006)	(0.003)	(0.004)	(0.002)
Pseudo-R2	0.070	0.071	0.065	0.049	0.029	0.031	0.026	0.029
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

A análise dos resultados dos modelos é coerente com as alterações ocorridas entre 1980 e 2010 no padrão migratório dominante brasileiro, identificadas no capítulo anterior. Observa-se que a probabilidade de migrar de um indivíduo residente na data fixa em uma área regional comparável com parque industrial relevante era 77% menor em 1980 do que a probabilidade de indivíduos residentes em AC's com parques industriais intermediários ou irrelevantes. Esta influência manteve-se praticamente estável durante todo o período analisado, indicando como

a população brasileira ainda considera importante a dinâmica do setor industrial para a efetivação do deslocamento. Persiste a ideia de que regiões mais industrializadas são mais dinâmicas e, consequentemente, geram maiores oportunidades de renda e emprego.

Este resultado é corroborado pela interpretação das *odds ratio* da variável indicadora de irrelevância do parque industrial. A probabilidade de migrar dos indivíduos residentes na data fixa em áreas com parques industriais irrelevantes é superior à probabilidade dos indivíduos residentes em AC's mais dinâmicas do ponto de vista industrial durante todo o período. Há uma pequena tendência de diminuição desta influência, todavia, ela persiste em níveis significativos.

A dinâmica do setor industrial pode ser interpretada do ponto de vista da região de origem dos potenciais migrantes como um fator de retenção populacional quando há expansão do emprego no setor e de repulsão quando há recessão.

A análise da perspectiva da região de residência na data de recenseamento (destino) fornece resultados bastante similares. A capacidade de retenção populacional de áreas comparáveis com parques industriais relevantes é tão significativa que excede seu poder de atratividade. Este resultado é melhor visualizado a partir da interpretação das estimativas obtidas para cada ano censitário. Em 1980, um indivíduo residente na data do censo em uma AC com parque industrial relevante tinha uma probabilidade 48% menor de ser migrante quando comparado aos indivíduos residentes em AC's com parques industriais intermediários ou irrelevantes. Este percentual manteve-se praticamente estável no período analisado, estabelecendo-se em 59% em 2010. O dinamismo industrial retém a população do destino em um nível tão elevado, que não é possível identificar sua capacidade de atração de imigrantes.

As razões de risco relativo da variável indicadora de parques industriais irrelevantes (*ind_irrelevante*) para o destino fornecem um pequeno indício das mudanças que lentamente vêm ocorrendo nas trajetórias migratórias brasileiras. Até 1991, verifica-se que áreas regionais comparáveis com parques industriais irrelevantes eram pouco atrativas para os imigrantes. Todavia, os resultados para 2000 e 2010 indicam uma elevação da probabilidade de ser migrante para os indivíduos residentes na data do censo em AC's com baixa dinâmica industrial, quando comparados aos indivíduos residentes em AC's com parques industriais mais expressivos (aproximadamente 7% maior). Em outras palavras, observa-se no período mais recente que áreas cujo setor chave não é o industrial tornam-se mais atraentes para os

migrantes. Este resultado pode ser um reflexo do processo de desindustrialização do país, verificado na última década (IPEA, 2010b).

Em resumo, o setor industrial continua a ser um importante fator de retenção populacional no Brasil. Há um incentivo para permanecer em áreas mais dinâmicas do ponto de vista industrial devido à interpretação de que estas regiões tendem a gerar maior volume de emprego e renda, reflexo do processo de desenvolvimento recente da economia brasileira (pós-1950), que beneficiou este setor. Nota-se que mesmo com a reestruturação industrial brasileira, baseada na adoção de técnicas mais intensivas em capital e poupadoras de mão de obra, as pessoas tendem a priorizar o deslocamento para regiões mais industrializadas. A inércia da ideologia popular que favorece a crença em maiores remunerações e oportunidades de emprego nos setores industriais diminui o ritmo de expansão das alterações nas trajetórias migratórias brasileiras.

Estes resultados corroboram a hipótese levantada a partir das interações entre os indicadores de desenvolvimento e atratividade e das vantagens e desvantagens relacionadas ao setor industrial de cada localidade: áreas regionais comparáveis mais desenvolvidas e que possuem maior dinamismo industrial tendem a ser mais atrativas para os indivíduos. O emprego no setor industrial é um componente fundamental para a determinação dos padrões migratórios brasileiros.

Surgem nos últimos anos novas tendências migratórias em relação a este setor, todavia, estas ainda são insuficientes para alterar significativamente a influência da dinâmica industrial sobre a decisão individual de migrar.

6.5.5 As taxas de pobreza regionais e seus impactos sobre a decisão individual de migrar

A pobreza é considerada, em termos econômicos, como uma situação de privação material, social, cultural ou de acesso a determinados recursos (MARTINI, 2010). Pode ser caracterizada como de natureza absoluta, relativa ou subjetiva e sua identificação depende dos critérios de definição e mensuração adotados (ROCHA, 2003).

Segundo Sen (1999), a pobreza tem uma natureza simultaneamente absoluta e relativa, pois apesar da posse de bens e da percepção da privação de bem-estar (exclusão social) variarem de acordo com cada sociedade, há um núcleo absoluto neste fenômeno, caracterizado por

necessidades humanas básicas comuns a todos os contextos. Neste sentido, a pobreza precisa ser analisada sob um ponto de vista multidimensional.

A mensuração da pobreza requer, primeiramente, a identificação dos indivíduos pobres em uma determinada sociedade (definição da linha de pobreza), o que permitirá calcular sua intensidade de acordo com os padrões de necessidades básicas vigentes nessa sociedade. Em seguida, deve-se criar um índice que considere todas as medidas de privação dos indivíduos pobres da comunidade, que viabilize a comparação com os indicadores das demais localidades (MARTINI, 2010).

O critério para definição da linha de pobreza adotado na tese considera pobre o indivíduo que possui rendimentos mensais inferiores a um quarto do salário mínimo vigente em 2010, a saber, R$ 510,00. Ressalta-se que os valores da linha de pobreza (R$ 127,50 em 2010) foram ajustados para cada ano censitário em análise por intermédio do INPC.

O índice de pobreza utilizado foi proposto por Foster *et al* (1984) e pode ser utilizado para calcular a proporção de famílias abaixo da linha de pobreza, a renda média das famílias pobres e a medida de desigualdade e de privação relativa das famílias pobres.

Para identificar a influência da taxa de pobreza regional sobre a decisão individual de migrar será considerada apenas a primeira decomposição deste índice. O objetivo é avaliar se regiões mais pobres são caracterizadas pela repulsão populacional. Os resultados dos modelos podem ser visualizados na tabela a seguir:

Tabela 17 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo a taxa de pobreza do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.113***	1.102***	1.087***	1.123***	1.113***	1.101***	1.085***	1.123***
	(0.006)	(0.005)	(0.006)	(0.006)	(0.012)	(0.005)	(0.007)	(0.006)
branco	1.251**	1.061	1.049	0.944	1.065	0.965	0.996	0.938
	(0.110)	(0.098)	(0.074)	(0.066)	(0.108)	(0.091)	(0.080)	(0.079)
sitconj_uniao	1.461***	1.366***	1.258***	1.246***	1.489***	1.381***	1.261***	1.246***
	(0.042)	(0.015)	(0.017)	(0.014)	(0.045)	(0.023)	(0.022)	(0.019)
getario45a54	1.267***	1.258***	1.271***	1.136***	1.254***	1.268***	1.270***	1.136***
	(0.031)	(0.021)	(0.037)	(0.042)	(0.015)	(0.023)	(0.022)	(0.019)
getario35a44	1.726***	1.785***	1.690***	1.655***	1.734***	1.806***	1.696***	1.657***
	(0.029)	(0.021)	(0.077)	(0.073)	(0.035)	(0.050)	(0.058)	(0.049)
getario25a34	2.579***	2.481***	2.315***	2.288***	2.639***	2.545***	2.339***	2.291***
	(0.055)	(0.065)	(0.150)	(0.161)	(0.112)	(0.133)	(0.137)	(0.094)
escol_0a3	0.837**	0.947	0.943**	0.823***	1.084	1.088	1.002	0.828***
	(0.062)	(0.057)	(0.024)	(0.024)	(0.120)	(0.100)	(0.075)	(0.034)
escol_4a7	0.856***	0.930	0.934**	0.918***	0.897*	0.956	0.944	0.920***
	(0.035)	(0.044)	(0.026)	(0.018)	(0.053)	(0.057)	(0.047)	(0.028)
escol_11a14	1.188***	1.106***	1.078**	1.030	1.206***	1.124***	1.086***	1.030
	(0.051)	(0.034)	(0.037)	(0.023)	(0.045)	(0.025)	(0.022)	(0.022)
escol_15	2.013***	1.418***	1.483***	1.592***	1.955***	1.406***	1.472***	1.592***
	(0.219)	(0.119)	(0.126)	(0.089)	(0.176)	(0.060)	(0.064)	(0.071)
pobreza	3.186***	1519*	3.304*	0.429**	0.776	0.485**	0.827	0.390***
	(1.300)	(0.608)	(2.108)	(0.155)	(0.307)	(0.171)	(0.450)	(0.129)
_cons	0.020***	0.024***	0.025***	0.028***	0.038***	0.030***	0.030***	0.028***
	(0.006)	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.014)	(0.007)	(0.006)	(0.004)
Pseudo-R2	0.027	0.016	0.014	0.019	0.020	0.017	0.013	0.019
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

A hipótese de que regiões mais pobres são incapazes de reter suas respectivas populações ou de atrair migrantes é confirmada pelos resultados dos modelos estimados. O sentimento de privação relativa é mais expressivo em áreas regionais comparáveis com maiores níveis de pobreza, logo, estas regiões tornam-se pouco atraentes para os indivíduos que buscam melhores condições de vida e elevação de seu bem-estar.

Os modelos para as regiões de origem evidenciam que a probabilidade de migrar de um indivíduo que reside na data fixa em uma área regional comparável com maior proporção de pobres é significativamente superior à probabilidade dos indivíduos residentes em AC's com taxas de pobreza menores. Quanto mais expressiva a proporção de pobres, menor a capacidade de retenção populacional da localidade. Em outras palavras, a taxa de pobreza funciona como um fator de repulsão populacional nas respectivas regiões de origem dos potenciais migrantes. Nota-se que em 2010 há uma reversão do sinal da razão de risco relativo da variável *pobreza* para o modelo de origem, o que parece indicar um ponto de inflexão na

relação entre taxa de pobreza e migração. Há dois prováveis argumentos para justificar este resultado. Primeiro, pode-se supor que a política de valorização do salário mínimo no Brasil na última década afetou favoravelmente a estimação para este ano; em segundo lugar, pode-se supor que a generalização dos programas sociais brasileiros, fundamentados na transferência de renda, tenha estimulado a permanência em áreas comparáveis mais pobres, uma vez que o benefício recebido é menos incerto do que a remuneração que pode ser obtida no caso da efetivação do deslocamento[97].

A análise dos modelos para as regiões de destino dos potenciais migrantes corrobora as tendências identificadas pelos modelos de origem. A taxa de pobreza diminui a atratividade dos prováveis destinos dos migrantes. Um indivíduo que reside na data do censo em uma área regional comparável com elevada proporção de pobres possui uma probabilidade de ser migrante muito inferior à probabilidade dos indivíduos residentes em AC's com baixas taxas de pobreza. Esta observação é válida para todos os anos analisados.

Os resultados dos modelos evidenciam que quando as condições socioeconômicas locais são desfavoráveis há um estímulo para a não permanência nestas localidades. A migração, neste contexto, pode ser interpretada com uma estratégia para minimização dos riscos de renda associados às falhas de mercado, como enfatizam os teóricos da NEML (STARK, 1980; TAYLOR, 1999). O sentimento de privação relativa estimula a emigração nas regiões mais pobres e desestimula a imigração para estas regiões. A utilização de um conceito de pobreza relativo evidencia que a probabilidade de migrar se altera devido às variações na renda do entorno social (grupo de referência) do migrante potencial. Além disso, fica claro que o padrão de distribuição de renda também afeta esta probabilidade, logo, é interessante analisar sua influência sobre a efetivação do deslocamento.

[97] A inexistência de quesitos migratórios sobre o recebimento de renda proveniente de programas sociais nos censos demográficos de 1980 e 2010 inviabiliza a estimação de modelos que avaliem a influência destes benefícios sobre a decisão individual de migrar. A autora está ciente da importância desta variável para os fluxos migratórios nacionais, todavia, o horizonte de tempo analisado e a base de dados utilizada impossibilitam sua inclusão nos modelos estimados.

6.5.6 Os padrões regionais de distribuição de renda influenciam os deslocamentos populacionais no Brasil?

O sentimento de privação em relação ao grupo social de referência é um dos incentivos para a efetivação da migração (STARK e TAYLOR, 1989 e 1991; STARK, 1991). Quanto mais desigual a distribuição de renda de uma localidade, maior será o sentimento de privação relativa e, consequentemente, maiores serão os incentivos para a emigração. Ou na perspectiva extrarregional, menores os estímulos para a imigração.

O coeficiente de Gini é a medida mais comumente utilizada para mensurar a desigualdade de renda. Este coeficiente assume valores entre zero e um para indicar o grau de desigualdade de determinada região. Quando mais desigual sua distribuição de renda, maior será o valor do coeficiente de Gini; quanto menos desigual, menor será o seu valor.

Barros *et al.* (2007a) analisam a evolução do coeficiente de Gini para o Brasil e evidenciam que a partir de 2001 seu nível de desigualdade de renda começou a declinar. Todavia, apesar desta diminuição, ainda são verificados elevados níveis de desigualdade no país, especialmente quando são realizadas comparações no âmbito internacional. Além disso, os autores identificam que o ritmo desta diminuição da desigualdade tornou-se menos expressivo a partir de 2006, o que pode comprometer sua evolução (BARROS *et al.*, 2007a). Vale salientar que diversos estudos têm atribuído a queda da desigualdade à intensificação das políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, intensificadas na segunda metade da década de 2000 (SOARES, 2010).

Para analisar a influência do padrão de distribuição de renda brasileiro sobre a decisão individual de migrar entre 1980 e 2010 é utilizado o rendimento domiciliar *per capita*. A medida de desigualdade é o coeficiente de Gini. A Tabela 18 fornece os resultados dos modelos para as regiões de origem e destino dos potenciais migrantes.

Tabela 18 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o padrão de distribuição de renda do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.113***	1.101***	1.085***	1.126***	1.113***	1.100***	1.083***	1.124***
	(0.006)	(0.005)	(0.005)	(0.006)	(0.012)	(0.005)	(0.007)	(0.006)
branco	1.146**	1.049	1.011	1.092	1.124	1.038	0.980	0.894*
	(0.074)	(0.070)	(0.063)	(0.061)	(0.082)	(0.058)	(0.053)	(0.056)
sitconj_uniao	1.483***	1.362***	1.261***	1.252***	1.484***	1.357***	1.253***	1.227***
	(0.042)	(0.014)	(0.016)	(0.014)	(0.043)	(0.016)	(0.017)	(0.014)
getario45a54	1.255***	1.255***	1.270***	1.130***	1.256***	1.253***	1.263***	1.131***
	(0.029)	(0.023)	(0.037)	(0.040)	(0.015)	(0.019)	(0.020)	(0.018)
getario35a44	1.724***	1.773***	1.694***	1.623***	1.731***	1.765***	1.679***	1.643***
	(0.030)	(0.021)	(0.078)	(0.072)	(0.031)	(0.040)	(0.051)	(0.046)
getario25a34	2.615***	2.459***	2.331***	2.213***	2.628***	2.441***	2.306***	2.258***
	(0.064)	(0.069)	(0.155)	(0.160)	(0.118)	(0.120)	(0.124)	(0.090)
escol_0a3	1.014	0.950	0.991	0.758***	1.029	0.929	0.981	0.793***
	(0.075)	(0.043)	(0.034)	(0.035)	(0.161)	(0.091)	(0.069)	(0.035)
escol_4a7	0.898***	0.931*	0.942**	0.906***	0.899*	0.925	0.936*	0.889***
	(0.029)	(0.037)	(0.022)	(0.017)	(0.054)	(0.046)	(0.037)	(0.019)
escol_11a14	1.191***	1.109***	1.081**	1.017	1.195***	1.112***	1.096***	1.053***
	(0.053)	(0.032)	(0.039)	(0.020)	(0.044)	(0.023)	(0.020)	(0.017)
escol_15	1.967***	1.420***	1.468***	1.554***	1.952***	1.428***	1.514***	1.667***
	(0.202)	(0.123)	(0.126)	(0.097)	(0.165)	(0.065)	(0.054)	(0.054)
gini_q4	1.361***	1.063	1.129*	1.400*	1.155	0.971	0.720***	0.466***
	(0.140)	(0.184)	(0.081)	(0.257)	(0.194)	(0.194)	(0.066)	(0.053)
gini_q3	0.799	0.656*	0.968	1.171**	0.782	0.515**	0.547***	0.684***
	(0.218)	(0.167)	(0.140)	(0.074)	(0.287)	(0.162)	(0.118)	(0.044)
gini_q2	0.960	1.004	1.110	0.868	1.064	1.065	0.568***	0.642**
	(0.185)	(0.158)	(0.259)	(0.155)	(0.284)	(0.191)	(0.113)	(0.144)
_cons	0.032***	0.029***	0.027***	0.021***	0.033***	0.031***	0.043***	0.038***
	(0.003)	(0.005)	(0.002)	(0.001)	(0.007)	(0.007)	(0.004)	(0.002)
Pseudo-R2	0.024	0.019	0.013	0.022	0.021	0.024	0.020	0.026
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

Os resultados dos modelos evidenciam que os impactos do padrão de distribuição regional de renda sobre o bem-estar individual afetam a decisão de migrar. Para as regiões de origem dos migrantes observa-se o seguinte padrão: indivíduos residentes na data fixa em áreas regionais comparáveis pertencentes ao quartil mais elevado do coeficiente de Gini (maior desigualdade) possuem maior probabilidade de migrar em comparação aos indivíduos residentes em AC's pertencentes aos demais quartis da distribuição. Em outras palavras, a desigualdade equivale a um fator de repulsão populacional: o elevado sentimento de privação relativa, provocado pelo grande nível de desigualdade, funciona como um incentivo à migração. Em contrapartida, áreas comparáveis com níveis intermediários ou baixos de desigualdade tendem a reter suas respectivas populações.

Ressalta-se que o quartil intermediário da distribuição do coeficiente de Gini (3º) verifica uma alteração de sua *odds ratio* em 2010, o que pode indicar maior sensibilidade dos indivíduos ao sentimento de privação relativa mesmo em áreas comparáveis que não apresentam níveis elevados de desigualdade. As *odds ratio* da variável indicadora do segundo quartil do coeficiente de Gini (*gini_q2*) para 1991 e 2000 (maiores do que um) não devem necessariamente ser consideradas como "quebras" de comportamento, pois os resultados pertencem ao intervalo de confiança das estimações obtidas.

A análise dos modelos para as regiões de destino dos migrantes evidencia que áreas mais desiguais tendem a atrair poucos indivíduos, corroborando as tendências identificadas pelos modelos de origem. Estes resultados podem ser interpretados como uma consequência da preferência dos migrantes por residir nas respectivas regiões de origem em contextos sociais desfavoráveis. As instabilidades geradas pela residência em regiões com elevadas disparidades de renda pode ter um custo de oportunidade menos expressivo nos contextos sociais onde os potenciais migrantes possuem maior inserção e/ou grau de familiaridade. Logo, altos níveis de desigualdade na distribuição de renda das regiões de residência na data do censo (destino) funcionam como fatores de baixa atratividade.

Verifica-se que regiões de destino com baixos valores do coeficiente de Gini eram mais atraentes para os imigrantes entre 1980 e 1991. Todavia, esta situação inverteu-se nos anos recentes: a probabilidade de ser migrante dos indivíduos que residiam na data do censo em áreas comparáveis com níveis menos expressivos de desigualdade caiu em comparação aos demais grupos. Observa-se que do ponto de vista do destino o processo migratório tornou-se mais sensível a quaisquer níveis de desigualdade de renda.

Estes resultados provavelmente são uma consequência da redução da desigualdade da distribuição de renda brasileira nos últimos anos. Apesar de ainda verificar elevados níveis de desigualdade, as perspectivas de redução dos coeficientes de Gini regionais têm influenciado a permanência dos indivíduos em suas respectivas regiões de origem, mesmo em conjunturas não muito favoráveis. Mais especificamente, a diminuição do sentimento de privação relativa proporcionada por políticas de transferência de renda para os estratos sociais mais baixos da população tem funcionado, em alguma medida, como um mecanismo de gerenciamento dos fluxos migratórios nacionais.

Embora os resultados indiquem que a redução da desigualdade de renda no país, provavelmente, tem contribuído para o arrefecimento de suas trajetórias migratórias dominantes, as perspectivas não são tão favoráveis. Segundo Soares (2010), são necessárias políticas mais amplas para que esta redução e suas consequências para a dinâmica socioeconômica brasileira sejam sustentáveis no longo prazo. São necessárias melhorias nos sistemas educacionais, tributários, industriais, regionais, culturais, etc., para a efetiva diminuição do fosso social no Brasil e, consequentemente, dos deslocamentos populacionais provocados pelo mesmo.

6.5.7 A influência da hierarquia urbana brasileira sobre a decisão individual de migrar

O processo de urbanização influenciou significativamente o padrão migratório vigente no período de desenvolvimento industrial da economia brasileira (BRITO, 1997). As trajetórias migratórias do período 1950-1980 ocorriam majoritariamente entre áreas rurais e urbanas, reflexo da atratividade dos grandes centros metropolitanos que surgiam no país, especialmente na região Sudeste.

A análise dos padrões migratórios observados no Brasil entre 1980 e 2010 indica a diminuição da atratividade das grandes metrópoles brasileiras, provocada por seus elevados custos de congestionamento e por deseconomias de aglomeração. A estimação do modelo regional que incorpora as condições de infraestrutura domiciliar fornece resultados que parecem confirmar esta hipótese. Para avançar na análise serão estimados modelos logísticos para a determinação da condição de migração individual que incluem as características da hierarquia urbana brasileira nas últimas décadas. O objetivo é verificar se a hipótese de perda de atratividade dos grandes centros urbanos metropolitanos é verificada.

As variáveis explicativas utilizadas para indicar o nível de hierarquia da área regional comparável de residência, na data fixa ou na data de recenseamento, na escala urbana brasileira foram construídas por intermédio dos estudos sobre as regiões de influência das cidades do IBGE, realizados para 1993 e 2007. Os resultados da pesquisa de 1993 foram usados como referência para os Censos Demográficos de 1980 e 1991; os resultados de 2007 foram usados como referência para os censos de 2000 e 2010.

As regiões de influência das cidades identificadas pelo IBGE equivalem ao mapeamento da rede urbana brasileira e têm o objetivo de subsidiar o planejamento regional brasileiro

(REGIC, 2008). As redes enfatizam a complexidade das interações espaciais existentes no país e seus núcleos focais são as cidades que desempenham, primordialmente, a função de gestão territorial. A identificação destes centros é viabilizada pelos níveis de centralidade dos Poderes Executivo e Judiciário (federais), pela centralidade empresarial e pela presença de serviços e equipamentos diversificados em seus respectivos territórios. A partir destes requisitos, o IBGE delimitou suas respectivas áreas de influência e a articulação territorial brasileira, considerando, inclusive, suas diferenciações em escala regional. As cidades brasileiras foram divididas em 05 níveis, conforme especificado a seguir: (i) metrópoles; (ii) capitais regionais; (iii) centros sub-regionais; (iv) centros de zona; e (v) centros locais.

Os resultados dos modelos podem ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 19 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o nível de centralidade do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.103***	1.098***	1.083***	1.123***	1.104***	1.096***	1.082***	1.130***
	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.006)	(0.012)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.120***	1.025	0.973	0.988	1.128*	1.046	0.984	1.027
	(0.049)	(0.064)	(0.038)	(0.053)	(0.073)	(0.046)	(0.048)	(0.038)
sitconj_uniao	1.453***	1.350***	1.253***	1.263***	1.443***	1.327***	1.221***	1.216***
	(0.043)	(0.014)	(0.012)	(0.017)	(0.037)	(0.015)	(0.015)	(0.012)
getario45a54	1.256***	1.253***	1.265***	1.138***	1.258***	1.245***	1.262***	1.119***
	(0.029)	(0.019)	(0.038)	(0.039)	(0.014)	(0.019)	(0.019)	(0.017)
getario35a44	1.711***	1.768***	1.678***	1.649***	1.709***	1.743***	1.652***	1.594***
	(0.026)	(0.018)	(0.073)	(0.067)	(0.026)	(0.038)	(0.047)	(0.040)
getario25a34	2.546***	2.436***	2.302***	2.283***	2.555***	2.374***	2.246***	2.150***
	(0.050)	(0.044)	(0.140)	(0.142)	(0.115)	(0.106)	(0.116)	(0.079)
escol_0a3	0.797***	0.895	0.950*	0.805***	0.852	0.831**	0.852***	0.696***
	(0.061)	(0.061)	(0.029)	(0.020)	(0.110)	(0.064)	(0.048)	(0.027)
escol_4a7	0.818***	0.901*	0.932**	0.934***	0.833***	0.876***	0.880***	0.845***
	(0.038)	(0.050)	(0.028)	(0.024)	(0.045)	(0.036)	(0.028)	(0.018)
escol_11a14	1.210***	1.118***	1.094**	1.020	1.191***	1.113***	1.100***	1.052***
	(0.050)	(0.039)	(0.041)	(0.023)	(0.041)	(0.020)	(0.021)	(0.016)
escol_15	2.151***	1.472***	1.487***	1.517***	2.092***	1.517***	1.619***	1.677***
	(0.291)	(0.156)	(0.167)	(0.115)	(0.196)	(0.054)	(0.055)	(0.046)
regic1	0.501**	0.664*	1.468***	2.718***	0.444***	0.397***	0.391***	0.404***
	(0.173)	(0.212)	(0.046)	(0.071)	(0.131)	(0.085)	(0.017)	(0.014)
regic2	0.325***	0.744***	0.654*	1.450	0.595*	0.984	0.354***	0.372***
	(0.071)	(0.079)	(0.182)	(0.441)	(0.237)	(0.110)	(0.126)	(0.129)
regic3	0.679***	0.943	0.494***	0.903	1.164	1169*	0.452***	0.370***
	(0.081)	(0.079)	(0.104)	(0.259)	(0.185)	(0.117)	(0.127)	(0.103)
regic4	0.867*	0.803***	0.876***	1071*	1.363**	0.804*	0.885**	0.862***
	(0.115)	(0.065)	(0.035)	(0.049)	(0.171)	(0.114)	(0.048)	(0.045)
_cons	0.056***	0.033***	0.035***	0.022***	0.045***	0.037***	0.043***	0.032***
	(0.005)	(0.003)	(0.002)	(0.001)	(0.005)	(0.003)	(0.004)	(0.002)
Pseudo-R2	0.037	0.019	0.024	0.027	0.036	0.033	0.029	0.031
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

As estimações dos modelos evidenciam que áreas regionais comparáveis pertencentes às escalas urbanas mais elevadas possuíam expressiva capacidade de retenção populacional até meados da década de 1990, quando esta situação começou a se inverter. Indivíduos residentes na data fixa, até o início dos anos 1990, nas metrópoles nacionais possuíam menor probabilidade de migrar quando comparados aos indivíduos residentes em AC's que desempenhavam funções urbanas de menor nível hierárquico. Estes resultados indicam que a elevada centralidade funcionava como um fator de retenção populacional na origem dos potenciais migrantes. As vantagens relacionadas ao padrão de vida das grandes metrópoles estimulavam a permanência nas mesmas. A partir da segunda metade da década de 1990, o crescimento das cidades médias passou a estimular deslocamentos em sua direção, o que acabou reduzindo a capacidade de retenção populacional das metrópoles nos anos posteriores e intensificou a emigração de sua população. Em outras palavras, a partir de 1995, residir, na data fixa, em áreas no topo da hierarquia urbana brasileira aumenta significativamente a probabilidade individual de migrar.

Estes resultados são extremamente interessantes e devem ser objeto de uma pesquisa específica. As estimações obtidas indicam que existem movimentos migratórios que não são explicados pelos determinantes identificados pelas teorias migratórias convencionais, como os fatores de atração dos grandes centros urbanos metropolitanos[98]. Na realidade, eles ocorrem na direção contrária. Os padrões migratórios que surgem nos últimos anos são complexos e sua interpretação exige a análise conjunta dos níveis de desenvolvimento regional, dos aspectos individuais desta decisão e das interações entre estes determinantes (DE HAAS, 2010). Mais especificamente, para compreender os deslocamentos populacionais que ocorrem das áreas urbanas centrais em direção às áreas pertencentes a hierarquias urbanas intermediárias é preciso compreender como a capacidade individual de migrar é influenciada pelas aspirações individuais e os impactos dos contextos regionais sobre ambas. Se a migração é analisada neste contexto, é possível verificar que fluxos inesperados pelas teorias migratórias convencionais podem ocorrer e são resultado de uma decisão individual racional.

Em contextos regionais mais dinâmicos, é provável que os indivíduos possuam maior acesso a informações sobre oportunidades de renda e emprego em outras localidades, além de

[98] As teorias migratórias neoclássicas, *push-pull* e estruturalistas consideram que migração e desenvolvimento estão inversamente relacionados. Logo, a convergência de renda entre países tende a desestimular os fluxos migratórios.

possuírem maior capacidade produtiva (níveis médios de escolaridade e qualificação são mais elevados em regiões com maiores níveis de renda em comparação às demais localidades), logo, a efetivação do deslocamento é mais fácil (DE HAAS, 2010). Os indivíduos podem, inclusive, migrar muito mais por causa de suas aspirações individuais do que por suas *capabilities* quando residem em áreas mais desenvolvidas, pois a conjuntura regional favorece o deslocamento. Segundo De Haas (2010), a capacidade de migrar varia na mesma direção do desenvolvimento, enquanto as aspirações migratórias (o que o indivíduo espera após a efetivação da migração) crescem apenas até o ponto no qual o nível de desenvolvimento da localidade de residência individual atinge um ponto crítico. Nesta perspectiva, a imigração varia na mesma direção do desenvolvimento e a emigração tende a crescer nas primeiras fases deste processo até atingir um nível máximo. Apenas após este ponto a emigração passa a variar no sentido oposto ao desenvolvimento. Ao incorporar estes aspectos à análise é possível compreender os fluxos migratórios que emergem nos últimos anos.

Em relação às regiões de destino dos potenciais migrantes, não houve mudanças significativas no período analisado: a residência na data do censo em áreas comparáveis polarizadas por uma metrópole diminui a probabilidade de um indivíduo ser migrante. De forma geral, observa-se que as metrópoles diminuíram, respectivamente, suas capacidades de retenção e atração populacional quando a problemática migratória é analisada do ponto de vista da origem e do destino dos migrantes. As justificativas mais prováveis para esta tendência estão relacionadas à dificuldade de absorção do grande contingente populacional que se direcionou para as mesmas no período imediatamente anterior e ao crescimento das cidades médias.

As mesmas observações podem ser realizadas para as razões de risco relativo das áreas comparáveis polarizadas por capitais regionais, que incluem capitais das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e áreas comparáveis polarizadas por cidades como Campinas, São José dos Campos, Santos, Uberlândia, Joinville, Londrina, Criciúma, Blumenau e Maringá. Estas regiões passaram a verificar nos últimos anos, pós-2000, problemas similares aos das grandes metrópoles, o que pode ter afetado suas respectivas capacidades de atração e retenção populacional.

As áreas regionais comparáveis polarizadas por centros sub-regionais, compostos basicamente por cidades que exercem funções urbanas que as caracterizam como cidades de hierarquia intermediária, como Paulo Afonso, Alfenas, Poços de Caldas, Ubá, Viçosa, Macaé e Bragança Paulista, possuem maior capacidade de retenção e atração populacional. A residência na data

fixa em AC's polarizadas por centros sub-regionais diminui a probabilidade de migrar em comparação às chances de efetivação do deslocamento de indivíduos residentes em outras AC's. Áreas regionais comparáveis com estas características apresentaram maior dinamismo econômico nas duas últimas décadas com consequências significativas sobre a geração de renda e emprego locais. Estes fatores têm estimulado não apenas a permanência de suas respectivas populações, como também a atração de imigrantes das mais variadas regiões do país. Todavia, salienta-se que a análise do ponto de vista das regiões de destino dos imigrantes indica um arrefecimento de sua atratividade individual entre 2000 e 2010 (atualmente é mais provável permanecer em regiões com estas características do que migrar em direção às mesmas).

Por fim, áreas de menor importância na hierarquia urbana brasileira, centros de zona e locais, são incapazes de reter suas respectivas populações e/ou de atrair imigrantes. As escassas oportunidades de renda e emprego caracterizam estas regiões como tradicionais origens dos migrantes brasileiros.

Salienta-se que estes resultados não implicam a redução da importância das áreas urbanas para as trajetórias migratórias brasileiras. Pelo contrário, a generalização da urbanização e a extensão do urbano no território brasileiro (MONTE MÓR, 2007) intensificaram os deslocamentos entre suas regiões urbanizadas (a migração mais expressiva é urbana-urbana, conforme ressaltado por Brito (2006)). A grande questão e a tendência que se verifica é o redirecionamento dos deslocamentos para áreas urbanas de menor porte em detrimento das grandes metrópoles, pois suas taxas de crescimento são mais expressivas. Este fato as torna cada vez atraentes para os indivíduos, afinal supõe-se que o processo de inserção ocupacional será menos complexo em contextos de expansão econômica.

Os resultados dos modelos para a hierarquia urbana brasileira são confirmados pelos modelos que incorporam os indicadores regionais de desenvolvimento e atratividade obtidos por intermédio da análise de componentes principais realizada no Capítulo 04, conforme pode ser verificado na Tabela 20 a seguir. Áreas mais desenvolvidas passam a expulsar suas populações em prol das demais devido à incapacidade de absorção do elevado contingente populacional que se dirige às mesmas. Simultaneamente, áreas comparáveis mais dinâmicas em termos industriais mantêm sua capacidade de atração e retenção populacional.

Tabela 20 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo indicadores de desenvolvimento e atratividade do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.111***	1.100***	1.087***	1.122***	1.108***	1.094***	1.081***	1.125***
	(0.005)	(0.004)	(0.005)	(0.006)	(0.012)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.239***	1.044	1.049	0.978	1.106	0.953	0.949	0.903
	(0.103)	(0.103)	(0.061)	(0.068)	(0.093)	(0.070)	(0.061)	(0.063)
sitconj_uniao	1.444***	1.354***	1.259***	1.270***	1.460***	1.337***	1.226***	1.214***
	(0.040)	(0.014)	(0.014)	(0.019)	(0.039)	(0.017)	(0.014)	(0.015)
getario45a54	1.266***	1.255***	1.271***	1.144***	1.258***	1.253***	1.265***	1.126***
	(0.031)	(0.018)	(0.036)	(0.038)	(0.015)	(0.019)	(0.020)	(0.018)
getario35a44	1.713***	1.774***	1.692***	1.672***	1.722***	1.759***	1.666***	1.627***
	(0.026)	(0.019)	(0.066)	(0.065)	(0.028)	(0.036)	(0.050)	(0.044)
getario25a34	2.538***	2.449***	2.321***	2.330***	2.586***	2.417***	2.274***	2.221***
	(0.049)	(0.038)	(0.123)	(0.138)	(0.100)	(0.099)	(0.121)	(0.083)
escol_0a3	0.747***	0.905	0.957	0.854***	0.932	0.879**	0.891**	0.767***
	(0.072)	(0.094)	(0.054)	(0.019)	(0.102)	(0.057)	(0.049)	(0.026)
escol_4a7	0.818***	0.909	0.937*	0.957	0.857***	0.879***	0.889***	0.870***
	(0.037)	(0.054)	(0.035)	(0.030)	(0.045)	(0.037)	(0.030)	(0.020)
escol_11a14	1.195***	1.113***	1.077*	1.008	1.210***	1.144***	1.109***	1.064***
	(0.053)	(0.036)	(0.042)	(0.026)	(0.047)	(0.028)	(0.022)	(0.022)
escol_15	2.106***	1.453***	1.477***	1.513***	2.020***	1.516***	1.597***	1.708***
	(0.262)	(0.150)	(0.169)	(0.123)	(0.197)	(0.067)	(0.056)	(0.073)
c1	0.876***	0.958	0.983	1.092***	0.958*	0.947**	0.926***	0.926***
	(0.039)	(0.048)	(0.046)	(0.035)	(0.031)	(0.023)	(0.018)	(0.023)
c2	1.038	0.977	1039*	1.039*	0.940*	0.859***	0.923***	0.882***
	(0.056)	(0.030)	(0.025)	(0.023)	(0.046)	(0.031)	(0.022)	(0.011)
_cons	0.038***	0.027***	0.029***	0.025***	0.037***	0.029***	0.031***	0.024***
	(0.003)	(0.002)	(0.004)	(0.002)	(0.005)	(0.003)	(0.003)	(0.002)
Pseudo-R2	0.034	0.017	0.013	0.024	0.022	0.024	0.020	0.027
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

6.5.8 O tamanho das cidades brasileiras e seus deslocamentos populacionais

O papel das cidades médias na determinação dos fluxos migratórios brasileiros vem sendo destacado ao longo da tese. Logo, é interessante analisar a sua influência sobre a decisão individual de migrar no país. Pereira e Lemos (2003) destacam que não há um consenso em relação ao conceito de cidade média. Estas devem ser interpretadas como cidades que desempenham funções econômicas específicas dentro da hierarquia urbana nacional e, por este motivo, possuem dinâmica interna própria. Nesta perspectiva, cidades médias localizadas em diferentes regiões do país não apresentam necessariamente as mesmas características. Para operacionalizar este conceito, os autores utilizam um critério de tamanho da população. O objetivo é definir um intervalo populacional para o qual se estima que uma cidade possua escala urbana de atividades produtivas que podem gerar economias de aglomeração, sem que ainda sejam verificadas deseconomias de aglomeração (PEREIRA e LEMOS, 2003).

Utilizando os intervalos populacionais descritos nos Quadros 04 e 05, as áreas regionais comparáveis em análise foram classificadas como de pequeno, médio ou grande porte. Assim, a escala urbana é utilizada como uma *proxy* da existência de cidades médias em uma área regional comparável específica. Os resultados dos modelos de determinação da migração condicionada pelo porte da região de residência, na data fixa e na data de recenseamento, estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 21 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o porte do local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.109***	1.100***	1.085***	1.125***	1.112***	1.100***	1.084***	1.128***
	(0.006)	(0.005)	(0.006)	(0.006)	(0.013)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.078	1.019	0.997	0.996	1.092	1.019	0.992	1.001
	(0.069)	(0.081)	(0.075)	(0.082)	(0.102)	(0.087)	(0.080)	(0.081)
sitconj_uniao	1.470***	1.364***	1.255***	1.243***	1.479***	1.365***	1.253***	1.234***
	(0.042)	(0.016)	(0.016)	(0.014)	(0.044)	(0.023)	(0.020)	(0.017)
getario45a54	1.265***	1.260***	1.271***	1.132***	1.259***	1.261***	1.271***	1.130***
	(0.030)	(0.023)	(0.037)	(0.042)	(0.016)	(0.022)	(0.021)	(0.019)
getario35a44	1.739***	1.788***	1.692***	1.638***	1.734***	1.789***	1.691***	1.627***
	(0.030)	(0.022)	(0.078)	(0.075)	(0.035)	(0.049)	(0.057)	(0.049)
getario25a34	2.612***	2.482***	2.325***	2.244***	2.627***	2.487***	2.325***	2.215***
	(0.058)	(0.074)	(0.155)	(0.165)	(0.119)	(0.132)	(0.137)	(0.095)
escol_0a3	0.862*	0.937	0.957	0.782***	1.001	0.944	0.943	0.738***
	(0.066)	(0.048)	(0.027)	(0.031)	(0.143)	(0.096)	(0.071)	(0.033)
escol_4a7	0.836***	0.916*	0.927**	0.905***	0.881**	0.920	0.920*	0.869***
	(0.037)	(0.045)	(0.029)	(0.018)	(0.056)	(0.054)	(0.043)	(0.024)
escol_11a14	1.198***	1.113***	1.087**	1.029	1.201***	1.113***	1.088***	1.043**
	(0.054)	(0.039)	(0.042)	(0.024)	(0.048)	(0.026)	(0.024)	(0.021)
escol_15	2.061***	1.439***	1.495***	1.593***	1.976***	1.436***	1.505***	1.637***
	(0.234)	(0.129)	(0.134)	(0.094)	(0.180)	(0.063)	(0.066)	(0.068)
grande	0.494***	0.709**	0.759**	1.095	0.829*	0.732**	0.724***	0.686***
	(0.066)	(0.095)	(0.097)	(0.128)	(0.122)	(0.096)	(0.083)	(0.071)
media	0.881**	0.866**	0.884***	0.968	0.908*	0.882**	0.962	0.952
	(0.053)	(0.051)	(0.042)	(0.041)	(0.065)	(0.050)	(0.043)	(0.046)
_cons	0.061***	0.035***	0.037***	0.023***	0.040***	0.034***	0.038***	0.033***
	(0.007)	(0.003)	(0.003)	(0.002)	(0.006)	(0.004)	(0.004)	(0.002)
Pseudo-R2	0.032	0.017	0.014	0.018	0.020	0.017	0.015	0.021
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.
Nota: - Pequeno porte: população inferior a 150.000 habitantes.
- Médio porte: população entre 150.000 e 300.000 habitantes.
- Grande porte: população superior a 300.000 habitantes.

As estimações dos modelos corroboram a hipótese de aumento da atratividade das cidades médias brasileiras para seus migrantes internos e reforçam as tendências identificadas pelos modelos da hierarquia urbana brasileira.

Indivíduos residentes na data fixa (origem) em áreas regionais comparáveis de grande porte possuíam entre 1980 e 2000 menor probabilidade de migrar quando comparados aos indivíduos residentes em AC's de médio e pequeno portes. A elevada escala populacional e todas as características atreladas aos grandes centros urbanos metropolitanos funcionavam como um importante fator de retenção populacional na origem dos potenciais migrantes. Todavia, já neste período observa-se uma tendência de reversão da influência desta variável sobre a decisão individual de migrar. As alterações na rede urbana brasileira no período analisado resultaram na crescente diminuição da atratividade das áreas regionais comparáveis polarizadas por grandes cidades, cujo resultado final é a elevação da probabilidade de migrar para indivíduos que possuíam origem, em 2010, em AC's de grande porte em comparação às chances dos indivíduos residentes nas demais regiões (aproximadamente 10% maior). Neste contexto, a elevada escala populacional passa a funcionar como um fator de repulsão populacional, uma provável consequência da maior concorrência por postos de trabalho nestas regiões, que são caracterizados, inclusive, por exigir níveis de qualificação individual cada vez mais elevados.

Em contrapartida, a capacidade de retenção populacional (origem) das cidades médias mantém-se praticamente estável no período analisado. A probabilidade de migrar de indivíduos residentes nestas áreas comparáveis é inferior à probabilidade dos indivíduos residentes nas demais áreas em todos os anos analisados. Apesar da razão de risco relativo da variável *média* se aproximar de um, pode-se afirmar que não há tendência de alteração do padrão, pois os valores observados pertencem ao intervalo de confiança dos parâmetros estimados.

Os modelos das regiões de destino dos potenciais migrantes evidenciam que a probabilidade de ser migrante em áreas regionais comparáveis de grande porte é cada vez menor e é praticamente estável em áreas de médio porte. Em outras palavras, os modelos corroboram a hipótese de que áreas mais congestionadas tornam-se cada vez menos atrativas para os migrantes, enquanto áreas de médio porte continuam a atraí-los.

Os resultados dos modelos estimados são coerentes com as análises dos padrões migratórios brasileiros verificados entre as décadas de 1980 e 2010. Áreas regionais comparáveis de médio porte passam a ganhar importância para a determinação das trajetórias migratórias no país em detrimento de suas regiões metropolitanas. Os elevados custos de congestionamento das metrópoles atrelados às taxas de crescimento econômico mais expressivas das cidades

médias passam a reforçar as trajetórias secundárias (regionais) no país, estimulando, ainda que em ritmo não muito expressivo, mudanças em seus padrões migratórios, o que provavelmente afetará seu desenvolvimento futuro.

6.5.9 A área regional comparável São Paulo continua a polarizar as trajetórias migratórias brasileiras?

Uma das principais tendências identificadas pela caracterização dos padrões migratórios brasileiros, realizada no Capítulo 05, foi a perda de atratividade da AC de São Paulo: não apenas a imigração para esta região diminuiu, como também houve um aumento da emigração de sua população. Estes resultados são consequências das crescentes deseconomias de aglomeração verificadas na área mais desenvolvida do país e do processo de desconcentração (e interiorização) da indústria nacional, que favoreceu majoritariamente as regiões no entorno da Região Metropolitana de São Paulo.

Devido à importância desta área regional para a composição histórica das trajetórias migratórias brasileiras, é interessante mensurar a sua contribuição para a determinação da condição de migração individual no país nas últimas décadas.

Para realizar esta análise serão estimados modelos para as regiões de origem e destino dos potenciais migrantes que incorporam a residência específica na área regional comparável de São Paulo. A ideia subjacente é identificar o peso do contexto socioeconômico desta área comparável sobre a probabilidade de ser migrante para os indivíduos que compõem a amostra (pertencentes a grupos etários entre 25 e 64 anos e que já completaram o ciclo educacional).

A Tabela 22 apresenta os resultados dos modelos, que corroboram as tendências identificadas:

Tabela 22 – Razão de riscos relativos do modelo de regressão logística para a condição de migração individual segundo o local de residência (Brasil, 1980-2010)

	Origem (data fixa)				Destino (data de recenseamento)			
	1980	**1991**	**2000**	**2010**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
sexo	1.113***	1.102***	1.084***	1.123***	1.113***	1.102***	1.085***	1.127***
	(0.007)	(0.005)	(0.006)	(0.006)	(0.012)	(0.005)	(0.008)	(0.006)
branco	1.092	1.001	0.987	0.976	1.114	1.044	1.014	1.005
	(0.097)	(0.088)	(0.073)	(0.072)	(0.108)	(0.098)	(0.090)	(0.097)
sitconj_uniao	1.483***	1.381***	1.272***	1.258***	1.478***	1.364***	1.252***	1.234***
	(0.047)	(0.014)	(0.015)	(0.017)	(0.047)	(0.026)	(0.021)	(0.017)
getario45a54	1.256***	1.264***	1.270***	1.136***	1.259***	1.261***	1.271***	1.131***
	(0.030)	(0.022)	(0.037)	(0.039)	(0.015)	(0.024)	(0.022)	(0.020)
getario35a44	1.732***	1.795***	1.702***	1.644***	1.736***	1.792***	1.693***	1.633***
	(0.033)	(0.024)	(0.076)	(0.070)	(0.035)	(0.054)	(0.060)	(0.054)
getario25a34	2.630***	2.528***	2.354***	2.271***	2.635***	2.494***	2.331***	2.229***
	(0.073)	(0.072)	(0.149)	(0.148)	(0.126)	(0.141)	(0.143)	(0.102)
escol_0a3	1.042	1.046	1.036	0.798***	1.011	0.964	0.969	0.764***
	(0.097)	(0.070)	(0.038)	(0.026)	(0.160)	(0.108)	(0.081)	(0.043)
escol_4a7	0.892***	0.958	0.963	0.925***	0.886*	0.926	0.930	0.888***
	(0.038)	(0.047)	(0.029)	(0.020)	(0.060)	(0.056)	(0.044)	(0.025)
escol_11a14	1.202***	1.121***	1.085**	1.025	1.200***	1.107***	1.086***	1.035*
	(0.057)	(0.035)	(0.041)	(0.022)	(0.050)	(0.028)	(0.024)	(0.021)
escol_15	1.959***	1.385***	1.432***	1.538***	1.985***	1.442***	1.509***	1.629***
	(0.200)	(0.128)	(0.143)	(0.117)	(0.163)	(0.051)	(0.056)	(0.062)
acsp	1.042	1.686***	1.810***	2.644***	0.690***	0.500***	0.509***	0.503***
	(0.120)	(0.143)	(0.129)	(0.158)	(0.095)	(0.058)	(0.050)	(0.040)
_cons	0.034***	0.024***	0.027***	0.023***	0.035***	0.027***	0.031***	0.025***
	(0.006)	(0.002)	(0.002)	(0.002)	(0.008)	(0.005)	(0.005)	(0.002)
Pseudo-R2	0.019	0.018	0.017	0.026	0.021	0.018	0.016	0.019
Nº observações	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332	8.088.455	5.582.196	6.745.692	8.373.332

Fonte: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos 1980-2010.
(***) Variável significativa a 1%.
(**) Variável significativa a 5%.
(*) Variável significativa a 10%.

Na perspectiva da origem dos migrantes, observa-se que a residência na data fixa na AC São Paulo aumenta significativamente e em trajetória crescente a probabilidade de um indivíduo efetivar o deslocamento em comparação aos indivíduos residentes nas demais áreas comparáveis do país. A região é caracterizada nos últimos anos pela incapacidade de reter sua população. A emigração é um movimento característico de sua população nas últimas décadas.

Este resultado é corroborado pelo modelo da região de destino dos migrantes: residir na AC São Paulo na data de recenseamento diminui a probabilidade de ser migrante em contraste à residência em outras AC's. Em outras palavras, a atratividade da AC São Paulo não é mais tão expressiva quando comparada ao período anterior (redução de sua capacidade de atração populacional).

Todavia, é preciso ressaltar que esta perda de atratividade manteve-se estável entre 1991 e 2010. Uma provável justificativa para este comportamento refere-se ao elevado componente

inercial do padrão migratório dominante no Brasil: as redes de contato entre migrantes e não migrantes e o histórico das trajetórias migratórias em direção a esta região continuam a impulsionar deslocamentos em sua direção.

Em resumo, a atratividade da área regional comparável de São Paulo diminuiu no período analisado, porém de forma distinta entre as regiões de origem e destino dos potenciais migrantes. No caso da origem, observa-se que residir na própria AC São Paulo na data fixa aumenta significativamente a probabilidade de migrar, pois a facilidade de acesso às informações sobre a dinâmica local (vantagens e desvantagens da permanência) incentiva a emigração. Por sua vez, a análise do ponto de vista do destino indica que também houve uma diminuição da probabilidade de ser migrante para indivíduos residentes na data de recenseamento na AC São Paulo, mas esta foi menos expressiva e manteve-se estável nas últimas décadas. Pode-se supor que os deslocamentos em direção a esta região permanecem devido às dificuldades de obtenção de informações sobre o contexto socioeconômico do destino para quem não residia no mesmo na época da tomada de decisão do deslocamento. A ideia que outrora estimulou grandes deslocamentos populacionais das regiões menos desenvolvidas do país para o seu polo industrial permanece, em grau menos expressivo, devido às elevadas disparidades de renda e oportunidades vigentes no Brasil ainda hoje.

6.6 Desenvolvimento regional e migração no Brasil: da inércia ao dinamismo?

Os resultados dos modelos estimados no decorrer deste capítulo evidenciam que os indivíduos possuem diversos motivos para migrar. O deslocamento no tempo e no espaço é uma característica individual que depende de motivações específicas, relacionadas não apenas aos níveis regionais de desenvolvimento, mas também às preferências individuais. O padrão migratório dominante no Brasil continua a ser influenciado, majoritariamente, por suas elevadas disparidades regionais, sendo composto por fluxos que se originam nas regiões mais pobres do país e se destinam às suas áreas mais dinâmicas, especialmente para aquelas que possuem uma trajetória de desenvolvimento mais favorável. Por este motivo, estes fluxos podem ser interpretados pelas teorias migratórias convencionais (neoclássicas, *push-pull* e estruturalistas). Em contrapartida, estas teorias são incapazes de explicar as tendências migratórias secundárias que se intensificaram nos últimos anos, pois as mesmas rompem com a hipótese restritiva de que desenvolvimento e migração estão inversamente relacionados (o desenvolvimento tende a desestimular a migração). Torna-se evidente a necessidade de

avançar na análise e interpretação das trajetórias migratórias secundárias no Brasil: se fatores de retenção, atração e repulsão populacional são insuficientes para explicar estes fluxos regionais, a incorporação das aspirações individuais e das interações entre migração e desenvolvimento aos modelos pode gerar *insights* para o estudo de seu processo migratório (DE HAAS, 2010).

A análise dos padrões migratórios brasileiros entre 1980 e 2010 confirma a hipótese levantada por Brito (2002) e Baeninger (2008): o Brasil caminha, ainda que lentamente, em direção a um processo de transição migratória. Estas trajetórias migratórias estão intrinsecamente relacionadas ao processo de desenvolvimento nacional, logo, não podem ser analisadas de forma isolada.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES

O desenvolvimento de determinada região e/ou país, compreendido como um processo amplo de mudanças socioeconômicas, está intimamente relacionado à dinâmica dos deslocamentos de sua população, pois o nível de desenvolvimento regional influencia e é influenciado pela decisão de migrar (DE HAAS, 2008). A análise da trajetória de crescimento regional envolve o estudo conjunto das causas e dos impactos de cada um destes processos, caso contrário, sua interpretação pode ser limitada. Em outras palavras, a elevada inter-relação entre migração e desenvolvimento requer que estes fenômenos sejam analisados simultaneamente para captar sua complexidade. Neste contexto, a migração deve ser compreendida como um processo integrante do desenvolvimento econômico, possuidor de dinâmica interna própria e que possui impactos específicos sobre as estruturas das localidades de origem e destino dos migrantes.

Diversas teorias foram elaboradas para explicar a dinâmica do processo migratório e sua inter-relação com os níveis de desenvolvimento econômico, todavia, devido à sua complexidade não há uma teoria única aceita pelos estudiosos como capaz de explicar a dinâmica dos fluxos migratórios (como se iniciam, se modificam e se perpetuam). Observa-se que há uma quantidade significativa de teorias que explicam determinados aspectos da migração, formando um mosaico de conceitos e relações sobre o tema, algumas das quais foram discutidas na tese.

No caso do Brasil, o padrão de desenvolvimento econômico afetou significativamente a dinâmica de seus fluxos migratórios e estes, por sua vez, condicionaram a trajetória do crescimento (BRITO, 2002). O processo de desenvolvimento econômico brasileiro é marcado por profundas disparidades regionais (AFFONSO e SILVA, 1995). O início de seu processo de industrialização na década de 1950 concentrou-se nas regiões Sudeste e Sul, especialmente no estado de São Paulo, em detrimento das demais regiões do país. A conjuntura regional desfavorável sinalizava, já no final dos anos 1950, a necessidade de elaborar políticas para minimizar os elevados diferenciais de renda e oportunidade existentes no país, que estimulavam grandes deslocamentos populacionais. Neste contexto foram criados o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, e a Superintendência Regional de Desenvolvimento do Nordeste, cujo objetivo era a elaboração e a implementação de políticas regionais para melhorar a posição relativa da região no cenário

nacional. Entre as décadas de 1960 e 1970, foram criadas superintendências regionais para a Amazônia e a região Centro-Oeste, respectivamente SUDAM e SUDECO, e foram estimulados diversos investimentos nas regiões menos desenvolvidas do país. O principal resultado destas medidas foi a criação de um parque industrial dependente e complementar na região Nordeste, concentrado nos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia, e a instalação do polo industrial de Manaus. A ideia subjacente era estimular a industrialização destas regiões, via incentivos fiscais e financeiros, para alcançar o seu desenvolvimento.

Todavia, nos anos 1980 e 1990, o esvaziamento do papel do Estado, provocado inicialmente pela crise da dívida e, mais tarde, pelo processo de liberalização da economia nacional, reduziu consideravelmente os mecanismos federais de desenvolvimento regional, desestimulando o ritmo do processo de desconcentração das atividades produtivas que se iniciava no Brasil. Apenas a partir da segunda metade da década de 2000, a questão regional volta a fazer parte da agenda de discussão do Governo Federal, com a recriação da SUDENE e a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) pelo Ministério da Integração Nacional. A PNDR possui múltiplas escalas de intervenção, mas ainda não foi implementada. Não há evidências de mudanças significativas no padrão de desenvolvimento regional do Brasil, com vistas à redução, interna e externa, das disparidades de renda e oportunidade no país (ARAÚJO, 2007; MACIEL *et al.*, 2008).

A relativa inércia da questão regional brasileira traz à tona a reflexão sobre sua importância para a determinação dos padrões migratórios: será que a dinâmica regional brasileira continua a ser tão importante para a determinação das trajetórias migratórias nas últimas décadas como foi no período 1950-1980? A tese procurou em toda sua análise responder a esta questão.

Para a consecução do objetivo proposto, foram traçadas três estratégias de análise. A primeira refere-se à caracterização dos migrantes e de suas regiões de origem e destino, com vistas a destacar a importância dos contextos regionais para o processo migratório. A segunda refere-se à caracterização dos fluxos migratórios intra e interestaduais no Brasil entre as décadas de 1980 e 2010. Por fim, a terceira equivale à estimação de modelos logísticos para a identificação dos principais determinantes da condição de migração individual. Assim, espera-se destacar a importância de analisar as migrações internas articuladas ao processo de desenvolvimento da economia e sociedade brasileiras.

A partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1980 a 2010, fornecidos pelo IBGE, foi construída a base de dados utilizada para a análise e foram identificadas 413 áreas regionais comparáveis na escala microrregional para o Brasil. Em seguida, foram construídas diversas variáveis para representar a dinâmica dos aspectos socioeconômicos regionais, posteriormente utilizadas em uma análise de componentes principais para criar um indicador de desenvolvimento e atratividade local, capaz de sintetizar a dinâmica regional brasileira nas últimas décadas. A importância de identificar esta dinâmica está relacionada ao fato das disparidades regionais serem encaradas como um dos principais determinantes das trajetórias migratórias que acompanham o processo de desenvolvimento. Além disso, as migrações podem afetar as disparidades regionais de forma recíproca, funcionando como um de seus mecanismos de manutenção.

De forma geral, a análise deste indicador entre 1980 e 2010 evidencia que houve melhorias no período, todavia, as disparidades regionais brasileiras persistem e podem ser observadas em diferentes escalas territoriais. A área mais dinâmica do país continua concentrada na região Sudeste e observa-se sua expansão em direção às áreas regionais comparáveis das regiões Sul e Centro-Oeste. A provável justificativa para este resultado deve-se à desconcentração das atividades produtivas para o entorno da Região Metropolitana de São Paulo, conforme demonstram Diniz e Crocco (1996), mais especificamente para as cidades médias. Dados do IPEA evidenciam que estas cidades obtiveram nos últimos anos taxas de crescimento demográfico e do PIB mais expressivas do que as grandes metrópoles brasileiras. Em outras palavras, a produção e a população têm se deslocado para estas cidades, viabilizando, inclusive, o aumento do seu PIB *per capita* (IPEA, 2010b). Simultaneamente, continuam a existir áreas de baixo dinamismo no país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Apesar das disparidades serem mais expressivas na escala macrorregional, a análise não exclui a existência de disparidades dentro destas regiões, ainda que nas áreas mais desenvolvidas do país a magnitude destas diferenças seja menos expressiva. A problemática regional brasileira transcende a antiga dicotomia Sudeste-Nordeste. As disparidades de renda, emprego, estrutura produtiva, etc., existem em todas as escalas territoriais. Quaisquer mecanismos de desenvolvimento regional que tenham por objetivo reduzir estas disparidades precisam incorporar simultaneamente todas as escalas espaciais – local, regional e nacional (ARAÚJO, 2007).

Após a identificação das áreas regionais comparáveis mais dinâmicas entre 1980 e 2010, procede-se à caracterização dos fluxos migratórios brasileiros, evidenciando se estas regiões foram capazes de reter suas respectivas populações e/ou de atrair novos migrantes. Em outras palavras, pretende-se verificar se está emergindo um novo padrão migratório devido às transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil neste período.

As migrações, como salientado, são parte integrante de um processo socioeconômico e possuem uma regularidade que pode ser observada sob a forma de fluxos, alguns dos quais, devido a sua importância para a dinâmica espacial da economia, assumem caráter estrutural e transformam-se em trajetórias desenhadas de acordo com as necessidades nacionais (BRITO, 2002). A forma como estas trajetórias se articulam aos contextos históricos para atender as necessidades econômicas e sociais constitui um padrão migratório. A análise das matrizes migratórias intra e interestaduais brasileiras entre 1980 e 2010 permite identificar as tendências recentes de seus deslocamentos populacionais.

É interessante ressaltar que o número absoluto de migrantes internos no Brasil aumentou entre 1980 e 2010, embora em magnitudes inferiores àquelas observadas no período imediatamente anterior (1950-1980). Apesar do crescimento contínuo, os migrantes representam uma parcela cada vez menos expressiva da população em estudo. A principal mudança refere-se à intensificação dos fluxos de retorno no país, ora provocada por piores condições nas regiões de destino dos migrantes, ora por melhorias em suas respectivas regiões de origem. Além disso, aumentou a importância dos deslocamentos de longa distância, um provável resultado da diminuição dos custos de transporte no país.

A análise dos microdados do Censo Demográfico de 1980 reflete os movimentos migratórios estimulados pelas transformações ocorridas no Brasil ao longo da década de 1970. As matrizes migratórias para este período refletem o padrão migratório desenhado no bojo do desenvolvimento industrial da economia brasileira, cujo polo receptor é o estado de São Paulo. Os fluxos em direção a este estado continuavam a ser expressivos. As principais regiões fornecedoras de mão de obra industrial continuavam a ser Minas Gerais e os estados do Nordeste. Este padrão dominante era acompanhado por trajetórias secundárias, que tendiam a se limitar aos contextos regionais. Os deslocamentos de retorno às regiões de origem continuavam a representar pequena parcela do total de migrantes, todavia, a maior quantidade destes indivíduos localizava-se em Minas Gerais e estados do Nordeste, regiões

tradicionalmente emissoras de migrantes, um indício das mudanças que começavam a emergir nos padrões migratórios brasileiros.

A interpretação dos padrões migratórios vigentes no Brasil entre 1980 e 1991 é viabilizada pela análise dos microdados do Censo Demográfico de 1991. As matrizes migratórias para o período demonstram o aumento da importância das trajetórias secundárias e dos deslocamentos de retorno no Brasil, com a simultânea manutenção do padrão migratório dominante no período anterior (Nordeste-Sudeste). Ressalta-se que os principais resultados obtidos são consistentes com as análises realizadas por Baeninger (2000) e Brito (2002): São Paulo e Rio de Janeiro continuavam a atrair elevada quantidade de imigrantes; os estados da região Nordeste e Minas Gerais continuavam a ser áreas tradicionais de emigração (apesar da redução de suas perdas migratórias); as regiões Norte e Centro-Oeste tornaram-se novos e importantes espaços migratórios no Brasil; e houve o surgimento e a consolidação de novos polos de absorção migratória, especialmente no entorno da AC São Paulo.

A análise dos fluxos migratórios brasileiros entre 1991 e 2000 indica que o padrão migratório dominante continuava a ser o mesmo observado nos períodos precedentes: os deslocamentos mais expressivos ocorriam entre os estados da região Nordeste e Minas Gerais (origens) e São Paulo (destino). O componente inercial deste fluxo, alimentado pelas elevadas disparidades regionais que persistem no país e por redes de contato entre migrantes e não migrantes, dificulta mudanças expressivas na dinâmica dos deslocamentos da população brasileira. Apesar da manutenção deste padrão, é possível observar que alterações vêm ocorrendo de forma contínua nestes deslocamentos. Há, claramente, uma redução da magnitude dos fluxos migratórios dominantes no país em prol de fluxos secundários, que tendem a privilegiar os contextos macrorregionais. Além disso, estados e áreas comparáveis tradicionalmente emissoras de migrantes, como Minas Gerais, conseguiram diminuir suas perdas migratórias ou mesmo obter trocas migratórias positivas entre 1991 e 2000. Os dados indicam uma possível transição dos padrões migratórios brasileiros, viabilizada pelo crescimento das cidades médias e pela intensificação da migração de retorno. Neste contexto, novas regiões de destino dos migrantes brasileiros se consolidam e tornam-se cada vez mais dinâmicas.

Os microdados do Censo Demográfico 2010 confirmam a continuidade das mudanças nos padrões migratórios brasileiros iniciadas nos últimos anos do século XX. A análise e a interpretação dos dados corroboram o recrudescimento da importância das trajetórias migratórias secundárias (regionais), ainda que o enfraquecimento dos fluxos dominantes

continue a ocorrer em ritmo não muito expressivo. A consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas ao longo dos últimos anos foi essencial para este processo, bem como o crescimento das cidades médias (BAENINGER, 2008). Em contrapartida, a manutenção das elevadas disparidades regionais continua a limitar a expansão das trajetórias migratórias secundárias no país. O padrão migratório dominante desde meados dos anos 1960 (Nordeste-Sudeste) é caracterizado por sua elevada inter-relação com a questão regional brasileira e possui um componente inercial expressivo, estimulado, inclusive, pelas redes de contato entre migrantes e não migrantes. Estas características tornam mais difíceis alterações nestes padrões, pois quaisquer melhorias socioeconômicas nos tradicionais destinos dos migrantes internos brasileiros tendem a manter e/ou reforçar a atratividade destas regiões.

As mudanças ocorridas nos deslocamentos da população brasileira nos últimos anos apontam para um período transitório, que aos poucos procura romper o caráter inercial de seu padrão dominante. Todavia, este processo é lento, pois a retomada do crescimento e a estabilidade econômica nos anos 2000 auxiliaram a recompor os fluxos dominantes, diminuindo assim o ritmo de expansão da transição migratória brasileira. Percebe-se que as inter-relações entre desenvolvimento e migração e a persistência das elevadas disparidades regionais no Brasil tendem a reforçar o caráter inercial deste fluxo, limitando a velocidade das mudanças que ocorrem em suas trajetórias migratórias secundárias. Mais especificamente, os dados evidenciam que as alterações nos padrões migratórios secundários tendem a ocorrer de forma mais consistente entre áreas regionais comparáveis que apresentam disparidades de renda e emprego menos expressivas, como ocorre na região centro-sul do país. Os dados demonstram que os migrantes tendem a se localizar em determinadas áreas de origem e destino, delineando trajetórias, primárias e secundárias, bem definidas.

Os resultados indicam que ainda serão necessários alguns anos para que mudanças expressivas sejam observadas nos padrões migratórios brasileiros. As disparidades regionais são tão elevadas que inviabilizam alterações migratórias mais amplas no território nacional: o desejo de migrar para o sudeste para prosperar economicamente persiste, especialmente no Nordeste. As mudanças nas trajetórias secundárias delineiam o germe de uma nova "ideologia" inerente aos deslocamentos individuais, contudo, a restrição da desconcentração espacial do desenvolvimento limita sua expansão.

Em síntese, conclui-se que as trajetórias migratórias secundárias se expandiram no Brasil, todavia, devido ao seu ritmo de expansão elas ainda são incapazes de sobrepor a trajetória

migratória dominante. A velocidade destas mudanças está intrinsecamente relacionada à complexa dinâmica socioeconômica brasileira. Enquanto os determinantes clássicos da migração, como os fatores de atração e repulsão populacional, continuam a influenciar fluxos migratórios das regiões mais pobres do país para as regiões mais ricas, fatores relacionados às aspirações individuais passam a estimular novos tipos de deslocamentos, que não guardam uma relação linear e inversa com os níveis regionais de desenvolvimento. Em outras palavras, aspectos estruturais e macroeconômicos são condicionantes das trajetórias migratórias brasileiras, contudo, a capacidade individual de tomar decisões torna-se cada vez mais significativa para a determinação dos deslocamentos da população. A existência de elevadas disparidades regionais no Brasil torna este processo ainda mais complexo, pois os determinantes individuais influenciam as trajetórias migratórias de formas distintas dependendo dos contextos onde vivem os potenciais migrantes. Nesta perspectiva, as mudanças nos padrões migratórios regionais acontecem em velocidades distintas (áreas estagnadas mantêm o padrão dominante; áreas dinâmicas verificam novas tendências), cujo resultado nacional tende a ocorrer em um ritmo não muito expressivo (a grande diversidade nacional reduz o ritmo de expansão de suas transformações, sejam elas migratórias, econômicas, sociais, demográficas, etc.).

Identificadas as principais tendências das trajetórias migratórias brasileiras entre 1980 e 2010 e sua relação com a dinâmica regional, procede-se à análise dos principais determinantes da condição de migração individual. São estimados modelos de regressão logística para determinar a probabilidade de migrar condicionada às características individuais, como sexo, e cor, e às características das regiões de origem e de destino dos migrantes. O objetivo é identificar prováveis fatores de retenção, repulsão e/ou atração populacional.

O modelo mais simples de determinação da condição de migração individual analisa a decisão de migrar em uma perspectiva a-espacial. Os resultados do modelo evidenciam quais seriam os principais fatores que condicionam os deslocamentos no país em uma situação hipotética, na qual seria possível isolar o processo migratório dos contextos socioeconômicos nacionais. As estimações obtidas indicam que os homens, brancos, jovens, com situação conjugal estável e com elevados níveis de escolaridade possuem maior probabilidade de migrar no Brasil no período entre 1980 e 2010. Há indícios de aumento da probabilidade de migrar das mulheres e de indivíduos pretos e pardos, todavia, estas características ainda não são as mais beneficiadas pelo processo migratório, que possui caráter significativamente seletivo.

A análise dos modelos de determinação da condição de migração individual que incorporam aspectos regionais evidencia os principais fatores de atração, retenção e/ou repulsão populacional e sua evolução ao longo do período analisado.

Quando são estimados os modelos para as regiões de origem dos migrantes observa-se que os níveis médios de escolaridade e a existência de parques industriais relevantes na localidade desempenham a função de fatores de retenção populacional durante todo o período analisado, muito provavelmente porque os indivíduos associam maior dinamismo em termos de renda e emprego a estas regiões. Em contrapartida, as taxas de pobreza e os níveis de desigualdade contribuem para a repulsão da população. Ressalta-se apenas que há indícios para 2010 de diminuição da influência da taxa de pobreza para a elevação da emigração, cuja provável justificativa refere-se à intensificação das políticas de transferência de renda para os estratos mais baixos da população e de valorização do salário mínimo (rendimentos menos incertos na origem podem estimular a permanência da população mesmo em contextos desfavoráveis). As variáveis indicadoras da escala urbana e dos níveis absolutos de riqueza, como o rendimento domiciliar *per capita*, as condições de infraestrutura domiciliar, a categoria da classificação REGIC e o porte da área regional comparável, evidenciam as principais tendências dos padrões migratórios brasileiros. Até meados da década de 1990, as áreas mais urbanizadas, polarizadas pelas grandes metrópoles nacionais, possuíam elevada capacidade de retenção populacional. Todavia, a intensificação do processo de urbanização e a elevação dos congestionamentos dos grandes centros urbanos metropolitanos resultaram na inversão desta influência: devido à incapacidade de absorção do elevado contingente populacional que se dirigia às mesmas, as grandes cidades passaram a expulsar suas populações em prol das cidades de médio porte.

As estimações dos modelos para as regiões de destino dos potenciais migrantes corroboram as tendências identificadas: níveis elevados de escolaridade, de renda e de emprego industrial são importantes fatores de atração e retenção populacional; as taxas de pobreza e os níveis de desigualdade são incapazes de atrair migrantes; e os elevados níveis de urbanização e centralidade funcionam como fatores de repulsão populacional em favor das regiões urbanas de médio porte. Estas possuem todas as facilidades dos grandes centros metropolitanos, sem apresentar deseconomias de aglomeração ou altos custos de congestionamento.

Salienta-se que estes resultados não implicam a redução da importância das áreas urbanas para as trajetórias migratórias brasileiras. Pelo contrário, a generalização da urbanização e a

extensão do urbano no território brasileiro intensificaram os deslocamentos entre suas regiões urbanizadas. O que se verifica é o redirecionamento dos deslocamentos para áreas urbanas de menor porte em detrimento das grandes metrópoles, pois suas taxas de crescimento são mais expressivas. Este fato as torna cada vez atraentes para os indivíduos, afinal supõe-se que o processo de inserção ocupacional será menos complexo em contextos de expansão econômica.

Os modelos captam um aspecto inerente à complexidade entre migração e desenvolvimento: a capacidade de ajustamento dos padrões migratórios a novas conjunturas é uma consequência das análises individuais detalhadas sobre as condições nas regiões de origem e destino dos migrantes. Se as interações entre estes fenômenos pudessem ser resumidas às análises simplistas (apenas fatores econômicos afetam a decisão de migrar), a influência de cada variável sobre a decisão individual de migrar deveria ser estática. Fica claro que a migração está relacionada a fatores que transcendem à análise meramente econômica. Em outras palavras, as estimações dos modelos evidenciam que a determinação da condição de migração é influenciada não apenas por aspectos estruturais, mas também por aspirações individuais. A capacidade de um indivíduo tomar decisões que não são totalmente influenciadas por questões macroestruturais pode explicar porque as trajetórias migratórias que emergem nos últimos anos não ocorrem das áreas comparáveis mais pobres em direção às mais ricas.

Segundo De Haas (2010), ao analisar a migração como função das *capabilities* e das aspirações individuais condicionadas ao contexto macroestrutural, é possível identificar os principais determinantes das trajetórias migratórias mais recentes. Ao incorporar estes aspectos à análise, rompe-se a hipótese restritiva, tanto das teorias migratórias fundamentalistas (neoclássicas e *push-pull*) quanto das teorias estruturalistas (*C.C.C* e CEPAL, por exemplo), de que desenvolvimento e migração estão inversamente relacionados (o desenvolvimento tende a reduzir a migração). As teorias migratórias que buscam explicar os determinantes da migração precisam incorporar estes fatores à análise.

Se a reciprocidade entre migração e desenvolvimento e a influência dos aspectos individuais sobre a decisão de migrar são incorporados à análise, o planejamento regional torna-se mais complexo. As políticas adotadas pelo Estado podem condicionar o volume e os tipos de migração. Logo, se o objetivo das políticas econômicas e sociais é estimular o desenvolvimento nacional, é preciso levar em consideração os prováveis impactos destas medidas sobre as respectivas regiões de origem e de destino dos migrantes, bem como sobre

as *capabilities* e as aspirações individuais. Enquanto persistirem as elevadas disparidades regionais no país, é improvável que haja grandes mudanças em seus padrões migratórios.

Neste contexto, torna-se clara a necessidade de analisar os fluxos migratórios em uma perspectiva mais abrangente. Os exercícios empíricos realizados evidenciam a importância dos determinantes convencionais da migração para explicar o padrão migratório dominante no país, bem como sua inadequação para explicar os deslocamentos secundários que se intensificaram nos últimos anos. Observa-se que não há tendência de estagnação da migração à medida que são verificados maiores níveis de desenvolvimento. Pelo contrário, verifica-se que novos arranjos migratórios surgem (redefinição dos fluxos), com novas modalidades de deslocamentos nos âmbitos regionais e a migração assume caráter mais reversível, tanto em relação à origem quanto ao destino (rotatividade migratória, com intensificação do retorno).

A agenda de pesquisa sobre o tema, construída a partir desta tese, inclui a determinação dos microfundamentos das trajetórias migratórias explicadas por fatores não identificados pelas teorias convencionais, sugeridos por De Haas (2010). As dinâmicas locais no âmbito global atreladas aos determinantes individuais devem ser incorporadas à análise, pois apenas neste contexto é possível explicar as trajetórias migratórias recentes. É preciso identificar a capacidade que o indivíduo tem de se mobilizar para migrar, suas aspirações migratórias e sua relação com o desenvolvimento. A análise destas interações requer a construção de indicadores multidimensionais que devem ser incorporados aos modelos migratórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. 41p. (Texto para discussão, 10).

AMIN, Ash. Política regional em uma economia global. In: DINIZ, Clélio Campolina (org). *Políticas de desenvolvimento regional*: desafios e perspectivas à luz das experiências da união Europeia e do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombras. *Migración y Desarrollo*, n. 1, p. 4-30, octubre, 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro*: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan-FASE, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil: desafios de uma política nacional de desenvolvimento regional contemporânea. In: DINIZ, Clélio Campolina (org). *Políticas de desenvolvimento regional*: desafios e perspectivas à luz das experiências da união Europeia e do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

ARROW, Kenneth J. The economic implications of learning by doing. *The Review of Economic Studies*, v. 29, n. 3, p. 155-173, junho, 1962.

BAENINGER, Rosana. Novos espaços da migração no Brasil: anos 1980 e 1990. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 2000. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaImigra%C3%A7aonoBrasilAnos80e90.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 2008. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

BALÁN, Jorge. Urbanización, migraciones internas e desarrollo regional: notas para una discusion. In: CEDEPLAR. *Migrações externas e desenvolvimento regional*, 1973.

BARRICARTE, Jesús Javier Sánchez. *Socioeconomía de las migraciones em um mundo globalizado*. Madrid: Editora Biblioteca Nueva, 2010.

BARROS, Ricardo Paes de, *et al*. *A queda recente da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007a. 22p. (Texto para discussão, 1258). Disponível em

<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1258.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. *Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007b. 30p. (Texto para discussão, 1288). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1288.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

BAUER, Thomas; ZIMMERMANN, Klaus. Causes of international migration: a survey. In: GORTER, Cees; NIJKAMP, Peter; POOT, Jacques (eds). *Crossing borders*: regional and urban perspectives on international migration. Aldershot: Ashgate, 1998.

BECKER, Bertha Koiffmann. A especificidade do urbano na Amazônia: desafios para políticas públicas consequentes. In: *Estudo elaborado para a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal* – Ministério do Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 60p, 1998.

BECKER, Gary S. Investment in human capital: a theoretical analysis. *The Journal of Political Economy*, v. 70, n.5, part 2 – Investment in Human Beings, p. 9-49, october, 1962.

BECKER, Gary S.; BARRO, Robert J. A reformulation of the economic theory of fertility. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 103, n. 1, p. 1-25, february, 1988.

BERG, Janine. *Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s*. Brasília: OIT, 2010. 26p. (Working paper, 5). Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/laws_luck_245.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

BORJAS, George J. Economic theory and international migration. *International Migration Review*, v. 23, n. 3 – Special Silver Anniversary Issue: international migration an assessment for the 1990's, p. 457-485, autumn, 1989.

BORJAS, George J. The economics of immigration. *Journal of Economic Literature*, v. 32, n. 4, p. 1667-1717, december, 1994.

BORJAS, George J. The economics benefits from immigration. *The Journal of Economics Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 3-22, spring, 1995.

BORJAS, George J. The economic progress of immigrants. In: BORJAS, George J (ed). *Issues in the economics of immigration*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BORJAS, George J.; FREEMAN, Richard B.; KATZ, Lawrence F. How much do immigration and trade affect labor markets outcomes? *Brooking Papers on Economic Activity*, v. 1, p. 1-90, 1997.

BORJAS, George J.; KATZ, Lawrence F. The evolution of the Mexican-born workforce in the United States. In: BORJAS, George J. (ed). *Mexican immigration to the United States*. Cambridge M.A: National Bureau of Economic Research Conference Report, 2007.

BOUDEVILLE, Jacques Raoul. *Les spaces économiques*. Paris: Press Universitaries de France, 1970.

BRITO, Fausto. População, espaço e economia: uma perspectiva histórica. 1997. 100fls. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, Adelita Neto (org). *Transições migratórias*. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, v. 57, p. 221-236, 2006.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno de. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADS recentes. *Parcerias estratégicas (Brasília)*, v. 22, p. 441-455, 2006.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. *Microeconometrics* – methods and applications. New York: Cambridge University Press, 2005.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*: a economia brasileira no ultimo quarto do século XX. Campinas: UNESP – UNICAMP, 2002.

CARVALHO, José Alberto Magno de, *et AL*. Dados de migração de última etapa e data fixa do censo demográfico brasileiro de 1991: uma análise de consistência. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, p.87-96, jan./dez., 2000.

CASSEN, Robert H. Population and development: a survey. *World Development*, v. 4, n. 10/11, p. 785-830, 1976.

CASTELLS, Manuel. The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban regional process. Oxford, UK; Cambridge, MA: Blackwell, 1989.

CHANG, Howard F. The economic impact of international labor migration: recent estimates and policy implications. *Temple Political & Civil Rights Law Review*, v. 16, p. 321-333, 2007. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=946204>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall 1966.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 9p. (Texto para discussão, 897). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0897.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

CUSHING, Brian; JACQUES, Poot. Crossing boundaries and borders: regional science advances in migration modeling. *Papers in Regional Science (RSAI)*, v. 83, issue 1, p. 317-338, january, 2004.

DA MATA, Daniel, *et al*. Quais as características das cidades determinam a atração de migrantes qualificados? Brasília: IPEA, 2007. 20p. (Texto para discussão, 1305). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1305.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

DAVIS, Lance Edwin; NORTH, Douglass Cecil. *Institutional change and american economic growth*. London: Cambridge University Press, 1971.

DE HAAS, Hein. The internal dynamics of migration process. In: *IMSCOE Conference on Theories of Migration and Social Change*. University of Oxford, 2008.

DE HAAS, Hein. *Migration transitions*: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration. Oxford: IMI, 2010. 49p. (Working Papers, 24).

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p. 35-64, Belo Horizonte, 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. A nova configuração urbano-industrial no Brasil. In: KON, Anita (org). *Unidade e federação*: a questão regional no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Diniz, Clélio Campolina. Repensando la cuestión regional brasileña: tendencias, desafios y caminos. *EURE* (Santiago), v. XXIX, n. 88, p. 29-53, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, v. 6 n. 1, p.77-103. Belo Horizonte, jul, 1996.

DIXIT, Avinash K.; STIGLITZ, Joseph E. Monopolistic competition and optimum product diversity. *American Economic Review*, v. 67, n. 3, p. 297-308, 1977.

DUNFORD, Michael. Desenvolvimento territorial, bem-estar e crescimento: razões em favor das políticas regionais. In: DINIZ, Clélio Campolina (org). *Políticas de desenvolvimento regional*: desafios e perspectivas à luz das experiências da união Europeia e do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony. *The spatial economy*: cities, regions, and international trade. London, England: The MIT Press, Cambridge, MA, 1999.

FUJITA, Masahisa; THISSE, Jacques François. Economics of agglomeration. Journal of the Japanese and International Economies, Elsevier, v. 10, n. 4, p. 339-378, December, 1996.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em épocas de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIAMBIAGI, Fabio, *et al* (orgs). *Economia brasileira contemporânea* (1945-2010). Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GLAESER, Edward L., *et al*. Growth in cities. *Journal of Political Economy*, v. 100, n. 6, p. 1126-1152, 1992.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *American Economic Review*, v. 60, n.1, p. 126-142, 1970.

HENDERSON, J, Vernon. The size and types of cities. *American Economic Review*, v. 64 (4), p. 640-656, September, 1974.

HENDERSON, J. Vernon. Marshall's scale economies. *Journal of Urban Economics*, v. 53 (1), p. 1-28, January, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUDDLE, Donald. *The cost of immigration*. Washington D.C: Carrying Capacity Network, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades* – REGIC. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Pobreza, desigualdade e políticas públicas*. Comunicados da Presidência nº 38. Brasília: IPEA, 2010a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro* – Livro 10. Brasília: IPEA, 2010b.

JACOBS, Jane. The economy of cities. New York: Random House, 1969.

JUSTO, Wellington Ribeiro; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. O que determina a migração interestadual no Brasil? Um modelo espacial para o período 1980-2000. *Revista Econômica do Nordeste*, v.39, n. 4, Fortaleza, out-dez, 2008a.

JUSTO, Wellington Ribeiro; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil? O perfil do migrante interno brasileiro. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. *Anais...* Salvador, 2008b.

KNAPP, T. A.; GRAVES, P. E. On the role of amenities in models of migration and regional development. *Journal of Regional Science*, v. 29, n. 1, p. 71-87, 1989.

KRUGMAN, Paul. New theories of trade among industrial countries. *American Economic Review*, v. 73, n.2, Papers and Proceedings of the Ninety-fifth Annual Meeting of The American Economic Association, p. 343-347, May, 1983.

KRUGMAN, Paul. Increasing returns and economic geography. *The Journal of Political Economy*, v. 99, n.3, p. 483-499, June, 1991.

KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. Globalization and the inequality of nations. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 4, p. 857-880, November, 1995.

KUZNETS, Simon. Population change and aggregate output. *Demographic and economic Change in Developed Countries*. Special Conference Series n. 11. National Bureau Committee for Economic Research. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1960.

LEE, Everett S. A theory of migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-75, 1966.

LEGRAIN, Philippe. *Inmigrantes*: tu país los necesita. Madrid: Intermón Oxfam, 2008.

LEMOS, Maurício Borges. *Espaço e Capital*: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. 678 fls. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *Manchester School of Economic and Social Studies*, v. 22, p. 139-191, 1954.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da "guerra fiscal". Economia e Sociedade, v. 19, n. 3 (40), p. 557-588, Campinas, dez., 2010.

LIMA, João Policarpo Robrigues. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. *Análise Econômica*, n. 21/22, mar-set, Porto Alegre, 1994.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. Nordeste do Brasil: revisitando as áreas dinâmicas em meio à estagnação. In X ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA. *Anais...* Campinas, 2004.

LÖSCH, Auguste. *The economics of location*. New Haven: Yale University Press, 1954.

LOUREIRO, Ana Cláudia Nonato. Rio de Janeiro: uma análise da perda recente de centralidade. 107fls. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LUCAS, Robert E. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, p. 3-42. North-Holland, 1988.

MABOGUNJE, Akin L. Systems approach to a theory of rural-urban migration. *Geographical Analysis*, v. 2, issue 1, p. 1-18, jan. 1970.

MACIEL, Francieli Tonet; HERMETO, Ana Maria. Migração interna e seletividade: uma aplicação para o Brasil. XXXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2011.

MACIEL, Pedro Jucá, *et al*. Convergência regional brasileira revisitada. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, v.38, n. 1, p. 37-65, abril 2008.

MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. Pennsylvania: Porcupine Press, [1920, 1982].

MARTIN, Philip L; TAYLOR, J. Edward. The anatomy of migration hump. In: TAYLOR, J. Edward (ed.). *Development strategy, employment, and migration*: insights from models. Paris: OECD, Development Centre, 1996.

MARTINE, George. A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 3(3), p. 46-56, jul./set., 1989.

MARTINI, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da Economia da Pobreza. *Economia Ensaios* (UFU), v. 24, p.81-102. Uberlândia, 2010.

MASSEY, Douglas S., *et al*. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, September 1993.

MASSEY, Douglas S., *et al*. Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

McDOWELL, Christopher; DE HAAN, Arjan. *Migration and sustainable livelihoods*: a critical review of the literature. 29p. 1997 (IDS Working Paper, 65).

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINGOTI, Sueli Aparecida. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MONTE MOR. Roberto Luís de Melo. O que é o urbano no mundo contemporâneo? *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v.111, p. 9-18. 2007

MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. London: Gerald Duckworth & Co. LTD, 1957.

NORTH, Douglass C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (org). *Economia regional*: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

NURKSE, Ragnar. Some international aspects of the problem of economic development. *American economic Review*, v. 42, n. 2, Papers and Proceedings of the Sixty-fourth Annual Meeting of The American Economic Association, p. 571-583, 1952.

OTTAVIANO, Gianmarco I.P.; PERI, Giovanni. Rethinking the effects of immigration on wages. *NBER Working Papers 12497*, National Bureau of Economic Research, July 2006.

PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.33, n.1, p.127-165, abril, 2003.

PERROUX, François. A economia do século XX. Porto: Herder, 1967.

PIORE, Michael J. *Birds of passage*: migrant labor and industrial societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PRADO, Sérgio. A guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 13, p. 1-40, Campinas, dezembro, 1999a.

PRADO, Sérgio. *Guerra fiscal no Brasil*: três estudos de caso – Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. São Paulo: Fundap, 1999b.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago: CEPAL, 1949.

PREBISCH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del processo de desarrollo económico. In: CEPAL Estudio económico de América Latina. Nueva York: Naciones Unidas, 1950.

PREBISCH, Raúl. La cooperación internacional em la política de desarrollo latinoamericana. Santiago: CEPAL, 1973.

RAMALHO, Hilton Martins B. Migração interna no nordeste brasileiro: caracterização e determinantes. In: XI ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA. *Anais...* Fortaleza, 2006.

RAMALHO, Hilton Martins B.; QUEIROZ, Vivian dos Santos. Migração interestadual de retorno e autosseleção: evidências para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, v. 41, n. 3, p. 369-396, dez. 2011.

RANIS, Gustav; FEI, John C. H. A theory of economic development. *American Economic Review*, v. 51, n. 4, p. 533-565, september, 1961.

RAVENSTEIN, Ernst G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 48, n. 2, p. 167-235, jun. 1885.

RAVENSTEIN, Ernst G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 52, n. 2, p. 241-305, jun. 1889.

REIS, José Eustáquio, *et al*.Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000. I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. *Anais...* Paraty, 2011.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicações aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142fls. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil* – Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRÍGUEZ, Octávio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROMER, David. Advanced macroeconomics. New York: McGraw-Hill/Irwin, 2006.

ROMER, Paul M. Increasing returns and long-run growth. *The Journal of Political Economy*, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, October, 1986.

ROMER, Paul M. Growth based on increasing returns due to specialization. *American Economic Review*, v. 77, n. 2, p. 56-62, May, 1987.

ROMER, Paul M. Endogenous technological change. *The Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, part 2: The Problem of Development: a conference of the Institute for the Study of Free Enterprises Systems, p. S71-S102, October, 1990.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problems of industrialization of eastern and south-eastern Europe. *The Economic Journal*, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, jun.-sep., 1943.

ROSTOW, Walt Whitman. A historian's perspective on modern economic theory. *American Economic Review*, v. 42, n. 2, Papers and Proceedings of the Sixty-fourth Annual Meeting of The American Economic Association, p. 16-29, may, 1952.

ROSTOW, Walt Whitman. The take-off into self-sustained growth. *The Economic Journal*, v. 66, n. 261, p. 25-48, march, 1956.

ROSTOW, Walt Whitman. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, New Series, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.

SANTOS JÚNIOR, Enestor R., *et al*. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v. 35, n. 3, p. 299-331, dez. 2005.

SASSEN, Saskia. The mobility of labor and capital. A study in international investment and and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SASSEN, Saskia. The global city. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1991.

SCHULTZ, Theodore. *The economic value of education*. New York: Columbia University Press, 1963.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Série Prêmio Nobel, Editora Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____ *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIQUEIRA, Liédje B. O.; MAGALHÃES, André Matos; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Fluxo migratório para a região pobre: quem são os seus migrantes? XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, 2008.

SJAASTAD, Larry A. The costs and returns of human migration. *The Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in human beings, p. 80-93, oct. 1962.

SKELDON, Ronald. Migration and development: a global perspective. Essex: Longman, 1997.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3 (119), p. 364-380, São Paulo, julho-setembro, 2010.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65-94, February, 1956.

SOUZA, Amauri de. Migração, expectativas crescentes e a promessa do protesto coletivo. In: CEDEPLAR. *Migrações externas e desenvolvimento regional*, 1973.

STARK, Oded. On the role of urban-to-rural remittances in rural development. *The Journal of Development Studies*, v. 16, n. 3, p. 369-374, 1980.

STARK, Oded. *The migration of labor*. Cambridge & Oxford: Blackwell, 1991.

STARK, Oded; BLOOM, David E. The new economics of labor migration. *American Economic Review*, v. 75, n. 2, p. 173-178, May, 1985.

STARK, Oded; LEVHARI, David. On migration and risk in LDCs. *Economic Development and Cultural Change*, v. 31, n. 1, p. 191-196, October, 1982.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward. Relative deprivation and international migration. *Demography*, v. 26, n. 1. p. 1-14, February, 1989.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward. Migration incentives, migration types: the role of relative deprivation. *The Economic Journal*, v. 101, n. 408, p. 1163-1178, September, 1991.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward; YITZHAKI, Shlomo. Remittances and inequality. The Economic Journal, v. 96, p. 722-740, 1986.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. *Journal of Economic Geography*, Oxford University Press, v. 4 (4), p. 351-370, August 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAYLOR, J. Edward. Differential migration, networks, information and risk. In: Stark, Oded (ed.). *Migration theory, human capital and development*. Greenwich, CT: JAI Press, 1986.

TAYLOR, J. *Edward. Development strategy, employment and migration*: insights from models. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 1996.

TAYLOR, J. Edward. The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. *International Migration*, v. 37 (1), 1999.

THOMPSON, Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (orgs). *Cidades medias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TODARO, Michael P. A model of labor migration and urban unemployment in the less developed countries. *American Economic Review*, v. 59, n. 1, p. 136-148, March 1969.

TODARO, Michael P. Development policy and population growth: a framework for planners. *Population and Development Review*, v. 3, n. ½, p. 23-43, Mar.-Jun., 1977.

TODARO, Michael P.; MARUSZKO, Lydia. Illegal migration and US immigration reform: a conceptual framework. *Population and Development Review*, v. 13, n. 1, p. 101-114, March 1987.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4 (104), p.596-618, outubro-dezembro, 2006.

VAINER, Carlos B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Revista Travessia*, janeiro-abril, 2000.

VARSANO, Ricardo. *A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde*. Rio de Janeiro, 1997. 13p. (Texto para discussão, 500) Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0500.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world system: capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WEBER, Alfred. Theory of the location of industries. Chicago: Chicago University Press, 1969.

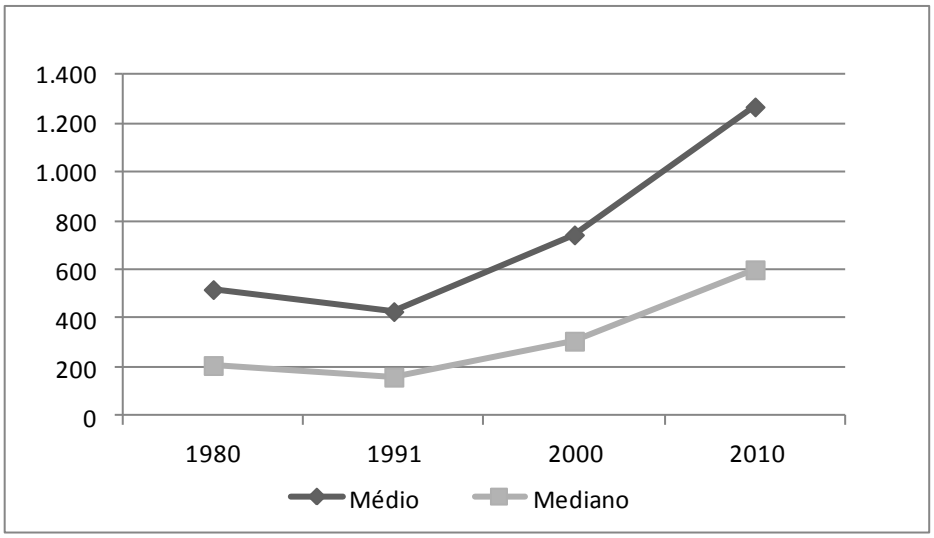
WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à Econometria* – uma abordagem moderna. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

YOUNG, Allyn A. Increasing returns and economic progress. *The Economic Journal*, v. 38, n. 152, p. 527-542, December, 1928.

ZELINSKY, Z. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, v. 61, p. 219-249, 1971.

APÊNDICE A

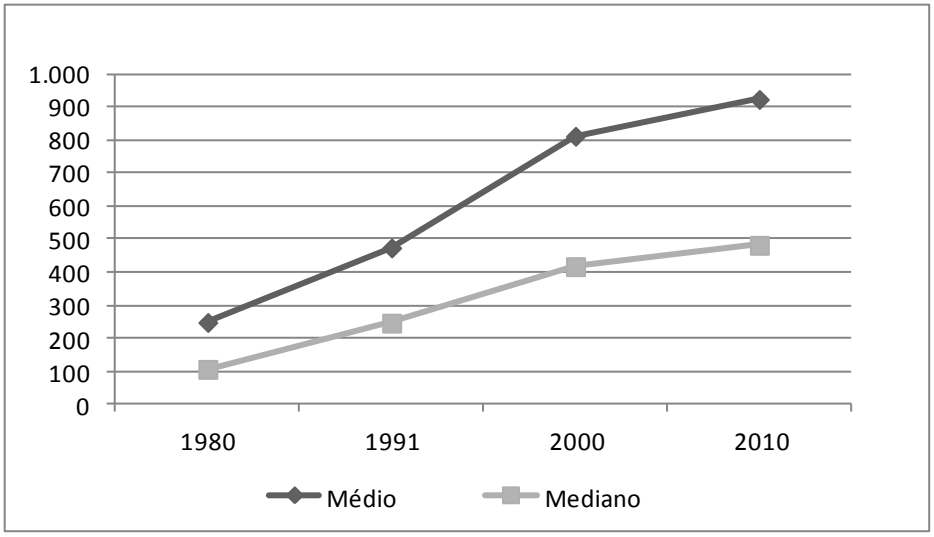
GRÁFICO A 1 – Evolução do rendimento total (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

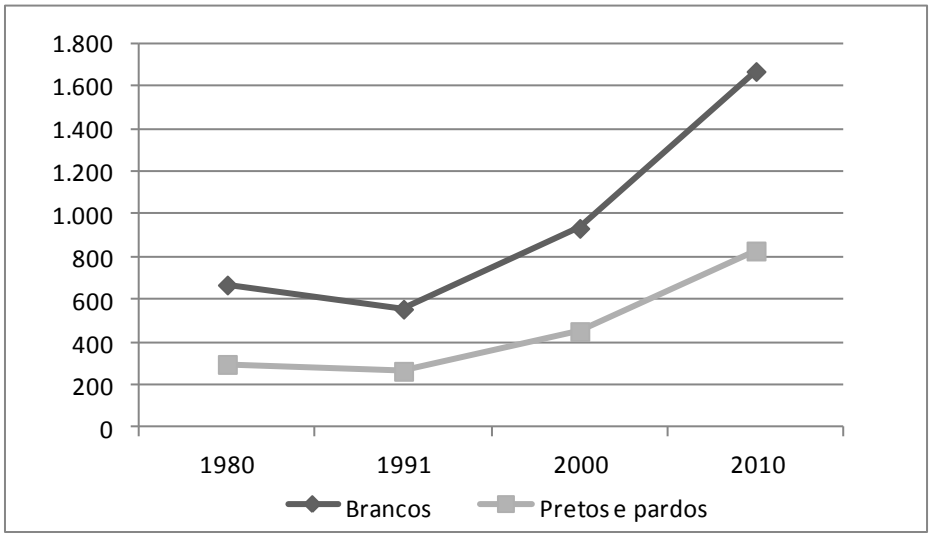
GRÁFICO A 2 – Evolução do rendimento domiciliar per capita (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

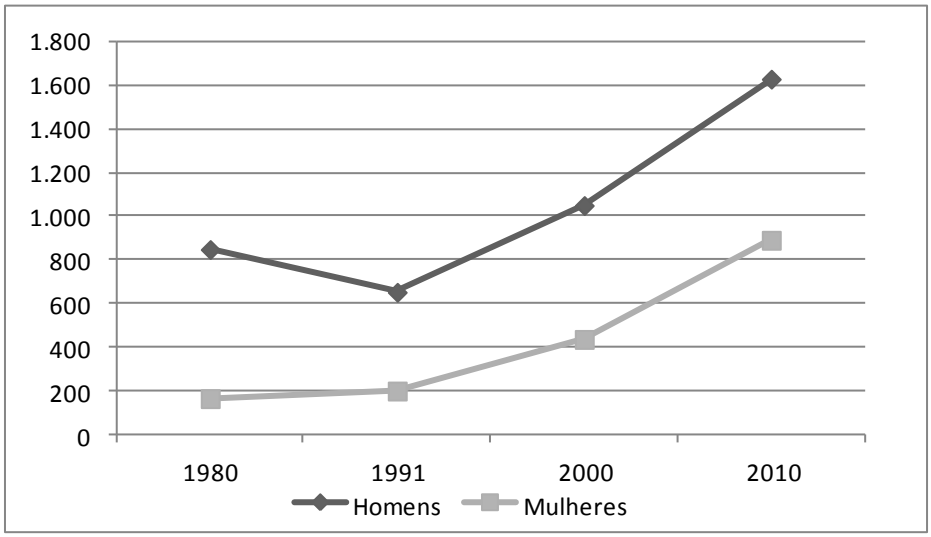
GRÁFICO A 3 – Evolução do rendimento total por cor (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

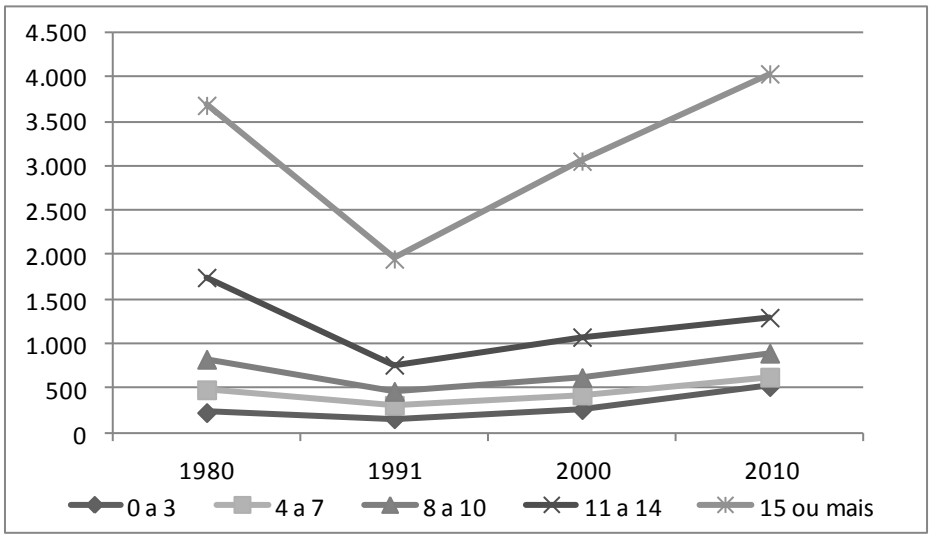
GRÁFICO A 4 – Evolução do rendimento total por sexo (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

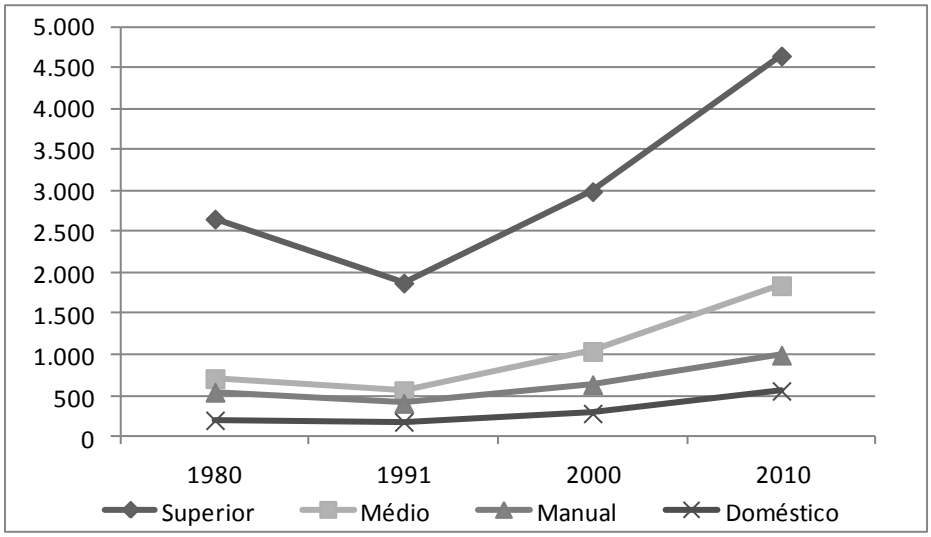
GRÁFICO A 5 – Evolução do rendimento total por grupo educacional (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

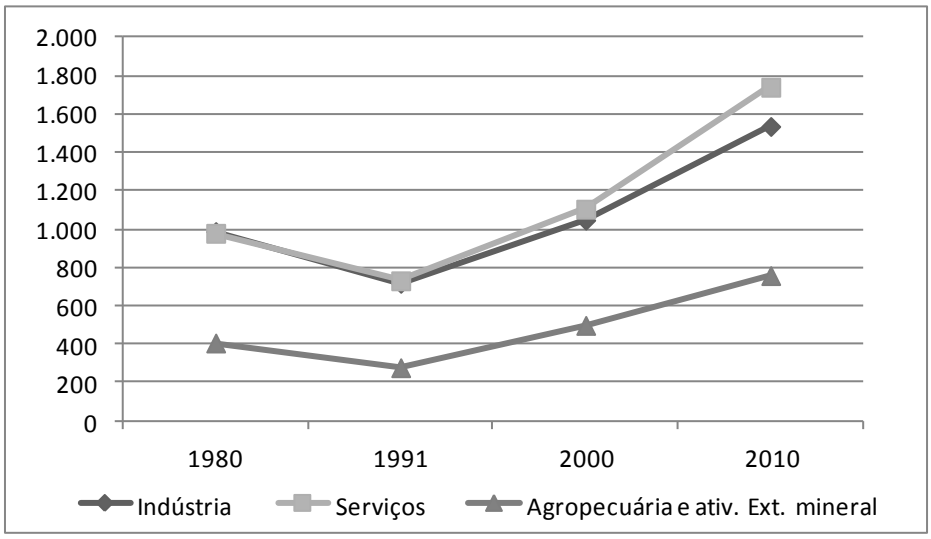
GRÁFICO A 6 – Evolução do rendimento total por categoria sócio-ocupacional (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

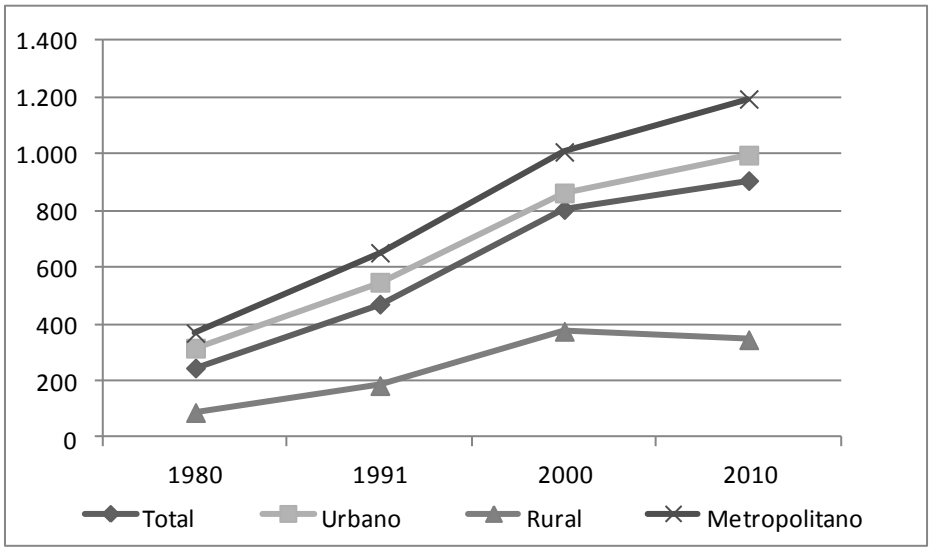
GRÁFICO A 7 – Evolução do rendimento total por grande setor de atividade econômica (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

GRÁFICO A 8 – Evolução do rendimento domiciliar per capita em áreas urbanas, rurais e metropolitanas (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

TABELA A 1 – Evolução do rendimento domiciliar *per capita* dos não migrantes por estado (1980-2010)*

	1980	1991	2000	2010
RO	164,92	373,47	710,00	742,57
AC	127,37	375,44	669,68	625,01
AM	169,82	472,99	618,62	688,94
RR	196,35	636,25	833,64	791,18
PA	137,94	355,94	532,99	523,57
AP	139,99	531,63	739,21	749,44
TO	94,67	280,54	587,40	673,38
MA	69,91	201,49	454,97	416,42
PI	63,89	205,49	520,43	479,47
CE	104,43	249,77	517,53	516,83
RN	111,34	282,70	503,90	612,31
PB	90,06	236,33	466,11	535,47
PE	142,89	315,52	544,48	583,57
AL	98,70	259,81	473,06	498,85
SE	124,47	301,27	506,54	619,37
BA	134,08	279,38	534,11	572,20
MG	202,15	389,61	712,31	841,68
ES	191,75	405,71	743,00	916,15
RJ	371,99	536,67	912,81	1.098,94
SP	376,41	713,19	1.047,19	1.191,59
PR	206,75	452,58	797,31	1.002,10
SC	206,80	459,40	855,24	1.096,52
RS	284,89	474,92	844,17	1.085,91
MS	213,17	460,05	760,03	933,54
MT	164,15	444,71	816,38	871,23
GO	192,08	438,85	754,76	900,19
DF	412,24	971,34	1.520,85	1.952,15
Brasil	**245,54**	**470,50**	**804,06**	**905,91**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

TABELA A 2 – Evolução do rendimento domiciliar *per capita* dos migrantes interestaduais por estado (1980-2010)*

	1980	1991	2000	2010
RO	158,13	394,98	862,12	1.332,36
AC	441,59	566,48	1.232,75	1.992,36
AM	471,61	825,43	1.021,23	1.421,37
RR	303,29	526,81	831,83	1.152,63
PA	265,45	437,92	944,64	1.125,54
AP	261,48	662,05	789,94	980,01
TO	171,37	537,53	983,55	1.550,00
MA	169,44	410,00	865,23	1.025,31
PI	173,79	344,06	685,25	795,41
CE	276,46	422,95	900,37	1.176,09
RN	270,73	504,86	1.047,74	1.207,07
PB	206,31	361,27	691,82	1.126,11
PE	271,08	479,48	936,77	1.348,50
AL	195,89	492,76	704,71	976,28
SE	265,61	438,40	755,96	1.232,32
BA	345,01	495,67	818,91	1.226,55
MG	324,33	556,89	964,73	1.386,17
ES	304,71	483,03	946,67	1.227,07
RJ	524,68	755,87	1.183,39	2.087,70
SP	239,84	593,93	901,63	1.469,98
PR	365,66	579,76	1.086,37	1.453,49
SC	343,13	603,04	1.146,92	1.406,25
RS	468,77	649,70	1.236,70	1.972,24
MS	316,53	586,07	999,33	1.460,87
MT	254,12	537,39	1.095,94	1.322,81
GO	292,82	520,70	747,74	1.015,74
DF	518,45	872,95	1.689,68	2.779,41
Brasil	**304,95**	**556,63**	**976,28**	**1.433,31**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

TABELA A 3 – Evolução do rendimento domiciliar *per capita* dos migrantes intraestaduais por estado (1980-2010)*

	1980	1991	2000	2010
RO	-	-	-	-
AC	123,96	304,15	565,99	927,22
AM	167,73	619,76	656,93	798,70
RR	-	-	-	-
PA	171,92	328,44	633,97	636,69
AP	182,56	585,91	655,24	887,04
TO	97,63	321,89	831,30	912,26
MA	85,53	222,57	575,91	588,86
PI	132,33	313,40	1.009,41	838,12
CE	110,20	265,19	590,17	563,47
RN	111,65	269,95	500,17	614,92
PB	131,71	287,04	545,07	686,07
PE	152,50	315,69	615,70	726,23
AL	104,51	272,94	489,19	471,38
SE	140,20	257,89	440,40	578,51
BA	195,67	351,52	698,08	794,22
MG	255,05	491,45	855,98	1.148,25
ES	179,52	337,40	729,22	1.013,23
RJ	396,15	550,59	991,89	1.354,69
SP	349,69	681,14	1.123,36	1.526,54
PR	185,83	445,38	822,07	1.081,49
SC	257,56	502,48	951,90	1.364,13
RS	305,61	487,56	903,97	1.299,17
MS	203,39	436,68	668,43	951,96
MT	146,41	409,01	973,04	810,44
GO	179,58	412,50	785,63	1.177,29
DF	-	-	-	-
Brasil	**250,12**	**492,62**	**900,79**	**1.155,82**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

TABELA A 4 – Evolução do rendimento domiciliar *per capita* dos migrantes interestaduais de retorno por estado (1980-2010)*

	1980	1991	2000	2010
RO	342,98	742,73	958,17	923,99
AC	243,66	478,55	1.006,08	1.863,52
AM	444,23	814,79	1.057,48	1.358,91
RR	436,08	595,36	1.293,25	1.437,60
PA	416,52	693,49	922,98	1.258,06
AP	184,03	1.345,46	1.202,29	1.023,88
TO	174,71	438,31	645,32	1.298,59
MA	185,30	324,01	580,40	570,07
PI	138,26	270,84	487,02	645,70
CE	218,94	320,13	644,49	824,78
RN	216,74	364,91	643,87	790,84
PB	154,62	286,82	487,55	756,96
PE	199,83	329,60	637,93	903,04
AL	193,40	359,33	554,26	644,23
SE	201,55	356,38	502,07	845,26
BA	227,46	359,73	577,96	742,63
MG	264,07	501,58	914,51	1.259,72
ES	261,64	439,94	1.029,16	1.383,84
RJ	824,21	1.058,03	1.654,16	2.842,85
SP	283,25	839,16	1.418,16	1.754,23
PR	326,44	494,34	758,52	1.087,56
SC	282,12	509,81	1.122,81	1.561,97
RS	466,22	657,43	1.255,49	1.998,06
MS	433,74	539,92	820,73	1.053,74
MT	314,91	726,92	815,60	1.186,70
GO	253,18	570,79	890,82	1.342,56
DF	562,80	501,92	1.969,01	3.008,92
Brasil	**287,24**	**511,50**	**875,25**	**1.272,37**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

TABELA A 5 – Evolução do rendimento domiciliar *per capita* dos migrantes intraestaduais de retorno por estado (1980-2010)*

RO	-	-	-	-
AC	146,57	433,83	495,79	2.116,51
AM	198,76	366,89	941,24	589,66
RR	-	-	-	-
PA	181,04	335,06	561,97	549,99
AP	134,12	380,70	320,94	535,10
TO	97,13	209,15	616,58	627,93
MA	92,94	210,56	474,78	584,68
PI	161,57	309,67	533,31	1.297,21
CE	99,67	290,93	483,86	472,27
RN	121,82	248,01	473,72	687,65
PB	113,82	311,54	492,26	586,48
PE	142,53	347,35	610,00	1.309,51
AL	113,36	236,92	524,00	557,25
SE	132,96	269,76	528,76	599,91
BA	187,75	353,76	677,03	786,85
MG	268,89	485,87	902,02	1.145,87
ES	176,33	320,24	637,35	751,25
RJ	382,17	527,54	1.094,13	1.533,92
SP	418,00	718,59	1.289,33	1.813,65
PR	238,45	512,94	799,47	997,34
SC	243,27	475,02	904,85	1.222,85
RS	314,11	505,47	854,21	1.172,61
MS	277,80	409,24	640,80	1.014,47
MT	125,70	278,27	787,35	705,06
GO	187,60	491,33	766,51	1.821,64
DF	-	-	-	-
Brasil	**279,50**	**488,21**	**891,15**	**1.219,83**

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

(*) Valores atualizados para R$ 2010.

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
11001	AC Porto Velho	11	RO
12001	AC Cruzeiro do Sul	12	AC
12002	AC Tarauacá	12	AC
12003	AC Rio Branco	12	AC
13001	AC Manaus	13	AM
13002	AC Japurá	13	AM
13003	AC Alto Solimões	13	AM
13004	AC Juruá-Purus	13	AM
13005	AC Tefé	13	AM
13006	AC Boca do Acre	13	AM
14001	AC Boa Vista	14	RR
15001	AC Óbidos	15	PA
15002	AC Santarém-Altamira-Marabá	15	PA
15003	AC Furos de Breves	15	PA
15004	AC Arari	15	PA
15005	AC Belém	15	PA
15006	AC Salgado-Bragantina	15	PA
15007	AC Cametá	15	PA
15008	AC Itaituba	15	PA
15009	AC São Felix do Xingu	15	PA
15010	AC Rendenção-Conceição do Araguaia	15	PA
16001	AC Oiapoque	16	AP
16002	AC Amapá-Macapá	16	AP
16003	AC Mazagão	16	AP
17001	AC Bico do Papagaio	17	TO
17002	AC Araguaina	17	TO
17003	AC Miracema do Tocantins	17	TO
17004	AC Palmas	17	TO
17005	AC Jalapão	17	TO
21001	AC Litoral Ocidental Maranhense	21	MA
21002	AC Aglomeracao Urbana de São Luis	21	MA
21003	AC Rosário	21	MA
21004	AC Lençóis Maranhenses	21	MA
21005	AC Alto Mearim e Grajaú-Gurupi	21	MA
21006	AC Itapecuru Mirim-Médio Mearim-Codó	21	MA
21007	AC Imperatriz	21	MA
21008	AC Presidente Dutra	21	MA
21009	AC Baixo Parnaíba-Chapadinha	21	MA
21010	AC Coelho Neto	21	MA
21011	AC Caxias	21	MA
21012	AC Chapadas do Alto Itapecuru-Mangabeiras	21	MA
21013	AC Porto Franco	21	MA
21014	AC Gerais de Balsas	21	MA
22001	AC Teresina-Campo Maior-Picos	22	PI
22002	AC Floriano	22	PI
22003	AC Chapadas do Extremo Sul Piauiense	22	PI
22004	AC Pio IX	22	PI

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
23001	AC Litoral de Camocim e Acaraú	23	CE
23002	AC Sobral	23	CE
23003	AC Coreaú	23	CE
23004	AC Meruoca	23	CE
23005	AC Ipu	23	CE
23006	AC Santa Quitéria	23	CE
23007	Ac Baixo Curu	23	CE
23008	AC Uruburetama-Médio Curu	23	CE
23009	AC Canindé	23	CE
23010	AC Fortaleza	23	CE
23011	AC Sertão de Crateús	23	CE
23012	AC Sertão de Quixeramobim	23	CE
23013	AC Sertão de Inhamuns	23	CE
23014	AC Sertão de Senador Pompeu	23	CE
23015	AC Litoral de Aracati	23	CE
23016	AC Baixo Jaguaribe	23	CE
23017	AC Médio Jaguaribe	23	CE
23018	AC Serra do Pereiro	23	CE
23019	AC Iguatu	23	CE
23020	AC Várzea Alegre-Chapada do Araripe	23	CE
23021	AC Lavras da Mangabeira	23	CE
23022	AC Caririaçu	23	CE
23023	AC Barro	23	CE
23024	AC Cariri	23	CE
23025	AC Brejo Santo	23	CE
24001	AC Mossoró-Vale do Açu	24	RN
24002	AC Chapada do Apodi	24	RN
24003	AC Médio Oeste	24	RN
24004	AC Serra de São Miguel	24	RN
24005	AC Pau dos Ferros	24	RN
24006	AC Umarizal	24	RN
24007	AC Macau	24	RN
24008	AC Angicos	24	RN
24009	AC Serra de Santana	24	RN
24010	AC Seridó Ocidental	24	RN
24011	AC Seridó Oriental	24	RN
24012	AC Baixa Verde	24	RN
24013	AC Borborema Potiguar	24	RN
24014	AC Agreste Potiguar	24	RN
24015	AC Litoral Nordeste	24	RN
24016	AC Macaíba	24	RN
24017	AC Natal	24	RN
24018	AC Litoral Sul	24	RN
25001	AC Catolé da Rocha	25	PB
25002	AC Cajazeiras	25	PB
25003	AC Sousa	25	PB
25004	AC Patos	25	PB

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
25005	AC Piancó	25	PB
25006	AC Itaporanga	25	PB
25007	AC Serra do Teixeira	25	PB
25008	AC Seridó Ocidental Paraibano	25	PB
25009	AC Seridó Oriental-Cariri Ocidental	25	PB
25010	AC Cariri Oriental	25	PB
25011	AC Curimataú Ocidental	25	PB
25012	AC Curimataú Oriental	25	PB
25013	AC Esperança	25	PB
25014	AC Brejo Paraibano	25	PB
25015	AC Guarabira	25	PB
25016	AC Campina Grande	25	PB
25017	AC Itabaiana-Umbuzeiro	25	PB
25018	AC Litoral Norte	25	PB
25019	AC Sapé	25	PB
25020	AC João Pessoa	25	PB
25021	AC Litoral Sul	25	PB
26001	AC Araripina	26	PE
26002	AC Salgueiro	26	PE
26003	AC Pajeú	26	PE
26004	AC Sertao do Moxotó	26	PE
26005	AC Petrolina	26	PE
26006	AC Itaparica	26	PE
26007	AC Vale do Ipanema	26	PE
26008	AC Vale do Ipojuca	26	PE
26009	AC Alto Capibaribe	26	PE
26010	AC Médio Capibaribe	26	PE
26011	AC Garanhuns	26	PE
26012	AC Brejo Pernambucano	26	PE
26013	AC Recife-Mata Setentrional	26	PE
26014	AC Vitória de Santo Antão	26	PE
26015	AC Mata Meridional Pernambucana	26	PE
26016	AC Itamaracá	26	PE
26017	AC Suape	26	PE
27001	AC Serrana do Sertão Alagoano	27	AL
27002	AC Alagoana do Sertão do São Francisc	27	AL
27003	AC Santana do Ipanema	27	AL
27004	AC Batalha	27	AL
27005	AC Palmeira dos Índios-Arapiraca	27	AL
27006	AC Traipu	27	AL
27007	AC Serrana dos Quilombos	27	AL
27008	AC Mata Alagoana	27	AL
27009	AC Litoral Norte Alagoano	27	AL
27010	AC Maceió	27	AL
27011	AC São Miguel dos Campos	27	AL
27012	AC Penedo	27	AL
28001	AC Sergipana do Sertão do São Francis	28	SE

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
28002	AC Carira	28	SE
28003	AC Nossa Senhora das Dores	28	SE
28004	AC Agreste de Itabaiana	28	SE
28005	AC Tobias Barreto	28	SE
28006	AC Agreste de Lagarto	28	SE
28007	AC Propriá	28	SE
28008	AC Cotinguiba	28	SE
28009	AC Japaratuba	28	SE
28010	AC Baixo Cotinguiba	28	SE
28011	AC Aracaju	28	SE
28012	AC Boquim	28	SE
28013	AC Estância	28	SE
29001	AC Barreiras	29	BA
29002	AC Cotegipe	29	BA
29003	AC Santa Maria da Vitória	29	BA
29004	AC Juazeiro-Barra	29	BA
29005	AC Paulo Afonso	29	BA
29006	AC Bom Jesus da Lapa	29	BA
29007	AC Senhor do Bonfim	29	BA
29008	AC Irecê	29	BA
29009	AC Itaberaba	29	BA
29010	AC Feira de Santana- Santo Antônio de Jesus	29	BA
29011	AC Jeremoabo	29	BA
29012	AC Euclides da Cunha	29	BA
29013	AC Ribeira do Pombal	29	BA
29014	AC Serrinha	29	BA
29015	AC Alagoinhas	29	BA
29016	AC Entre Rios	29	BA
29017	AC Catu	29	BA
29018	AC Salvador	29	BA
29019	AC Boquira-Livramento do Brumado	29	BA
29020	AC Ilhéus-Itabuna	29	BA
29021	AC Guanambi	29	BA
29022	AC Brumado	29	BA
29023	AC Vitória da Conquista	29	BA
29024	AC Itapetinga	29	BA
29025	AC Valença	29	BA
29026	AC Porto Seguro	29	BA
31001	AC Unaí	31	MG
31002	AC Paracatu	31	MG
31003	AC Janaúba	31	MG
31004	AC Salinas	31	MG
31005	AC Piraporã	31	MG
31006	AC Grão Mogol	31	MG
31007	AC Bocaiúva	31	MG
31008	AC Diamantina	31	MG
31009	AC Capelinha	31	MG
31010	AC Araçuai	31	MG

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
31011	AC Pedra Azul	31	MG
31012	AC Almenara	31	MG
31013	AC Teófilo Otoni	31	MG
31014	AC Nanuque	31	MG
31015	AC Ituiutaba	31	MG
31016	AC Uberlândia	31	MG
31017	AC Patrocínio	31	MG
31018	AC Patos de Minas	31	MG
31019	AC Frutal	31	MG
31020	AC Uberaba	31	MG
31021	AC Araxá	31	MG
31022	AC Três Marias	31	MG
31023	AC Curvelo	31	MG
31024	AC Bom Despacho	31	MG
31025	AC Sete Lagoas	31	MG
31026	AC Conceição do Mato Dentro	31	MG
31027	AC Pará de Minas	31	MG
31028	AC Belo Horizonte	31	MG
31029	AC Itabira	31	MG
31030	AC Itaguara	31	MG
31031	AC Ouro Preto	31	MG
31032	AC Conselheiro Lafaiete	31	MG
31033	AC Guanhães	31	MG
31034	AC Peçanha	31	MG
31035	AC Governador Valadares	31	MG
31036	AC Mantena	31	MG
31037	AC Ipatinga	31	MG
31038	AC Caratinga	31	MG
31039	AC Aimorés	31	MG
31040	AC Piuí	31	MG
31041	AC Divinópolis	31	MG
31042	AC Formiga	31	MG
31043	AC Campo Belo	31	MG
31044	AC Oliveira	31	MG
31045	AC Passos	31	MG
31046	AC São Sebastião do Paraíso	31	MG
31047	AC Alfenas	31	MG
31048	AC Varginha	31	MG
31049	AC Pocos de Caldas	31	MG
31050	AC Pouso Alegre	31	MG
31051	AC Santa Rita do Sapucaí	31	MG
31052	AC São Lourenço	31	MG
31053	AC Andrelândia	31	MG
31054	AC Itajubá	31	MG
31055	AC Lavras	31	MG
31056	AC São João Del Rei	31	MG
31057	AC Barbacena	31	MG
31058	AC Ponte Nova	31	MG

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
31059	AC Manhuaçu	31	MG
31060	AC Viçosa	31	MG
31061	AC Muriaé	31	MG
31062	AC Ubá	31	MG
31063	AC Juiz de Fora	31	MG
31064	AC Cataguases	31	MG
32001	AC Barra de São Francisco	32	ES
32002	AC Nova Venécia-Linhares	32	ES
32003	AC Colatina	32	ES
32004	AC Montanha	32	ES
32005	AC São Mateus	32	ES
32006	AC Afonso Cláudio	32	ES
32007	AC Santa Teresa	32	ES
32008	AC Vitória	32	ES
32009	AC Guarapari	32	ES
32010	AC Alegre	32	ES
32011	AC Cachoeiro de Itapemirim	32	ES
32012	AC Itapemirim	32	ES
33001	AC Campos dos Goytacazes	33	RJ
33002	AC Santo Antônio de Padua	33	RJ
33003	AC Macaé	33	RJ
33004	AC Três Rios	33	RJ
33005	AC Cantagalo-Cordeiro-Santa Maria Madalena	33	RJ
33006	AC Nova Friburgo	33	RJ
33007	AC Bacia de São João	33	RJ
33008	AC Lagos	33	RJ
33009	AC Vale do Paraíba Fluminense	33	RJ
33010	AC Barra do Piraí	33	RJ
33011	AC Baía da Ilha Grande	33	RJ
33012	AC Vassouras	33	RJ
33013	AC Serrana	33	RJ
33014	AC Macacu-Caceribu	33	RJ
33015	AC Itaguaí	33	RJ
33016	AC Rio de Janeiro	33	RJ
35001	AC Jales	35	SP
35002	AC Fernandópolis	35	SP
35003	AC Votuporanga	35	SP
35004	AC São José do Rio Preto	35	SP
35005	AC Catanduva	35	SP
35006	AC Auriflama	35	SP
35007	AC Nhandeara	35	SP
35008	AC Novo Horizonte	35	SP
35009	AC Barretos	35	SP
35010	AC São Joaquim da Barra	35	SP
35011	AC Ituverava	35	SP
35012	AC Franca	35	SP
35013	AC Jaboticabal	35	SP
35014	AC Ribeirão Preto	35	SP

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
35015	AC Batatais	35	SP
35016	AC Andradina	35	SP
35017	AC Araçatuba	35	SP
35018	AC Birigui	35	SP
35019	AC Lins	35	SP
35020	AC Bauru	35	SP
35021	AC Jaú	35	SP
35022	AC Avaré	35	SP
35023	AC Botucatu	35	SP
35024	AC Araraquara	35	SP
35025	AC São Carlos	35	SP
35026	AC Rio Claro	35	SP
35027	AC Limeira	35	SP
35028	AC Piracicaba	35	SP
35029	AC Pirassununga	35	SP
35030	AC São João da Boa Vista	35	SP
35031	AC Campinas	35	SP
35032	AC Amparo	35	SP
35033	AC Dracena	35	SP
35034	AC Adamantina	35	SP
35035	AC Presidente Prudente	35	SP
35036	AC Tupã	35	SP
35037	AC Marília	35	SP
35038	AC Assis	35	SP
35039	AC Ourinhos	35	SP
35040	AC Itapeva	35	SP
35041	AC Itapetininga	35	SP
35042	AC Tatuí	35	SP
35043	AC Capão Bonito	35	SP
35044	AC Piedade	35	SP
35045	AC Sorocaba	35	SP
35046	AC Jundiaí	35	SP
35047	AC Bragança Paulista	35	SP
35048	AC Campos do Jordão	35	SP
35049	AC São José dos Campos	35	SP
35050	AC Guaratinguetá	35	SP
35051	AC Bananal	35	SP
35052	AC Paraibuna/Paraitinga	35	SP
35053	AC Caraguatatuba	35	SP
35054	AC Registro	35	SP
35055	AC Itanhaém	35	SP
35056	AC Osasco	35	SP
35057	AC Franco da Rocha	35	SP
35058	AC Guarulhos	35	SP
35059	AC Itapecerica da Serra	35	SP
35060	AC São Paulo	35	SP
35061	AC Moji das Cruzes	35	SP
35062	AC Santos	35	SP

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

(continua)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
41001	AC Paranavaí	41	PR
41002	AC Umuarama	41	PR
41003	AC Cianorte	41	PR
41004	AC Goioerê	41	PR
41005	AC Astorga	41	PR
41006	AC Porecatu	41	PR
41007	AC Floraí	41	PR
41008	AC Maringá	41	PR
41009	AC Apucarana	41	PR
41010	AC Londrina	41	PR
41011	AC Faxinal	41	PR
41012	AC Assaí	41	PR
41013	AC Cornélio Procópio	41	PR
41014	AC Jacarezinho	41	PR
41015	AC Ibaiti	41	PR
41016	AC Wenceslau Braz	41	PR
41017	AC Telemaco Borba	41	PR
41018	AC Jaguariaiva	41	PR
41019	AC Ponta Grossa	41	PR
41020	AC Foz do Iguaçu	41	PR
41021	AC Capanema-Francisco Beltrão	41	PR
41022	AC Pato Branco	41	PR
41023	AC Guarapuava	41	PR
41024	AC Palmas	41	PR
41025	AC Prudentópolis	41	PR
41026	AC Irati	41	PR
41027	AC União da Vitória	41	PR
41028	AC São Mateus do Sul	41	PR
41029	AC Cerro Azul	41	PR
41030	AC Lapa	41	PR
41031	AC Curitiba	41	PR
41032	AC Paranaguá	41	PR
41033	AC Rio Negro	41	PR
42001	AC São Miguel d'Oeste	42	SC
42002	AC Chapecó	42	SC
42003	AC Xanxerê	42	SC
42004	AC Canoinhas	42	SC
42005	AC Concórdia	42	SC
42006	AC São Bento do Sul	42	SC
42007	AC Joinville	42	SC
42008	AC Campos de Lages	42	SC
42009	AC Rio do Sul	42	SC
42010	AC Blumenau	42	SC
42011	AC Itajaí	42	SC
42012	AC Ituporanga	42	SC
42013	AC Tijucas	42	SC
42014	AC Florianópolis	42	SC
42015	AC Tabuleiro	42	SC

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 6 – Áreas regionais comparáveis (Brasil, 1980-2010)*

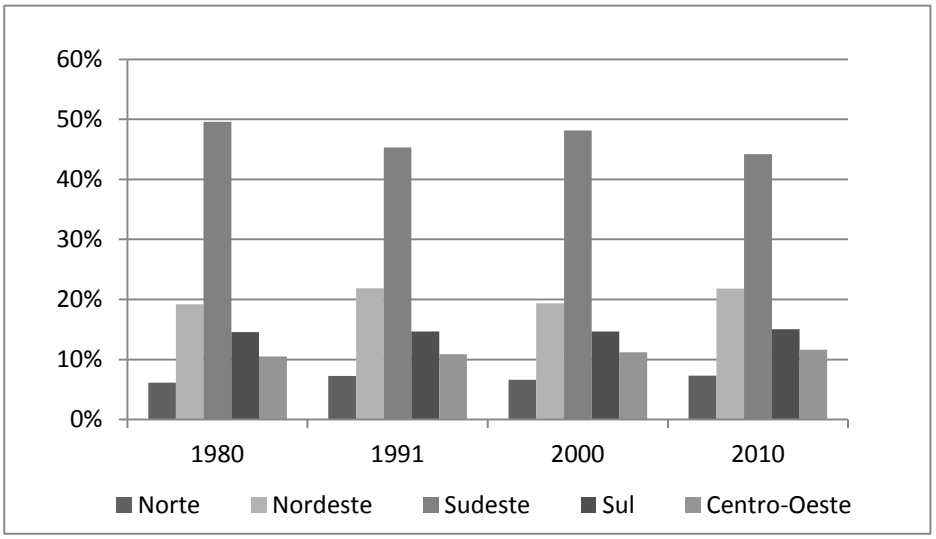
(fim)

Código da Área Regional Comparável	Nome da Área Regional Comparável	Código da UF	Nome da UF
42016	AC Tubarão	42	SC
42017	AC Criciúma	42	SC
42018	AC Araranguá	42	SC
43001	AC Porto Alegre	43	RS
43002	AC Campanha Meridional-Serras do Sudeste	43	RS
43003	AC Jaguarão	43	RS
43004	AC Litoral Lagunar	43	RS
50001	AC Baixo Pantanal	50	MS
50002	AC Aquidauana-Bodoquena	50	MS
50003	AC Campo Grande	50	MS
50004	AC Nova Andradina	50	MS
51001	AC Cuiabá	51	MT
51002	AC Alto Paraguai	51	MT
51003	AC Rosário Oeste	51	MT
51004	AC Alto Araguaia	51	MT
52001	AC São Miguel do Araguaia	52	GO
52002	AC Rio Vermelho	52	GO
52003	AC Aragarças	52	GO
52004	AC Porangatu	52	GO
52005	AC Chapada dos Veadeiros	52	GO
52006	AC Ceres-Anápolis	52	GO
52007	AC Iporã	52	GO
52008	AC Anicuns-Meia Ponte	52	GO
52009	AC Goiânia	52	GO
52010	AC Vão do Paraná	52	GO
52011	AC Entorno de Brasília	52	GO
52012	AC Sudoeste de Goiás	52	GO
52013	AC Vale do Rio dos Bois	52	GO
52014	AC Pires do Rio	52	GO
52015	AC Catalão	52	GO
52016	AC Quirinópolis	52	GO
53001	AC Brasília	53	DF

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

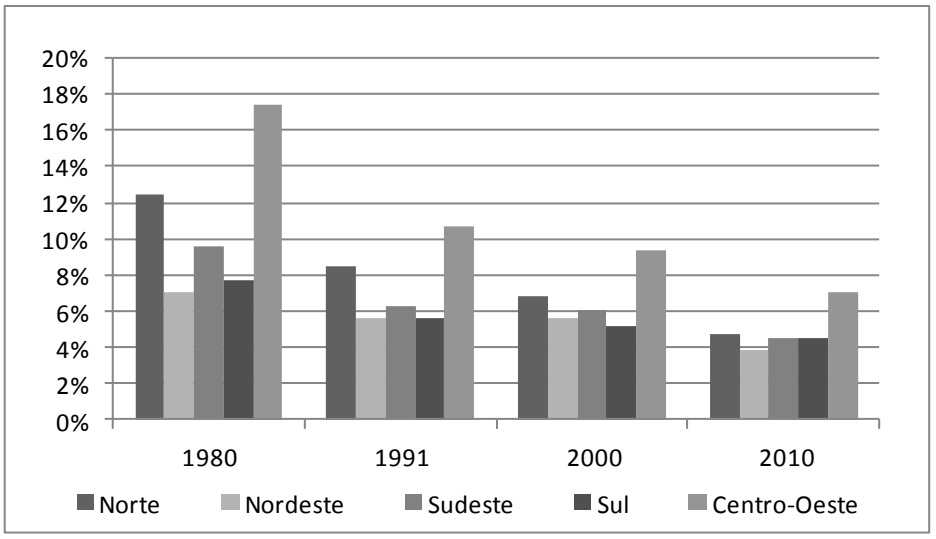
Obs.: devido à intensa alteração da malha municipal brasileira no período, esta recomposição espacial foi incapaz de gerar mais de uma área comparável para de Rondônia e Roraima.

GRÁFICO A 9 – Evolução da distribuição de migrantes por região (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

GRÁFICO A 10 – Evolução da proporção de migrantes por região (Brasil, 1980-2010)*



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 1980-2010

TABELA A 7 – Matriz migratória interestadual por estado (Brasil, 1980)

UF de residência na data fixa (01/07/1975)	Unidade da Federação de residência na data de referência do Censo Demográfico 1980																												
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
RO	-	164	385	50	234	19	4	28	3	119	44	19	37	4	7	11	210	127	127	350	226	29	66	208	553	46	91
AC	973	-	741	52	184	8	4	25	25	74	16	25	24	4	16	20	32	9	141	152	39	15	55	27	58	12	108
AM	1.641	527	-	684	1.400	28	29	110	68	537	187	100	226	18	28	119	228	47	898	620	112	33	162	108	154	169	652
RR	47	0	127	-	72	9	4	25	7	16	16	20	16	0	8	8	28	8	64	20	32	0	20	16	10	29	57
PA	503	158	2.871	243	-	2.875	733	1.667	170	1.070	316	166	371	73	47	361	763	182	2.044	2.032	313	117	267	137	278	807	1.116
AP	7	12	41	7	968	-	4	20	4	62	23	17	16	0	0	30	52	4	57	63	0	8	12	0	4	0	49
TO	99	0	21	14	6.350	3	-	1.307	85	89	28	25	22	13	7	64	516	0	70	482	69	0	15	37	543	5.477	1.289
MA	315	21	449	1.301	17.711	212	4.190	-	4.342	1.528	120	132	418	34	41	258	478	71	1.477	2.480	97	29	24	20	210	867	4.159
PI	90	5	142	137	1.995	16	746	10.189	-	2.046	355	141	894	69	42	1.084	190	68	657	5.190	85	22	52	62	66	452	4.467
CE	667	218	1.183	350	4.802	108	902	4.809	3.406	-	2.416	1.275	3.633	365	358	2.899	975	319	5.411	19.447	499	102	211	467	416	1.236	5.196
RN	60	44	199	54	572	40	54	252	182	2.073	-	3.023	1.582	178	149	740	481	93	2.886	5.162	111	47	94	99	65	733	1.382
PB	178	17	167	74	548	18	124	587	267	2.043	4.682	-	7.357	544	198	2.738	567	85	8.546	11.082	226	24	84	133	71	748	3.183
PE	276	25	261	107	1.094	37	276	1.055	1.028	3.089	2.076	5.659	-	8.018	1.211	9.312	1.086	187	7.305	36.310	686	108	293	542	269	617	2.222
AL	87	26	30	4	176	0	87	172	59	300	136	315	5.203	-	2.851	2.148	275	62	1.279	9.468	238	14	42	219	141	86	271
SE	47	0	15	12	95	0	8	114	3	104	131	138	400	852	-	3.072	157	21	739	3.661	156	15	20	74	52	48	193
BA	665	41	122	35	2.876	43	560	980	380	1.022	468	546	5.117	1.005	3.340	-	6.774	2.687	4.892	31.752	951	148	341	497	889	3.107	3.707
MG	2.627	163	426	47	3.469	18	1.333	883	116	362	299	164	657	129	161	6.263	-	14.552	18.503	68.051	3.993	597	963	1.303	3.788	12.847	10.263
ES	3.309	7	65	7	1.390	8	11	180	3	85	31	43	78	12	47	2.570	6.655	-	5.505	2.158	180	68	104	101	397	165	287
RJ	406	137	1.093	53	1.847	119	57	571	408	2.413	2.738	4.036	4.562	879	1.050	4.415	18.077	8.172	-	20.977	2.677	2.030	3.240	1.654	527	1.141	10.424
SP	2.311	215	1.169	97	3.098	51	677	752	1.389	5.011	2.022	2.316	11.847	2.065	2.241	11.377	45.420	2.448	16.968	-	25.083	3.782	3.961	14.991	6.743	6.157	5.119
PR	18.595	297	320	132	3.176	23	319	218	43	337	112	152	719	216	300	1.037	9.343	859	2.916	124.933	-	15.442	5.304	19.372	20.737	1.056	1.138
SC	583	24	46	49	321	9	9	51	21	84	19	35	61	15	28	127	488	150	947	2.830	15.832	-	8.931	767	1.569	157	313
RS	439	66	289	144	657	25	160	213	63	195	129	62	412	103	106	651	1.335	320	3.381	5.225	13.260	17.126	-	2.998	3.646	538	2.037
MS	4.096	94	108	60	539	13	48	59	8	160	44	41	134	83	44	543	780	69	869	12.680	3.262	224	575	-	6.005	905	584
MT	7.715	69	66	43	394	0	102	62	12	56	91	22	18	15	16	106	1.053	123	204	2.582	646	122	155	1.896	-	2.145	365
GO	696	65	157	81	4.427	22	8.570	748	98	166	341	127	190	32	32	632	13.575	98	559	5.319	952	118	165	1.240	6.294	-	11.353
DF	148	35	234	30	687	33	190	473	761	1.024	473	714	693	71	124	1.040	4.024	496	3.817	3.368	538	287	668	445	350	14.021	-
Imigrantes	**46.580**	**2.430**	**10.727**	**3.867**	**59.082**	**3.737**	**19.201**	**25.550**	**12.951**	**24.065**	**17.313**	**19.313**	**44.687**	**14.797**	**12.452**	**51.625**	**113.562**	**31.257**	**90.262**	**376.394**	**70.263**	**40.507**	**25.824**	**47.413**	**53.835**	**53.566**	**70.025**
Emigrantes	**3.161**	**2.839**	**8.885**	**659**	**19.680**	**1.460**	**16.625**	**40.984**	**29.262**	**61.670**	**20.355**	**44.291**	**83.149**	**23.689**	**10.127**	**72.945**	**151.977**	**23.466**	**93.703**	**177.310**	**227.096**	**33.466**	**53.580**	**32.027**	**18.078**	**56.057**	**34.744**
Saldo	43.419	-409	1.842	3.208	39.402	2.277	2.576	-15.434	-16.311	-37.605	-3.042	-24.978	-38.462	-8.892	2.325	-21.320	-38.415	7.791	-3.441	199.084	-156.833	7.041	-27.756	15.386	35.757	-2.491	35.281

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1980.

TABELA A 8 – Matriz migratória interestadual por estado (Brasil, 1991)

		Unidade da Federação de residência na data de referência do Censo Demográfico 1991																										
		RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
UF de residência na data fixa (01/09/1986)	RO	-	1.173	678	477	892	45	280	408	131	679	284	350	290	56	44	410	2.395	1.593	454	3.650	5.509	537	441	2.166	5.619	1.194	276
	AC	1.296	-	540	27	125	0	10	21	10	119	83	60	24	0	40	0	161	42	88	260	157	48	122	33	211	97	35
	AM	1.878	868	-	816	1.931	103	77	340	168	1.103	274	92	381	57	62	339	1.071	125	1.055	1.254	264	115	303	204	203	251	478
	RR	172	9	140	-	156	0	50	54	15	126	95	68	60	0	0	67	43	13	94	114	19	50	133	8	37	139	104
	PA	1.546	162	5.185	1.590	-	4.828	4.662	8.663	1.338	2.491	792	384	963	228	117	754	1.967	499	1.704	3.810	912	385	544	426	1.995	3.630	1.135
	AP	32	0	65	31	1.054	-	20	196	56	163	29	0	25	0	0	35	94	48	48	47	0	44	6	8	31	13	88
	TO	104	0	44	89	6.211	25	-	1.762	237	80	37	27	17	5	1	137	313	23	26	582	156	28	204	47	657	6.438	438
	MA	1.350	65	1.128	2.649	20.825	368	4.774	-	6.260	2.213	261	325	810	71	211	500	972	195	1.024	3.379	208	27	205	151	2.414	1.857	1.877
	PI	282	26	442	164	2.130	150	848	6.626	-	2.298	267	241	996	69	54	705	251	62	458	7.245	127	39	76	47	145	1.699	3.074
	CE	1.433	190	1.884	617	3.591	232	828	2.761	3.410	-	2.920	1.439	3.923	332	258	1.903	1.458	495	4.098	19.816	415	159	317	481	591	2.123	3.381
	RN	244	71	220	144	453	103	78	202	219	2.252	-	2.920	1.250	265	223	488	654	110	1.871	4.878	154	133	140	185	160	866	1.115
	PB	477	48	199	98	481	74	178	434	316	1.727	4.789	-	6.399	506	234	1.323	570	150	5.633	11.500	241	86	132	111	271	1.165	1.998
	PE	568	50	293	121	997	59	439	1.160	1.114	3.316	2.196	6.176	-	6.959	1.426	6.957	1.409	315	4.317	35.830	669	80	298	633	392	754	1.687
	AL	216	14	7	25	238	13	182	170	67	486	283	578	5.948	-	3.157	2.411	302	192	911	11.279	185	26	179	166	321	169	297
	SE	84	0	79	35	89	0	23	141	60	119	280	175	594	1.230	-	3.012	307	151	508	2.903	126	118	73	42	15	125	149
	BA	1.180	45	407	151	3.635	80	515	808	776	1.523	696	1.091	5.452	2.190	5.101	-	7.501	6.310	3.989	46.125	1.012	376	819	527	1.693	6.951	4.109
	MG	3.136	91	322	43	2.743	104	1.335	749	175	707	515	309	937	158	247	5.711	-	16.573	12.369	59.167	3.390	728	837	1.367	3.664	11.997	6.115
	ES	4.207	18	78	17	1.305	13	39	91	30	223	161	72	233	35	89	3.239	8.539	-	4.843	2.405	416	232	159	78	362	332	372
	RJ	1.012	211	1.383	227	2.241	176	283	1.729	778	5.519	4.131	6.454	4.847	1.335	1.655	5.318	21.884	11.202	-	23.190	3.577	2.266	3.689	1.819	1.080	2.008	5.735
	SP	2.828	279	1.034	160	2.143	131	1.230	2.143	4.655	11.217	4.990	6.949	19.627	4.798	3.608	21.787	54.464	4.144	11.939	-	36.607	7.542	5.374	16.044	9.690	8.193	2.514
	PR	7.414	123	340	64	1.500	122	262	152	25	284	98	70	356	250	156	846	4.825	549	1.386	62.526	-	26.681	8.412	9.583	19.075	1.534	687
	SC	829	20	76	0	261	2	157	60	66	88	137	29	58	47	19	207	539	67	702	3.498	16.046	-	13.055	1.041	3.955	465	262
	RS	704	113	430	92	563	81	569	142	51	335	266	197	530	286	85	1.080	1.329	327	2.570	5.451	10.415	17.698	-	2.805	4.252	1.410	945
	MS	1.641	83	105	64	371	22	170	123	96	113	121	18	289	147	84	234	920	86	609	11.316	5.178	653	1.289	-	9.565	1.084	326
	MT	3.589	205	171	239	980	0	631	422	81	203	150	133	129	73	24	346	1.955	207	433	6.642	8.660	1.232	1.813	4.767	-	4.920	599
	GO	1.173	110	191	165	3.154	35	7.383	857	214	285	440	188	364	103	47	1.111	9.771	156	452	5.334	727	202	750	1.142	6.604	-	5.958
	DF	283	88	100	82	725	46	780	1.202	1.456	1.935	1.153	988	1.059	207	451	1.270	5.181	870	3.542	3.126	951	576	964	401	778	24.628	-
Imigrantes		**37.678**	**4.062**	**15.541**	**8.187**	**58.794**	**6.812**	**25.803**	**31.416**	**21.804**	**39.604**	**25.448**	**29.333**	**55.561**	**19.407**	**17.393**	**60.190**	**128.875**	**44.504**	**65.123**	**335.327**	**96.121**	**60.061**	**40.334**	**44.282**	**73.780**	**84.042**	**43.754**
Emigrantes		**30.031**	**3.609**	**13.812**	**1.766**	**50.710**	**2.133**	**17.688**	**54.119**	**28.521**	**59.055**	**19.398**	**39.140**	**78.215**	**27.822**	**10.438**	**103.062**	**133.489**	**27.588**	**113.749**	**244.090**	**147.320**	**41.686**	**52.726**	**34.707**	**38.604**	**46.916**	**52.842**
Saldo		7.647	453	1.729	6.421	8.084	4.679	8.115	-22.703	-6.717	-19.451	6.050	-9.807	-22.654	-8.415	6.955	-42.872	-4.614	16.916	-48.626	91.237	-51.199	18.375	-12.392	9.575	35.176	37.126	-9.088

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 1991.

TABELA A 9 – Matriz migratória interestadual por estado (Brasil, 2000)

		Unidade da Federação de residência na data de referência do Censo Demográfico 2000																										
		RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
UF de residência na data fixa (31/07/1995)	RO	-	965	2.010	348	481	39	230	372	99	730	284	349	193	41	26	290	1.229	569	420	2.186	2.402	540	456	840	5.559	1.073	309
	AC	1.361	-	872	97	86	22	50	14	0	189	111	49	5	0	20	33	152	85	57	292	241	56	46	32	97	410	148
	AM	1.761	997	-	2.635	3.295	133	95	612	236	1.476	351	213	532	66	113	257	624	118	1.499	1.353	635	244	534	295	204	453	571
	RR	183	35	719	-	474	26	33	365	149	439	179	138	96	0	10	152	220	72	240	139	167	20	122	134	97	251	61
	PA	764	159	10.156	3.623	-	9.102	4.501	6.684	854	2.518	691	320	688	35	82	897	2.261	857	2.511	4.316	1.100	340	569	552	1.614	6.427	1.767
	AP	52	0	240	154	1.913	-	43	264	26	282	71	14	56	0	19	8	105	24	117	201	34	34	122	19	54	100	79
	TO	133	8	166	174	3.108	58	-	1.393	246	238	65	206	163	88	38	390	1.110	0	174	1.156	247	23	201	142	777	9.446	924
	MA	648	33	1.605	3.074	14.609	1.205	4.877	-	3.979	1.804	474	274	487	143	155	554	1.572	229	2.329	7.577	497	90	289	153	1.095	7.129	4.384
	PI	221	13	411	222	1.211	101	687	3.572	-	2.781	284	197	645	39	126	575	593	81	1.103	9.749	139	111	144	172	199	3.685	4.008
	CE	722	125	1.064	452	1.952	146	488	1.693	1.927	-	2.354	1.400	2.191	308	226	1.804	1.597	332	5.780	15.684	383	310	629	342	369	2.077	2.489
	RN	178	6	387	189	402	108	86	229	224	2.125	-	2.202	1.652	55	197	553	857	207	2.698	5.061	252	327	343	115	143	890	1.114
	PB	395	53	174	273	426	79	233	433	366	1.515	3.592	-	5.009	287	430	1.130	766	144	10.809	11.136	318	231	202	133	294	1.337	1.785
	PE	504	33	692	175	1.166	131	659	780	957	3.461	2.636	5.628	-	4.926	1.132	6.948	1.740	463	6.065	33.853	738	371	573	595	788	1.726	1.749
	AL	68	16	89	27	271	0	225	184	97	685	247	368	4.497	-	2.658	2.120	1.056	308	1.434	16.021	362	145	135	384	912	619	346
	SE	69	10	49	50	96	14	195	91	100	227	196	256	589	1.353	-	3.324	479	336	1.399	5.514	344	96	102	135	176	377	242
	BA	651	49	357	28	1.586	56	501	469	978	2.170	1.098	1.316	4.932	1.058	5.328	-	10.018	9.442	8.043	67.080	1.742	619	796	529	1.160	8.200	5.538
	MG	2.157	176	496	205	1.930	140	2.031	1.075	378	1.147	786	609	1.343	397	396	6.939	-	13.793	16.098	53.382	3.366	1.153	1.426	1.253	2.334	12.546	8.264
	ES	2.242	44	83	54	639	36	156	176	111	308	114	121	423	131	27	5.009	10.358	-	6.066	3.742	403	241	325	91	288	425	581
	RJ	680	250	2.448	295	2.975	134	245	1.664	663	5.769	4.205	6.041	4.047	1.132	1.248	6.082	22.715	11.753	-	19.437	3.407	2.858	4.121	1.829	668	1.871	5.864
	SP	3.247	267	1.797	303	3.472	275	2.175	3.531	7.206	18.660	7.293	10.014	20.481	6.727	3.888	35.385	80.336	4.657	18.195	-	50.814	11.679	6.677	13.934	8.082	11.574	5.286
	PR	2.971	172	471	198	1.173	191	492	463	79	639	388	254	431	245	90	1.527	5.202	587	2.186	46.062	-	29.277	7.826	6.013	10.021	2.134	1.338
	SC	492	77	199	104	426	0	266	85	59	351	195	82	286	49	46	554	1.086	245	1.195	5.679	19.530	-	15.007	1.014	2.850	790	828
	RS	504	74	570	312	838	104	343	278	192	1.092	387	218	610	164	159	1.491	1.709	341	2.990	6.923	9.594	23.443	-	1.810	3.766	1.722	1.984
	MS	1.283	80	225	39	301	45	286	142	91	376	387	265	343	49	67	466	1.774	140	1.227	12.049	6.002	1.279	1.195	-	6.911	1.788	732
	MT	3.897	122	408	289	2.067	144	672	580	227	422	214	188	302	131	122	642	2.331	290	653	6.864	6.216	1.524	1.045	4.158	-	6.798	912
	GO	796	129	386	215	2.346	121	6.318	963	501	640	565	446	572	106	122	2.289	10.728	225	1.011	6.779	958	936	507	1.378	5.940	-	10.944
	DF	212	39	516	104	756	87	1.117	1.365	1.964	2.478	1.071	1.245	979	207	159	2.071	5.546	870	3.126	3.534	782	683	825	333	589	44.419	-
Imigrantes		**26.191**	**3.932**	**26.590**	**13.639**	**47.999**	**12.497**	**27.004**	**27.477**	**21.709**	**52.522**	**28.238**	**32.413**	**51.552**	**17.737**	**16.884**	**81.490**	**166.164**	**46.168**	**97.425**	**345.769**	**110.673**	**76.630**	**44.217**	**36.385**	**54.987**	**128.267**	**62.247**
Emigrantes		**22.040**	**4.525**	**19.302**	**4.521**	**63.388**	**4.031**	**20.674**	**59.265**	**31.069**	**46.844**	**20.600**	**41.550**	**78.489**	**33.274**	**15.819**	**133.744**	**133.820**	**32.194**	**112.401**	**335.955**	**120.430**	**51.495**	**61.618**	**37.542**	**41.218**	**55.921**	**75.077**
Saldo		4.151	-593	7.288	9.118	-15.389	8.466	6.330	-31.788	-9.360	5.678	7.638	-9.137	-26.937	-15.537	1.065	-52.254	32.344	13.974	-14.976	9.814	-9.757	25.135	-17.401	-1.157	13.769	72.346	-12.830

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000.

TABELA A 10 – Matriz migratória interestadual por estado (Brasil, 2010)

		Unidade da Federação de residência na data de referência do Censo Demográfico 2010																											
		RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
UF de residência na data fixa (31/07/2005)	RO	-	1.219	2.432	288	546	7	131	201	71	279	126	169	173	72	106	382	655	873	372	1.383	1.897	535	338	826	5.005	954	455
	AC	1.730	-	1.137	54	152	2	56	26	0	81	21	4	31	66	18	61	156	0	197	203	147	107	75	118	289	240	197
	AM	2.134	1.165	-	1.774	3.399	148	97	814	206	799	344	242	666	163	21	302	526	120	1.803	1.534	452	318	560	231	284	631	854
	RR	231	26	1.134	-	388	6	31	496	45	308	102	132	116	28	0	44	192	32	173	262	86	64	196	105	63	124	181
	PA	1.253	225	7.811	2.144	-	8.452	5.251	9.538	1.057	2.264	436	342	1.034	143	204	1.668	1.682	585	2.927	4.008	1.378	1.102	654	516	3.107	6.590	1.655
	AP	25	0	281	19	2.814	-	56	386	72	271	113	111	84	0	0	20	180	6	73	285	81	60	84	21	58	55	122
	TO	504	20	109	99	5.733	42	-	2.374	321	239	26	98	324	52	31	472	1.194	85	244	1.132	417	158	116	258	806	9.471	1.468
	MA	917	82	1.049	1.437	18.963	1.039	5.256	-	4.823	1.420	272	423	689	118	55	780	2.555	371	2.647	10.320	565	544	234	311	3.762	11.186	4.798
	PI	192	49	407	167	1.576	97	797	6.349	-	2.283	355	247	1.419	95	74	1.180	1.241	198	1.293	14.874	331	165	233	305	605	4.360	5.046
	CE	520	210	1.102	327	2.162	228	419	1.668	2.827	-	2.970	1.561	3.786	592	324	2.677	2.633	273	7.076	16.897	745	1.006	829	542	641	2.144	3.246
	RN	189	45	401	139	337	74	210	180	199	1.964	-	3.512	1.475	283	139	693	926	213	2.218	3.609	187	354	394	278	198	982	1.136
	PB	276	42	54	191	368	96	131	470	292	1.780	4.515	-	6.126	406	334	1.438	1.005	218	6.736	10.650	462	512	301	321	565	1.350	1.339
	PE	281	75	936	298	1.193	57	486	1.226	1.143	3.797	2.730	8.428	-	5.643	1.284	7.229	2.484	553	5.511	25.906	1.000	1.170	603	752	1.411	2.117	1.698
	AL	157	28	196	22	176	37	227	290	206	419	384	488	4.651	-	3.607	2.865	4.706	983	1.263	14.299	642	507	121	643	1.920	1.406	569
	SE	82	0	42	29	151	0	100	115	121	170	179	241	350	1.920	-	4.092	802	263	879	4.263	208	180	127	104	137	193	533
	BA	824	229	408	179	1.421	83	1.053	945	1.034	2.312	998	1.042	6.729	1.819	6.710	-	13.118	13.410	8.866	60.001	2.136	2.659	1.362	914	1.279	10.709	6.407
	MG	1.723	274	729	147	2.835	224	1.740	1.167	468	1.383	813	667	1.807	655	345	7.957	-	15.463	18.844	56.724	4.975	2.067	1.788	2.223	2.425	14.385	9.854
	ES	796	24	120	23	275	46	65	182	102	196	86	48	249	81	89	4.157	8.741	-	6.809	3.300	452	371	277	216	265	538	519
	RJ	575	211	3.069	317	2.119	219	475	1.784	826	5.152	4.397	6.691	4.762	964	1.434	6.439	19.608	10.374	-	22.425	3.807	3.405	4.176	2.309	715	2.301	6.859
	SP	2.743	558	1.618	305	3.270	300	1.872	3.983	7.334	14.212	5.765	9.658	18.972	7.031	4.346	35.951	61.260	5.027	19.284	-	45.171	16.074	7.287	15.035	7.910	11.631	7.222
	PR	2.332	215	711	241	1.181	111	625	538	137	653	332	346	570	124	169	2.086	4.211	607	2.326	32.562	-	44.862	6.853	6.398	7.985	2.250	1.553
	SC	911	85	252	148	298	71	115	226	114	444	316	238	527	244	51	732	1.413	265	1.774	8.134	20.091	-	13.250	1.221	2.046	1.250	1.343
	RS	828	123	689	193	847	34	298	424	310	851	333	527	994	216	226	1.884	1.914	457	4.000	9.040	10.257	40.495	-	1.960	2.856	1.431	2.100
	MS	963	213	166	113	400	40	206	197	127	148	350	390	186	115	92	654	1.440	299	1.563	9.419	5.496	1.541	1.276	-	5.894	1.696	386
	MT	5.925	324	716	75	3.243	116	1.006	820	379	339	225	117	331	230	170	753	1.902	468	796	5.577	5.913	2.461	1.496	5.291	-	8.040	1.038
	GO	1.097	143	402	159	3.717	39	7.305	2.055	1.182	896	552	570	672	157	154	3.320	8.297	336	1.015	5.642	1.283	917	810	1.694	6.670	-	12.603
	DF	163	97	616	212	987	125	1.891	2.415	3.065	2.092	1.047	1.612	1.235	422	476	3.241	6.052	776	3.940	5.005	1.219	1.058	1.393	379	567	36.977	-
Imigrantes		**27.371**	**5.682**	**26.587**	**9.100**	**58.551**	**11.693**	**29.899**	**38.869**	**26.461**	**44.752**	**27.787**	**37.904**	**57.958**	**21.639**	**20.459**	**91.077**	**148.893**	**52.255**	**102.629**	**327.454**	**109.398**	**122.692**	**44.833**	**42.971**	**57.463**	**133.011**	**73.181**
Emigrantes		**19.495**	**5.168**	**19.587**	**4.565**	**66.026**	**5.277**	**25.793**	**74.616**	**43.938**	**57.405**	**20.335**	**39.978**	**78.011**	**40.812**	**15.281**	**146.647**	**151.682**	**28.027**	**115.413**	**313.819**	**119.978**	**55.559**	**83.287**	**33.370**	**47.751**	**61.687**	**77.062**
Saldo		7.876	514	7.000	4.535	-7.475	6.416	4.106	-35.747	-17.477	-12.653	7.452	-2.074	-20.053	-19.173	5.178	-55.570	-2.789	24.228	-12.784	13.635	-10.580	67.133	-38.454	9.601	9.712	71.324	-3.881

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010